



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NAYARA DE LIMA MONTEIRO

A CONSTRUÇÃO DA TRANSVERSALIDADE DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL: alcances e limitações a partir das relações de poder.

Orientador
Carlos Enrique Ruiz Ferreira

JOÃO PESSOA – PB
2014

NAYARA DE LIMA MONTEIRO

**A CONSTRUÇÃO DA TRANSVERSALIDADE DA PERSPECTIVA DE
GÊNERO NO MERCOSUL:** alcances e limitações a partir das relações de
poder.

Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Linha de pesquisa: Cooperação, Integração e Instituições Internacionais –, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Orientador: Prof. Dr. Carlos Enrique Ruiz Ferreira

JOÃO PESSOA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M775c Monteiro, Nayara de Lima

A construção da transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul [manuscrito] : alcances e limitações a partir das relações de poder / Nayara de Lima Monteiro. - 2014.

210 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Carlos Enrique Ruiz Ferreira, Departamento de Relações Internacionais".

1. Transversalização da perspectiva de gênero. 2. RMAAM.
3. Movimento de mulheres/feminista. I. Título.

21. ed. CDD 305.4

NAYARA DE LIMA MONTEIRO

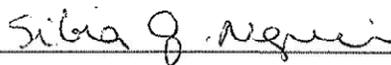
**A CONSTRUÇÃO DA TRANSVERSALIDADE DA PERSPECTIVA
DE GÊNERO NO MERCOSUL: alcances e limitações a partir das
relações de poder.**

Dissertação apresentada, como requisito para a
obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais –
Linha de pesquisa: Cooperação, Integração e
Instituições Internacionais –, da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB).

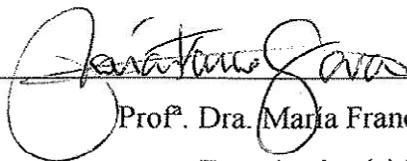
Aprovada em 10/07/2014



Prof. Dr. Carlos Enrique Ruiz Ferreira / UEPB
Orientador



Prof.ª Dra. Silvia Garcia Nogueira / UEPB
Examinador (a) Interno (a)



Prof.ª Dra. Maria Franco Garcia / UFPB
Examinador (a) Externo (a)

Dedico este trabalho a dois seres muito amados que partiram deste mundo durante a construção dessa pesquisa e que foram muito importantes nesse processo e na minha vida: à vovó Tita e ao meu irmão de pêlo Nani. Gratidão pelo amor compartilhado.

AGRADECIMENTOS

Desde o começo de 2012, que o sentimento de gratidão já preenche meu ser. Foram muitas pessoas, momentos e sentimentos que vivenciei para tornar essa pesquisa real no sentido de transparecer o que sou e o que quero neste mundo.

Primeiramente, agradeço à minha família: minha mãe, Betinha, uma gênica, que sempre está comigo, que me apóia em tudo, grata pela confiança e amor compartilhados; a meu pai, Antônio, que mesmo no seu jeito caladão demonstra sua atenção e amor comigo; aos meus irmãos, Felipe e Vanina, que mesmo na distância física que nos separa desde 2002, os sinto muito próximos. Gratidão por todo o amor, pelas energias positivas e por estarem sempre. E gratidão a Nani lindo, pela companhia nas muitas madrugadas sem dormir, enquanto eu escrevia e estudava.

Gratidão também à minha família argentina: à Facundo, meu companheiro e amigo, pela paciência, pelo amor, pelo compartilhamento da nossa vida. Eternamente serei grata ao universo por você ter entrado no meu caminho e por termos construído tudo o que a gente construiu e que pode seguir construindo; à tia Silvia e ao tio Ricardo, meus pais argentinos, pela bondade e pelos bons momentos compartilhados em família no começo de uma vida estrangeira. Por muitos “asados” e mates mais!

Ao feminismo por ter entrado em minha vida. Sempre o temi, mas quando me abri aos seus ensinamentos e à nova vida que vinha com elx, tudo mudou pra melhor. “Pelas que estavam, pelas que estão e pelas que virão!”.

Gratidão ao meu orientador Carlos pela paciência, pela liberdade que me concedeu para que eu seguisse na pesquisa de modo que ela fluísse de acordo e no tempo da minha reflexão. À professora Silvia, pelos milhões de questionamentos que você colocou na minha cabeça durante as aulas do mestrado e pelo incentivo de estudar a fundo as abordagens feministas das Relações Internacionais.

Gratidão aos meus/às minhas compas de mestrado: Alana, a mamãe da turma, Thiago, o economista de esquerda, Aline paty girl, George intelectual, João nadador, Wemblley, Mariana Preta, Thalita Borba, direitoista pró-EUA, Jeane lady, Sibelle, Talita, Hamana, Bruno, Jessica, Lusimeire. Que nossos novos caminhos nos levem a nossa felicidade e a dos/das que estão em nosso entorno.

Gratidão aos/às amigas de sempre, que posso contar de olhos fechados: Filipe Mendes, Isaac, Juliana, Bruno, Rebecca, Camyla, Lucas, Julian, Nadja, Jayane, Jayvson, Leonellea, Laís, Mariana Davi, Tainá, Mirella, Fernanda, Heloá, Pjota, Julliane, Amanda. Obrigada por

tudo: pelas cervejas, conversas, filosofias, tiração de onda compartilhadas e até pela distância que faz com que sempre tenhamos amizades sólidas.

Às/ aos meus/minhas amigas argentinas: Nati Reinoso, Pichi, Sabri, Basto, Jose, Romina, Murcia. Gratidão pelo apoio e amizade na minha vida argentina. Aprendi e continuarei aprendendo muitíssimo com vocês.

Gratidão às mulheres/feministas militantes que me concederam entrevista, em especial à Lilian Celiberti, que me ensinou muito com seu exemplo e me auxiliou bastante no transcurso deste trabalho.

Por fim, gratidão às pessoas que, de alguma maneira, “me deixaram um tanto e eu repassei outro tanto” nos encontros da vida desde o começo do mestrado em 2012 até agora em 2014 e que me influenciaram em alguma contribuição para este trabalho.

Gratidão sem medidas a tod@s.

RESUMO

A pesquisa em questão tem como tema geral a construção da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul a partir da atuação de três atores dentro da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM): os mecanismos nacionais de promoção de gênero, o movimento de mulheres/feminista e os entes da cooperação internacional. Para o êxito de tal construção, ao longo da história do Mercosul, este passa a ser interpretado também como um instrumento de integração político-social entre as suas sociedades e como uma forma independente de inserção no cenário internacional. Além disso, as transformações no cenário mundial relativas à atuação do movimento feminista/de mulheres pela garantia dos seus direitos, as consequências da IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher em 1995, como a criação de institucionalidades que tratam sobre os temas de Mulher e Gênero, influenciaram para que, em 1998, fosse criada a Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM) no intuito de debater as “igualdades de oportunidades” no Mercosul. Em 2011, o *status* jurídico-político de Reunião de Ministras e Altas Autoridades é alcançado conectando a reunião diretamente ao Conselho Mercado Comum, órgão condutor do bloco. Assim, esta pesquisa objetiva apresentar o estado da arte sobre a construção da transversalidade do gênero no Mercosul, cujos objetivos específicos são: a) analisar a importância do movimento de mulheres/feminista a nível internacional e latino-americano na conquista de direitos e transformação da cultura patriarcal para outro marco cultural de equidade de gênero; b) apresentar a relevância da inclusão do gênero em âmbitos como o Mercosul, para visibilizar como a “alta política” ainda não é aberta à participação feminista/de mulheres; c) avaliar as relações de poder e dominação que travam a transformação política desta integração, quando a equidade de gênero é posta para ser transversalizada no seu desenho e substância. Para justificar este trabalho, ponderam-se os alcances da prática política do movimento de mulheres/feminista no cenário latino-americano, particularmente, e a sua influência para a transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul. Esta pesquisa também visa colaborar com os estudos transnacionais sobre a inserção dos novos atores nas Relações Internacionais e pretende contribuir com desmarginalizar a área de estudos das Relações Internacionais que pesquisa Gênero e Feminismo, no intuito de visibilizá-la, a partir de suas epistemologia e metodologia próprias, mostrando a relevância das suas demandas e análises. Posto isto, será feito um percurso pelos debates teóricos das Relações Internacionais para compreender o elo internacionalista das abordagens feministas deste campo de estudo. Será analisado o sentido da categoria internacional dos feminismos e como o Mercosul insere-se nesse cenário. Será considerada, também, a confluência das Relações Internacionais com os movimentos de mulheres/feminista nos cenários internacional e latino-americano, tendo em vista a universalidade de categoria secundária dada ao gênero feminino, segundo Ortner (1974). Logo após, será apresentado o estado da arte da transversalização da perspectiva de gênero pela RMAAM e os principais pontos da agenda deste foro, a partir da conformação dessa reunião por meio da incidência política do movimento de mulheres/feminista, da cooperação internacional e o intercâmbio de experiências entre as delegações nacionais que fazem parte do foro. Por fim, serão analisados os desafios e as conquistas da transversalização, a partir de dois fenômenos que se destacaram no transcorrer da pesquisa: a cooperação internacional e a participação dos movimentos de mulheres/feministas, pois apresentam uma conexão direta com o fortalecimento da RMAAM. Como plano de fundo, serão visibilizadas as relações de poder que influenciam positiva e negativamente nos alcances ou não dos objetivos do foro, chegando-se à conclusão de que já existem avanços nítidos na construção da transversalização e que pela complexidade de atores e cenários políticos envolvidos nesse processo, o caminho ainda é longo para lograr uma cultura de equidade de gênero a partir do trabalho desempenhado a nível Mercosul. A análise foi feita através de revisão bibliográfica, pesquisa documental, pelas atas e documentos da RMAAM, disponibilizados na sua página oficial na web, que mostram como se deu a sua constituição e o panorama geral da sua atividade no bloco. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações sociais que estão dentro da RMAAM e com representantes dos mecanismos de gênero nacionais que coordenam a reunião. Os roteiros de perguntas foram estruturados para não engessar a resposta das entrevistadas com o propósito de aumentar a familiaridade da pesquisadora com os atores sociais que participam diretamente do objeto de pesquisa proposto e modificar/clarificar conceitos para fundamentar a síntese decorrente deste trabalho. Ainda assim, para conseguir tais objetivos, foi usada a epistemologia feminista que, junto à pesquisa empírica, ocupa-se em visibilizar o que é invisível.

PALAVRAS-CHAVE: Transversalização da perspectiva de gênero. RMAAM. Movimento de mulheres/feminista.

ABSTRACT

The research in question has as its general theme the construction of mainstreaming a gender perspective in Mercosur from the action of three actors inside the Meeting of Ministers and High Authorities Woman of Mercosur (RMAAM): national mechanisms for the promotion of gender, the movement of women / feminist and international cooperation. For the success of such construction, throughout history of Mercosur, this happens to be also interpreted as an instrument of political and social integration between their companies and as an independent form of international position. Moreover, the transformations on the world stage for the performance of the feminist movement/women by guaranteeing their rights, the consequences of the Fourth UN World Conference on Women in 1995, the creation of institutional bodies which deal with the themes of woman and Gender influenced, in 1998, the created of Mercosur Specialized Meeting of Women (REM) with the intention to discuss the "equal opportunities" in Mercosur. In 2011, the legal and political status of Meeting of Ministers and High Authorities is achieved by connecting the meeting directly to the Common Market Council, conductor organ of block. Thus, this research aims to present the state of the art on the construction of gender mainstreaming in Mercosur, whose specific objectives are: a) analyzing the importance of the women's movement/feminist internationally and Latin American rights to conquer and transform patriarchal culture to another cultural landmark gender equity; b) presenting the relevance of the inclusion of gender in areas such as Mercosur, to visualize how the "high politics" is not yet open to participation of feminist/women; c) evaluate the relationships of power and domination that bare in mind the political transformation of this integration, when gender equality is to be mainstreamed put in their design and substance. To justify this work, weigh up the scope of the political practice of the women's movement/feminist in the Latin American scene, particularly, and their influence on the mainstreaming of a gender perspective in Mercosur. This research also aims to collaborate with transnational studies and with the inclusion of new actors in international relations and aims to contribute to desmarginalize the area of study of International Relations, that Gender and Feminism research in order to make visible their own epistemology and methodology, showing the relevance of their demands and analysis. That revealed, there will be a tour of the theoretical discussions of international relations to understand the link of internationalist feminist approaches to this field of study. The sense of the international category of feminism will be examined and how Mercosur fits into this scenario. The confluence of International Relations will also be considered with the movements of women/feminist in international scenarios and hispanic, in view of universality secondary category given to females, according to Ortner (1974). Soon after, the state of the art of mainstreaming a gender perspective by RMAAM and the main points of this forum agenda will be presented, from the conformation of this meeting through the advocacy of women's movement/feminist, international cooperation and exchange of experiences between national delegations that are part of the forum. Finally, the challenges and achievements of mainstreaming, from two phenomena that stood out during the study will be analyzed: international cooperation and the participation of women's movements/feminists, since they have a direct connection with the strengthening of RMAAM. As background, the power relations that influence positively and negatively in ranges or not the objectives of the forum will be visualized, it comes to the conclusion that there are already clear advances in the construction of gender mainstreaming and the complexity of actors and political settings involved in that case, the path is still long to achieve a culture of gender equality from the MERCOSUR level work performed. The analysis was done through literature review, desk research, the minutes and documents RMAAM provided on his official page on the web that show how was your constitution and general overview of your activity on the block. In addition, semi-structured interviews with representatives of social organizations that are within the RMAAM and representatives of national gender mechanisms that coordinate the meeting. The scripts were structured questions were asked not to stifle the response of the interviewees in order to increase familiarity the researcher with the social actors who directly participate in research object and proposed to modify/clarify concepts to support the synthesis result of this research. However, to achieve these objectives, we used the feminist epistemology, with the empirical research is concerned in visualizing what is unseen.

KEYWORDS: Mainstreaming a gender perspective. RMAAM. Movement of Women / Feminist

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	A ONU e as Conferências Mundiais sobre a Mulher	57
QUADRO 2	Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe	APÊNDICE B
QUADRO 3	Avanços do trabalho da Mesa Técnica Violência Baseada em Gênero– Período 2008 – 2013	127
QUADRO 4	Mecanismos Governamentais de Gênero. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	154
QUADRO 5	Alcances por meio da Cooperação Técnica AECID – RMAAM	176

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Temas debatidos na REM 1998 – 2007

109

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Índice de Paridade na Tomada de Decisões – ANO 2007 – ISOQUITO	137
GRÁFICO 2	Evolução da presença das mulheres parlamentares nos países do MERCOSUL / 2001 – 2010	138

LISTA DE SIGLAS

AECID	Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo
AFM	Articulación Feminista Marcosur
ALBA	Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América
ALCA	Aliança de Livre Comércio das Américas
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CC	Comitê de Cooperação
CCCCP	Centro de Coordenação e Capacitação Policial
CCMAS	Comissão de Coordenação de Ministros de Ação Social
CDH/ONU	Conselho dos Direitos Humanos da ONU
CDNM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CEDAW	Convention to Eliminate All Forms of Discrimination Against Women
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIDEM	Centro de Informação e Desenvolvimento da Mulher
CISSR	Comisión Intergubernamental Salud Sexual y Reproductiva
CIM	Comissão Interamericana de Mulheres
CLADEM	Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher
CMC	Conselho Mercado Comum
CMP	Coordinación de Mujeres del Paraguay
CSW	Conference Status of Women
COMMCA	Consejo de las Ministras de la Mujer de Centroamérica
ECOSOC/ONU	Economic and Social Council/ONU
EUA	Estados Unidos da América
FCCP	Foro de Consulta e Concertação Política
FCES	Foro Consultivo Econômico-Social
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
FSM	Fórum Social Mundial
GANEMPLE	Grupo de Alto Nivel de Empleo
GMC	Grupo Mercado Comum

IPPDH	Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul
ISM	Instituto Social do Mercosul
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MESECVI	Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARLASUL	Parlamento do Mercosul
PARLATINO	Parlamento Latino-Americano
PEAS	Plano Estratégico de Ação Social
RAADH	Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar
REBRIP	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
REM	Reunião Especializada da Mulher
REMMA	Red de Mecanismos de la Mujer Andina
RMAAM	Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher
RMADS	Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social
RMJ	Reunião de Ministros da Justiça
RMS	Reunião de Ministros da Saúde
SAM	Secretaria Administrativa do Mercosul
SGT nº 10	Sub Grupo de Trabalho nº 10
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SPM	PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
TEC	Tarifa Externa Comum
UNIFEM	United Nations Development Fund for Women
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 VISIBILIZANDO O OCULTO: ELOS ENTRE AS ABORDAGENS FEMINISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, O FEMINISMO INTERNACIONALISTA E O MERCOSUL	28
1.1 ABORDAGENS FEMINISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	29
1.2 O FEMINISMO NO CENÁRIO INTERNACIONAL OU O INTERNACIONALISMO FEMINISTA	49
1.2.1 América latina feminista e o debate das “ondas”	59
1.2.2 Convergências entre o movimento de mulheres/feminista e o campo de estudo das relações internacionais	70
1.3 O MERCOSUL E SUA INSERÇÃO NO DEBATE FEMINISTA INTERNACIONAL	77
1.3.1 A REM – passos no caminho da institucionalidade	87
2 RMAAM – REUNIÃO DE MINISTRAS E ALTAS AUTORIDADES DA MULHER DO MERCOSUL	90
2.1 A CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL: TERMOS TEÓRICOS E PRÁTICOS.....	90
2.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA RMAAM.....	98
2.3 AGENDA DA RMAAM	108
2.3.1 Fortalecimento institucional da RMAAM e a transversalização da perspectiva de gênero	113
2.3.2 Mesas técnicas “Violência baseada em gênero” e “Trabalho e integração econômica”	124
2.3.2.1 “Violência baseada em gênero”	125
2.3.2.2 “Trabalho e integração econômica”	131
2.3.3 Participação política das mulheres	133
3 ALCANCES E LIMITAÇÕES PARA A TRANSVERSALIZAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL	140
3.1 BREVE EXPLANAÇÃO DO CONCEITO DA <i>TRANSNATIONAL ADVOCACY NETWORKS</i> POR KECK E SIKKINK	141

3.2 FORTALECIMENTO DA RMAAM.....	<u>144</u>
3.2.1 Avanços e desafios no fortalecimento da RMAAM.....	<u>146</u>
3.2.1.1 Intercâmbio de experiências.....	<u>151</u>
3.2.2 Participação do movimento de mulheres/feministas	<u>155</u>
3.2.2.1 A conquista da REM.....	<u>158</u>
3.2.2.2 Formação da agenda de gênero.....	<u>160</u>
3.2.2.3 Ampliando a participação social dentro da RMAAM	<u>165</u>
3.3 A Cooperação Internacional.....	<u>171</u>
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	<u>180</u>
REFERÊNCIAS	<u>184</u>
APÊNDICE A – Roteiros das entrevistas semiestruturadas	<u>192</u>
APÊNDICE B – QUADRO 2 - ENCONTROS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS E DO CARIBE.....	<u>209</u>

INTRODUÇÃO

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) deriva do histórico das tentativas de integrações latino-americanas das décadas de 1960 e 70, como a ALALC – Associação Latino-Americana de Livre-Comércio – e ALADI – Associação Latino-Americana de Integração. Consta em seu enredo, atualmente, a participação da Argentina, do Brasil, Paraguai, Uruguai e da Venezuela, na qualidade de Estados Partes; e do Chile, Bolívia, Peru e Colômbia, como Estados Associados¹. A linhagem histórica que se seguiu até culminar na constituição do Mercosul repousa especificamente nas articulações da Argentina e do Brasil, no fim dos anos de 1980, com o objetivo de lograrem um processo de cooperação e integração econômica.

Contudo, os desenvolvimentos domésticos e internacionais afetariam o fluxo desse projeto. A conjunção de fatores internos e externos² direcionou os Estados periféricos a apresentarem uma restauração democrática, a partir de 1989, pelo triunfo dos grupos, na sociedade e no Estado, favoráveis a uma política de abertura da economia aos bens, serviços, tecnologias e capitais estrangeiros, de desregulamentação da atividade econômica e da redução das atividades do Estado como empresário, promotor e regulador do desenvolvimento (GUIMARÃES, 2006). Assim, uma Nova Ordem Mundial foi sendo implementada e impulsionada pelo teor ideológico do neoliberalismo que, na prática, apresentou como motor de expansão as megaempresas multinacionais nas lucrativas regiões periféricas. Logo, os programas de integração nessas regiões deveriam se adaptar aos novos tempos e renunciar a suas características de formação de blocos econômicos para o fortalecimento das economias e dos capitalismo nacionais, de construção de seu poder de negociação internacional, de esforço conjunto de desenvolvimento industrial e tecnológico, para se tornarem mecanismos

¹ O Mercosul demonstra capacidade de atração renovada. Abriram-se novas perspectivas de ampliação. Foi assinado, em dezembro de 2012, o Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul, que, uma vez incorporado ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, fará do Estado Plurinacional da Bolívia o sexto membro do bloco. Houve também avanço no diálogo com o Equador. Guiana e o Suriname também passaram a contar com formas de participação nas reuniões do Mercosul e expressaram o interesse em aprofundar as relações com o bloco. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul>>. Acesso em dez 2013.

² “(...) as dificuldades em controlar a inflação e o risco de hiperinflação e a estagnação da produção levaram a conjunturas internas de instabilidade econômica e de risco de retrocesso político. De outro lado, a revolução ideológica conservadora que se inicia com Thatcher e Reagan tornou hegemônica a visão neoliberal da economia em todo o mundo, com grande influência sobre a periferia, em especial a Argentina e o Brasil” (GUIMARÃES, 2006, p. 379).

auxiliares na abertura neoliberal de mercados e contribuindo para o processo de globalização e liberalização total da economia mundial³.

Como culminância desse processo, em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção, instituindo propriamente o Mercosul. O objetivo genuíno desse acordo era a complementação comercial por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Ao longo do seu desenvolvimento, o bloco passou a ser interpretado também como um instrumento de integração político-social entre as sociedades que participam desse processo, como também uma forma independente de inserção no atual cenário internacional (GUIMARÃES, 2006; CERVO, 2008). Ou seja, uma alternativa de inserção soberana da região na nova ordem mundial multipolar, também em construção, segundo Samuel P. Guimarães (2006), sob a perspectiva de um processo contra-hegemônico, ou, no mínimo, mais autônomo e soberano.

Com o andamento dos governos democráticos recentes que formam parte do bloco, o teor político de como a integração estava sendo gerida começa a ser questionada, principalmente pela sociedade civil dos Estados Partes. Refere-se à qualidade democrática do processo, relacionando a democracia como um arranjo de mediação entre a relação da sociedade civil com o processo de integração. A democratização, aqui entendida, conecta-se ao processo crescente de incorporação de novos atores à vida social e aos seus benefícios, ao alcance da igualdade de oportunidades e da participação nas diversas esferas que afetam a vida individual e coletiva. Sem esquecer que sob os temas explícitos de negociações econômico-comerciais, subjaz outro nível de significados, que faz referência a dimensões político-institucionais, culturais e subjetivas dos projetos de integração (CAETANO, 2007; VAILLANT, 2004).

Dessa forma, mais um desafio é posto em pauta, pois os processos de democratização consistem na possibilidade de transformação de instituições e elementos culturais, sociais, econômicos e políticos. O conceito de democratização social, por sua vez, especifica os processos de mudança da desigualdade de poder e de recursos nas instituições públicas e privadas, e dos mecanismos participativos que facilitam a incorporação à participação política

³ “Daí a origem da expressão *regionalismo aberto*, cunhada pela Cepal, para justificar o regionalismo em uma época de globalização e derrubada de barreiras, apresentando os esquemas de integração periféricos como meras etapas do processo de globalização” (GUIMARÃES, 2006, p. 381).

de atores deslocados, tanto em virtude de seu gênero, como pela sua idade, religião, etnia (DI MARCO, 2007; PATEMAN, 1992). Dessa maneira, torna-se sustentável uma discussão sobre a transversalização da perspectiva de gênero no cenário em questão, que, por sua vez, apresenta o seguinte entendimento: por transversalização da perspectiva de gênero entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (BANDEIRA, 2005).

Substancialmente, a perspectiva de gênero relaciona-se com esse conceito de democracia, um dos objetivos mais difíceis de ser alcançado na integração, já que esta reflete os cenários nacionais em que a democracia está em fase de consolidação. Ao mencionar os processos de democratização social, debate-se acerca da distribuição de saberes e recursos de uma sociedade, da revisão dos privilégios que sustentam as bases da autoridade, os processos que permitem a explicitação da desigualdade para os atores marginalizados ou subordinados (DI MARCO, 2007). Assim, faz-se referência a uma progressiva consolidação de uma cultura democrática no nível macro e no micro social, com valores como a participação, o pluralismo, a desnaturalização da dominação, a redefinição da autoridade e do poder, a concepção da vida cotidiana, em nível nacional ou regional, como lugares considerados potenciais propulsores da história. Como considera Anthony Giddens (1992), a democratização organiza de forma mais justa e equitativa o poder e tenta convertê-lo em relações negociadas, tanto se são entre iguais, como se são entre autoridades e atores diferentes. A democratização das relações humanas em uma sociedade passa pela discussão das relações de gênero, neste sentido a luta das mulheres não está relacionada apenas aos seus interesses imediatos, mas aos interesses gerais da humanidade.

Por sua vez, os movimentos sociais, populares, as organizações sociais, sindicatos, a sociedade civil de forma geral inscrevem-se em um campo de práticas democráticas, multiplicando os espaços nos quais as relações de poder estão abertas à contestação democrática. Ao instalar novos interesses na agenda pública, a politização da sociedade permite a ampliação da participação política. As relações no interior dos movimentos, grupos, organizações sociais, com suas contradições e ambivalências, refletem a busca da horizontalidade, o debate, a criação de mecanismos democráticos para levar suas demandas às

institucionalidades estatais e participar da sua condução. Dessa maneira, a reflexividade permite a democratização da democracia (GIDDENS, 1992).

De acordo com os fundamentos para se alcançar o mercado comum pautados no Tratado de Assunção (1991), existiam pressupostos políticos, econômicos e sociais de democracia para a formação da estrutura do bloco simétrica à institucionalidade dos Estados Partes. Assim, esse pensamento democrático⁴ vem estruturar, em um primeiro momento, a participação social dentro do bloco (Fórum Consultivo Econômico Social – FCES em 1996), a representação parlamentar de cada Estado Parte (Comissão Parlamentar Conjunta em 1994), bem como trazer ao debate da integração o tema da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (Reunião Especializada da Mulher – REM em 1998), dando início à dimensão social desse processo de integração.

Ao procurar, então, as maneiras como o gênero legitima e constrói as relações sociais, começa-se a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise, pois o gênero foi percebido como uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política, segundo Scott (1987), denominada nas Relações Internacionais como *high politics*.

A “alta política” é um conceito de gênero, pois estabelece a própria importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente, e em tempo, graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento (SCOTT, 1987). O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele refere-se à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder *per se*. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro ao tratá-lo sob a perspectiva de gênero (SCOTT, 1987).

As mudanças na organização das relações sociais, por sua vez, correspondem à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. É o que se pode ver com a realidade do Mercosul na última década, quando outras classes políticas vem assumindo os governos nacionais dos Estados Partes, fazendo

⁴ Ver Protocolo De Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998). Disponível em: < http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/1998_PROTOCOLO%20DE%20USHUAIA-Compromiso%20democr%C3%A1tico_port.pdf>. Acesso em mar 2014.

com que esse fato político tenha consequências nessa integração regional. E uma destas é a construção da transversalização da perspectiva de gênero na institucionalidade do bloco.

As transformações no cenário mundial relativas à atuação do movimento feministas/de mulheres pela garantia dos direitos das mulheres, como a criação da *UN Women*, assinatura de convenções, tratados, normativas internacionais sobre temas relacionados às lutas feministas, influenciarão diretamente na constituição de mecanismos para a promoção da perspectiva de gênero e na garantia desses direitos em vários cenários regionais (GUZMÁN, 2006). A América Latina inclui-se nesse contexto tanto em relação aos temas da agenda política feminista quanto a de outros novos temas sociais, como meio ambiente, segurança alimentar, economia social e solidária, entre outros.

Portanto, o escopo deste trabalho está plasmado em um horizonte de mudanças e transformações de fundo localizado nos cenários mundial e latino-americano de lutas sociais, entre as quais se encontra o movimento feminista/de mulheres⁵. Nesse contexto e considerando os Estados Democráticos reinstalados na região, essas mesmas lutas sociais protagonizadas por organizações conectadas por uma solidariedade transnacional e usando de estratégias políticas de articulação e comunicação, segundo o conceito de “Redes de defesa transnacionais” ou *Transnational Advocacy Networks* das autoras Keck e Sikkink (1998), essas lutas sociais urgem, nas suas agendas políticas, por democratizar os espaços institucionais, nacionais ou regionais/latino-americanos. E ainda, buscam democratizar as culturas das sociedades formadoras desses Estados e, conseqüentemente, suas relações humanas, influenciadoras das estruturas político-administrativas, como as da integração regional.

Essa influência pode ser visualizada no movimento de mulheres/feminista latino-americano nos anos de 1994-95, quando ensaia suas primeiras mobilizações em torno do alinhamento de propostas para serem levadas à discussão nos encontros preparatórios para a “IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher: ação para igualdade, desenvolvimento e paz”, realizada em setembro de 1995 e conhecida também como “Conferência de Beijing” ou “Conferência de Pequim”. O momento prévio de articulação para esta conferência foi determinante na aproximação interna deste setor da sociedade civil regional, influenciando,

⁵ “Uma distinção entre organizações de movimentos de mulheres ‘femininos’ e ‘feministas’ é comumente feita tanto pelas participantes do movimento quanto por cientistas sociais na América Latina. Paul Singer esclarece o uso desses conceitos: ‘As lutas contra o aumento do custo de vida respectivo às escolas, creches, etc., assim como medidas específicas para proteger mulheres que trabalham interessam intimamente às mulheres e é possível considerá-las reivindicações *femininas*. Mas não são *feministas* na medida em que não questionam o modo pelo qual se inserem as mulheres no contexto social’” (ALVAREZ *et al.* *apud* SINGER, Paul. O Feminino e o Feminismo. In: **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes. 1980, p. 116-17).

doravante, o questionamento do papel e da inclusão da Mulher nos processos integracionistas regionais (ORSINO, 2010; CELIBERTI, 2010; GUZMÁN, 2006). Além da influência dos movimentos organizados de mulheres, estavam presentes nessas articulações políticas a FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais) e a UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher), com o objetivo de capacitar e sensibilizar as organizações e movimentos sociais deste setor que ainda não atentavam para a importância de estarem presentes no desenho da integração Mercosul. Além de mostrar na prática a importância da cooperação entre instituições internacionais/regionais e organizações sociais.

Alcançados, então, alguns objetivos da Plataforma de Ação de Beijing⁶ de 1995 e com a promoção, em âmbito internacional, das questões da Mulher e de Gênero, essa influência será percebida nos Estados Partes e na própria estrutura do bloco Mercosul. Dessa forma, em 1998, é criada a Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM), através da Resolução nº 20/98 do Grupo Mercado Comum (GMC). Inicialmente, tinha como objetivo ser um foro de encontro e discussão quanto à igualdade de oportunidades dentro do bloco, onde participavam as instâncias dos governos que tratavam sobre a temática da Mulher e algumas organizações sociais. No momento atual, dada sua atividade e importância política dentro do processo de integração, alcança em 2011 o *status* jurídico-político de Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM), estando ligada diretamente ao Conselho Mercado Comum (CMC), órgão máximo condutor do Mercosul.

Do ano de 1998 a 2011, muitos atores foram agregados ao debate, algumas competências foram ampliadas e vários avanços foram sendo alcançados pela RMAAM, anteriormente REM. A análise do que aconteceu em termos de prioridade de temas e diálogo fortalecido entre sociedade civil regional e Mercosul, organismos internacionais e Mercosul através da cooperação técnica, e o próprio intercâmbio de experiências e o diálogo entre as delegações dos governos nacionais na instância da reunião, mostram que, apesar de todas as assimetrias e contradições do processo integracionista, o pensar regional sobre equidade de gênero tem sido praticado por meio de ações regionais provindas dos trabalhos do foro. Pode-se confirmar tal realidade, por meio das atas das reuniões e dos dados obtidos através das

⁶“A Plataforma de Ação de Pequim definiu os direitos das mulheres como direitos humanos e se comprometeu com ações específicas para garantir o respeito desses direitos”. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>>. Acesso em set 2013.

entrevistas⁷ feitas com organizações sociais, participantes da RMAAM, e com representantes dos mecanismos nacionais de políticas para a Mulher dos Estados Parte do bloco.

A partir da etapa de relançamento do bloco, em meados do ano de 2003, é lançada uma agenda social, e, com isso, são criados espaços institucionais responsáveis pelos temas referentes a essa agenda, como a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados – RAADH (2005) e o Instituto Social do Mercosul (2010). Logo, o bloco vai se inclinando para uma postura sócio-política que perpassa a esfera econômico-tarifária do momento da sua idealização (RODRIGUEZ, 2010). Aqui é importante acentuar que essa postura sócio-política é de fundamental importância para o trabalho em questão, pois é nesse cenário político que se vem aprofundando a transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul.

A atual estrutura do bloco tem gerado possibilidades para que as mulheres participem dos espaços institucionais, potencializando-os a fim de que se tornem mais democráticos, atendendo aos interesses do conjunto das sociedades. Como bem relaciona Graciela Rodriguez e Vivian Tavares (ambas militantes da REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos e do Instituto EQUIT), que, desta forma, busca-se democratizar o processo e contribuir ao seu fortalecimento com a incorporação do interesse das mulheres e a perspectiva do combate às desigualdades, neste caso as existentes entre homens e mulheres no âmbito do tratado (RODRIGUEZ; TAVARES, 2006). Indo mais além, é necessário ainda incumbir-se, desde os diversos âmbitos onde as mulheres atuam, da construção de um processo participativo que garanta um Mercosul mais democrático, anti-patriarcal e com equidade de gênero.

Tendo isso em vista, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar o estado da arte sobre a transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul, tendo como lócus fundamental a REM/RMAAM. O trabalho também está delineado por alguns objetivos específicos. São eles:

⁷ Foram entrevistadas representando os mecanismos nacionais de políticas para a Mulher: Maria Angélica Fontão, membro da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM do Brasil e ex-assistente técnica nacional do projeto “Fortalecimento da Institucionalidade e perspectiva em gênero no Mercosul”, financiado pelo Programa de Cooperação MERCOSUL – AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento); Juliana Lazagabaster, ex - assistente técnica da RMAAM e atual Assessora da “Dirección de la Mujer - Cancillería Argentina”. Na representação do movimento de mulheres/feminista foram entrevistadas: Lilian Celiberti, militante feminista, representando a “Articulación Feminista Marcosur” que participa no âmbito da RMAAM; Emília T. Xavier Fernandes, presidenta do capítulo Brasil do “Fórum de Mulheres do Mercosul”, organização social assessora da RMAAM. Todas as entrevistadas concordaram quanto à publicação de suas respostas nesta pesquisa. Tentou-se contato com as representações brasileiras da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, CLADEM (Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher), CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), S.O.S Corpo, que participam da RMAAM, mas sem êxito. Como também não se conseguiu êxito com o contato com as representantes dos mecanismos de gênero do Paraguai e Uruguai na RMAAM.

a) analisar a importância do movimento de mulheres/feminista a nível internacional e latino-americano na conquista de direitos e transformação da cultura patriarcal para outro marco cultural de equidade de gênero; b) mostrar a relevância da inclusão do tema de gênero em âmbitos como o processo de integração regional para visibilizar como a “alta política”, todavia, não é aberta à participação feminista/de mulheres; c) avaliar as relações de poder e dominação que travam a transformação política desta integração, quando a equidade de gênero é posta para ser transversalizada no desenho e na substância do Mercosul. Interessa, portanto, observar e analisar a construção e desenvolvimento da REM/RMAAM, tendo como plano de fundo as organizações e movimentos sociais e a cooperação técnica internacional dentro de um cenário complexo de poder.

Para justificar este trabalho, pondera-se a importância dos alcances da prática política do movimento de mulheres/feminista no cenário latino-americano, particularmente, e a sua influência para a transversalização da perspectiva de gênero dentro do Mercosul. Igualmente, outros êxitos provindos da nova agenda da integração regional, que se diversificou amplamente a partir de 2003, fundamentam os motivos da escolha do tema desta pesquisa, a seguir: a) o combate às assimetrias, com a criação do Fundo de Convergência do Mercosul (FOCEM) e o aporte de 100 milhões de dólares ao ano para obras de infraestrutura, principalmente no Paraguai e no Uruguai; b) a instituição do direito à verdade e à memória, com a criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH)⁸; c) a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) como formas de integração pela via do ensino superior, da mobilidade acadêmica, do intercâmbio científico e da formação de um espaço acadêmico comum, regional, de cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural; d) a adoção do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) pelo Instituto Social do Mercosul (ISM), com uma plataforma de políticas sociais que vai da agricultura familiar à regionalização dos programas de transferência de renda; e) a garantia de direitos previdenciários, um dos pilares da livre circulação de pessoas, com o acordo previdenciário do Mercosul; f) a criação do sistema de compras com moeda local, alternativa ao dólar para a realização de negócios no Mercosul; g) a instituição da Unidade de Participação Social (UPS),

⁸ Recentemente, em abril de 2014, foi criado o Museu dos Direitos Humanos do Mercosul (MDHM) na cidade de Porto Alegre – RS. “Márcio Tavares dos Santos, director del Museo, afirmó que este nuevo espacio tendrá la misión de ser un punto de unión entre las instituciones dedicadas a la memoria que existen en el MERCOSUR: ‘Es un museo transnacional, una experiencia única en el continente y tal vez en el mundo, cuya función principal será trabajar por la integración, la paz y los derechos humanos’”. Disponível em: <<http://www.ippdh.mercosur.int/Novedad/Details/130156>>. Acesso em abr 2014.

das Cúpulas Sociais e do Estatuto da Cidadania, com vistas a adensar uma esfera pública e cidadã no interior do bloco. Esses são alguns exemplos da nova agenda regional que já são realidade (MARTINS, 2013).

Do mesmo modo, esta pesquisa visa colaborar com os estudos transnacionais relacionados com a inserção dos novos atores nas Relações Internacionais, que contribuem com a construção da prática política além das fronteiras e reafirmam que os Estados não são os únicos atores detentores do poder de decisão nos âmbitos nacional, regional e internacional. Além disso, é relevante mostrar “se é adequado centrar-se nos Estados e nos processos capitalistas mundiais e não abordar somente as atitudes sociais e as estruturas, as quais conferem gênero para as Relações Internacionais” (HARDING *apud* KEOHANE, 1989, p. 175). Pretende-se, por conseguinte, contribuir no sentido de desmarginalizar a área de estudos nas Relações Internacionais que pesquisa Gênero e Feminismo, no intuito de visibilizá-la, a partir de suas epistemologia e metodologia próprias, mostrando a relevância das suas demandas e análises.

Gênero⁹ é uma categoria relativamente recente no campo de conhecimento das Relações Internacionais. Porém, já reúne um acervo de estudos e pesquisas que mostram evidências da própria realidade fenomenológica da sociedade contemporânea a partir dessa perspectiva de gênero, bem como apresenta uma construção epistemológica de abordagens interpretativas da política que acontece na arena internacional (OLIVEIRA, 2010). O objetivo de gênero nas Relações Internacionais, desse modo, encontra-se na prática política dos movimentos feminista/de mulheres que tem como finalidade, em parte, continuar buscando e demandando a conquista de direitos e a valorização da mulher no espaço público, seja este de caráter estatal ou não. A fim de lograr tal finalidade, a Academia junta-se à luta feminista no intuito de construir uma epistemologia feminista que torne visível o que é invisível, que faça ouvir o que não está sendo ouvido, que mostre as injustiças com clareza, que revele o oculto e que questione padrões aceitos e dogmatizados.

A abordagem feminista das Relações Internacionais foi sendo amadurecida, no decorrer da década de 1980, e começou a conquistar espaço no cenário internacional. Como as demais teorias contemporâneas, as abordagens feministas auxiliam a acirrar o debate com o tradicionalismo teórico na tentativa de compreender o mundo pré e pós-Guerra Fria através das suas perspectivas. O pluralismo de concepções que chamam a atenção para diferenças sociais e políticas baseadas no gênero identifica a não unicidade de uma epistemologia para

⁹ Função e atuação, experiência e contribuição da mulher, organizada de maneira coletiva ou de forma individual no campo das Relações Internacionais (OLIVEIRA, 2010).

este bloco de abordagens, principalmente porque o feminismo tem como base perspectivas positivistas e pós-positivistas. A influência do pós-positivismo é a mais relevante, pois rompe com a forma simplista que as teorias feministas positivistas compreendiam as Relações Internacionais; além de motivar o aprofundamento no estudo da influência patriarcal na formação dos discursos e das práticas violentas na condução das políticas interna e externa dos Estados (OLIVEIRA, 2010). Por isso, observa-se que o gênero, historicamente, foi praticamente silenciado ao longo dos anos, quando autoras pioneiras como Cynthia Enloe, J. Ann Tickner, Jean Bethke Elshtain ousaram romper tal silêncio, expressando críticas positivas na busca de acesso e inclusão feminista, na tentativa de abrir espaço de igualdade ao lado do âmbito realista masculino e estatocêntrico, ensejando a oportunidade de aproximação e diálogo no âmbito das Relações Internacionais.

As abordagens de gênero e a relevante pesquisa empírica feminista passaram a revelar, então, aspectos ocultos das estruturas de poder e da política, as diferenças, as opressões e as violações, as lutas das mulheres em busca de seus direitos, empregando para tanto recursos da epistemologia feminista e do método denominado *feminist informed*, que se constitui em questionar conceitos e padrões tradicionais de análise das Relações Internacionais (OLIVEIRA, 2010). Mais especialmente, a abordagem crítica feminista e sua análise desconstrutiva, que utiliza ferramentas da epistemologia e da autorreflexividade, busca transformar as iminentes estruturas de poder, ousando mudar o que pode e deve mudar, na tentativa de transformar o hierarquizado paradigma dominante. Como essa abordagem e seus desdobramentos são vivenciados cotidianamente, a abordagem feminista das Relações Internacionais apresenta uma característica de complementação por conceitos abertos, horizontais e humanizantes (OLIVEIRA, 2010).

Logo, as autoras de gênero circundando-se, em suas práxis, por singular e inovadora metodologia feminista, ocupam-se na elaboração de categorias, critérios, parâmetros e conceitos, pensados como instrumentos para facilitar o manuseio de suas perspectivas. Buscam compartilhar suas conquistas, sabedorias e experiências e, conseqüentemente, contribuir com o aprofundamento das Relações Internacionais contemporâneas, multicêntricas e interdisciplinares, atuando, ora ao lado dos atores estatais tradicionais, ora ao lado dos dinâmicos novos atores: entidades internacionais, ONGs, movimentos populares nacionais, regionais e transnacionais.

Apesar de trabalhar novas percepções, o feminismo manterá o seu enfoque no combate à hierarquia de gênero e a dominação do discurso masculino legitimado por meio da sua influência nas relações políticas, econômicas, militares e religiosas. A proposta inicial desta

abordagem é contribuir na promoção da emancipação da mulher nas relações internacionais através da construção de várias visões feministas que evidenciem o tratamento excludente imposto ao gênero feminino e que, ao mesmo tempo, promova também um enfrentamento ao androcentrismo, à misoginia e à construção social sexista.

As feministas também chegarão à conclusão de que existe um processo de feminização dos oprimidos das Relações Internacionais, partindo do princípio de que as minorias raciais, homossexuais e a população da periferia mundial são vítimas dos discursos e das práticas impostas pelo gênero masculino. Ou seja, examinam as Relações Internacionais a partir do ponto de vista das pessoas que sistematicamente foram excluídas do poder (TICKNER, 1988). O propósito do feminismo ao insistir nessas críticas é contestar o espaço marginal delegado às mulheres e, igualmente, enfatizar as contribuições que o gênero feminino pode produzir na construção das Relações Internacionais, argumentando que as mulheres são uma base para a *high politics* independente da multiplicidade de papéis que elas executem, sejam de esposas, namoradas, prostitutas, trabalhadoras ou consumidoras.

Nesse sentido, as concepções feministas contribuem no entendimento da importância que a participação feminista representa para a consolidação de um Mercosul democrático. Como também, colaboram com a compreensão sobre a importância de discutir os direitos humanos da mulher e a perspectiva de gênero dentro desse processo de integração regional, no intuito de garantir a igualdade de oportunidades para ambos os sexos, como condição para a equidade social e a eficiência na distribuição dos recursos. Esses processos apresentam efeitos diferenciados, o que faz com que os benefícios da expansão comercial possam ser distintos entre homens e mulheres, tanto como entre diferentes grupos de mulheres, o que tem implicações para a equidade de gênero (RODRIGUEZ; TAVARES, 2006).

Posto isto, no primeiro capítulo, será feito um percurso pelos debates teóricos das Relações Internacionais para compreender o elo internacionalista das abordagens feministas deste campo de estudo. Será analisado o sentido da categoria internacional dos feminismos e como o Mercosul insere-se nesse cenário. Essas três dimensões serão consideradas a partir da importância que a pesquisa sobre gênero ganha ao longo da década de 1980, e, doravante, no campo das Relações Internacionais. Será considerada, também, a confluência dessa área de estudos com os movimentos de mulheres/feminista nos cenários internacional e latino-americano, tendo em vista a universalidade de categoria secundária dada ao gênero feminino, segundo Ortner (1974).

No segundo capítulo, será mostrado o estado da arte da transversalização da perspectiva de gênero pela RMAAM e os principais pontos da agenda deste foro, a partir da

conformação dessa reunião por meio da incidência política do movimento de mulheres/feminista¹⁰, da cooperação internacional e o intercâmbio de experiências entre as delegações nacionais que fazem parte do foro. A análise foi feita através de pesquisa documental, por meio de entrevistas semiestruturadas¹¹ com representantes do movimento de mulheres/feminista e dos mecanismos de gênero participantes da RMAAM, pelas atas e documentos da RMAAM, disponibilizados na sua página oficial na web, que mostram como se deu a sua constituição e o panorama geral da sua atividade no bloco.

Por fim, no terceiro capítulo, serão analisados os desafios e as conquistas da construção da transversalidade da perspectiva de gênero, a partir de dois fenômenos que se destacaram no transcorrer da pesquisa: cooperação técnica feita a partir de organismos internacionais, regionais e agências de cooperação; e pela participação dos movimentos de mulheres/feministas. Ambos conectados diretamente com o fortalecimento da RMAAM. Essa análise está permeada pelo conceito de “Redes de Defesa Transnacionais” ou *Transnational Advocacy Networks* das autoras Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998), que foi aplicado para analisar as estratégias usadas por esses fenômenos em torno à RMAAM para fortalecer a construção da transversalização da perspectiva de gênero no bloco. Como plano de fundo, serão visibilizadas as relações de poder que influenciam positiva e negativamente para serem alcançados ou não os objetivos do foro. Por meio de ampla pesquisa bibliográfica tanto em autores(as) brasileiros(as) quanto de outros países foi possível tal análise. Ademais, foram utilizadas legislações brasileiras, internacionais, normativas do Mercosul, portais oficiais, documentos provindos das organizações sociais trabalhadas, publicações em forma de artigos¹², textos jornalísticos, entre outras fontes para embasar teoricamente o conteúdo de toda a pesquisa.

Ainda assim, para conseguir tais objetivos, foi usada a epistemologia feminista que, junto à pesquisa empírica, ocuparam-se em visibilizar o que é invisível. Optou-se por realizar as mencionadas entrevistas semiestruturadas embasadas na ética em pesquisa feminista¹³.

¹⁰ Representação do movimento feminista/de mulheres que participam da RMAAM oficialmente: Articulación Feminista Mercosur; Fórum de Mulheres do Mercosul; Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM; Comissão de Mulheres da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul; e a Red Internacional de Género y Comercio. Outras organizações e movimentos sociais participam da reunião, mas somente como observadoras.

¹¹ O roteiro das entrevistas e as respostas das entrevistadas encontra-se ao final deste trabalho na seção “Apêndice A”.

¹² Principalmente pesquisas, artigos e livros escritos por militantes feministas latino-americanas, como a Virgínia Vargas Valente, Virginia Guzmán Barcos, Lilian Celiberti, Graciela Rodriguez e Marcela Lagarde.

¹³ “Constitui um compromisso do pesquisador sobre como investiga. Envolve estar atento ao (1) poder do conhecimento e mais profundamente da epistemologia; (2) aos limites, marginalizações e silêncios; (3) relacionamentos e aos seus poderes diferenciais, e (4) a nossa própria situacionalidade como pesquisadores.

Foram estruturados roteiros de perguntas, para não engessar a resposta das entrevistadas, com o propósito de: aumentar a familiaridade da pesquisadora com os atores sociais que participam diretamente do objeto de pesquisa proposto e modificar/clarificar conceitos para fundamentar a síntese decorrente deste trabalho.

Precisamos estar atentos a como a nossa própria situação, com relação a privilégios e experiências, condiciona o nosso conhecimento e pesquisa. O compromisso do pesquisador *feminist-informed* com a própria reflexão, porém, não é apenas um compromisso para refletir sobre a sua identidade como pesquisadora, mas sim de notar e pensar por meio dos silêncios na epistemologia dos limites e dinâmicas de poder (do processo de pesquisa em si), dentro de um âmbito de perspectivas teóricas, *conforme o pesquisador conduz sua própria pesquisa*” (ACKERLY; TRUE, 2008, p. 231, grifos das autoras).

1 VISIBILIZANDO O OCULTO: ELOS ENTRE AS ABORDAGENS FEMINISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, O FEMINISMO INTERNACIONALISTA E O MERCOSUL

Por que visibilizar o oculto? Tornar o quê visível? O quê estaria ocultado? A universalidade da subordinação feminina é o que move a essência deste capítulo. O *status* inferior imposto ao gênero feminino apresenta razões de ser de fundo patriarcal que são ocultadas e invisibilizadas por uma cultura em que todos os referentes conectados ao gênero masculino estão hierarquicamente posicionados acima do feminino. Tornar visível o oculto está representado, portanto, pela energia despendida por meio da luta das mulheres ao redor do mundo contra a ordem que as subordinam. Assim, a opressão oculta será visibilizada aqui através: 1) da organização coletiva feminista/de mulheres articulando demandas comuns por entre uma prática de empoderamento¹⁴ individual e coletiva; 2) do espaço acadêmico, escrevendo, pesquisando e abordando o feminismo e o gênero como categorias de análise crítica no campo de estudos das Relações Internacionais; 3) das mulheres quando ocupam espaços, como o processo de integração regional Mercosul, questionando as relações de poder transversalizadas pela hierarquização do gênero masculino sob o feminino nesse espaço de constante disputa política regional.

Para tanto, este capítulo está composto por um percurso histórico de alguns debates teóricos das Relações Internacionais e uma análise crítico-interpretativa das abordagens feministas dessa área. Que, por sua vez, serão relacionadas às lutas feministas representadas por movimentos sociais de mulheres/feminista latino-americanos e a nível mundial. Bem como, será mostrada a inserção do âmbito do Mercosul nesse questionamento da reprodução

¹⁴ “*El empoderamiento de las mujeres* cuyo cometido es lograr el fortalecimiento de las mujeres y el desarrollo de capacidades para lograr su mejoría vital, la salida de situaciones críticas y la satisfacción de sus necesidades más acuciantes con su acceso al empleo, la salud, la educación la justicia y a todo aquello que les permita enfrentar con fuerza la solución a sus problemas de género. El empoderamiento pasa por lograr la participación organizada civil y política con el despliegue de capacidades para relacionarse con las instituciones y para articular la satisfacción de sus necesidades y la solución de sus problemas con los de otras mujeres y actuar de manera conjunta a través de organizaciones civiles, redes, colectivos, plataformas, observatorios. Mediante la participación civil y la agencia política de las mujeres, es posible construir sus derechos políticos en busca de igualdad y facilitar la participación legal y reconocida en la sociedad civil y en el Estado. Los mecanismos para el *empoderamiento de las mujeres*, son múltiples y abarcan, desde luego, la educación además de la formación y la capacitación política y jurídica, de gestión y administración. Es parte medular del empoderamiento *el acceso a*. Se trata del acceso al agua, el acceso a la alimentación, el acceso a bienes, el acceso a oportunidades, el acceso a recursos. El empoderamiento se concreta en la posibilidad de las mujeres de mejorar su calidad de vida, su salida de situaciones de violencia y de pobreza; el reconocimiento de su interlocución, sus actuaciones y su agencia; en su participación civil y política situada en su condición de género; en su calidad de vida, su bienestar y su prosperidad” (LAGARDE, 2013, p. 379).

da subordinação do gênero feminino, justificando o motivo pelo qual se relaciona esse bloco ao debate feminista/gênero internacional.

1.1 ABORDAGENS FEMINISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As teorias de Relações Internacionais representam o pensar e o agir dos sujeitos políticos e atores na esfera da política internacional. Bem como são, na verdade, formas de saberes internacionais complexos e inter-relacionados. Representam a maneira organizada de compreender, explicar e decifrar o mundo, revestindo-lhe de cognoscibilidade, na concepção aqui utilizada por Thales Castro (2012). De sorte que, as visões teóricas que abarcam os estudos das Relações Internacionais são variadas e todas trazem consigo uma postura política através da defesa de postulados que substanciam sua existência. A seguir, é mostrado o pensamento de Robert Cox, quando este autor expõe sua máxima de que toda teoria é sempre feita para alguém e com alguma finalidade.

Theory is always for someone and for some purpose. All the theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space. The world is seen from a standpoint definable in terms of nation or social class, of dominance or subordination, of rising or declining Power, of a sense of immobility or of present crisis, of past experience, and of hopes and expectations for the future (1981, p. 128).

A narrativa histórica e a narrativa científica dos conceitos acabam, repetidas vezes, por revelar que as teorias são construídas a partir de determinadas lógicas de poder em processos complexos de manuseio dos conscientes (e inconscientes) coletivos. Cada teoria criada e verificada em Relações Internacionais advém de vários campos do saber humano e agrega ao amplo capital intelectual, formando o arcabouço teórico das Relações Internacionais, com suas respectivas falhas e virtudes (CASTRO, 2012). O campo de batalha pela luta e manutenção do poder ideológico acaba também por invadir as arenas teórico-científicas em várias áreas, em particular, nas Relações Internacionais.

Da clássica teoria do realismo¹⁵, passando pelos pós-modernos, pelas feministas e pelos pós-colonialistas, todos e todas, mesmo sem admitir, estão refletindo, reafirmando e elencando posturas e visões de mundo sobre temas tradicionais, como Poder e Estado. Diante disso, é relevante contrapor os pressupostos de conhecimento, saber e epistemologia em que as teorias clássicas das Relações Internacionais e as abordagens contemporâneas desta área estão assentadas. Uma das características do pensamento moderno em Relações Internacionais, desde os clássicos realistas até os construtivistas, com exceção dos teóricos marxistas, é a centralização do Estado como o principal ator das relações internacionais.

Tomando como base para exemplificar a contraposição da epistemologia das teorias clássicas com a contemporânea da abordagem feminista, em termos gerais, o realismo¹⁶ foge da visão utópica dos idealistas e estão mais conectados às dimensões do poder e dos vários tipos de interesses que permeiam a política internacional: o *dever ser* idealista para tornar o mundo mais pacífico oposto ao *ser* realista situado nos meios à disposição dos Estados para que pudessem garantir sua sobrevivência. O conhecido “primeiro debate” entre a lógica diametralmente oposta realismo-idealismo firmou-se, então, na ontologia das ideias (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; PASSOS, 2011).

Contudo, interessante é mostrar como o realismo também é aplicado e vivenciado além da esfera teórica das Relações Internacionais, quando é considerado o terreno das relações micropolíticas e de poder, dentre as quais as mulheres são incluídas.

Na verdade, a lógica mais profunda de compreensão de tais observações categóricas sobre o realismo se volta para os arquétipos de defesa da segurança pessoal e familiar por meio de obtenção das distinções humanas em razão das conquistas e do desejo reprimido de vencer, liderar e dominar os demais. O simbolismo das vitórias impávidas e das conquistas dominadoras pode ser associado ao personalismo impresso por grandes líderes ao longo da história que compreendem que o poder é o próprio

¹⁵ Considerando a existência de autores que, apesar de se encaixarem nessa escola, tinham concepções realistas diferentes em determinados assuntos. “Sublinha-se que o realismo é, sobretudo, um rótulo. Como qualquer outro rótulo aplicado às distintas vertentes teóricas das Relações Internacionais, é vago e pouco explica. Como chamou a atenção o historiador Pierre Rosanvallon, deve-se evitar um excessivo tipologismo ou classificação, cujo resultado seja rótulos que retirem a história, o pensamento e a compreensão das obras” (ROSANVALLON *apud* PASSOS, 2011). Deve-se evitar apego em demasia a escolas, etapas, períodos e correntes. Assim, evidentemente, podem existir perspectivas realistas distintas entre si. Não é possível substituir o estudo da obra de cada autor, em particular, por simples rótulos. Há autores classificados como realistas que divergem bastante de Morgenthau – nome de referência do realismo – em alguns aspectos (PASSOS, 2011).

¹⁶ “No caso do realismo clássico, neoclássico e do neorealismo, temos a recorrente abordagem da segurança, da sobrevivência e da lógica de poder para tais fins na esfera interativa humana. Estamos lidando com a teoria do real (escola realista) para, em seguida, abordarmos, em completa oposição, a teoria do ideal (escola liberal ou idealista). Talvez até seja possível estabelecer questionamentos críticos acerca do confronto dialógico de tais percepções para questionarmos uma possível idealização do real ou uma realização do ideal no primeiro grande debate teórico das RI” (CASTRO, 2012, p. 385).

combustível do poder, gerando um dínamo quase infinito de voracidade cratológica. No entanto, não se deve apenas considerar ou aplicar o realismo em seu sentido clássico como sendo objeto apenas da macropolítica internacional ou dos longos ciclos da história das Relações Internacionais. Na verdade, nas engrenagens da micropolítica pessoal também há os mesmos elementos que são considerados como válidos no realismo. Isto é, o simbolismo arquetípico de glorificação das conquistas e da manipulação interessada e com fim específico pode, igualmente, ser reconhecido nas relações humanas, empresariais, pessoais e mesmo no campo familiar, salvaguardadas suas especificidades e proporções. É, dessa forma, um equívoco e um engodo pressupor que o realismo clássico somente é aplicável ou pode ser visualizado nas esferas mais ampliadas das Relações Internacionais (CASTRO, 2012, p. 311-312).

O realismo é de linha ontológica e fundamenta-se no conceito de percepção e de detecção da realidade como é e como se apresenta aos sujeitos. Há uma exposição das entranhas do ser humano em tal perspectiva. O foco são as vontades muitas vezes amorais do indivíduo com seus dilemas do jogo da vida em sociedade, segundo Castro (2012) e Griffiths (2007). Em oposição ao idealismo, o realismo que também está presente na literatura, nas artes cênicas, no cinema e em outros âmbitos tem características semelhantes às descritas aqui à guisa de categorizações iniciais. É a realidade que move, fundamenta e acirra essa escola¹⁷.

O liberalismo clássico, por sua vez, constitui a base para as demais vertentes do liberalismo. Na verdade, o classicismo liberal é jargão amplo que comporta uma série de matrizes jusfilosóficas e naturalistas que, juntas, representam o paradigma do liberalismo nas Relações Internacionais. O liberalismo clássico sintetiza o contraponto ao realismo de formatos variados (clássico, neoclássico e neorealista). O transnacionalismo (outro nome atribuído a uma das formas de liberalismo) representa uma faceta da mesma matriz liberal. Neste sentido, enfatiza-se que os principais objetos epistemológicos do liberalismo são idealizações tópicas acerca da conduta externa dos atores pelo viés axiológico e principiológico (CASTRO, 2012, PASSOS, 2011).

Tais objetos representam balizas garantidoras da ordem internacional por intermédio da matriz isonômica, legalista, previsível, ordenada, pacífica e cooperativa. Além desses

¹⁷ Como a escola realista não é a teoria fulcral que baseia esta pesquisa, seguem as sete principais premissas norteadoras do realismo clássico consideradas de relevância para serem apresentadas nestas páginas: a) a natureza humana é, em grande medida, egoísta e individualista e tais ações se refletem nas articulações internas e externas dos Estados; b) a guerra representa instrumento no domínio da política para fins de maximização das estratégias nacionais (razão de Estado) de sobrevivência e segurança; c) o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos; d) o militarismo e as políticas de defesa nacional (ofensivas ou defensivas) são justificáveis sob o ponto de vista de obtenção e manutenção, a custos crescentes, de capitais de força-poder-interesse disponíveis; e) a relativamente baixa de controle internacional força os atores estatais a tomarem posturas de priorização de suas respectivas agendas; f) o Estado nacional é um principal ator do cenário internacional, permitindo a si o acesso a extensa gama de ações, de prioridades autojustificadas e de prerrogativas exclusivas; g) e, por fim, os Estados são movidos e posicionados em uma distribuição irregular e assimétrica de poder, ocasionando, assim, uma hierarquização cratológica em uma determinada ordem mundial (CASTRO, 2012).

objetivos principais, outras linhas do liberalismo marcam a história dessa escola teórica, como a linha sociológica e a democrático-republicana. A primeira funda-se na capacidade e na importância do agir e do relacionar-se, enquanto que a segunda possui seu ideário construído a partir de fundamentações teóricas sobre a estrutura (comunidade internacional), tendo por base a eticidade da paz e a voluntariedade da coisa pública. O liberalismo de linha sociológica enfatiza a importância do pluralismo bem como o fortalecimento da diversidade de atores, da amplitude de relações não somente centradas no e para o Estado. Além disso, o liberalismo sociológico traz as sementes da transnacionalização como fundamento da paz, do progresso e da estabilidade internacionais (CASTRO, 2012; GRIFFITHS, 2007).

As premissas do idealismo de linha democrático-republicana¹⁸, sem intenção de esgotar o grandioso debate que gira em torno dessa escola, enfatizam que os eventos internacionais são mais influenciados pelo conjunto normativo-jurídico internacional, pela moralidade, pelo altruísmo e pelas organizações multilaterais internacionais, que pelos capitais de força-poder-interesse considerados isoladamente. Acreditam também que a natureza humana é, originariamente, boa e com bons hábitos, educação e estruturas internas adequadas, podendo o próprio homem tornar-se a base de uma relação internacional pacífica, cooperativa e igualitária (DUNNE, 2001). Como também enfatiza a percepção da *pax democrática*, isto é, a democracia é fator positivamente contributivo para a paz das nações¹⁹.

¹⁸ “Os idealistas de linha democrático-republicana fizeram atuar suas ideias entre as duas grandes guerras mundiais, através da criação do Pacto da Liga das Nações, dos Acordos de Locarno e da Declaração da Conferência de Munique de 1938 às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Buscava-se então a abolição completa do recurso político à guerra por meio de um mero ato jurídico internacional lacônico, sem estarem fundamentadas as bases sólidas para a paz, a segurança e a estabilidade dos Estados. O resultado seria o ciclo de descrédito, apatia coletiva, desconfiança e armamentismo, ocasionando novos conflitos mundiais que há muito vem delegando uma frágil paz e um sentimento coletivo de insegurança entre os Estados” (CASTRO, 2012, p. 346).

¹⁹ Para efeito de informação adicional, ainda existem vertentes do idealismo clássico, como o institucionalismo liberal-internacionalista e o neoliberalismo institucional, segundo Thales Castro (2012); e o neo-liberalismo internacionalista e o neo-idealismo, segundo Dunne (2001).

Após percorrer de maneira resumida as principais teses teóricas²⁰ sobre as relações internacionais, chega-se a uma conclusão de que a principal limitação das teorias convencionais é sua definição do objeto de estudo das Relações Internacionais: o comportamento do Estado soberano em um cenário internacional caótico, anárquico, no caso do realismo. Essa concepção está fortemente fixada na cultura da área, “refletindo-se em seu próprio nome, que significa o relacionamento entre nações, ou ainda Estados, como sua razão de ser” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 47). Explica-se essa definição a partir de uma concepção de política como uma unidade na qual a colisão de interesses envolve, por natureza, a possibilidade do uso da força. Ao monopolizar o direito e o dever do uso legítimo da força, o Estado tornar-se-ia o objeto e o terreno privilegiado de toda ação política. No plano internacional, o Estado adquire uma importância ainda maior, pois o referido monopólio não existe, já que reina a anarquia, segundo os realistas.

Assim, tem-se a combinação entre a concepção de Estado como única esfera onde a política é feita e legitimada e o entendimento da sociedade como divisão de dois planos - doméstico e internacional – que não necessariamente estão em relação. Em consequência, enfatiza-se a ideia de uma disciplina em que o objeto principal é marcadamente voltado a como os Estados podem alcançar seus interesses em um mundo sem soberano e sem governo aparentes, onde a ocorrência da guerra é uma possibilidade sempre presente. O foco e a

²⁰ Nesse ínterim aconteceu o “segundo debate” influenciado pelo behaviorismo na ciência, que trazia uma nova preocupação metodológica e não mais sobre a substância do conhecimento como no “primeiro debate”. Foi proposto pelos realistas científicos que defendiam a importação de métodos e conceitos de outras áreas da ciência (como as áreas de exatas e naturais), bem como, a formulação de métodos empíricos de observação e análise da realidade objetiva. Ou ainda, o uso de métodos quantitativos para analisar as Relações Internacionais. No fim da década de 1960 e em toda a década de 1970, novos desafios começaram a ser vividos na arena internacional, o que fez o realismo revisitar suas bases, já que os principais temas internacionais, naquele momento, pareciam não estarem delimitados somente à guerra ou à segurança internacional. Surgiam novos atores e dessa vez não eram estatais, mas sim empresas multinacionais, organismos internacionais governamentais e não-governamentais. Esse fato foi sentido e questionado mais no âmbito acadêmico. A divisão feita entre as *high* e *low politics* era examinada, devido ao protagonismo dos próprios temas da baixa política, como os temas econômicos. A publicação de Joseph S. Nye e Robert O. Keohane “Power and Interdependence: Worlds Politics in Transition” (1977) arguindo sobre a centralidade do Estado como ator único no sistema internacional, abrindo campo à cooperação e interdependência entre vários atores no plano internacional, veio somar forças aos questionamentos sobre a base teórica realista das Relações Internacionais. Posto isto, pode-se dizer que se vive a fase contemporânea de debates nas Relações Internacionais entre realismo, liberalismo e construtivismo; ou entre o realismo e o liberalismo, seus herdeiros neoliberalismo e neorealismo; como também positivistas e pós-positivistas (LAPID, 1989; NOGUEIRA & MESSARI, 2005; CASTRO, 2012). Mesmo assim, Kenneth Waltz consegue reviver o realismo, ao lançar a obra “Theory of International Politics” (1979) e devolver a supremacia das Relações Internacionais no campo acadêmico, pois trouxe o debate agente-estrutura, influenciado pela teoria da microeconomia. Waltz representa um ponto de inflexão no pensamento das Relações Internacionais, já que busca retratar uma análise científica com vistas a elaborar uma teoria da política internacional com influência de modelos positivistas, especialmente, das ciências econômicas ao abordar sobre os fundamentos da macrosistemia neorealista. Diferente dos modelos do realismo clássico, Waltz avança nas investigações o que considera como a única forma defensável do realismo (neorealismo) de maneira cientificamente objetiva (LAMY, 2001; PONTES, 2011).

orientação dos estudos da área ficam direcionados para compreender como os Estados conseguem sobreviver nesse cenário. Esse ambiente, normalmente chamado por sistema internacional, fica conhecido como o lugar central na delimitação das Relações Internacionais como disciplina autônoma (JACKSON; SORENSEN, 2007). A visão realista, aqui resumida, é ainda dominante na Academia e no senso comum da política externa. O behaviorismo e o positivismo formaram complementaridades como subsídios temáticos ao debate da primeira geração. Na segunda geração, o neorealismo em oposição ao neoliberalismo ocupou, com visibilidade, a agenda acadêmica dos anos setenta e oitenta.

No caso do liberalismo, Tim Dunne (2001) revela que há algo de crise no pensamento liberal contemporâneo das Relações Internacionais, a partir de casos da política internacional das décadas de 1980/90 na citação a seguir:

The euphoria with which liberals greeted the end of the cold war in 1989 has to a large extent been dissipated; the great caravan of humanity, kick-started with the revolutions of 1989, is once again coming to a spluttering halt. Successive post-cold war conflicts, in Afghanistan, Liberia, Rwanda (to name a few) remind us that in many parts of the world, the conditions which fuelled these tensions in the cold war period remain in place; for example, the geopolitical rivalry to grant massive arms transfers to states involved in ‘civil’ wars. The audit of global politics at the beginning of the twenty-first century, from a liberal point of view, begins to take on a much darker hue when the wars of the former Yugoslavia are included. Unlike the tragedies of Rwanda and Burundi, the conflicts in Bosnia and Kosovo took place on the doorstep of the liberal zone. How could the national hatreds exhibited by all the warring parties take root once again in Western soil? Liberal internationalists like Michael Ignatieff despaired that acts of ethnic cleansing had returned to haunt Europe fifty years after the Holocaust. After all, it was the Enlightenment which provided a vocabulary for articulating liberal idea such as human rights and humanitarian law. ‘What made the Balkan wars so shocking’ argued Ignatieff ‘was how little these universals were respected in their home continent’ (DUNNE, 2001, p. 177).

A partir disso, Tim Dunne conclui que a crise vivida pelo liberalismo é devida pela não unicidade dessa teoria que faz com que os argumentos liberais compitam e possam ser usados para defender diferentes posições. O “imperativo da intervenção” nas guerras da Iugoslávia, defendido por Ignatieff e outros internacionalistas liberais, segundo Dunne, é usado como apoio pelo princípio liberal cosmopolita que valoriza a igualdade de todos os indivíduos. Porém, outros liberais, a partir de uma perspectiva mais comunitária, arguem que as obrigações para todos os seres humanos são menos significantes que as obrigações enquanto cidadãos do seu próprio Estado. Nessa linha de argumentação, a tragédia na Bósnia, como afirma Dunne, pode diminuir todos nós, mas isso não é uma razão suficiente para arriscar a vida dos nossos concidadãos em defesa de moralidades universais abstratas: “Como pode o liberalismo ser o nosso guia, quando, a partir de perspectivas diferentes, ele pode

suportar a intervenção e a não-intervenção?”, questiona Dunne na sua argumentação (2001, p. 177).

Dunne ainda afirma que o caso de Estados em degeneração revela como a soberania, democracia, autodeterminação nacional e os direitos humanos são quatro normas em conflito e uma fonte de desordem liberal. A razão mais profunda para a crise no liberalismo é que ele está ligado a uma visão cada vez mais desacreditada do Iluminismo em todo o mundo. Ao contrário das esperanças de internacionalistas liberais, a aplicação da razão e da ciência para a política não trouxe “comunidades”. Na verdade, mostrou, sem dúvida, a natureza fragmentada da comunidade política, que é regularmente expressa em termos de diferenças de etnias, linguagens e religiões. Críticos dos liberalismos de esquerda e direita visualizam a própria idéia de “moral universal” como perigosa. Os liberais que defendem o comunitarismo temem que a missão da universalização dos valores liberais, como a democracia, o capitalismo e o secularismo minem as tradições e as práticas das culturas não-ocidentais. A questão-chave para o liberalismo atualmente é se ele pode se reinventar como um não-universalizante, uma idéia política não-ocidentalizada, que preserve o valor liberal tradicional de solidariedade humana sem prejudicar a diversidade cultural (DUNNE, 2001).

Embora os debates presentes nas Relações Internacionais insinuem uma guerra entre as várias correntes teóricas, vê-se uma ampliação quanto à consensualidade entre as teorias da área das Relações Internacionais, à medida que novas abordagens e perspectivas alternativas vão ocupando esses terrenos através de metodologia, ontologia e epistemologia diferentes às aplicadas pelas teorias convencionais, e ao mesmo tempo coerentes com as novas propostas de objeto de estudo. Amplia-se o objeto da disciplina, na tentativa de discutir e incluir diversos temas e atores, marginalizados sistematicamente do universo das Relações Internacionais, como se não existissem e não fossem importantes na correlação de forças dentro do cenário mundial.

Por isso, destaca-se a contribuição das correntes críticas que tentam ir além dos parâmetros de estudo das teorias clássicas, no intuito de refletir sobre a política mundial, considerando a complexidade que caracterizam os processos, as contradições e os conflitos nos quais uma miríade de atores e forças estão envolvidos. Nesse sentido, em um primeiro momento, a discussão do papel da teoria crítica na reformulação da teoria de Relações Internacionais recebe atenção, uma vez que ajuda a questionar o conceito do estatocentrismo e sua relevância máxima nos enfoques tradicionais. Ao mesmo tempo em que questiona conceitos como o mencionado, clama atenção para as forças sociais cada vez mais presentes no cenário mundial. E, ainda, alerta para a própria transformação da forma estatal no cerne da

intensificação do processo de internacionalização da política e da economia. Como bem preceitua Robert Cox:

International relations is a case in point. It is an area of study concerned with the interrelationships among states in an epoch in which states, and most commonly nation-states, are the principal aggregations of political power. It is concerned with the outcomes of war and peace and thus has obvious practical importance. Changing proactive has, however, generated confusion as to the nature of the actors involved (different kinds of state, and non-state entities), extended the range of stakes (low as well as high politics), introduced a greater diversity of goals pursued, and produced a greater complexity in the modes of interaction and the institutions within which action takes place (COX, 1981, p. 126).

Por outro lado, outras perspectivas teóricas, doravante discutidas, sugerem que é cada vez mais difícil excluir dos estudos internacionais questões como a natureza contestada da soberania, a marginalização das mulheres, a negação dos direitos dos refugiados, a redefinição das identidades culturais em chave étnica, entre tantos outros novos temas surgidos a partir do movimento intelectual gerado pelas correntes críticas e pós-positivistas. Isso caracteriza o conhecido “terceiro debate”²¹ que não existe como um debate circunscrito e situado no tempo, contrapondo um conjunto bem definido de correntes, como foi vivenciado nos dois anteriores (LAPID, 1989; GIFFITHS, 2007; WEBER, 2001).

Exprime-se que o terceiro debate é uma consequência de questionamentos e críticas às teorias hegemônicas estabelecidas na área, com o intuito de abrir o campo para novas perspectivas. Tratou-se, em linguagem gramsciana, de uma crise de hegemonia do neorealismo e suas vertentes auxiliares. Deve-se rever a mística da fundação e tradição inventadas pelas teorias dominantes de modo a conferir-lhes uma linhagem nobre, conquistada em sucessivas batalhas contra paradigmas adversários, normalmente descaracterizados por não utilizarem técnicas científicas, sendo resumidas em senso comum. E quando os paradigmas contrários aparecem para defender grupos historicamente à margem (como a força dos movimentos sociais transnacionais, em momentos da política internacional, ou quando influem na política externa dos países; ou ainda o movimento feminista mundial questionando as bases epistemológicas das teorias dominantes patriarcais), essa exclusão é feita de modo irrefutável.

²¹ O “terceiro debate” é a discussão entre as teorias positivistas e as teorias e abordagens pós-positivistas das Relações Internacionais. A preocupação central está presente na epistemologia latente das escolas de RI, bem como é descrito como um debate entre os racionalistas e reflexivistas. O debate foi iniciado por Robert Keohane em um debate na Associação Internacional de Estudos em 1988, e pode ser considerado um debate epistemológico em vez de um ontológico, o que significa dizer, um debate sobre o que podemos afirmar conhecer (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Essas teorias, realismo, liberalismo e seus derivados, no entanto, falham ao ignorar temas cruciais, que por não se adequarem aos pressupostos epistemológicos e metodológicos do positivismo científico, são excluídos dos seus programas de pesquisa. Destarte, as teorias críticas ao *mainstream* (ou pós-positivistas) abriram as portas ao diálogo interdisciplinar e introduziram os novos temas que também animam as pesquisas da área atualmente. Ademais, são as visões que sustentam o debate alternativo e acentuado em novas formas de fazer pesquisa na área e, talvez, as mais adequadas aos novos temas e atores (não necessariamente estatais) influentes na política internacional.

Muitas das teorias pós-positivistas são influenciadas, no entanto, pela visão marxista, que enseja a análise das relações sociais em sua totalidade, rejeita a separação entre economia e política e produz enfoques que procuram integrar a dinâmica do capitalismo mundial ao estudo do funcionamento do sistema internacional. A contribuição das teorias do imperialismo, da dependência e do sistema-mundo para a investigação sobre as causas da desigualdade e das assimetrias de poder nas relações internacionais é inegável e merece maior atenção dos estudiosos de Relações Internacionais nos vários lugares onde a área é estudada (JACKSON; SORENSEN, 2007; HOB DEN; JONES, 2011).

A teoria crítica é a mais influenciada pela tradição marxista, porém de forma a considerar sua construção histórica e metodológica, e não o projeto marxista em si para armar seus pressupostos. Fruto da influência do marxismo ocidental na reflexão da área, a teoria crítica incorporou as análises do caráter conservador das ciências positivas formuladas pelos pensadores da Escola de Frankfurt para fundamentar seu ataque à epistemologia objetivista dos paradigmas dominantes da disciplina. Ao fazê-lo, introduziu um debate intenso em torno dos fundamentos epistemológicos dos paradigmas teóricos das Relações Internacionais, que marcou o ambiente intelectual da disciplina ao longo dos anos de 1980 e criou as condições para o desenvolvimento de um *ethos* mais pluralista. Da mesma forma, a teoria crítica foi responsável por reintroduzir questões há muito esquecidas na área, mas não por isso irrelevantes, como os temas da hegemonia, da forma estatal, da relatividade histórica dos conceitos, da soberania, da ética nas relações internacionais, entre outros (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; CASTRO, 2012).

Apesar disso, as visões acadêmicas que não aceitam outros axiomas, esquecem que os aportes teóricos alternativos enriquecem o debate contemporâneo em Relações Internacionais, na ênfase da diversidade como uma das principais características da área. As autoras feministas que introduzem a reflexão sobre a questão de gênero na teoria de Relações Internacionais e os estudos pós-coloniais, com sua visão original sobre o lugar da periferia na

política mundial, são exemplos claros dessa diversidade, e podem ser vistos até como uma maneira de oxigenar outras variáveis do debate teórico da área, saindo do velho embate entre realismo e idealismo/liberalismo como eixo estruturante das reflexões na área.

As teorias mais recentes, buscando superar limites dos modelos clássico e estruturalista da disciplina de Relações Internacionais, procuram introduzir elementos e enfoques mais amplos de análise à realidade contemporânea: um conjunto de variáveis e de especiais aportes feministas, com a intenção de evidenciar alternativas que possam consolidar a igualdade entre o feminino e o masculino, o respeito às mulheres, ao seu papel e função, adoção de suas contribuições para o cenário e agenda internacionais (OLIVEIRA, 2011, p.71).

Por exemplo, estudos teóricos do pós-colonialismo refletem a perspectiva não hegemônica, não ocidental de povos dominados e de culturas excluídas ao longo dos tempos pelas principais potências. A escola pós-colonial abarca a perspectiva crítica das partes não amplamente representadas pelos holofotes da academia do eixo americano-europeu das Relações Internacionais. A história como é escrita e difundida é produto direto das macro e das micronarrativas dos vitoriosos. Assim, são os vitoriosos que exprimem suas vozes autoimputadas de correção e justiça; são os vitoriosos que estipulam suas lógicas de conquista e de glorificação de seus legados. São os vitoriosos que exprimem juízos de valor e lógicas normativas concernentes aos seus eventos pontuais. Ou seja, há brados legítimos dos povos, das culturas, dos dialetos e das línguas ‘não universais’ que precisam ser escutados até mesmo como forma de consolidar o contraditório, ampliando o conceito de democratização analítica das Relações Internacionais (CASTRO, 2012, p. 390).

Assim, de acordo com as finalidades dessa pesquisa, nada mais apropriado embasar teoricamente este estudo ao utilizar as abordagens feministas das Relações Internacionais, no plural, pois essas abordagens são influenciadas por várias visões políticas e mescladas com as teorias feministas das ciências sociais, gerando inúmeras variáveis “teóricas” nesse sentido. Também importante é expressar que se assume a relevância da abordagem das questões de gênero e de feminismo para as Relações Internacionais, porém não significa que somente esta abordagem seja adequada para explicar toda a disciplina. Concorde-se com Fred Halliday, quando apresenta sua opinião sobre a abordagem feminista nas Relações Internacionais.

Não se pretende sugerir com isso que as abordagens feministas e de gênero sejam adequadas para explicar tal disciplina como um todo e que toda e qualquer incursão no âmbito de tais vertentes possa ser tomada como acertada. (...) as questões de gênero, na sua intersecção com as Relações Internacionais, não são o núcleo do temário internacionalista ou a chave para a sua explanação como um todo, uma vez que nem tudo que diz respeito às mulheres provém do âmbito internacional. Ao mesmo tempo, não se trata de cerrar fileiras incondicionalmente a tais enfoques, no contexto de uma confusão teórica e metodológica na perspectiva do pós-modernismo ou de qualquer outra vertente intelectual (HALLIDAY, 1999, p.183-185).

Para compreender o processo inicial do debate sobre gênero e feminismo nas Relações Internacionais, é necessário contextualizar historicamente o cenário tanto em nível de política internacional quanto em nível de debate acadêmico em relação à percepção desses novos temas na área das Relações Internacionais. Assim, como é sabido, o nascimento da disciplina com status próprio deu-se em 1919 na Universidade de Gales, Reino Unido, com a cátedra Woodrow Wilson de Relações Internacionais. De forma gradativa, as décadas seguintes marcam a disciplina com estudos, pesquisas e aportes interdisciplinares específicos desta área do conhecimento. Quase um século depois, mudanças significativas vão conformando as Relações Internacionais contemporâneas, “tendo adotado como critérios de referência a noção e a realidade da sociedade internacional”, segundo Odete M. de Oliveira (2011, p. 11).

Com o início do “terceiro debate”, aparecem as ideias decorrentes do período pós-positiva, referidas por Lapid (1989), e dos movimentos feministas contra as guerras e a luta pela igualdade das mulheres. Esse debate vem na tentativa de promover a igualdade em um campo predominantemente realista, masculino e estatocêntrico, por meio do diálogo e do embate de ideias sem níveis hierárquicos, de maneira horizontal. A análise crítica feminista nas Relações Internacionais, portanto, tem como ponto inicial os indivíduos que foram (e, todavia, o são) sistematicamente excluídos do poder. Tendo em vista a história contada por esses indivíduos, desconstrói as concepções falsamente universalizadas sobre o mundo de entorno desses indivíduos e sua realidade, dentro da qual os valores, discursos, símbolos e conceitos são afetados e desenvolvidos geral e prioritariamente pelo sistema patriarcal²², também globalizado e com suas nuances características de acordo com a cultura de cada lugar instalado, mas marcadamente androcêntrico, misógino, sexista. É como aponta Odete M. de Oliveira:

Gênero (...) usando o empirismo feminista e abordagens sociológicas, enfatiza o poder como capacidade para atuar em conjunto – feminino e masculino – buscando criar

²² “Los debates sobre el patriarcado tuvieron lugar en distintas épocas históricas y fueron retomados en el siglo XX por el movimiento feminista de los años 60 en la búsqueda de una explicación que diera cuenta de la situación de opresión y dominación de las mujeres que posibilitara su liberación.

Las feministas han analizado y teorizado sobre las diferentes expresiones que el patriarcado ha adoptado a lo largo de la historia y las distintas geografías, estructurándose en instituciones de la vida pública y privada, desde la familia al conjunto social. También fueron definiendo los contenidos ideológicos, económicos y políticos del concepto que, conforme a Carol Pateman (1985), es el único que se refiere específicamente a la sujeción de las mujeres y singulariza la forma del derecho político que los varones ejercen en virtud de ser tales. (...)

En términos generales, el patriarcado puede definirse como un sistema de relaciones sociales, sexuales, políticas basadas en diferentes instituciones públicas y privadas y en la solidaridad interclases e intragenero instauradas por los varones, quienes como grupo social y en forma individual y colectiva oprimen a las mujeres también en forma individual y colectiva, y se apropian de su fuerza productiva y reproductiva, de sus cuerpos y sus productos, sea con medios pacíficos o mediante el uso de la violencia. Los estudios feministas sobre el patriarcado y la constatación de que se trata de una construcción histórica y social señalan las posibilidades de cambiarlo por un modelo social, justo e igualitario” (GAMBA, 2007, p. 256-258).

afinidades intelectuais com a visão institucionalizada desta disciplina, mais precisamente por meio da empiria e suas evidências, do reexame de conceitos convencionais e centrais das Relações Internacionais, observando as redes sobre laços familiares e as ligações entre estas redes e o Estado, então indagando: Em que condições mulheres e homens seriam capazes de atuar em conjunto, para além das fronteiras dos Estados, para criar verdadeiras redes, as quais alcancem propósitos comuns entre eles? (OLIVEIRA, 2011, p. 14).

Dessa forma, com a característica globalizante da realidade contemporânea da sociedade internacional, vai sendo constituída ampla rede de interações concatenadas por múltiplos atores, dos tipos tradicionais, novos atores e atores emergentes. Assim, essa nova realidade de organização e influência dos novos atores não governamentais impulsionou outras áreas de investigação dentro do conhecimento das Relações Internacionais.

Na rede de redes, o ator internacional – agente de atuação no cenário da sociedade internacional – mobiliza-se por meio de fluxos, fluidos e voláteis – interações de cooperação e de conflito – orientados em diversos sentidos e para diferentes âmbitos, entendendo-se aqui a noção de interação como aquelas relações internacionais surgidas entre unidades estatais, organizações, empresas transnacionais, grupos e indivíduos, com poder, autonomia, capacidade, habilidade e protagonismo, cujos efeitos são sentidos de modo direto no contexto e na estrutura em que operam, podendo gerar vínculos de dependência e interdependência, de integração ou agregação (OLIVEIRA, 2011, p. 12).

Nesta dinâmica articulação política contida nas complexas interações, estão aflorando novas formas de atores e protagonismos no cenário internacional, com exemplo nas redes de política global, nas redes transnacionais de ONGs, de empresas, cooperativas, movimentos sociais globais, narcotráfico, terrorismo, e, segundo alvidra Odete Maria de Oliveira (2011), o gênero pode ser um possível ator das relações internacionais. Contudo, o gênero proposto nesta pesquisa se trata de uma categoria recente de análise das Relações Internacionais, que tem se ampliado através de estudos, pesquisas, institutos, projetos de cooperação a nível acadêmico e interestatal. Investiga fatos e processos não tão evidentes na realidade da sociedade contemporânea, como também pesquisa a construção epistemológica de abordagens interpretativas dessa realidade, “configurando-se com vieses de políticas humanistas comuns, valores universais e na construção de uma cultura global” (OLIVEIRA, 2011, p.51), ainda que tenha influência de vários pensamentos políticos distintos. A referência a gênero como possível ator das relações internacionais tem como intenção somente a de revelar que existem autores que pensam em gênero como sendo ator.

O questionamento das Ciências Sociais, a partir do ângulo do gênero, é um processo que data desde a década de 1960. No âmbito das Relações Internacionais, no entanto, o processo é muito mais recente. Tal desinteresse pelas Relações Internacionais, por parte dessa

linha crítica seria decorrente, segundo Margot Light e Fred Halliday²³ (1994), em primeiro lugar, da ideia de que as Relações Internacionais não tem limites precisos, configurando-se apenas em uma extensão das questões nacionais. E, em segundo lugar, de que as Relações Internacionais tratam de questões de “alta política”, tais como problemas de segurança e de diplomacia; ao passo que as questões de Gênero estariam diretamente relacionadas à “baixa política”, como o são as políticas públicas.

Nas Relações Internacionais, a questão do gênero pode se apresentar de duas maneiras, a saber: “mulher como categoria” e “gênero como epistemologia” (HALLIDAY; LIGHT, 1994). A primeira forma de apresentar a questão é a daqueles que elaboram a narrativa das Relações Internacionais que reclama da omissão do relato dos papéis desempenhados pelas mulheres no processo histórico. Assim, ainda que cumpram papéis relevantes em processos de luta pela independência, em movimentos de libertação nacional, em guerras e em outras conjunturas marcadas pela tensão e pela tomada de decisões nos planos social e nacional, as mulheres são praticamente ignoradas pelos homens, quando chega o momento de elaborar a história de tais processos. Na segunda forma de apresentar a questão do gênero, a crítica destaca o fato de as teorias das Relações Internacionais serem elaboradas a partir de um ponto de vista exclusivamente masculino. Aqui se encontra o questionamento simples, mas tão complexo de ser respondido sobre os motivos pelos quais as mulheres não faziam parte dos chamados *policy makers* na “alta política” (GONÇALVES, 2004).

Além dessas duas maneiras de apresentação da questão de gênero nas Relações Internacionais, há uma terceira figurada por Odete M. de Oliveira que é o “gênero como potencial ator internacional”. Tendo como base a noção de ator propagada de maneira ampla e flexível no âmbito das Relações Internacionais contemporâneas e da sociedade global em rede, o indivíduo ou grupo social ao adquirirem poder de decisão ou de influência, podem ser considerados possíveis atores emergentes do ato relacional (OLIVEIRA, 2011). Dessa forma, a autora afirma que nem todo ator potencial é forçosamente ator real, atuando com caráter de permanência, autonomia e protagonismo no cenário internacional. Como também, nem todo ator real desempenhará sempre a mesma função. Logo, um ator caracterizado como principal em um âmbito relacional poderá ser secundário em outro, dependendo do critério e do nível das tomadas de decisão.

Odete segue o entendimento de que todo ator deverá desempenhar concretamente uma função no cenário social internacional. Ou seja, os atores, além de autonomia, deverão possuir

²³ HALLIDAY, Fred; LIGHT, Margot. **Gender and International Relations**. In: GROOM, A. J. R.; LIGHT, Margot (Eds.). *Contemporary International Relations: A Guide of Theory*. London: Pinter Publishers, 1994. p. 45-55.

habilidade para mobilizar recursos, apresentar algum poder de decisão ou poder para exercer influências junto à agenda internacional. Partindo-se destas assertivas, ela considera ator potencial o agente do ato internacional que apresente habilidades de influenciar outros atores no cenário da sociedade internacional, desse modo passando a ostentar certo protagonismo, podendo atuar ocasionalmente, mas fazendo uso de seu poder de confluência. Esse tipo de ator (emergente) luta para conquistar espaço na sociedade internacional e pelo seu reconhecimento entre os demais atores, que é o caso de gênero, segundo a autora Odete Maria de Oliveira.

A noção de atores potenciais – possíveis atores emergentes – encontra eco e ligação com a atuação dos agentes de atos ocasionais, sendo também denominados atores coadjuvantes. De um lado, porque galgando – passo a passo – um processo de aquisição de reconhecido protagonismo; de outro, porque já ocuparam, esporadicamente, certo espaço no contexto das Relações Internacionais. Conceber gênero como possível ator internacional importa responder a um conjunto de indagações, entre elas: sobre sua habilidade nas formulações de políticas à agenda das Relações Internacionais contemporâneas, em especial sobre seu protagonismo e poder de influenciar nas tomadas de decisão governamentais, além de sua capacidade de intervenção em conflitos, oferecendo instrumentos de mediação e de eficazes soluções para tais finalidades. Gênero, nesse sentido, vem evoluindo progressivamente. Se, ainda, não apresenta poder de decisão política no complexo âmbito da sociedade internacional, com seu forte poder de influência, entretanto, vem participando dos Fóruns Mundiais, destacando-se nos debates com os demais atores, articulando movimento de pressão social e política, mobilizando-se dinamicamente, divulgando suas teorias e práticas. Sua atuação cada vez mais intensa vem se tornando plural, já não podendo ser silenciado e tampouco desconsiderado no âmbito das Relações Internacionais, como ocorria anteriormente (OLIVEIRA, 2011, p. 70-71).

Nota-se que, para a autora chegar à conclusão de que gênero é um potencial ator emergente, ela une, em seus fundamentos, o “conjunto de variáveis e de especiais aportes feministas, com a intenção de evidenciar alternativas que possam consolidar a igualdade entre o feminino e o masculino, o respeito às mulheres e a adoção de suas contribuições para o cenário e agenda internacionais” (OLIVEIRA, 2011, p. 73), tanto provindos dos estudos e pesquisas feministas da área das Relações Internacionais, quanto da contribuição dos múltiplos atores no âmbito da sociedade internacional, seus fluxos em rede e relações de interdependência, incluídos nesse cenário as várias redes de organizações e movimentos sociais, ONGs e afins de caráter feminista ou que lutam pelos direitos das mulheres na arena internacional.

Por conseguinte, a autora chega a algumas considerações. Primeiro de que gênero é ator emergente em expansão, conquistando gradativamente seu espaço, consolidando importantes atividades no cenário complexo e contemporâneo das Relações Internacionais, desafiando modelos estatocêntricos e paradigmas realistas, desenhos de estado natureza

hobbesiano e a arte maquiavélica de fazer e vencer a guerra, compartilhando suas experiências e saberes com os demais atores, passando a coexistir ao lado dos atores não estatais²⁴.

A questão de gênero passa a integrar a disciplina na década dos anos de 1980, já que o pós-positivismo abre espaço para novas indagações, dando origem a uma variedade de abordagens que desafiavam as tradicionais metodologias sociais. Para que a classe acadêmica feminista das Relações Internacionais pudesse argumentar sobre os motivos pelos quais as mulheres não faziam parte dos chamados *policy makers*, era necessário desenvolver uma base metodológica, epistemológica e ética para firmar a nova abordagem, desenvolvida diretamente de práticas empíricas, conectada com a realidade do sistema internacional, excludente e seletiva, no intuito de fortalecer-se e desafiar incisivamente os clássicos paradigmas das Relações Internacionais. Para se alcançar uma base metodológica própria para estudar gênero nas Relações Internacionais, várias autoras têm se empenhado nessa busca. Centrando-se em específicos estudos epistemológicos e metodológicos, as feministas passaram a criar redes sociais poderosas, difundindo seus objetivos, teorias e práticas, buscando, dessa forma, influenciar nas negociações internacionais.

Apesar dos limites e dificuldades enfrentados, segundo Oliveira (2011), a questão de gênero vem conseguindo simpatizantes e aliados intelectuais e, em consequência, criando um forte marco de inclusão como atores emergentes das Relações Internacionais. Assim, chega a uma segunda conclusão, a de que gênero configura processo de gestação já em fase de consolidação, mostrando seu considerável esforço em torno da criação de específica metodologia, reflexões e análises epistemológicas, somadas às experiências empíricas, às demais evidências e inusitadas práxis. E conclui, dizendo que gênero vem oferecer singular contribuição e visa criar elos de interdependência e redes de interações e intercâmbios entre os complexos vieses do feminino e masculino, com a finalidade de superar obstáculos e dificuldades enfrentadas nas arenas das Relações Internacionais, nas quais transita grande multiplicidade de atores, tanto os tradicionais quanto os novos e emergentes.

Com o objetivo de identificar as bases de gênero camufladas na política internacional, são várias as pesquisadoras das Relações Internacionais que utilizam diversas abordagens teóricas do pensamento feminista estudadas nas Ciências Sociais. Duas classificações que

²⁴ Contudo, como já mencionado, nesta pesquisa gênero será considerado como uma categoria de análise e não como possível ator em emergência nas relações internacionais.

retratam essa diversidade foram elaboradas por Rosemarie Tong²⁵ e Sandra Harding²⁶ com o intuito de clarificar a diferenciação prática entre as maneiras feministas de olhar as sociedades e o sistema internacional para, assim, examinar as Relações Internacionais. A primeira autora traz a divisão em seis classificações:

- 1) o feminismo liberal;
- 2) o marxista;
- 3) o radical;
- 4) o socialista;
- 5) o psicanalítico;
- 6) o existencial;
- 7) e o pós-moderno.

A partir de uma breve síntese, sem o interesse de esgotar as substâncias das seis classificações dos feminismos, o feminismo liberal foi construído a partir da ideia contra a desigualdade entre o feminino e o masculino na sociedade que fazia com que a paridade de direitos entre mulheres e homens não fosse satisfatória. Como reação crítica, aparece o feminismo marxista, baseado na obra de Friedrich Engels “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1884) e afirma que o motivo para a condição de desigualdade entre os gêneros seria o sistema de classes, produto das estruturas políticas, sociais e econômicas associadas com o capitalismo.

Por sua vez, o feminismo radical visibiliza a opressão das mulheres, não como produto do capitalismo, mas sendo a raiz de todos os sistemas de opressão. Essa visão teórica centraliza a crítica no patriarcalismo²⁷: dominação do homem sobre a mulher. Traz ao debate a signa de que “o pessoal é político”. Já no pensamento feminista socialista confluem três

²⁵ TONG, Rosemarie. **Feminist Thought: A More Comprehensive Introduction**. 3ª Ed. Westview press, 2009.

²⁶ HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1986.

²⁷ Outro conceito importante do que é o “patriarcalismo” encontra-se nas ideias de Simone de Beauvoir. O modo de Beauvoir ver as mulheres sempre como escravas e os homens sempre como senhores foi herdado por várias gerações de feministas inglesas e norte-americanas. Foi cunhado um nome para denotar a dominação universal das mulheres pelos homens – patriarcado. A ampliação dos temas tratados em “O segundo sexo” preparou o caminho para alegações feministas radicais de que: o patriarcado é a constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos; que o sexismo data dos inícios da história; que a sociedade é um repertório de manobras nas quais os sujeitos masculinos afirmam o poder sobre objetos femininos. Violações, pornografia, prostituição, casamento, heterossexualidade – tudo isso são imposições do poder masculino sobre as mulheres. A aquiescência das mulheres, no entanto, é uma indisposição de má-fé de enfrentar sua própria falta de poder (NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1988. p. 119 – 120).

outros: o marxista, o radical e o psicanalítico. Tem como objetivo principal superar as opressões de classe e gênero.

Os trabalhos de Sigmund Freud influenciam o pensamento feminista psicanalítico na medida em que opera com a máxima de que o problema de gênero origina-se na infância, quando é distinguida a função dos meninos e das meninas, moldando-se, ali, seus papéis sociais. Não obstante, os estudos existencialistas de Hegel e Heidegger influenciam o pensamento feminista existencialista, que direciona a atenção para a relação entre a psique individual e o mundo social, “também se preocupando com os processos pelos quais os seres humanos desenvolvem a conscientização de si mesmos como seres independentes e autônomos” (OLIVEIRA, 2011, p. 54).

A última das classificações segundo Tong é a pós-moderna. Esta categoria, por sua vez, ocupa-se em mostrar as pressuposições e suposições ocultas, que sustentam as tentativas para teorizar ou dizer a estória real da pessoa sobre a condição humana. Critica as abrangentes visões de liberdade e emancipação humana e as teorias fundadas na verdade universal. Estes pensadores defendem a ideia de diversidade.

A segunda autora, Sandra Harding, traz três maneiras de encarar as relações internacionais, a partir da visão feminista, utilizando, pois:

- 1) o empirismo feminista;
- 2) a teoria do ponto de vista feminista;
- 3) e o pós-modernismo feminista.

O empirismo feminista parte do pressuposto de que os Estados e o sistema interestatal têm apresentado fundamentalmente estruturas de gênero, de dominação e interação. O empirismo feminista pergunta: “é adequado centrar-se nos Estados e nos processos capitalistas mundiais e não abordar somente as atitudes sociais e as estruturas, as quais conferem gênero para as Relações Internacionais?” (HARDING, 1986).

Já as teorias feministas argumentam que as experiências das mulheres à margem da vida política tem lhes dado perspectivas sobre questões sociais, que contem reflexões válidas para a política mundial. Como vantagem de estar na periferia, a “teoria” feminista oferece uma crítica sobre teorias construídas pelos homens, os quais se colocaram na posição de *policy makers*. Em vez disso, as feministas examinam criticamente as Relações Internacionais a partir do ponto de vista das pessoas que sistematicamente foram excluídas do poder. A citação que segue traduz esse entendimento.

Nenhum indivíduo ou grupo social se encontra ‘nas margens’ de qualquer rede de relacionamentos – um campeonato de futebol americano, uma indústria, um império, uma aliança militar, um Estado – sem que outro indivíduo ou grupo tenha acumulado poder suficiente para criar o ‘centro’ em outro lugar. Além de sua criação, existe anualmente e diariamente o jogo de manter a margem onde ela atualmente está e o centro onde agora está. É mais difícil para aqueles que estão supostamente no centro ouvir as esperanças, medos e explicações daqueles que estão nas margens, não por causa da distância física – a margem pode ficar a dois quarteirões da Casa Branca, a quatro paradas do metrô *Quai d’Orsay* em Paris -, mas porque requer recursos e acesso para serem ‘ouvidos’, quando e onde importam. Por conseguinte, aqueles residentes às margens tendem a ser definidos como ‘silenciosos’.

Imagina-se que eles tenham vozes que simplesmente não podem ser ouvidas a certa distância, ou são retratadas como carecendo de linguagem e articulação por completo: o índio taciturno, o camponês atencioso e a mulher tímida. (ENLOE, 2004, p. 260)

O pós-modernismo feminista, por sua vez, constitui expressão difícil de definir, pois parece abranger variedade de tendências, mas para Harding e Sylvester sua essência está na resistência à concepção “de uma história verdadeira” para uma perspectiva “falsamente universalizada”, tal como aquela dos homens brancos. Observa Harding que isso cria uma tensão interna poderosa: as epistemologias do ponto de vista feminista parecem comprometidas em tentar dizer a “nossa verdadeira história”, sobre nós mesmas e o mundo ao nosso redor, que as epistemologias pós-modernas definem como ficção perigosa.

Apesar do criticismo pós-moderno, a concepção de uma perspectiva feminista apresenta um ponto de partida particularmente promissor para o desenvolvimento de uma abordagem feminista nas Relações Internacionais. No primeiro exemplo, a reflexão sobre uma visão feminista seria conceitual criticando os vieses implícitos no pensamento de quem pesquisa em Relações Internacionais. Começar, mas não terminar, com uma análise sobre as palavras e símbolos usados nos discursos das Relações Internacionais, procuraria melhorar o entendimento sobre a prática das Relações Internacionais existentes, ao examinar como os conceitos centrais dessa disciplina são afetados pela estrutura de gênero da sociedade internacional.

Por conseguinte, pergunta-se: como os valores distintamente masculinos e as estruturas sociais, nas quais os valores masculinos são dados como prioritários, têm afetado os conceitos desenvolvidos na sociedade internacional? Isto é, em que grau de abrangência os conceitos das Relações Internacionais apresentam-se androcêntricos? Tendo reexaminado os conceitos-chave das Relações Internacionais, o trabalho sob uma perspectiva de gênero facilitaria a elaboração empírica feminista mais profunda da política mundial (HARDING, 1986; KEOHANE, 1989; TICKNER, 1988). De igual modo, o objetivo de mostrar que

existem várias perspectivas políticas de pensamento feminista é expressar a diversidade das abordagens feministas e, com isso, a consequente variedade de epistemologias e metodologias de estudo que ensejam a diversidade teórica.

In a state-centric discipline that is notorious for its lack of self-reflection, developing feminist methodologies and conducting feminist research have been major challenges. However, since all power relations are essential to feminist perspectives and to the feminist research process, feminist methodologies are highly relevant for the study of global politics. (...)

Attention to methodology has been vital to the development of feminist IR as a diverse, varied, and collective inquiry. (...) (ACKERLY; TRUE; STERN, 2006, p. 17 – 18).

Ackerly e True trazem reflexões instigantes acerca da metodologia para construir e ter aceito o novo fenômeno de gênero na Academia, afirmando que as pesquisadoras dessa linha nas Relações Internacionais desenvolveram mais do que um conjunto de ferramentas em metodologia. Foram além e incorporaram reflexões ontológicas e epistemológicas nas seleções de métodos que fazem repensar as fronteiras das Relações Internacionais. As abordagens feministas auxiliam a identificar uma ética obrigatória em pesquisa para a investigação nas Relações Internacionais. A ética em pesquisa feminista inclui atenção ao poder, especialmente o poder da epistemologia (incluindo as formas nas quais os exercícios de poder podem se ocultar), contando com preocupações em curso sobre limites, silenciamento, ausência, marginalização e atenção ao contexto relacional no qual se pesquisa.

Ademais, é exigido que o pesquisador situe-se em sua pesquisa e cultive o hábito da autorreflexão sobre o processo de investigação e o poder da epistemologia em operação, mesmo na sua habilidade de formular a pesquisa. Com estas expectativas, tal ética em pesquisa feminista pode ser aplicada para explorar um conjunto amplo de questões nas Relações Internacionais, instruídas por um conjunto também amplo de abordagens, enigmas teóricos e empíricos (ACKERLY; TRUE, 2008).

É notável que a abordagem feminista apresenta como principal desafio teórico mostrar aos acadêmicos positivistas das Relações Internacionais, dentre outras análises, uma principal: como as estudiosas feministas provariam suas capacidades técnica e teórica a partir de questionar em que sentido a categoria de gênero auxilia a responder sobre temas pontuais, como os conflitos mundiais ou regionais, proliferação de armas nucleares, entre outros. Entende-se que para uma corrente teórica ser vista e fazer-se conhecida na área, deve-se refletir sobre respostas e pontos tradicionais das Relações Internacionais, em um exercício político para se fazer incluir, uma genuína questão de relações de forças. A pesquisa feminista

critica o poder das disciplinas de definir o campo da investigação do conhecimento. Como resultado, essa abordagem está muitas vezes diretamente envolvida na reflexão sobre ou na extensão dos limites das disciplinas estabelecidas (ACKERLY, TRUE, 2008). As perspectivas feministas redirecionam a atenção aos tipos de perguntas que são feitas nas Relações Internacionais, para indagar o que não está incluído nesse campo de ação, como a disciplina tem tradicionalmente definido o conhecimento.

A abordagem feminista das Relações Internacionais também oferece caminhos em relação à escolha de perspectiva epistemológica, escolhas teóricas, projetos de pesquisa, coleta e análise de dados, exposição dos resultados e locais para compartilhá-los, por meio da ética feminista em pesquisa. Ela oferece aos pesquisadores das Relações Internacionais critérios feministas para avaliar as pesquisas, apesar da multiplicidade do feminismo e sua rejeição às tentativas de delimitar sua prática. Como também, essa forma epistemológica oferece roteiros de perguntas que vão delinear a investigação a partir de uma ética feminista permitindo visibilizar e questionar pontos na política internacional que as teorias tradicionais não valorizavam, além de questionar o *status quo* das relações de poder do sistema internacional.

O que é e como é o poder no âmbito complexo das Relações Internacionais? Quem é capaz de controlar quem e sob que condições? Eis aqui algumas das preocupações feministas de gênero: as relações de poder desigual. O que fazer? Como impedir que as margens permaneçam marginais e mudos os silêncios? Para isso faz-se necessário virar escadas, invertendo a ordem de seu topo. Como então identificar as múltiplas facetas do poder? Mitigar efeitos de seu abuso no mundo real? (OLIVEIRA, 2011, p.13)

As abordagens feministas e de gênero e a pesquisa empírica utilizada pelas(os) pesquisadoras(es) são uma arma para revelar os aspectos ocultos das estruturas de poder e da política, as violações de direitos, as opressões, a luta das mulheres por diferentes demandas de direitos, que utilizam para tanto a epistemologia feminista e o método *feminist informed*²⁸. Lembrando que o feminismo não indica o que pesquisar, nem escolher uma perspectiva teórica e outra não. Não recomenda qual método usar, se qualitativo ou quantitativo, porém,

mais precisamente, que o feminismo pode melhorar o nosso conhecimento em todos os estágios, direcionando a nossa reflexão sobre a nossa indagação, conceitualização teórica, projeto de pesquisa ou metodologia, de forma (ainda que não) especificada, independentemente da nossa orientação teórica, metodológica ou outra orientação (ACKERLY; TRUE, 2008, p. 229).

²⁸ “Escolhemos a expressão ‘feminist-informed’ para apresentar a pesquisa que conta com reflexões teóricas, metodológicas e empíricas de um corpo diverso de teorias feministas e pesquisa feminista”. (ACKERLY; TRUE, 2008, p. 220).

Mesmo com métodos e uma epistemologia que convidam os interessados e estudiosos de outras teorias, não necessariamente feministas, em aspectos que estão invisíveis na política internacional, é notável a maneira de abordar das técnicas feministas emolduradas por conceitos abertos e humanizantes. A sua análise desconstrutiva, que utiliza ferramentas da epistemologia e da auto-reflexividade, busca transformar as imanentes estruturas de poder, ousando mudar o que pode e deve mudar, buscando transformar o hierarquizado paradigma dominante.

Foi a partir de como as abordagens feministas deste campo de estudo indagam a forma de como o poder é exercido, por quem é exercido e com que finalidade é exercido que se decidiu ter como base metodológica desta pesquisa a epistemologia feminista e a ética feminista. Quando se analisa, por exemplo, o debate sobre participação social especificado com o setor do movimento de mulheres/feminista, vem agregado um fator de poder que impede de maneira mais efetiva essa participação. Com o auxílio dos questionamentos do método *feminist informed*, pergunta-se: qual papel a mulher tem desempenhado no cenário regional da América Latina? Por que trazer o debate de garantias, direitos e deveres da mulher para o cenário do Mercosul? Qual (quais) o(s) motivo(s) para transversalizar a perspectiva de gênero nesse processo de integração? Por que o âmbito do Mercosul até o momento ainda não acompanhou a efetividade das políticas públicas com perspectiva de gênero e de proteção à mulher? Qual (quais) impedimento(s) para tal? Por que é urgente o aprofundamento da participação do movimento de mulheres/feminista nas atividades da RMAAM? Há conquistas alcançadas nesse âmbito de participação social e transversalização da perspectiva de gênero?

Bem, todos esses questionamentos pretendem ser analisados a partir da abordagem feminista das Relações Internacionais e por meio de análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com as representantes das organizações sociais que fazem parte do foro da RMAAM, a saber: Fórum de Mulheres do Mercosul e Articulación Feminista Marcosur. Como também, foram entrevistadas assessoras e gestoras que trabalham com a RMAAM desde seus cenários nacionais e reúnem-se no espaço do bloco quando são delegados os encontros e atividades respectivas. Logo, por circunstâncias de opção política e por saber que nessas bases feministas é onde se encontram argumentos contundentes para fundamentar esta pesquisa, as abordagens que discutem gênero e feminismo justificam aqui, empírica, metodológica e eticamente, a necessidade de tornar visível as relações de poder no âmbito regional do Mercosul e os motivos pelos quais a perspectiva de gênero deve ser aprofundada neste processo de integração.

1.2 O FEMINISMO NO CENÁRIO INTERNACIONAL OU O INTERNACIONALISMO FEMINISTA

O objetivo do gênero nas Relações Internacionais encontra-se plasmado nas consequências da luta feminista internacional e na universalidade do *status* de segunda categoria vivenciado pela mulher. Primeiramente, em torno do alcance da emancipação da mulher frente às opressões causadas pelo sistema patriarcal e suas relações de poder nos âmbitos nacionais, regionais e mundial. Segundo, encontra-se moldado também na busca da efetivação de direitos, na valorização da perspectiva de gênero no espaço acadêmico com a finalidade de disseminar uma sociabilidade humana de equidade de gênero. E, ainda, o objetivo de gênero está plasmado na transformação das relações de poder, horizontalizando-as de maneira a concretizar a igualdade e fortalecer uma identidade feminista nos diversos âmbitos da vida em sociedade, como preceitua Sherry B. Ortner:

The secondary status of woman in society is one of the true universals, a pan-cultural fact. Yet within that universal fact, the specific cultural conceptions and symbolizations of woman are extraordinarily diverse and even mutually contradictory. Further, the actual treatment of women and their relative power and contribution vary enormously from culture to culture, and over different periods in the history of particular cultural traditions. Both of these points – the universal fact and the cultural variation constitute problems to be explained. (...)The universality of female subordination, the fact that it exists within every type of social and economic arrangement and in societies of every degree of complexity, indicates to me that we are up against something very profound, very stubborn, something we cannot rout out simply by rearranging a few tasks and roles in the social system, or even by reordering the whole economic structure. (...)What do I mean when I say that everywhere, in every known culture, women are considered in some degree inferior to men? (ORTNER, 1974, p. 67-68).

Sherry B. Ortner²⁹ questiona a universalidade da categoria secundária vivenciada pela mulher a partir de uma análise cultural e descarta o determinismo biológico, não por serem irrelevantes os fatores biológicos, ou que mulheres e homens não sejam diferentes. Porém, esses fatores e diferenças somente apresentam significância de superioridade/inferioridade dentro de uma estrutura de um sistema de valores culturais definido. Deve-se manter atenção em interpretar a subordinação feminina à luz de outras universalidades, quais sejam, “factors built into the structure of the most generalized situation in which all human beings, in whatever culture, find themselves”.

²⁹ ORTNER, Sherry B. 1974. **Is female to male as nature is to culture?** In M. Z. Rosaldo and L. Lamphere (eds), *Woman, culture and society*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 68-87.

Todavia, o que constituiria a evidência de que uma particular cultura considera as mulheres inferiores? A autora utiliza três tipos de dados para tal análise:

(1) elements of cultural ideology and informants' statements that *explicitly* devalue women, according them, their roles, their tasks, their products, and their social milieux less prestige than are accorded men and the male correlates; (2) symbolic devices, such as the attribution of defilement, which may be interpreted as *implicitly* making a statement of inferior valuation; and (3) social-structural arrangements that exclude women from participation or contact with some realm in which the highest powers of the society are felt to reside. These three types of data may all of course be interrelated in any particular system, though they need not necessarily be. Further, anyone of them will usually be sufficient to make the point of female inferiority in a given culture. Certainly, female exclusion from the most sacred rite or the highest political council is sufficient evidence. Certainly, explicit cultural ideology devaluing women (and their tasks, roles, products, etc.) is sufficient evidence. Symbolic indicators such as defilement are usually sufficient, although in a few cases in which, say, men and women are equally polluting to one another, a further indicator is required – and is, as far as my investigations have ascertained, always available (ORTNER, 1974, p.69-70).

Em outras palavras, o quê poderia existir em uma estrutura generalizada e condições de existência, comuns em cada cultura, que levaria cada cultura a relacionar os valores de menos importância às mulheres? Para Ortner, a mulher continua sendo identificada com – ou parece um símbolo de – algo relacionado em cada cultura que tenha uma lógica de desvalorização “something that every culture defines as being of a lower order of existence than itself”. Cada cultura implicitamente reconhece e afirma uma distinção entre uma operação da natureza e uma da cultura (da consciência humana e seus produtos); além disso, que o diferencial da cultura repousa precisamente no fato que se pode sob muitas circunstâncias transcender as condições naturais e torná-las finalidade *per se*. Ortner defende, dessa maneira, que

(...) women are seen ‘merely’ as being closer to nature than men. That is, culture (still equated relatively unambiguously with men) recognizes that women are active participants in its special processes, but at the same time sees them as being more rooted in, or having more direct affinity with, nature. (...) For example, woman’s body seems to doom her to mere reproduction of life; the male, in contrast, lacking natural creative functions, must (or has the opportunity to) assert his creativity externally, “artificially,” through the medium of technology and symbols. In so doing, he creates relatively lasting, eternal, transcendent objects, while the woman creates only perishables – human beings (ORTNER, 1976, p. 73).

Em última análise, deve-se ressaltar mais uma vez que todo o esquema é uma construção da cultura ao invés de um fato da natureza. A mulher não está, na realidade, mais perto (ou mais longe) da natureza do que o homem, já que ambos tem consciência, ambos são mortais. Mas há certamente razões pelas quais ela seja retratada dessa maneira. O resultado é

um *feedback* eficiente: vários aspectos da situação da mulher (física, social, psicológico) contribuem para que ela seja vista quanto mais perto da natureza, enquanto que o ponto de vista dela como mais perto da natureza é, por sua vez incorporada em formas institucionais que reproduzem essa situação. As implicações para a mudança social são igualmente circulares: uma visão cultural diferente da opressora existente só pode crescer a partir de uma realidade social diferente e uma realidade social diferente só pode crescer a partir de uma visão cultural diferente.

It is clear, then, that the situation must be attacked from both sides. Efforts directed solely at changing the social institutions – through setting quotas on hiring, for example, or through passing equal-pay-for-equal-work laws – cannot have far-reaching effects if cultural language and imagery continue to purvey a relatively devalued view of women. But at the same time efforts directed solely at changing cultural assumptions – through male and female consciousness-raising groups, for example, or through revision of educational materials and mass-media imagery – cannot be successful unless the institutional base of the society is changed to support and reinforce the changed cultural view. Ultimately, both men and women can and must be equally involved in projects of creativity and transcendence. Only then will women be seen as aligned with culture, in culture's ongoing dialectic with nature (ORTNER, 1976, p. 87).

Para tanto, umas das alternativas para mudar progressivamente essa cultura encontra-se na luta feminista a nível mundial. Esta, por sua vez, está organizada em redes, coletivos, movimentos e organizações sociais tomando a dimensão internacional a partir, em um primeiro momento, da substância transnacional da cultura patriarcal que permeia as relações humanas nas sociedades ocidentais (não significando que nas orientais não esteja implantada uma discussão feminista semelhante e, por muitas vezes, influenciadas pelo Ocidente). Do mesmo modo que, contemporaneamente, dada a dinâmica interação entre os países, as mulheres feministas percebem que decisões tomadas dentro de um território causam impacto fora dele, em um movimento quase imperceptível de influência direta do poder político masculino perpassando as fronteiras estatais. Isso influencia o movimento feminista mundial e latino-americano a estarem organizados, a nível interno e transnacional, fortalecendo e sintonizando, assim, as agendas políticas de cada grupo, de acordo com as possibilidades de força política dos movimentos integrados por elos transnacionais que revigoram sua incidência política a nível estatal, podendo ser estruturas nacionais, instituições internacionais ou de processos de integração.

Além da característica transnacional dos temas que envolvem diretamente mulheres e gênero, há outro fator que auxilia na conexão e fortalecimento mundial, e conseqüentemente regional, do movimento de mulheres que é a era tecnológica que se vive hodiernamente.

Dessa forma, com o advento das novas tecnologias de incremento do acesso à informação, o que acontece em qualquer ponto do planeta tem virtualmente como se espalhar quase que imediatamente para quaisquer outros lugares. Essas possibilidades contribuíram para uma maior unificação das lutas feministas, fortalecendo o diálogo entre os diferentes grupos, e contribuindo para uma rede mais sólida de reivindicações, pressões governamentais e debates abertos à sociedade internacional (MENDES, 2011).

Como se percebe, os movimentos feministas não ocorrem isoladamente. Os grupos feministas de diversos países apresentam um histórico de diálogo em suas lutas, de maneira que as conquistas de um tendem a influenciar e beneficiar a luta do outro. Nesse contexto, com o aumento do diálogo entre os grupos feministas, abriu-se o caminho para a disseminação de sua participação política e a facilidade de comunicação e visibilidade de seus propósitos em estarem nessa constante busca pela liberação da mulher e pela sua igualdade real.

Por esse pensamento, desde as suas primeiras manifestações, as questões relacionadas ao gênero ultrapassaram as fronteiras nacionais, com ideias profeministas³⁰ e logo depois com a primeira fase do movimento feminista categorizada didaticamente como “Feminismo e o Iluminismo” (uma das obras dessa fase foi a “Reivindicação dos Direitos da Mulher” (1792), de Mary Wollstonecraft), repercutindo na Europa e nos EUA e afetando escritoras e militantes da causa feminista nos séculos XVIII e XIX³¹. Além disso, os ideais dispostos em “Reivindicação dos Direitos da Mulher” animaram e influenciaram os movimentos feministas liberais dos séculos XIX e XX no âmbito internacional, principalmente a luta pelos direitos civis e políticos, o que evidencia que os esforços das mulheres não se restringiram à conquista de direitos em um único país ou nação, mas se voltaram para o gênero feminino como categoria universal.

(...) a primeira organização dos Estados Unidos a defender os direitos das mulheres surge em maio de 1869, em Nova York, a ‘National Woman Suffrage Association’, (...) em 1902, é fundada a ‘International Women’s Suffrage Alliance’, sediada em Londres (...). Foi com esta organização internacional que a luta das mulheres pelo direito de voto se fortaleceu e internacionalizou, sobretudo com a organização de

³⁰ Profeminismo ou feminismo pré-moderno refere-se aos protestos expressados pelas mulheres como “memorial de agravos” e à defesa das mulheres que se fez realidade no contexto das polêmicas sobre as mulheres, durante a época que precede o Iluminismo e que vai até a Idade Média. MIGUEL, Ana de. **El Feminismo a través de la historia I. Feminismo premoderno**: Feminismo – Historia Del Feminismo. Mujeres en Red, el periódico feminista. 2007. Disponível em: < http://www.mujiresenred.net/IMG/article_PDF/article_a1309.pdf>. Acesso em set 2013.

³¹ A influência de Wollstonecraft chegou até o Brasil em 1832, quando Nísia Floresta Brasileira Augusta publica no Brasil a tradução livre da obra de Wollstonecraft, que aqui chamou-se “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” (SANTOS Jr, 2011).

conferências internacionais, em locais como Washington (1902), Berlim (1904) e Copenhague (1906).

Na Inglaterra, as mulheres começaram a se organizar nos anos 1830 e 1840 em conjunto com os movimentos abolicionistas e cartistas, que defendiam a inclusão política da classe operária pelo sufrágio universal masculino, o voto secreto, a participação de representantes operários no parlamento britânico, etc. Em 1847, Anne Knight, militante cartista e antiescravista, juntou-se a outras mulheres, em Sheffield, e fundou a primeira associação sufragista inglesa, a ‘Female Political Association’(...) (SANTOS Jr., 2011, p. 157).

Por outro lado, o movimento operário filiado à teoria marxista põe em ação a classe trabalhadora e as mulheres na luta por uma sociedade igualitária para ambos os sexos, inaugurando, o que viriam a ser as diferentes facções políticas de matrizes ideológicas do movimento feminista. No que tange ao gênero, sustentavam que a superação do sexismo não se relacionava a mudanças legais, como defendia o movimento feminista liberal, mas com a revolução socialista. As mulheres deviam lutar como classe (junto com os homens) para destruir a estrutura de base da sociedade classicista, até porque, segundo Engels, em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1884), a origem da sujeição feminina deu-se pela formação das classes sociais, vinculadas num primeiro estágio, à divisão entre os sexos.

A participação feminina em sindicatos operários, associações e partidos de viés marxista, uniu-se à luta de homens e mulheres pelo socialismo. Para Marx e Engels, o socialismo seria necessariamente um movimento internacional, por isso a famosa frase grafada no “Manifesto Comunista” (1848): “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Por essa perspectiva, o socialismo em um único país não representaria o triunfo sobre a exploração de classe nem teria sustentação, por isso a necessidade de internacionalização.

Animadas por esses ideais, as mulheres participaram ativamente dos movimentos socialistas dos séculos 19 e 20. Clara Zetkin e Flora Tristán, por exemplo, contribuirão com a organização da classe trabalhadora e dos movimentos classistas, influenciando a ‘Associação Internacional de Trabalhadores’ (AIT) e as Internacionais Comunistas. Com efeito, [...] até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Clara Zetkin participa de todos os congressos da Segunda Internacional como uma de suas principais protagonistas e valente defensora dos direitos das mulheres dentro e fora do movimento operário, e da luta de classes contra o crescente reformismo do Partido Social Democrata Alemão’ (SANTOS Jr., 2011, p. 158).

Então, a qual conclusão se chega os primeiros movimentos de mulheres organizados? O quê se vê em comum entre eles? A defesa dos direitos civis e políticos da mulher em diferentes países, cujo fluxo de contatos e estruturação transcendia às fronteiras dos Estados nacionais, transformando a causa em um movimento com potencialidades para se tornar internacional. Bem como, e de maneira mais profunda, nota-se o protagonismo da mulher na

conquista de seus direitos e no desenvolvimento da própria história moderna, enfraquecendo, de certa maneira, os princípios patriarcais, na incessante busca pela sua emancipação que culminou no reconhecimento internacional de sua luta pela ONU, a partir da metade do século XX.

As Nações Unidas³², por sua vez, criada no fim da II Guerra Mundial (1939-1945), torna-se um âmbito passível de diálogo no processo de reconhecimento institucional da luta do movimento de mulheres/feminista³³. Desde a promulgação da carta constitutiva da ONU, com a comemoração de seu cinquentenário no ano da principal conferência mundial sobre a mulher (1995), chegando à criação da ONU Mulheres (entidade especializada na igualdade de gênero e empoderamento da mulher), a história da ONU mescla-se com a história internacional das conquistas desses movimentos, tanto do ponto de vista normativo, quanto da oportunidade política de articulação mais efetiva a nível mundial aproveitada pelo movimento de mulheres/feminista internacional, no âmbito das conferências da ONU, que foram os grandes espaços de confluências durante quase toda a década de 1990.

Três momentos relacionados à atuação da ONU com o tema da mulher são reconhecidos como relevantes para o começo de um longo processo de superação das desigualdades baseadas em gênero. Atentar-se-á, porém, ao primeiro momento, por conta dos seus desdobramentos políticos vivenciados até os dias atuais. Esse primeiro momento foi caracterizado por ter centrado esforços nas questões normativas, na busca de estabelecimento de padrões internacionais necessários para a superação da condição de subordinação das mulheres que se configurava em praticamente todo o mundo. Exemplos desse primeiro momento estão em 1945, com a assinatura da Carta de Fundação da ONU e com a criação, em 1946, da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW – Commission on the Status of

³² “Os **propósitos** das Nações Unidas são: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (...)”. (ONU/BR – Nações Unidas no Brasil, 2013, grifo autor). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/propositos-e-principios-da-onu/>>. Acesso em set 2013.

³³ A título de curiosidade: “Nas organizações internacionais, a representação feminina começou com níveis bem modestos, tendo evoluído muito com o passar dos anos. Durante o período da Liga das Nações (1920-1946), nenhuma mulher integrou o Conselho da Liga ou a Corte Mundial. Após a criação da ONU, em seus primeiros anos a presença feminina foi bastante tímida, sendo que em 1946 as mulheres representavam menos de 5% dos delegados da Assembléia Geral. Apesar do comprometimento da ONU com a igualdade de gênero em seu discurso, na prática a presença feminina foi bastante modesta. Em geral, os níveis de participação feminina no âmbito das organizações internacionais em posições estratégicas tem sido mais baixo do que o apresentado em instituições dos Estados. O Secretariado da ONU estabeleceu uma meta de presença de 25% de mulheres, a qual não foi cumprida ainda. Para as posições de liderança o quadro é ainda mais crítico, já que, uma vez que as mulheres já são sub-representadas dentro dos seus próprios Estados, isso se refletirá de forma ainda mais marcante na atuação da elite especialista no plano internacional. A concentração maior de mulheres nas Nações Unidas está entre os níveis mais baixos de pessoal” (POSSAS & REIS, 2009).

Women), subordinada à Comissão de Direitos Humanos (CDH) nos seus inícios e logo passa a ser órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social (ECOSOC)³⁴.

A primeira linha de atuação da CSW centrou-se na elaboração de um diagnóstico da situação das mulheres no mundo. Constatou-se um elevado número de restrições com relação aos direitos políticos e um índice ainda maior na defasagem dos níveis educacionais e econômicos das mulheres, com relação aos homens, dentre outros alarmantes indicadores de desigualdade. Tal diagnóstico foi importante para trazer evidências sobre algumas esferas que necessitavam de atenção especial e, principalmente, como instrumento político que justificasse a elaboração de novos marcos jurídicos internacionais. Uma importante conquista obtida no âmbito da ONU neste período foi a concessão para que três representantes da CSW participassem no processo negociador que levaria à elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), nos pontos referentes aos direitos das mulheres, para estabelecer uma linguagem igualitária e não sexista. Sendo assim, a dita conquista consagra-se no princípio de igualdade e não discriminação em razão do sexo (NICODEMOS, 2005).

A atuação da CSW na década dos anos de 1950 esteve centrada na elaboração de convenções sobre temas considerados prioritários para eliminar a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Assim, em 31 de março de 1953, na VII Sessão da Assembleia Geral da ONU, foi construída a “Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher”. A questão dos direitos políticos havia se consagrado como uma reivindicação do movimento feminista da chamada “primeira onda”, que se desenvolveu durante a primeira metade do século XIX, em especial nas décadas de 1920 e 1930, e defendia principalmente o direito das mulheres à cidadania e ao sufrágio universal. Dessa forma, nota-se a influência direta das demandas feministas no seu primeiro momento aliando-se ao Direito Internacional e à ONU³⁵,

³⁴ O segundo momento diz respeito à convenção elaborada pelas Nações Unidas relacionada à nacionalidade da mulher casada. Baseando-se no preceito definido pelo art. 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que elenca que “toda pessoa tem direito a uma nacionalidade” e “ninguém será privado arbitrariamente de sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade”, esta convenção busca garantir às mulheres este direito humano, independente do seu estado civil. Assim, a realização ou dissolução de um matrimônio e a mudança da nacionalidade do marido não deveriam abarcar automaticamente a nacionalidade da mulher. Já o terceiro grande momento que evidencia a ONU como passível de diálogo para a normatização dos direitos das mulheres está situado na convenção que trata sobre o consentimento para o casamento, idade mínima e registro de casamento. Embora respaldada pelo art. 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determina o igual direito entre homens e mulheres de maior de idade com relação ao matrimônio, sua duração e dissolução e também sobre a sua validade, a partir da liberdade e pleno consentimento dos nubentes, a “Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento” foi alvo de fortes críticas. O ponto fulcral da crítica conectava-se à determinação de uma idade mínima para o casamento, que anos depois, em 1965, seria estabelecida em 15 anos (NICODEMOS, 2005, p. 126).

³⁵ Outras convenções que dizem respeito a direitos das mulheres foram adotadas no âmbito de algumas agências especializadas da ONU, paralelamente às convenções elaboradas pela CSW. São estas: convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 100 (1951) sobre a igualdade de remuneração por trabalho de igual valor; a convenção nº103 da OIT (1952), proteção da mulher no período da maternidade e a nº111 (1958), que trata sobre a

com um sentido de solidariedade transnacional entre esses campos da política internacional e afirmação e conquistas dos direitos políticos da mulher.

A CSW, a partir de 1963, começa a dispor de um documento mais abrangente que produzisse um maior efeito político no sentido de combater a situação de subordinação vivida pelas mulheres, uma minuta sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres. Tal solicitação foi resultado da observância, de que embora houvesse progresso no alcance de igualdade de direitos, ainda assim vários setores permaneciam discriminando as mulheres e oprimindo-as. Nesta fase, foi bastante atuante a presença de ativistas trabalhando dentro do sistema da ONU e fora dele. É aprovada, dessa maneira, em 1967 a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher”. Essa declaração se configurou como uma declaração de intenções, e, a partir de 1972, apareceram manifestações com o intuito de transformar esta declaração em um documento de maior força jurídica. O Plano Mundial de Ação, consequência da I Conferência da ONU sobre a Mulher (1975), será o espaço para fortalecer essa intenção.

Para melhor localização de todas as conferências mundiais sobre a mulher na ONU, abaixo é apresentado o quadro que mostra o ano e lugar da realização das conferências, bem como os atores envolvidos no processo e seus desdobramentos políticos.

QUADRO 1 - A ONU e as Conferências Mundiais sobre a Mulher

A ONU E AS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE A MULHER			
ANO - LUGAR	CONFERÊNCIAS	ATORES	RESULTADOS
1975 – Ciudad de México	Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes de 133 governos no espaço oficial; • 6.000 representantes de ONGs no foro paralelo, a Tribuna do Ano Internacional da Mulher. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de um Plano de Ação Mundial para a consecução dos objetivos do Ano Internacional da Mulher; amplo conjunto de diretrizes para o progresso das mulheres até 1985.

discriminação no emprego. Pela UNESCO, em 1960, foi adotada uma convenção relativa à luta contra a discriminação na educação. A OMC (Organização Mundial de Saúde) resiste em incorporar normas dirigidas especificamente às mulheres e somente na década de 1980 é que assume o combate a práticas tradicionais ou costumeiras, como a violência doméstica e a mutilação genital (NICODEMOS, 2005).

1980 – Copenhague	Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para a Mulher	<ul style="list-style-type: none"> • 145 Estados Membros da ONU. 	<ul style="list-style-type: none"> • O programa de ação que se aprovou chamava os Estados a adotar medidas nacionais mais firmes para garantir a apropriação e o controle da propriedade por parte das mulheres, assim como a introduzir melhorias no âmbito da proteção dos direitos de herança, guarda dos filhos e da nacionalidade da mulher.
1985 - Nairóbi	Conferência Mundial para o Exame e a Avaliação dos alcances da Década das Nações Unidas para a Mulher	<ul style="list-style-type: none"> • 1.900 delegadas(os) de 157 Estados Membros; • Cerca de 12.000 ONGs no foro paralelo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coloca-se como necessidade das próprias sociedades contar com a riqueza que supõe a participação das mulheres; Sinalam-se três tipos de medidas: medidas de caráter jurídico; medidas para alcançar a igualdade na participação social; e medidas para alcançar a igualdade na participação política e nos lugares de toma de decisões.
1995 – Beijing	IV Conferência Mundial sobre a Mulher	<ul style="list-style-type: none"> • Mais de 6.000 delegadas (os) governamentais; • Mais de 4.000 representantes de ONGs e outros tipos de organizações sociais. Um foro de ONG celebrado em Huairou de forma paralela atraiu cerca de 30.000 participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Marca um importante ponto de inflexão para a agenda mundial da igualdade de gênero. A Declaração e Plataforma de Ação de Beijing foi adotada de forma unânime por 189 países. Estabeleceram uma série de objetivos estratégicos e medidas para o progresso das mulheres e o alcance da igualdade de gênero.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações encontradas em ONU Mujeres. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/es/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women#copenhagen>>. Acesso em abr 2014.

A intenção de mostrar um pouco do histórico de conquistas normativas relacionadas aos direitos das mulheres na ONU é evidenciar a influência direta dos movimentos de mulheres/feminista organizados nesta instituição, fossem eles, naquele momento, de matriz mais liberal ou socialista e até mesmo não vinculados com essas correntes político-

ideológicas. Na tentativa de estabilizar as relações de poder e os padrões de gênero reinantes até então, esse movimento influenciou, e continua influenciando, a realidade da sociedade internacional, que, por sua vez, instigaria os processos internacionais moldados nos compromissos assumidos pelos governos através das convenções e tratados. Apresentando, assim, uma potencialidade de superar certas realidades internacionais e legitimar os movimentos de mudança por meio da perspectiva de gênero³⁶.

Por consequência, as ideias feministas foram sendo ampliadas e ocuparam espaços importantes que avançaram no estabelecimento de uma sociabilidade e respeito humanos anti-patriarcais. Nesse período e de acordo com esses fenômenos é que os estudos feministas e de gênero consensuaram em chamar por “segunda onda” do feminismo. Dar-se-á ênfase a esse fenômeno histórico a partir do vivenciado pelos movimentos e organizações sociais, coletivos e redes de mulheres/feministas na América Latina, por ser esse o cenário conectado diretamente com o escopo maior do trabalho. O enfoque latino-americano não significa, pois, que essa realidade do desenvolvimento dos feminismos na região não esteja conectada ao cenário mundial resumido aqui na ONU e suas grandes conferências sobre a mulher.

1.2.1 América Latina feminista e o debate das “ondas”

Os feminismos latino-americanos desenvolveram-se significativamente por meio de diferentes ritmos desde o final da década de 1970, de forma quase simultânea nos países da América do Sul, da região Andina, no Caribe e México. Propagou-se durante os anos 80 aos países da América Central. Avançou, desenvolveu um perfil e tratou de responder às características particulares e heterogêneas dos diferentes países latino-americanos, além de compartilhar também alguns traços e dinâmicas peculiares do movimento. Uma parte significativa das mulheres que integraram inicialmente a vertente feminista provinha de ampla vertente das esquerdas, mas que, ao longo do tempo, houve uma separação dessa quase sinonímia esquerda-feminismo, não significando mais que ser de esquerda necessariamente implicava ser feminista.

³⁶ Ainda que houvesse lugares onde não estava instalada uma cultura de mobilização de mulheres, os agentes internacionais desempenhavam um papel importante na busca por seus direitos (que por si só é lastimável, pois continua a visão de que mulher não tem tanta força e autonomia para tanto). Isso porque, ainda que inexistisse diálogo entre grupos feministas locais e organizações internacionais de direitos humanos, ativistas de todo o mundo monitoram a situação dos países, fazendo com que seja virtualmente impossível que algum Estado se isole dentro de suas próprias normas e cultura. Portanto, o movimento internacional de mulheres não apenas cresceu consideravelmente com o passar do tempo, como também se tornou cada vez mais articulado entre si e com as organizações internacionais de maior peso e influência entre os Estados (PAXTON, *et al.*, 2006).

Una parte significativa de las mujeres que integraron inicialmente la vertiente feminista provenía de la amplia vertiente de las izquierdas, entrando rápidamente en confrontación con estas, las izquierdas, por su dificultad en asumir una mirada más compleja de las múltiples subordinaciones de las personas y las específicas subordinaciones de las mujeres. De estas influencias iniciales, los feminismos, ya sin apellidos, socialista o revolucionario fueron los primeros, mantuvieron una perspectiva subversiva, de transformación de largo aliento y un compromiso por unir las luchas por la transformación de las subordinaciones de las mujeres con las transformaciones de la sociedad y de la política. Ello se expresaba tanto en el contenido de sus luchas como en las articulaciones establecidas con los amplios movimientos de mujeres populares que tuvieron un desarrollo enormemente significativo en la década de los ochenta (VALENTE, 2008, p. 135-136)³⁷.

No entanto, havia uma forte desconfiança em relação aos espaços público-políticos, principalmente com os Estados, acentuada pela existência de governos ditatoriais em muitos países da região. Também, precocemente, um setor significativo das organizações feministas expressou-se em duas formas de existência: como centros de trabalho feminista e como parte do “amplo, informal, mobilizado e ‘das ruas’ movimento feminista” (VALENTE, 2008, p. 136, tradução nossa). Fazendo confluír, a partir de uma identidade feminista, duas dinâmicas diferenciadas, a das profissionais nos temas das mulheres e a das militantes de um movimento em formação.

Os feminismos avançaram nas propostas que conectavam a luta pela requalificação e recuperação democrática. Foi por essa questão que a consigna feminista do Chile “Democracia en el país y en la casa” foi assumida por todo o feminismo latino-americano, pois articulava as diferentes dimensões de transformação que buscavam as feministas e expressava o caráter político do pessoal, do privado, contribuição fundamental das lutas feministas da “segunda onda” (VALENTE, 2008).

³⁷ A construção desta pesquisa, em especial deste tópico, não teria sido possível, se não fosse a obra “Feminismos en América Latina – Su aporte a la política y a la democracia (2008)” de Virginia Vargas Valente, que é a compilação de parte importante do seu trabalho acadêmico-militante como feminista e alterglobalizadora dos últimos 30 anos. Virginia Vargas Valente nasceu no Perú, é socióloga, com especialidade em Ciências Políticas e ativa militante feminista, fundadora do “Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán”. Coordenadora das ONGs da América Latina e Caribe para o “Foro de ONGs” na IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing, em setembro de 1995. Autora de vários livros sobre gênero, política e desenvolvimento. A obra citada auxiliou nesta pesquisa, pois: sua leitura convoca a recuperar-nos como seres humanos e como mulheres, ao conceber-nos em uma história feita por todas as que estiveram e estamos lutando por sermos mulheres em liberdade, tanto na cama como na casa, nas ruas, na Academia, nas instituições e na política. E a obra ainda nos questiona: “¿Qué hubiese sido de nosotras sin las que nos antecedieron? Porque nuestras vidas e ideas están contenidas en todas. Al saber de ellas, de sus deseos, que pudieron cambiar ‘las cosas’, y que entonces nosotras también podemos, de pronto un eco estridente hecho coraje se levanta y se convierte en voz gritándole al horizonte”. Grito que nos motiva a continuar o caminho, criando, sempre de acordo com nossos modos, um mundo livre, justo, solidário, feminista. Finalmente, o livro indica que os caminhos pela emancipação, pela transformação da raiz dos sistemas que nos oprimem, são árduos. Saber que continua sendo possível outro mundo, que a opressão é global e que, portanto, as lutas requerem também estender-se nesta dimensão, ademais de entender-se que são mutáveis, complexas e diversas. Vale a alegre rebeldia, o desejo e a imaginação transgressora por seguir a autorreflexão e a recriação de uma vida livre e autônoma.

Dentro destes parâmetros e expressado em uma grande quantidade de organizações, coletivos, redes de ações temáticas e de identidade, reuniões, seminários, encontros feministas, o feminismo expandiu-se em todos os países da região, desenvolvendo-se ao mesmo tempo uma articulação regional que potencializou estratégias e discursos e acentuou o seu histórico caráter internacionalista do feminismo da “primeira onda”³⁸.

Muchos de estos colectivos dieron después origen a redes regionales alrededor de los temas más significativos de las agendas feministas. Junto con esta densidad organizativa desde sus inicios, el feminismo latinoamericano se dio en formas articuladas de conexión internacionalista regional, a través de la realización de periódicos encuentros feministas latinocaribeños, cada dos años primero y luego cada tres, hasta la actualidad. En ellos se desarrollaron reflexiones e intercambios sobre los contenidos y las estrategias feministas y se expresaron los malestares o visiones críticas frente a los discursos feministas. Así, por ejemplo, en el IV Encuentro Feminista, en México 1987, en un grupo de feministas elaboramos el documento ‘Del amor a la necesidad’, postulando una revisión crítica de los discursos y prácticas feministas, sacralizados en mitos que no correspondían a la realidad. Este documento llamaba también a reconocer las diferencias en los enfoques, las miradas y en las formas de existencia de los feminismos, recuperando la multiplicidad de formas en que el feminismo latinoamericano comenzaba a expresarse (VALENTE, 2008, p.119).

A principal preocupação do movimento feminista nos anos de 1980 orientou-se a recuperar a diferença, reaquecer os reclamos passados consubstanciados nos primeiros momentos desse movimento, revelar o caráter político da subordinação das mulheres no mundo privado e seus efeitos na presença, visibilidade e participação no mundo público. Ao adotar lemas como “Lo personal es político³⁹”, “Nuestro cuerpo nos pertenece”, as feministas trouxeram para si a responsabilidade do mal-estar privado e público das mulheres,

³⁸ A primeira onda do feminismo refere-se ao extenso período de atividade feminista dos séculos XIX e início do século XX no Reino Unido e nos Estados Unidos, que tinha o foco originalmente: na promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres; na oposição de casamentos arranjados e da propriedade de mulheres casadas (e seus filhos) por seus maridos. No entanto, no fim do século XIX, o ativismo passou a se direcionar principalmente na conquista de poder político, especialmente o direito ao sufrágio por parte das mulheres. Essa primeira onda não aconteceu na América Latina de forma organizada e articulada regionalmente, mas o pensamento da primeira onda já estava presente em organizações sociais dos países da região. Porém, a partir da década de 1970 é que o feminismo latino-americano começa a ganhar forma, sendo denominado por “segunda onda” (VALENTE, 2008; LAGARDE, 2013).

³⁹ “Al compartir un espacio donde cuestionar y analizar las premisas femeninas impuestas por el poder patriarcal (heterosexualidad obligatoria, maternidad como destino, familia monogámica y unidad natural), las mujeres fueron transformando su vida cotidiana. Al asumir en primera persona la posibilidad de cuestionar lo dado, la esencia de la femineidad, la naturaleza de los cuerpos, fueron construyendo otros campos de acción más allá de las estructuras propuestas por la lógica patriarcal. Reivindicando que las transformaciones comienzan en una misma y que para transformar la realidad hay que empezar por casa, la consigna ‘Lo personal es político’ toca ese lugar que no estaba en el debate, la vida cotidiana. Las mujeres pusieron el ojo en la desconstrucción minuciosa del sistema patriarcal y en esa tarea el análisis de la vida cotidiana es el campo de acción por excelencia para entender la forma en que opera. La consigna esta vinculada en pensar y cuestionar las practicas cotidianas, es iniciar el análisis en las relaciones personales donde también circula el poder. En este sentido la construcción de conocimiento está en correlato con la práctica, no es una abstracción hipotética de cómo es vivida la dominación, sino más bien se trata de ‘mira hacia adentro’ y desde allí entender cuales son los mecanismos que se ponen en juego” (ALMA; LORENZO, 2013, p. 23).

gerando novas categorias de análise, novas visibilidades e inclusive novas linguagens para nomear o que até então era camuflado por não ter a perspectiva de gênero atenta ao que se passava nas sociedades: violência doméstica, assédio sexual, estupro no matrimônio, feminização da pobreza. São significados que as feministas contribuíram e deram visibilidade a sua causa dentro dos debates democráticos. É um momento de descoberta coletiva que passa a uma conscientização do “ser mulher”, enquanto sujeito político e individual, gerando uma síntese de caráter transformador e de libertação⁴⁰.

Além de questionarem os limites discursivos estabelecidos e politizarem problemas até então despolitizados, criaram novos públicos para seus discursos, novos espaços e instituições nos quais estas interpretações opositoras pudessem se desenvolver e desde onde pudessem chegar a públicos mais amplos, como bem preceituam Maria Angélica B. Fontão e Virgínia Vargas Valente a seguir:

Uma importante contribuição do movimento deste período foi fazer uma crítica radical à condição do ‘ser mulher’, trazendo à tona que as relações sociais que se estabelecem no âmbito privado, doméstico, das micro-relações estão permeadas por uma desigual e hierárquica relação de poder, que configurou tradicionalmente a submissão das mulheres em relação aos homens (FONTÃO, 2011, p. 18).

Estos procesos fueron acompañados por el desarrollo de una fuerte política de identidades, motor de las estrategias feministas en esta primera etapa. Una temprana y significativa reivindicación de la autonomía política del movimiento ponía énfasis en la defensa del espacio y del discurso propios, énfasis característico y necesario en un movimiento en construcción, con negociaciones débiles con el Estado, con tensiones fuertes con los partidos políticos; que se defendía de los intentos de invisibilización y buscaba la incidencia del discurso propio en la arena social. Esta autonomía ‘defensiva’ fue indudablemente justificada en el difícil proceso de crecer como colectividades y como personas y aprender a existir y desarrollarse en ‘clave’ propia (VALENTE, 2008, p. 137).

Esse contexto histórico de lutas impacta de maneira significativa sobre a forma como a ONU tratava a promoção da situação da mulher. Por ser insuficiente a consagração dos princípios de igualdade entre homens e mulheres, através da normatização jurídica, a crítica feita desde os movimentos de mulheres respalda-se na constatação de que igualdade formal de direitos não garantia a igualdade real (VALENTE, 2008). Era necessário ir além do universo da normatização dos direitos humanos das mulheres⁴¹, utilizando-os como arma para pleitear

⁴⁰ Interessante lembrar que naquele momento histórico das décadas dos anos de 1960 e 70, várias partes do mundo viviam processos de efervescência política, cultural e de libertação, como as guerrilhas na América Latina, movimento hippie nos EUA, luta pela independência das colônias do século XIX no continente africano, entre outros eventos.

⁴¹ “En efecto, en el Estado el énfasis en el discurso de derechos y el reconocimiento de la ciudadanía de las mujeres lo ha llevado a asumir y otorgar un conjunto de concesiones como producto de la presión de los movimientos de mujeres y como parte de las nuevas concepciones de gobernabilidad que se han ido desarrollando en la última década. Sin embargo, la forma como el feminismo se aproximaba a los derechos, al menos teórica y políticamente,

por mais avanços nos cenários nacionais e regionais na tentativa de construir uma cultura e uma sociabilidade humana não sexista, anti-patriarcal, não misógina.

Além disso, o questionamento perpassava pela não ênfase das atuações da ONU e dos próprios Estados assinantes de suas convenções e tratados na questão sobre a conquista de “direitos” e requeria-se um debate sobre a questão dos “papéis” da mulher na sociedade, “sob a premissa de que igualdade só seria de fato alcançada, se fosse assegurado às mulheres o acesso ao desenvolvimento econômico e social e se houvesse maior visibilidade do seu papel ativo neste processo” (NICODEMOS, 2005, p.16).

Mesmo com esse início de crítica para se construir a efetivação dos direitos humanos das mulheres a partir de uma perspectiva integral (e não somente jurídico-normativa), ainda assim com esse cenário, a Assembléia Geral da ONU em 1972 declara o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”, que seria o primeiro ano temático estabelecido pela ONU. Nesse ínterim, convoca a realização da primeira conferência mundial sobre a mulher, ou seja, a “Conferência do Ano Internacional da Mulher”. Realizada no México, essa conferência agregou uma porcentagem de mulheres em torno de 73% das pessoas que estiveram presentes, dentre elas delegações oficiais de cento e trinta e três (133) países e grupos organizados, muitos deles ONGs (especificamente cento e quatorze - 114) com *status* consultivo junto ao ECOSOC (FONTÃO, 2011).

A relevância da participação das ONGs⁴² foi sentida principalmente pela organização de um evento extra-oficial, o fórum de organizações sociais intitulado por “Tribuna do Ano Internacional da Mulher”, inaugurando um espaço que se repetiu nas conferências futuras e que, naquele ano, reuniu cerca de seis mil (6.000) mulheres representantes de organizações não governamentais e movimentos de mulheres. Esse fato gerou a possibilidade de encontro entre grupos feministas de diversas correntes políticas de todo o mundo, servindo de válvula propulsora para o maior fortalecimento deste movimento a níveis mundial e regional,

pretendía ser diferente; debimos haberla concebido como un terreno de disputa, cuestionando la pretendida universalidad de las concepciones tradicionales de democracia y ciudadanía, alertando sobre su carácter formal, parcial y excluyente y avanzando propuestas más inclusivas y subversivas, no solo de cara al Estado, sino también desde y hacia las sociedades civiles” (VALENTE, 2008, p. 124).

⁴² Ressalta-se a importância das organizações não governamentais para o fortalecimento inicial do movimento de mulheres. Durante o século XX, as mulheres começaram a se organizar por meio da constituição de ONGs internacionais que tratavam de questões de gênero. De 1885 a 1970, essas organizações foram criadas continuamente, com apenas alguns momentos de menor participação, especialmente durante as grandes guerras. Nos anos 70, no entanto, esse número cresceu drasticamente, apontando um novo momento para o movimento internacional de mulheres. A ONU foi alvo de muitas dessas demandas, notadamente a de incluir a igualdade de gênero entre sua linguagem corrente. Assim, durante a formação da ONU, a *sufragette* Alice Paul lutou pela inclusão da frase “direitos iguais para homens e mulheres” no preâmbulo a Carta das Nações Unidas. Da mesma forma, delegações do Brasil, República Dominicana e México fizeram pressão para a inclusão de uma cláusula afirmando direitos iguais para homens e mulheres no texto da Carta de 1945 (PAXTON, *et al.*, 2006).

refletindo na América Latina. Virgínia Vargas Valente (2008) vai além no que tange a importância do papel das ONGs nesse período histórico para o debate da igualdade de gêneros.

Hubo también una creciente especialización a través de redes temáticas y una indudable expansión de las prácticas feministas, incluso entre mujeres que no se reconocen como tales, lo cual habla del campo de influencia que tuvimos. La necesidad de incidencia ha significado mayor profesionalización, mayor efectividad en la producción de cierto tipo de conocimiento, mayor capacidad de interacción con lo público y lo político. Finalmente esta acumulación lograda por el feminismo como movimiento (...) encontró su cauce en las organizaciones no gubernamentales de mujeres. Pese al encono con que han sido tratadas las ONG feministas/de mujeres en algunos eventos y estudios, en nuestra opinión ellas han sido uno de los motores fundamentales en la difusión del feminismo, en las prácticas organizativas de diversos grupos de mujeres y en las transformaciones del sentido común imperante sobre las relaciones de género. No obstante, como lo han mencionado varias autoras, la ‘identidad híbrida’ de las profesionales/militantes de ONG ha podido deslizar la práctica de la denuncia y la propuesta hacia una parálisis o, en el mejor de los casos, a la autocensura frente a la cada vez mayor confluencia con las instancias públicas (VALENTE, 2008, p. 122-123).

As redes de ONGs de mulheres alcançam uma primeira visibilidade neste momento e sua atuação passa a exercer crescente influência no trabalho e na divulgação das ações da própria CSW e, como consequência, reconhece-se o papel mais ativo dessas organizações nos processos preparatórios das futuras conferências mundiais sobre a mulher. Apesar da relevância da atuação das ONGs, não era consenso no movimento de mulheres o apoio à iniciativa da ONU de convocar a primeira conferência sobre a mulher. Todavia permaneciam as desconfianças quanto à atuação e real intenção dos Estados participantes. Grupos de países europeus e dos EUA adotaram uma postura demasiado crítica ao trabalho da ONU, que para as organizações passava perto do discurso ilustrativo.

Nada obstante, e desde um panorama estratégico, as feministas organizadas aproveitaram as datas “oficiais” para engendrar transnacionalmente um maior fortalecimento das suas causas naquele momento histórico. Em países latino-americanos, essas datas-marco propiciaram espaços de discussão e organização de mulheres ainda no contexto de cerceamento das liberdades democráticas, ou seja, nas ditaduras militares, avançando nas reivindicações feministas nos países da região.

El movimiento feminista de las décadas anteriores fue actor destacado en las luchas contra las dictaduras y los regímenes opresivos de América Latina. No solo respondió a la política coyuntural, sino que confrontó las culturas políticas autoritarias al evidenciar las subordinaciones no reconocidas. (...) Un trabajo sostenido con los movimientos populares de mujeres y de aprendizaje mutuo que fue influenciando permanentemente la agenda feminista, también marcó su accionar (VALENTE, 2008, p. 121).

Ainda nas palavras de Virgínia Vargas Valente (2008), o movimento feminista da “segunda onda” foi um movimento que, em seus desdobramentos, densificou suas formas de existência, originando uma multiplicidade de coletivos, de redes, de encontros⁴³, de calendários feministas, de simbologias e subjetividades. Este desdobramento e estas estratégias produziram um conjunto de rupturas epistemológicas e a construção de novos paradigmas e pautas interpretativas em torno da realidade vivenciada. Na sessão “Apêndice B” no final deste trabalho, encontra-se o “Quadro 2” onde é apresentado o resumo de todos os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, com seus respectivos ano, lugar e desdobramentos políticos. Esses encontros são o lócus na região onde a multiplicidade e heterogeneidade dos feminismos encontram-se e dialogam para estarem articuladas politicamente.

Com isso, junto aos anos de 1990, aparecem novos e complexos cenários que incidiram no desenvolvimento dos feminismos e em suas estratégias de transformação. Este contexto está marcado pelo processo de globalização que apresentou efeitos ambivalentes e contraditórios, cujas dinâmicas mais negativas se aprofundam e aceleram-se no marco das políticas neoliberais e, por sua vez, as dinâmicas mais positivas e articuladoras viram-se favorecidas pelos novos cenários de recuperação-transição-construção democrática na região.

Também houve uma diversificação dos feminismos nesse contexto dos anos 90, expandindo sua presença e influência em um amplo campo discursivo e de atuação e ação, como, por exemplo, dentro das Universidades. Espaços estes que, por sua vez, eram

⁴³ Ademais dos encontros de caráter latino-americano, foram sendo realizados encontros nacionais de mulheres/feministas em países da região, como na Argentina, no Brasil, México: “No debemos olvidar que la iniciativa de hacer Encuentros Nacionales en América Latina en la década del 80, fracasaron al tercer o cuarto año, en Ecuador, México o Brasil, por la imposición del método de los ‘espacios de poder’ de sectores vinculados a los estados y gobiernos de turno, o por sectarismos que fraccionaron el gran movimiento de mujeres brasileñas, en encuentros sectoriales de las afrodescendientes de aquí o de allá, las campesinas sin tierra del sur, etc”. Disponível em: <<http://28encuentronacionaldemujeres.es.tl/%BFQUE-SON-LOS-ENCUENTROS-DE-MUJERES-f-.htm>>. Acesso em nov 2013.

A Argentina ainda realiza, desde o ano de 1987, os “Encuentros Nacionales de Mujeres (ENM)”. Inclusive, no ano de crise econômica (2001), em que esse país beirou o caos político, social e econômico, os encontros foram realizados. Às vezes, o movimento de mulheres/feminista aparece opaco, sem prestígio e não tão valorizado como outros tipos de movimentos sociais, mas talvez seja, porque ainda, é lenta a visibilização da luta feminista/de mulheres para transformar sua própria realidade. Enquanto pesquisadora e mulher-sujeito político, participei do 28º Encuentro Nacional de Mujeres que foi realizado na Ciudad de San Juan, província de San Juan, Argentina em novembro de 2013. Os Encontros Nacionais têm como eixo principal os “talleres” com os mais variados temas de debate: desde o tema sobre “Mujer y Maternidad” até o “Mujer e Integración Latinoamericana” y “Mujer y su rol en pareja”. Demonstra, assim, como as tramas patriarcais transpassam todos os níveis sociais, políticos e as relações humanas. Além dos “talleres”, forma parte dos encontros uma marcha no segundo dia do evento, conhecida como a “Gran Marcha” onde saem todas as mulheres (representando organizações sociais, partidos, sindicatos, frentes políticas, coletivos e também as autônomas) pelas ruas da cidade onde é realizado o encontro para visibilizar todas as demandas que no cotidiano da luta feminista/de mulheres são trabalhadas. A consigna principal do 28º encontro foi sobre a legalização do aborto na Argentina: “Educación sexual para decidir/Anticonceptivo para no abortar/ Aborto Legal para no morir”.

estratégicos para que as feministas elencassem e difundissem as disputas políticas clássicas do movimento, mas também era fulcral a disputa por sentidos, significados, lutas discursivas, batalhas essencialmente culturais, nessa fase de ocupação do âmbito acadêmico.

Os anos da década de 1990 também trouxeram um cenário internacional marcado por uma nova agenda da ONU. As feministas começam a desenvolver uma maior incidência em novos espaços – o regional e o global - tratando de influenciar em uma agenda internacional que buscava atender as diversas situações de exclusão e subordinação (mulheres, crianças, pobreza), assim como perfilar novos conteúdos para grandes problemas do período atual, direitos humanos, meio ambiente, população, desenvolvimento.

Un sector significativo de estas instituciones feministas estuvieron presentes ‘disputando’ contenidos y perspectivas para cada uno de ellos. Las feministas comenzaron así a ser actoras fundamentales en la construcción de espacios democráticos de las sociedades civiles, regionales y globales (VALENTE, 2008, p. 138)

Dentro deste multifacetário campo de atuação, uma das ênfases de importantes setores das vertentes originárias do feminismo latino-americano tem sido o abrir-se à lógica de interação com o público-político, tanto a níveis nacionais como regionais e globais, modificando suas formas de atuação e incorporando novas estratégias negociadoras. Essas novas incursões nos níveis citados foram possíveis também pelo desenvolvimento de novas ênfases nos espaços de transformação, segundo Valente (2008). Sem deixar o nível micro, de democratização da vida cotidiana, diferentes expressões feministas desdobraram seus esforços e reforçaram sua presença e proposta a nível macro, “apuntando y apostando a la membresía de las mujeres en la comunidad política, explorando asuntos de inclusión y exclusión y trayendo abajo las pretensiones universalistas del pensamiento político moderno” (Phillips *apud* Valente, 1991, p. 295).

Dois novos eixos, democracia e cidadania, mais de acordo com essas novas ênfases, começam a expressar-se. Ambos os eixos pressupõem uma interlocução com os Estados e as sociedades civis muito mais intensa que na década de 1980. A importância dada a esses eixos é também o resultado dos processos de diálogo, negociação e participação política que amplas vertentes feministas impulsionaram nas cúpulas e conferências mundiais da década de 1990. Virginia V. Valente aborda esses eixos, a partir do reconhecimento deles como terrenos de disputa ou guerras de interpretação sobre seus possíveis conteúdos alternativos e desde a urgência de sua ampliação e requalificação.

Y se sustentan en estrategias orientadas a la sociedad civil y al Estado, buscando tanto consolidar el terreno de igualdad en el próximo milenio, asegurando las ganancias de las mujeres y la ampliación del contenido de sus derechos ciudadanos, como subvertir los códigos políticos y culturales que sustentan las múltiples discriminaciones de las mujeres, avanzando en contenidos alternativos a las culturas políticas, a las ciudadanas y a las democracias realmente existentes. El terreno desde el cual tienen lugar las interacciones en lo público social y público político también ha cambiado con la modificación de las formas de existencia de las organizaciones feministas. Muchas de las organizaciones que en la década de los ochenta habían logrado combinar el activismo movimentista con la creación de centros laborales u organizaciones no gubernamentales (ONG) comenzaron a perfilarse como ‘institucionalidad’ feminista. [...] Otro cambio significativo fue el de la profesionalización de algunos de los temas feministas, como el de la salud reproductiva y los derechos reproductivos y sexuales. También se amplió la injerencia feminista en otros temas de candente actualidad, como el de los derechos humanos. En ambos casos las feministas, a través de sus ONG y de sus redes regionales, se lograron perfilar como expertas en una perspectiva de derechos, desde la cual orientaron muchas veces sus intervenciones en lo público político, generando movimientos específicos y nueva institucionalidad alrededor de estos y otros temas (VALENTE, 2008, p. 139-140).

Essa institucionalidade modifica profundamente as dinâmicas e perspectivas dos centros de trabalho/ONG da década de 1980. Desenvolvida em seus inícios em um clima de solidariedade, de aproximação às organizações sociais, ações coletivas de mobilização e pressão ao redor dos temas em disputa, as mudanças nos contextos sócio-econômicos e nos climas culturais do período incidiram também em sua orientação e dinâmica, dando vez a uma eficiente e efetiva forma institucionalizada de existência. Isso implicou ganhos na capacidade de proposta, na profissionalização, em certo nível de influência no Estado, “sin llegar aún – para algunas – a posicionarse en los espacios y asuntos macro y perdiendo en este tránsito – para otras – el sabor de las movilizaciones callejeras y/o creativas, innovadoras y audaces, que marcaron su existencia y visibilidad en las décadas anteriores” (VALENTE, 2008, p.140).

Nesses novos contextos e a partir das novas propostas feministas muitos dos temas que emergiram nos anos da década de 1980 começaram a ingressar no debate público e nas agendas institucionais, desprendendo-se, de alguma maneira, do contexto de sua origem. Implicou um avanço, para um número significativamente maior de mulheres, a incorporação de parte das agendas feministas da década de 1980 nas agendas estatais, segundo Valente (2008, p. 141): “Pareciera (...) que ello también ha significado un debilitamiento de las certezas sobre lo que se quería modificar, las que acompañaron el desarrollo del movimiento en las décadas anteriores y su presencia como actor social y político”. E parecia que as feministas da “segunda onda” se viam enfrentadas a desconsertos, a busca de novos espaços e novas práticas e a fortes conflitos internos que tinham diferentes formas de expressão e que levam diferentes visões sobre o que deveria ser o papel do feminismo, como movimento político, de cara ao novo milênio.

A década de 1990 foi o ponto de chegada de muitos processos impulsionados na conhecida “segunda onda”. O feminismo latino-americano não só se expandiu a outros espaços múltiplos, como o acadêmico, o popular, o público, o estatal, o da cultura e os meios de comunicação. Mas também, muitas das feministas que saíram da Academia, dos partidos políticos, das instituições, de outros movimentos, ingressaram nesses espaços em novas condições, com novos conteúdos, impulsionando inovadores campos discursivos e múltiplas dinâmicas de atuação e reflexão.

De outro modo, os estudos referentes à “terceira onda”⁴⁴ feminista são ainda incipientes. A transição da segunda para a terceira onda, a parte de uma mera sucessão cronológica, representa, para muitas feministas, uma mudança de paradigmas. Grande parte da literatura que circula a respeito, provem, geralmente, dos países do norte, e em especial dos países anglo-saxões, segundo Epelde (2008). As novas gerações feministas, herdeiras em sua maioria do feminismo da “segunda onda”, reivindicam o salto à “terceira onda” com o signo da intergeracionalidade.

Las estadounidenses Jennifer Baumgardner y Amy Richards en su ‘*Manifesta: Young Women, Feminism and The Future*’ afirman que el conflicto generacional marca la nueva era del paso de la segunda a la tercera ola del feminismo. Fue en el año 1992 cuando un grupo de mujeres de los Estados Unidos se congregó con el fin de convencer a la gente joven para que participara en las elecciones. Su objetivo principal era alentar las votaciones en aquellos estados en los que había mujeres conteniendo por una candidatura (EPELDE, 2008, p. 24-25).

Segundo as autodenominadas “terceira ondistas”, uma das principais diferenças entre estas e suas antecessoras está centrada na questão da diversidade das mulheres. Ou seja, as novas gerações estariam mais conscientes de suas diferenças e particularidades, e não estariam de acordo com uma homogeneização do movimento. Viveriam e definiriam o feminismo à sua maneira. Esse pensamento, em certa medida, rompe com o sentido coletivo dos movimentos sociais tradicionais e enfatizam a dimensão pessoal da “opção feminista”.

A ideia da “terceira onda” é que as conquistas das mulheres formam parte do sentido e imaginário comum. As desigualdades pela razão do sexo, o mesmo sistema de organização social patriarcal tem se transformado, e impedem a visibilização de muitos problemas, todavia, sem denominação, ante os quais o feminismo continua buscando respostas.

En este sentido, existen voces críticas que señalan que esta concepción del feminismo como una opción personal de vida basada en acciones sociales individuales, no

⁴⁴ “Desde la década de los ‘90, en los Estados Unidos se comienza a hablar del ‘post-feminismo’. En esa supuesta etapa de superación del feminismo, se señala que muchas mujeres en el mundo se están conectando entre ellas sin hacer una auto identificación con la etiqueta ‘feminista’” (EPELDE, 2008, p. 25).

debería sustituir la visión colectiva del movimiento, así como la fuerza de sus reivindicaciones y luchas organizadas. Añaden que la mera respuesta individual, resulta insuficiente a la hora de hacer frente a todas esas opresiones e injusticias “invisibles” que afectan en mayor medida a las mujeres y que el “velo de la igualdad” a veces impide visibilizar [...] En general, se advierte una fuerte influencia de las tendencias posmodernistas en las ideas de estas mujeres. Esta influencia queda impresa tanto en los temas de agenda elegidos por las nuevas generaciones, así como en las nuevas formas de organización (EPELDE, 2008).

Uma interpretação pós-estruturalista do gênero e da sexualidade é central à maior parte do pensamento da “terceira onda”. Frequentemente, as feministas desta etapa deram ênfase à micropolítica e desafiaram alguns dos paradigmas da “segunda onda” sobre o que é e o que não é bom para as mulheres. Um dos debates internos principais da “terceira onda” foi o chamado “feminismo da diferença”, cujo importante expoente é a psicóloga Carol Gillian, que advoga a existência de diferenças relevantes entre os sexos, enquanto outras vertentes acreditavam não existir diferenças inerentes entre homens e mulheres defendendo que os papéis atribuídos a cada gênero instauram socialmente a diferença (NARVAZ, 2005).

O pouco questionamento às condições objetivas, associadas à condição da mulher na produção e no mundo do trabalho, a ênfase para as condições subjetivas de ser mulher, amplia a relação homem-mulher para a relação feminino-masculino, aglutina elementos culturais sociais e não somente econômicos.

Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda) cuja proposta concentra-se na análise das diferenças e da alteridade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença. As propostas feministas que enfatizam a igualdade são conhecidas como ‘o feminismo da igualdade’, enquanto as propostas feministas que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como ‘o feminismo da diferença’. Esta terceira fase do movimento feminista é fruto da intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia (NARVAZ, 2005, p. 59).

Nessa fase do movimento feminista, perde importância a referência de luta de classes, assumindo um caráter policlassista e não mais presente na sua pauta o enfrentamento ao Estado, visando à construção de outro projeto societário.

As três gerações do feminismo, tanto em seus aspectos políticos quanto teórico-epistemológicos, não podem ser entendidas desde uma perspectiva histórica linear. As diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. A fase surgida mais recentemente, a terceira geração do feminismo, tem grande influência sobre os estudos de gênero contemporâneos (Louro, 1999). As questões introduzidas pela terceira geração do feminismo revisaram algumas categorias de análise consideradas fundamentais, mas instáveis (Harding, 1993; Scott, 1986; Louro, 1995) aos estudos de gênero. Estas categorias estão articuladas entre si, que são: o conceito de gênero; a política identitária das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento (*apud* NARVAZ, 2005, p. 59).

Ao afirmar a diferença e ao enfatizar as dimensões subjetivas, tenta resgatar um ideal de igualdade, porém com respeito à diferença, tanto no âmbito público como no âmbito privado. Nessa perspectiva, aproxima-se à vida concreta das mulheres, principalmente àquelas que ocupam postos de trabalho ou cargos na política, redutos naturalizadamente masculinos.

Em síntese, a “terceira onda” faz referência a um momento histórico com realidades e particularidades próprias. As jovens feministas propõem novos desafios teóricos e de práxis política feminista, sempre em constante interação com as diferentes propostas e vanguardas feministas contemporâneas. Por agora, a maior produção teórica obtida em relação ao tema provem do mundo anglo-saxão ou da Europa. Reitera-se esse ponto, a interrogante acerca da questão dos processos de legitimação e de reconhecimento dos discursos.

1.2.2 Convergências entre o movimento de mulheres/feminista e o campo de estudo das Relações Internacionais

É a partir do fortalecimento e da visibilidade das lutas feministas no plano internacional que os chamados “novos temas”⁴⁵, como a perspectiva de gênero e os direitos humanos da mulher, foram sendo considerados relevantes, ainda que fosse uma importância meramente discursiva. Os novos temas, então, entram nos cenários nacionais dos Estados assinantes das convenções da ONU. Assim é como ingressaremos, propriamente, no campo de estudo das Relações Internacionais.

Juntamente com os novos horizontes epistemológicos e a construção de novos paradigmas, simbologias e subjetividades que traduzissem a realidade político-social-econômica desde uma óptica feminista, que teve seus inícios pela “segunda onda” do movimento feminista, no mesmo raio de influência estavam a Academia e o âmbito das Universidades incluindo-se nesse grande debate feminista. Apesar do foco do movimento feminista nesta etapa do trabalho de pesquisa ser no cenário latino-americano, existe uma grande influência do que se gerou aqui no continente para com os estudos internacionais sobre a categoria de gênero e os feminismos⁴⁶.

⁴⁵ O termo “novos temas” entre aspas significa que não eram tão novos assim, pois, os primeiros movimentos de caráter feminista acontecem desde o século XIX e somente no século XX é que a ONU e alguns Estados reconhecem como temas de relevância para suas pautas de negociação. Estão entre os novos temas: mulheres, meio ambiente, pós-colonialismo, segurança humana, direitos humanos, povos indígenas, movimentos LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Trangêneros).

⁴⁶ “El nuevo discurso feminista, elaborado en la Región en estrecha coordinación con el movimiento feminista internacional, tiene un enorme potencial de crítica y cambio cultural. No sólo reclama como en el pasado, el acceso de las mujeres al espacio público, vía la educación y participación política, sino también cuestiona la manera en que la sociedad concibe lo femenino y masculino, las normas de convivencia entre los sexos y los mecanismos de

A área das Relações Internacionais sentiu esse reflexo dos movimentos feministas em todo o mundo e principalmente do significativo que tem sido o movimento latino-americano feminista/de mulheres. Ainda que o berço de pesquisa e estudo nesta área tenha sido geralmente a ponte entre EUA – Grã-Bretanha, as redes e coletivos feministas formados pelos meados dos anos 70, 80 e 90 formaram base para o estudo transnacional desse novo tema que se fortalecia na opinião pública internacional e no sistema internacional, vide sua influência na ONU e todos os desdobramentos de conferências, tratados e articulações feitas neste âmbito, demonstrando, portanto, uma validade prática que continua expandindo a cultura feminista de forma contundente.

A inserção da dimensão social, ou “novos temas”, dos fenômenos internacionais começa a ser pesquisada no campo das Relações Internacionais no momento em que se desenvolve o “terceiro debate” (apresentado no tópico anterior). Como visto, os termos desse debate tem o pós-positivismo como um de seus pólos e representam uma forma de ruptura com as formas anteriores de construção de conhecimento na área. Ou seja, há uma quebra com a hegemonia do pensamento positivista, que se caracteriza pela utilização de métodos e pressupostos retirados do liberalismo clássico e da ciência econômica para estabelecer leis gerais da política internacional, com as principais correntes positivistas como expoentes: realistas e liberais (MONTE, 2013; HALLIDAY, 1999).

No contexto do “terceiro debate” dá-se a aproximação dos estudos de gênero com as Relações Internacionais, abrindo a possibilidade de empregar o gênero como categoria de análise nos acontecimentos com viés internacional e que tocavam diretamente os novos temas. Estes, por sua vez, insistiam em quebrar a hegemonia dos temas clássicos da área, a fim de demonstrar que a política internacional era regida por outros elementos que não se restringiam somente à guerra, à anarquia, à soberania, ao Estado e à segurança na sua forma clássica.

Assim como o movimento feminista quebra paradigmas e constrói novos horizontes de análise epistemológica do conhecimento por meio do espaço da Academia, as abordagens feministas das Relações Internacionais conseguem visibilizar esse debate na área quando se abrem e aproximam-se dos Estudos de Gênero das Ciências Sociais. Isso vai influenciar diretamente os estudos feministas nas Relações Internacionais, tanto pelo aparecimento dos novos temas quanto pela escassez de pesquisa e catalogamento sobre a categoria de gênero nos estudos internacionais, confirmando estes como mais outro plano de exclusão das mulheres nos seus delineamentos. É uma contenda sobre as formas pelas quais as normas de

construcción de subjetividades diferentes, y abre el mundo de lo privado al escrutinio público” (GUZMÁN, 2001, p. 12).

gênero estão presentes nas relações da vida social internacional, tendo como consequência o aparecimento das múltiplas abordagens feministas em Relações Internacionais:

Esse é, propriamente, o ponto de encontro entre as Relações Internacionais e os Estudos de Gênero. O encontro reflete em si a complexidade dos dois campos e, (...) é naturalmente impactado pelo momento no qual se encontram os Estudos de Gênero, aquilo que usualmente conhecemos como terceira onda feminista (MONTE, 2013).

Publicizam-se, em termos gerais de relações de poder patriarcal no sistema internacional, os motivos pelos quais a mulher não participava dos rumos da política internacional como protagonista, mas sim em papéis subalternos. As abordagens feministas das Relações Internacionais questionam essas relações invisíveis, classificadas pelas teorias clássicas como *low politics*. É um processo de construção teórica baseada na realidade da sociedade internacional, com vistas a empoderar essa área feminista das Relações Internacionais, e, assim, visibilizar as práticas e demandas feministas.

Resgatando um pouco as possibilidades de trabalhar o gênero como categoria de análise nas Relações Internacionais e já aprofundando essa alternativa, Peterson e Runyan (1999) identificam duas possibilidades para tanto. A primeira é chamada *posição das mulheres*; a segunda, *poder do gênero*. A primeira faz referência às feministas que inicialmente se engajaram na reflexão sobre as mulheres nas Relações Internacionais, ou melhor, na reflexão sobre a ausência e marginalização das mulheres nos espaços considerados pelas teorias tradicionais como próprios da disciplina. Essas foram as feministas que passaram a buscar as mulheres-indivíduos, nas margens e nos espaços anteriormente impensáveis como parte das relações internacionais. Segundo Peterson e Runyan, essas seriam as *feministas de ponto de vista*.

As autoras, contudo, apontam que a maior parte das feministas emprega o pós-positivismo para não apenas localizar as mulheres em suas posições marginais, demonstram como essas posições estão ligadas ao *poder do gênero* - gênero como um sistema de símbolos, empregados para interpretar a realidade e fixar significados, servindo, então, não apenas como categoria de classificação e forma de diferenciação de indivíduos, mas, sobretudo, como um guia para as ações individuais e coletivas. Essa conceituação de gênero inverte a visão tradicional sobre a relação entre indivíduos e suas identidades de gênero.

O senso comum compreende que indivíduos agem de determinadas formas como resultado de suas características biológicas e anatômicas. No entanto, quando pensamos na diferenciação entre masculino e feminino não como resultado da biologia, mas como um sistema de símbolos sociais definidores do masculino ou feminino, passamos a entender que são estes símbolos, socialmente interpretados

como decorrentes dos sexos biológicos, que impelem os indivíduos a se comportarem de maneira socialmente entendida como condizente com sua anatomia. Quando compreendemos que a diferenciação entre masculino e feminino não é apenas uma característica individual, mas um conjunto de normas e significados que perpassa os indivíduos, ao mesmo tempo que oferece a esses elementos para a construção de suas identidades, podemos entender o gênero como categoria também presente em discursos e instituições, e em diferentes níveis da vida social - inclusive no nível internacional. É exatamente o gênero como categoria para além do individual o foco das feministas preocupadas com o poder do gênero, ou, como dizem Peterson e Runyan, 'com a construção política dos gêneros' (MONTE, 2013).

Assim, as feministas do *poder de gênero* interessam-se nos movimentos da política internacional que contribuem na construção e manutenção de formas de pensamento marcadas por lados binários masculino/feminino e nas normas e instituições que se estruturam por meio dessa dicotomização, servindo de base para a organização da atividade social e modelo para interpretação da realidade, além de guia para comportamentos individuais. Dessa forma, a construção política dos gêneros implica uma valorização superior do masculino e das atividades masculinas e resulta em uma organização da atividade social e política hierarquizada, fazendo com que identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens, ou de características masculinas, tenham maior prestígio, diante de identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas. Essa hierarquização é uma construção política, na medida em que distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os indivíduos associados à masculinidade - o acesso das mulheres aos recursos, ao poder e à autoridade é, por isso, desigual e desprivilegiado (MONTE, 2013).

Dessa forma, vê-se que, apesar da diferenciação didática feita por Peterson e Runyan, o poder do gênero está intimamente ligado à posição das mulheres. Esse seria o caso em relação à exclusão tradicional das mulheres da alta política, espaço entendido como *locus* por excelência das relações internacionais. A construção dessa esfera como lugares de alto prestígio estaria intimamente ligada a sua construção como uma esfera tipicamente masculina. A difícil inclusão das mulheres nesse campo, fato ainda expressivo nas Relações Internacionais, seria resultado dessas dinâmicas.

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a *posição das mulheres* na sociedade; por outro lado, o *poder do gênero* relaciona-se às maneiras, pouco comuns em Relações Internacionais, de pensar como as formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como são socializadas as hierarquias de gênero, como são internalizados os pressupostos culturais e definidos como parte das identidades coletivas e individuais. O controle social que

garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física, pelo sistema internacional. É a ideia de poder do gênero, afinal, que fará a ligação entre os Estudos de Gênero e as Relações Internacionais. As abordagens feministas deste campo de estudos adaptam a aplicação do gênero como categoria de análise às identidades estatais, normas do sistema internacional e críticas da construção teórica e elaboração de conceitos.

Como exemplos dos dois tipos de avaliação para com a categoria de gênero como análise das Relações Internacionais, é possível ver essas diferenças entre *ponto de vista* e *poder de gênero* nas próprias abordagens feministas deste campo de conhecimento. Mais concretamente, nas palavras de J. Ann Tickner, normas de masculinidade estão presentes na definição das identidades e, conseqüentemente, dos comportamentos estatais. Para ela, o conceito de masculinidade hegemônica, tipo ideal de masculinidade, referente a certas ideologias de virilidade, tem muito a explicar sobre decisões em política externa (MONTE, 2013). Refere-se às características do modelo ocidental de masculinidade baseado na agressão, competitividade, afirmação da autonomia.

Curiosamente, todas essas características se alinham com alguns conceitos centrais para a explicação do comportamento estatal das abordagens positivistas: o conflito como resultado da busca autointeressada por segurança, o equilíbrio de poder como resultado da competição entre Estados, a definição de anarquia como a característica central do sistema baseado na soberania (autonomia dos Estados em relação a uma autoridade central) (MONTE, 2013).

Tickner justifica essa identificação a partir da presença historicamente majoritária de homens nas altas esferas decisórias. Na verdade, sua sugestão para modificar as dinâmicas conflitivas das Relações Internacionais busca a inclusão de um *ponto de vista* distinto na produção de teoria e na formulação política. No entanto, a progressiva, ainda que débil, inclusão de mulheres nas altas esferas decisórias, nas últimas décadas, demonstra que a presença delas nesses espaços não implica necessariamente uma alteração dos comportamentos estatais.

O poder deve ser feminista, ou seja, horizontal, com respeito mútuo entre os indivíduos que estão fazendo política, de maneira solidária. Como apontam Peterson e Runyan (1999), é comum que mulheres em posições de poder adotem uma atitude masculinizada para se adaptar melhor às demandas do contexto da alta política, o que apenas reforça a ideia de que gênero não é apenas um atributo pessoal, mas também de instituições. Logo, a questão seria incluir um diferente ponto de vista e não apenas mulheres. Ademais, Tickner ainda defende que, historicamente, a socialização feminina faz com que mulheres estejam mais ligadas ao comunitário, à cooperação e à não hierarquização (MONTE, 2013).

A crítica que a autora sofre das próprias feministas em Relações Internacionais vai ao encontro do pensamento, impactado pelo pós-estruturalismo, da “terceira onda” feminista. Em adição, essa crítica demonstra que, apesar de terem sido importantes como ponto de partida para a reflexão sobre gênero em Relações Internacionais, as abordagens de *posições das mulheres*, ou *ponto de vista*, precisam ser acompanhadas por reflexões a respeito do *poder do gênero*, até mesmo como uma forma de praticar a sororidade⁴⁷.

Por sua vez, o posicionamento das feministas radicais (representando o *poder de gênero*) opõe-se às afirmações liberais-hegemônicas de que as únicas barreiras presentes à emancipação feminina são as legais. Ao defenderem que a opressão feminina seria uma das primeiras, mais profundas e difundidas formas de opressão, as radicais vêem o patriarcado como um sistema de opressão que permeia as instituições da sociedade para muito além da esfera legal. Enfatizam a diferença de gêneros e a necessidade de valorização das características e experiências femininas, tradicionalmente inferiorizadas em sociedades patriarcais.

As radicais priorizam a autonomia e a liberação das mulheres em relação à heteronormatividade masculina. No controle dos homens sobre o corpo das mulheres está a raiz da situação de opressão e desprivilégio, afirmam. Tanto o ideológico (por meio de leis, como as que organizam o casamento), quanto o controle prático (pelas violências doméstica, psicológica e sexual) sobre as mulheres seriam expressões de princípios masculinistas que dependem da – e sustentam a – misoginia (inferiorização e ódio ao que está relacionado ao feminino), enquanto valorizam o masculino e garantem aos homens melhores lugares na sociedade (MONTE, 2013).

Radicais dedicam-se, logo, à investigação sobre como as experiências e atividades associadas às mulheres e ao corpo feminino são desvalorizadas e como a violência sexual é uma forma de controle das mulheres. Fenômenos próprios das Relações Internacionais

⁴⁷ “La *sororidad* es una solidaridad específica, la que se da entre las mujeres que por encima de sus diferencias y antagonismos se deciden por desterrar la misoginia y sumar esfuerzos, voluntades y capacidades, y pactan asociarse para potenciar su *poderío* y eliminar el patriarcalismo de sus vidas y del mundo. La *sororidad* es en sí misma un potencial y una fuerza política porque trastoca un pilar patriarcal: la prohibición de la alianza de las mujeres y permite enfrentar la *enemistad genérica*, que patriarcalmente estimula entre las mujeres la competencia, la descalificación y el daño. Nada más dramático y doloroso para las mujeres que ser sometidas a misoginia por las pares de género, por las semejantes (Lagarde, 1989). Lograr la alianza y usarla para cambiar radicalmente la vida y remontar la particularidad genérica, reconstituye a las mujeres y es un camino real para ocupar espacios, lograr derechos, consolidar protecciones entre mujeres y eliminar el aislamiento, la desvalía y el abandono. La *sororidad* es asimismo un camino para valorizar la identidad de género y lograr la autoafirmación de cada mujer. Apoyadas unas en las otras sin ser idénticas, sino reconociendo las diferencias entre ellas, las mujeres pueden pactar entre sí, siempre y cuando se reconozcan como *sujetas*, en este sentido, como pactantes. Enfrentar la opresión implica hacerlo también entre las mujeres. La *sororidad*, como alianza feminista entre las mujeres, es indispensable para enfrentar la vida y cambiar la correlación de poderes en el mundo” (LAGARDE, 2013, p. 34).

também estão envolvidos nesse processo, quando Cynthia Enloe, por exemplo, constrói uma taxonomia dos casos de estupro militar e analisa as formas pelas quais esse tipo de violência sexual se liga aos conflitos étnicos, bélicos a fim de ressaltar as relações existentes entre a violência sexual e a política internacional.

O projeto político das radicais está na defesa da superioridade cultural dos valores femininos. Radicais afirmam que essa valorização carrega em si um potencial transformador da própria sociedade. Elas argumentam em favor das 'formas femininas de conhecer'. Enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, as formas femininas de conhecer procuram construir uma visão de mundo baseada em relações e conexões. Deparamo-nos, dessa forma, com uma temática pós-positivista, coloca-se em discussão o que foi definido como universal e unívoco na política e na ciência (MONTE, 2013).

Fica demonstrada, dessa maneira, a influência do momento histórico do “terceiro debate” das Relações Internacionais com o acontecimento da “terceira onda” feminista. Esse cenário de encontro entre os Estudos de Gênero, as Relações Internacionais e o movimento feminista vai continuar mantendo sua importância com o aprofundamento da incidência política dos coletivos, movimentos, organizações sociais, redes, grupos feministas na ONU. Assim como toda essa confluência de encontros irá desenvolver também um ativismo feminista importante e mais conectado na América Latina. Isso acontecerá a partir da concreção das normativas internacionais sobre os direitos humanos das mulheres nos cenários dos Estados latino-americanos, por meio da internalização de estruturas institucionais que promovem esses direitos e auxiliam na expansão da cultura anti-patriarcal, criando leis e políticas públicas nacionais na linha do debate feminista internacional.

En la década de los noventa los escenarios de la región fueron otros, toda América Latina, salvo Cuba, había retornado a la democracia liberal, la globalización neoliberal comenzaba a hacer sentir sus efectos y las Naciones Unidas habían asumido la responsabilidad de posicionar, en las agendas de los gobiernos y con participación de la sociedad civil, temas de urgente actualidad. Aunque en todas ellas participaron algunas de las redes feministas y muchos de sus resultados en la ampliación del marco de los derechos de las mujeres vinieron de ellas, fue en la Conferencia de Beijing donde se dió una masiva participación feminista (...) (VALENTE, 2008, p. 152).

Isto posto, e direcionando para o cenário feminista latino-americano propriamente dito, no próximo tópico, analisar-se-ão os motivos pelos quais o movimento de mulheres e toda essa confluência de luta e solidariedade internacional firmam base no cenário político do processo de integração regional Mercosul. Esse processo necessita se imbuir de toda a ação e participação política feminista. Como argumento inicial, toma-se a reflexão de que uma integração, que visa alcançar um mercado comum, não deve ser compreendida somente a

partir de sua esfera econômica-tarifária-cambial. Nesse liame, entram os temas sociais que serão parte de todo o processo integrador. Portanto, Gênero e Movimentos de Mulheres/Feminista também são chamados ao debate (ou autoconvocam-se) para ocupar mais uma área política em que as mulheres não participam paritariamente e, conseqüentemente, as opressões de gênero são compreendidas como um tema social relevante para mudar a substância dessa realidade integracionista.

1.3 O MERCOSUL E SUA INSERÇÃO NO DEBATE FEMINISTA INTERNACIONAL

As primeiras negociações providas dos governos brasileiro e argentino para a conformação do Mercosul datam dos últimos anos da década de 1980. Vivenciava-se o fim do período ditatorial nos países da América Latina e iniciavam-se as dinâmicas das democracias liberais e o neoliberalismo como formas para gestionar as economias dos países da região. O processo de integração regional Mercosul inclui-se nessa lógica econômica, que, por sua vez, refletia o cenário internacional com a globalização das finanças facilitando as entradas das empresas transnacionais e multinacionais nos países da periferia mundial.

O movimento feminista/de mulheres latino-americano moldou-se a essas novas dinâmicas econômico-políticas que se iniciavam na região, transformando suas estratégias de incidência de maneira que fossem mais contundentes e pragmáticas nos novos cenários de relações de poder e opressão de gênero que os fenômenos do neoliberalismo unidos à globalização carregavam consigo. As condições para a expressão feminista começaram a ser diferentes em relação à década de 1980, perfilando vários processos simultâneos: a ampliação de seus espaços de ação, a mudança de suas formas de existência e a adoção de novos eixos de atuação e reflexão. Dessa forma, o feminismo tornou-se mais plural; fez-se mais presente e visível em novos espaços, no Estado, nos organismos internacionais, na Academia e na cultura (VALENTE, 2008; MONTE, 2013).

No que concerne aos novos eixos de atuação e reflexão, a democracia e os direitos de cidadania, começaram a expressar uma preocupação crescente de alguns grupos feministas relacionada às novas dimensões da cidadania, de “atender no solo los problemas que comparten grupos determinados de mujeres, sino principalmente de afectar los mecanismos que traban la igualdad de oportunidades”, tanto em recursos, em direitos e nas obrigações, quanto na determinação das regras da sociedade (GUZMÁN *apud* VALENTE, 1996, p. 123).

Em seu momento, muitas feministas analisaram esta tendência como uma forma de evitar o risco da auto-referência, com a intenção de alinhar e/ou acentuar um discurso de direito que, recuperando os avanços das mulheres nas décadas anteriores, localizassem-nos como afirmação e conquista das mulheres e não como atenção às necessidades e vulnerabilidade delas.

Otro rasgo significativo e inherente a estos ejes fue el despliegue de nuevas estrategias de interacción y negociación con los Estados, en lo nacional y lo global, buscando incidir en la modificación de algunos de los aspectos más flagrantes de la subordinación de las mujeres. La generación en muchos países de institucionalidad estatal orientada a la mujer, de políticas públicas y de políticas de afirmación positiva ampliaron las posibilidades de interacción e influencia de los feminismos (VALENTE, 2008, p. 124).

Todavía, para que o movimento feminista conseguisse interagir e negociar com os Estados nos âmbitos nacional, regional e global até lograrem êxito com institucionalidades orientadas às mulheres e à perspectiva de gênero, um árduo caminho foi percorrido (e continua sendo). As articulações do movimento feminista latino-americano para a Conferência da Mulher em Beijing (Pequim), no ano de 1995, foi relevante nesta estrada. Houve uma confluência interna de trabalho entre os grupos, redes, movimentos e organizações sociais (etapa pré-Beijing) que os uniram e fizeram com que sua incidência e ganho políticos no espaço da ONU fossem mais categóricos.

Toda a articulação anos antes da Conferência de Beijing em 1995 seguiu uma dinâmica regional-internacional com conteúdos, alcances e contradições que refletem a complexidade de suas buscas, práticas e as tensões que acompanharam o movimento nas mais de duas décadas de existência. Como forma de configuração dessa confluência de ideias e formas de fazer política, a nível regional foram sendo realizados os encontros feministas⁴⁸ desde o ano de 1981. Neles foram expressos os avanços feministas, as estratégias compartilhadas, os conflitos em perspectivas e visões, potencializando estratégias e discursos. Bem como, desenvolveu-se uma intensa articulação entre os âmbitos nacionais e transnacionais (VALENTE, 2008).

⁴⁸ “Los encuentros feministas condensan la historia de los feminismos latinoamericanos en su perspectiva regional - global, la que se nutre de las experiencias nacionales, potenciándolas. Contienen las búsquedas feministas en los diferentes momentos de su desarrollo, la complejización y expansión de sus estrategias y los nudos que va dejando su accionar. También condensan las dinámicas de inclusión - exclusión de los feminismos y la forma como han ido modificándose, a medida que las presencias feministas se diversificaban. La propuesta de los encuentros surge en los inicios del despliegue feminista. Casi sin contacto entre nosotras, en los diferentes países comenzaron a surgir grupos con propuestas y búsquedas similares. Comenzar a darnos cuenta de que no éramos unas cuantas en cada país, sino muchas más en muchos más países nos dio enorme seguridad en la causa recién asumida y urgió la necesidad de un intercambio más directo entre nosotras. Percatarnos de que vivíamos las mismas dificultades, que intuíamos las mismas pistas y alternativas y que compartíamos la misma inseguridad nos llenó de entusiasmo y facilitó nuestra decisión de encontrarnos periódicamente” (VALENTE, 2008, p. 162).

As sucessivas conferências mundiais da ONU marcaram os anos de 1990 abrindo de forma gradual um novo espaço de atuação e disputa a nível global. Além desse cenário, estavam postos os novos e complexos contextos democráticos que mudaram muitas formas dos feminismos avançarem em suas estratégias de transformação e da própria heterogeneidade feminista, não somente pela sua expansão, mas também pelas diferenças de estratégias e posturas nas formas de enfrentar os novos desafios que começaram a se instalar dentro do feminismo clássico da década dos anos 80. Dessa forma, as feministas contribuem a alinhar, e não homogeneizar, novas visões, estratégias e disputas na região.

Las conferencias mundiales, especialmente la de Beijing, abrieron un nuevo espacio de articulación en pós de una disputa democrática. Se inició así una rica práctica internacionalista, diferente a la anterior; los feminismos latinoamericanos se vieron enfrentados, ya no solo a la construcción del espacio feminista regional, sino a la construcción y disputa en el espacio global. Si en los ochenta las dinámicas feministas regionales-internacionales se habían desarrollado desde la vertiente de la sociedad civil regional-nacional, en los noventa las dinámicas regionales-global estuvieron dos vertientes en acción, la de las sociedades civiles, regionales, cuya expresión más clara hasta ese entonces eran los encuentros feministas latinocaribeños, y la de los espacios oficiales transnacionales. En Beijing ambas vertientes, en múltiples movimientos, pugnaban entre ellas, se aliaron, se confrontaron, se exigieron, al mismo tiempo que desarrollaron sus propias dinámicas. Las feministas que llegaron a Beijing lo hicieron con la experiencia en 'clave' sociedad civil y con las ganancias acumulativas que los feminismos habían logrado en las conferencias previas, especialmente en la de Derechos Humanos y en la de Población. A estas conferencias habían asistido organizadamente las redes temáticas. A Beijing se incorporaron todas las redes, ONG, movimientos identitarios, culturales y muchas otras expresiones feministas. Llegaron, sin embargo, con poca experiencia de cabildeo con los gobiernos y con menos experiencia de cabildeo en lo global. De allí la riqueza de aprendizaje que significó Beijing (VALENTE, 2008, p. 161).

Dessa forma, a influência mútua entre os cenários global-regional-nacionais foi, e continua sendo, relevante, já que muitos dos alcances obtidos pelo movimento feminista originam-se da confluência de quebras de fronteiras. As conferências mundiais da ONU nos anos de 1990⁴⁹, principalmente a de Beijing, e os encontros extra-oficiais das feministas nesse âmbito fomentaram a idealização e o consequente fortalecimento do movimento feminista/de mulheres na América Latina, sem se esquecer do espaço de seus encontros latino-americanos.

⁴⁹ “As principais conquistas alcançadas nos anteriores encontros da ONU na década de 90 com relação às mulheres e que influenciarão na melhor articulação transnacional dos movimentos de mulheres na região latino-americana são: a) o reconhecimento da relevância da perspectiva de gênero para se compreender as questões de meio ambiente, no âmbito da Rio-92; b) a afirmação em Viena de que os direitos da mulher são parte integrante e fundamental dos direitos humanos e que requerem, por suas especificidades, tratamento particular; c) a proclamação pela ONU da Declaração sobre a violência contra a Mulher e ao estabelecimento de uma relatora especial para monitorar esse tipo de violência pelo mundo, no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos; d) o reconhecimento em 1994, na Conferência do Cairo, do direito à saúde sexual e reprodutivas e do empoderamento da mulher como pressuposto fundamental para a sua autonomia em relação ao controle da própria fecundidade; e) o reconhecimento do papel importante das ONGs de mulheres de atuação nas diferentes áreas de interesse global” (FONTÃO, 2011, p.54).

O ato de comunicar, trocar ideias, compartilhar experiências e fortalecerem-se individual e coletivamente trazem consequências (muitas vezes inconscientes) positivas para o movimento, por meio de um desenvolvimento e ânimo de uma sensibilidade feminista e um compromisso de combate a todas as opressões de gênero.

Dentre as consequências desse compartilhamento de vivências e visões sobre a realidade político-econômico-social daquele tempo, temas antes não debatidos entram em cena como mais um espaço a ocupar pelo movimento. Foi o que aconteceu com o retorno de grupos feministas de Beijing quando analisam mais cautelosamente o cenário latino-americano dos anos de 1990. Ao se depararem com as novas formas de configuração do capitalismo neoliberal, por meio das integrações regionais, dentre elas o Mercosul, frentes de partidos políticos e sindicatos, acadêmicas, deputadas(os) da classe política de países como Argentina e Brasil, ONGs, coletivos, e organizações sociais e feministas, refletem sobre o impacto que os processos de integração causariam às mulheres. Fossem estes impactos em termos de trabalho, migração, pobreza, participação política, ou em termos de visualizar o processo de integração como mais um espaço para a perpetuação do sistema patriarcal e das relações de poder inferiorizando a figura da mulher.

Naquela ocasião, com as democracias instalando-se nos países latino-americanos e a sociedade civil demandando participação nas instituições estatais, aproveitou-se a oportunidade política para debater o tema da participação da sociedade civil no âmbito de processos como o Mercosul. O déficit democrático do bloco tornou-se mais notável e as organizações sociais chamaram a atenção para esse tema, especialmente os movimentos sindicais, que, desde 1994, começam a gerar a Declaração Sócio-trabalhista do Mercosul⁵⁰, aprovada formalmente em 1998 (RODRÍGUEZ, 2010).

Na literatura que trata do tema da participação da sociedade civil regional no Mercosul e sobre quem primeiramente conseguiu incidir com mais veemência, os apontados são os sindicatos e empresários, segundo Botto, quando discute o apoio da CCSCS (Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul) para formar o FCES – Fórum Consultivo Econômico Social, em 1994.

⁵⁰ A Declaração Sócio-Laboral (Trabalhista) do MERCOSUL foi um dos primeiros instrumentos do Mercosul que reconheceu a necessidade de dotar o processo de integração regional de uma real dimensão sócio-laboral. A DSLM é formada por 25 artigos, distribuídos em três partes: a) o preâmbulo; b) a parte dispositiva, na qual constam os direitos individuais, direitos coletivos e outros direitos; e c) o mecanismo de aplicação e seguimento, que é a Comissão Sócio-Laboral do MERCOSUL. Por meio destes, é estabelecido um consenso comum regional para a proteção de princípios e direitos básicos e seu seguimento. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/sociolaboralPT.pdf>>. Acesso em set 2013.

A pesar de la pluralidad de las organizaciones que conforman el tercer sector, aún no ha alcanzado notoriedad pública ni presencia efectiva en las negociaciones del Mercosur, ni siquiera en el FCES, que fue creado por los gobiernos para dar voz y asegurar la representación a todos los sectores no estatales. En este foro predominaron, desde el comienzo, los empresários y los sindicalistas (BOTTO, 2004; FARIA & PIÑERO, 2010).

De um certo modo, os primeiros assuntos tratados na integração econômico-comercial tocavam os direitos e garantias mais específicos desses setores, pelo próprio momento inicial em que o bloco estava inserido. Ou seja, a lógica da disputa pelo mercado internacional prevalecia sobre as intenções que pautaram a origem do processo do Mercosul e marcou os últimos anos da década de 1990 e os primeiros do presente século com poucos avanços, como a Declaração Sócio-Laboral do Mercosul, e muitas recriminações mútuas (RODRÍGUEZ, 2010).

Além disso, é necessário reafirmar que o cenário global relativo à participação política dos movimentos de mulheres nos espaços da ONU foi importante para que os movimentos e redes transnacionais de mulheres latino-americanas pudessem ter uma visão dos motivos que embasariam a sua própria articulação política nos processos de integração regional na América Latina.

A ampliação dos temas tratados não se dá por uma questão meramente formal, mas reflete o amadurecimento dos movimentos reivindicatórios e a incorporação das problemáticas globais a partir de uma perspectiva de gênero. A Plataforma de Ação de Beijing⁵¹, exemplo desse processo, traça uma ampla agenda de ações com o objetivo de direcionar a atuação dos atores a nível nacional, regional e internacional no sentido de promover o empoderamento integral das mulheres e a superação das desigualdades de gênero. A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim (China), em 1995, deu um passo além da Conferência de Nairóbi⁵². A Plataforma de Ação de Pequim definiu os direitos das mulheres como direitos humanos e se comprometeu com ações específicas para garantir o respeito desses direitos.

⁵¹ Disponível em: < <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>>. Acesso em set 2013.

⁵² “Em 1985, a ‘Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz’ foi realizada em Nairóbi (Quênia). Ela foi convocada num momento em que o movimento pela igualdade de gênero finalmente ganhou verdadeiro reconhecimento global, e 15 mil representantes de organizações não-governamentais participaram em um Fórum paralelo de ONGs. O evento foi descrito por muitos como o ‘nascimento do feminismo global’. Percebendo que os objetivos da Conferência da Cidade do México não foram devidamente cumpridos, os 157 governos participantes adotaram a Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Ano 2000. Elas quebraram barreiras ao declararem todos os assuntos como sendo assuntos das mulheres. Um resultado inicial da Conferência de Nairóbi foi a transformação do Fundo Voluntário para a Década da Mulher no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, agora parte da ONU Mulher)”. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>>. Acesso em set 2013.

A recomendação trazida em Nairóbi e reafirmada em Beijing, de que fossem construídos mecanismos para a promoção de ações especificamente voltadas à mulher, tem impulsionado a criação de instituições nos países, no âmbito do poder executivo, como é o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (SPM-PR). Também foram criados mecanismos regionais e internacionais para a promoção de direitos das mulheres, como a REM (Reunião Especializada da Mulher do Mercosul), a Comissão Interamericana de Mulheres – OEA e, em nível global, a ONU Mulheres. É neste ponto, onde o potencial transformador do setor das mulheres da sociedade civil, desde um panorama regional, foi importante para a idealização da REM e a introdução dos temas da Mulher e do Gênero dentro do Mercosul. No sentido de fortalecimento e conquistas de direitos e tendo em vista o objetivo maior de emancipar-se pessoal e coletivamente para a construção de uma nova ordem político-social regional (e quiçá mundial).

Contudo, ainda que o bloco enfrente dificuldades para se projetar para um tipo de integração mais cabal e funcione mais como União Aduaneira, alguns sinais novos parecem animar o cenário de disputa acerca do sentido da integração regional, como afirmam Lilián Celiberti e Serrana Mesa (2010), ambas uruguayas e militantes da “Articulación Feminista Marcosur”, corrente política feminista, formada por várias organizações e movimentos sociais, e que é observadora da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher – RMAAM, antiga REM.

La creación de la Reunión de Altas Autoridades competentes en Derechos Humanos, El Grupo de Alto Nivel para el crecimiento del empleo, la Reunión Especializada en Agricultura Familiar (REAF) o el Parlamento del MERCOSUR. Estos ámbitos se constituyen en espacios de participación para los actores de derechos humanos, mujeres, ONG, ambientalistas, organizaciones de la diversidad sexual, etc (CELIBERTI; MESA, 2010, p. 91).

Em relação ao cenário regional dos países do Mercosul, as ONGs feministas vinculadas à análise da temática de emprego das mulheres, as sindicalistas, a FLACSO e a UNIFEM foram as primeiras a introduzir o debate sobre a dimensão de gênero no processo de integração nos cenários nacionais. Em entrevista⁵³ com Lilián Celiberti, representante do “Cotidiano Mujer”, coletivo feminista do Uruguai, que faz parte e é a sede da “Articulación Feminista Marcosur”, conta que neste momento dos anos 90 os movimentos e organizações

⁵³ Dados da entrevista semiestruturada com Lilián Celiberti realizada em abril de 2013. Todas as entrevistas presentes neste trabalho foram possíveis através de um questionário com perguntas que proporcionaram liberdade para a entrevistada nas suas respostas. A entrevista, por sua vez, foi realizada por *e-mail* com a entrevistada e em um ritmo dialógico. Todo o teor da entrevista encontra-se ao final do trabalho na seção “Apêndice A”.

sociais de mulheres não tinham ainda muita sensibilidade e maturidade para encarar a proposição de uma pauta feminista sobre a perspectiva de gênero no bloco. Em 1995, previamente à IV Conferência das Nações Unidas, realizou-se na sede do Parlatino em São Paulo, o primeiro seminário de treino e análise das Mulheres no Mercosul. Neste espaço, aprovou-se uma carta dirigida aos presidentes dos países do bloco que expressou:

del trabajo realizado en este importante evento, organizado por FLACSO y que contó con el patrocinio del Parlamento Latinoamericano, Fundación Memorial de América Latina, UNIFEM, The British Council, Fundación Fullbright, BID, Unido y 92 OIT, surge la preocupación del impacto que el proceso de integración puede tener sobre el mercado de trabajo femenino. No obstante, también consideramos que el MERCOSUR puede constituirse en un nuevo escenario para construir relaciones más equitativas entre hombres y mujeres, contribuyendo así a la reafirmación de la justicia y la democracia en nuestra región. En consecuencia solicitamos que las políticas de igualdad de oportunidades sean incorporadas como uno de los temas centrales en la agenda MERCOSUR (CELIBERTI; MESA, 2010, p. 91-92).

A consequência direta deste encontro, segundo Lilián Celiberti, é a criação da “Red Mujer y MERCOSUR”, integrada por organismos governamentais de promoção de políticas para as mulheres, parlamentares, ONGs, pesquisadoras, sindicalistas e empresárias, com o objetivo de compartilhar informação, estudos, resultados de pesquisas. Para a pesquisadora da FLACSO, Teresa Valdés, este encontro

no se expresó claramente un rol para el movimiento histórico de mujeres, sino para las trabajadoras en el movimiento sindical y para las académicas y especialistas de ONG. La acción de las mujeres sindicalistas debía orientarse a elevar las demandas de las trabajadoras a las instancias pertinentes. La tarea para las académicas y especialistas debía centrarse en generar información acerca de la situación de las mujeres en los países integrantes y ponerla a disposición de las organizaciones sociales para que realicen una acción autónoma. No se llegó a explicitar la propuesta de articulación de mujeres en diferentes posiciones, como la que funcionó para Beijing, ni la demanda de una presencia de las mujeres o del tema mujer en las instancias oficiales del MERCOSUR (VALDÉS, 2003, p. 258).

Ainda que o encontro tenha produzido conclusões substantivas em relação ao processo, a criação do “sujeito político regional” era ainda muito incipiente assim como a dinâmica para sua conformação. Com a IV Conferência sobre a Mulher da ONU em Beijing, a coordenação regional das ONGs na América Latina e Caribe promoveu a realização de um debate sobre “Os processos de Integração Regional e seu impacto nas Mulheres” em 1995. Depois da Conferência de Beijing e com as Plataformas de Ação Regional e Mundial, a ação dos movimentos de mulheres orientou-se a implementar a Plataforma em cada um dos países. Valdés expressa sua opinião sobre esse momento: “la relación entre comercio, democracia y

derechos ha contribuido a perfilar más una acción articulada a nivel regional de los/las actores/as, que a modificar el rumbo del proceso MERCOSUR” (VALDÉS, 2003, p. 254).

No Rio de Janeiro, em 1997, realizou-se o segundo “Seminário Internacional sobre Mulher e Mercosul”. Centrado no impacto que teriam os processos de integração no mercado de trabalho feminino, incorpora-se aqui, em maior medida, a reflexão sobre as dimensões sociais da integração. Participaram representantes das áreas governamentais sobre a Mulher dos países do bloco que, no final da atividade, emitiram uma declaração conjunta que reclamou:

que el Consejo del Mercado Común implemente los mecanismos necesarios para asegurar la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres en el desarrollo de los trabajos de los diferentes ámbitos de negociación que integran el MERCOSUR. (...) que consideren la creación de la Reunión de Ministras y/o autoridades del más alto rango de los órganos gubernamentales responsables de las políticas públicas para las mujeres de los países del MERCOSUR. (...) que para el logro de la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres, es necesaria la participación activa de las organizaciones de mujeres de la Sociedad Civil en el Foro Consultivo Económico Social (CELIBERTI; MESA, 2010).

Esta declaração, antecedente à criação da REM, reconheceu a sociedade civil representada pelo “Fórum das Mulheres do Mercosul” como organização social assessora deste foro que ainda seria criado.

A pesar de que en las dos instancias regionales de 1995 y 1997, impulsadas por FLACSO y UNIFEM con el apoyo del BID, el PARLATINO, la OIT y otros organismos internacionales, se promovió la participación de organizaciones diversas de mujeres, ONG, sindicalistas, e investigadoras, la constitución de la REM, reconoce como espacio asesor de la sociedad civil en su acto de conformación al Foro de mujeres del MERCOSUR, una RED creada específicamente para incidir en el MERCOSUR. Otras organizaciones quedaron fuera de la REM, participando en alguna de las reuniones como observadoras y a invitación de alguno de los gobiernos (CELIBERTI; MESA, 2010, p. 93).

Em entrevista com Emilia T. Xavier Fernandes⁵⁴, presidenta do “Fórum de Mulheres do MERCOSUL - Capítulo Brasil” e integrante do fórum desde 1996, ela comenta as articulações para a criação do fórum e seus objetivos. Primeiramente, o Fórum de Mulheres do Mercosul é uma organização não governamental, suprapartidária e sem fins lucrativos, criada em novembro de 1995, em reunião realizada na Cidade de Buenos Aires, a partir da articulação e jornadas de trabalho que contaram com a participação de representantes de

⁵⁴ Dados da entrevista semiestruturada com Emilia T. Xavier Fernandes realizada em maio de 2013. A entrevista, por sua vez, foi realizada por *e-mail*, onde foi enviada à entrevistada um questionário com sete perguntas. Todo o teor da entrevista encontra-se ao final do trabalho na seção “Apêndice A”.

setores políticos, empresariais, sindicais e da área da educação e da cultura dos Estados Parte do Mercosul. Emilia assinala que:

Na oportunidade, foi analisado intensamente o processo de integração do MERCOSUL, a partir da visão das mulheres, com o objetivo de desenvolver além de atividades com a perspectiva de gênero, raça/etnia, nos países da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, (...) um espaço de discussão, participação e de propostas de todos os setores sobre a base de nossa necessária presença no MERCOSUL. (*Dados da entrevista com Emilia, representante do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL*).

Nesse contexto, e com a finalidade de garantir um espaço com maior destaque dentro do bloco regional para debater políticas de Gênero, o Fórum de Mulheres do Mercosul, segundo Emilia, alcançou um de seus maiores êxitos ao conquistar que o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do Mercosul, em sua XXX Reunião celebrada no dia 22 de julho de 1998, criasse pela Resolução Mercosul/GMC/RES N° 20/98, a Reunião Especializada da Mulher – REM.

Desde então o Fórum, entidade proponente da REM, participa da reunião de Ministras desde a sua fundação, como órgão assessor. (...) Tendo, como suas ações fundamentais, o apoio à realização de alianças estratégicas para a equidade, a dignidade e a cidadania das mulheres, através de políticas de capacitação e de atuação junto a outros movimentos, a fim de obter avanços nas políticas públicas e nas condições socioeconômicas e culturais das mulheres do Brasil e dos países membros do MERCOSUL. Implementando ações de mobilização e articulação com entidades governamentais e a sociedade civil no enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, seja por questões de gênero, raça, etnia, situação econômica, escolaridade, opção sexual e idade, entre outras (*Dados da entrevista com Emilia, representante do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL*).

Nota-se, nas palavras de Emília, e analisando como se deram os diálogos para alcançar um lugar na institucionalidade que tratasse os temas sobre a Mulher e a perspectiva de gênero no bloco, que as articulações políticas entre Estados e sociedade civil foram amenas, sem muitas tensões políticas. Havia um cenário internacional e outro regional favorável para que institucionalidades com essas funções fossem criadas por meio de normativas.

No entanto, a conquista de institucionalidades direcionadas para a mulher, por meio de organizações sociais, só foi possível, porque seus perfis políticos estavam conforme o perfil de organização que o Estado, naquele momento, preferia dialogar. Eram organizações sociais formadas por empresárias, parlamentares, ou seja, grupos que estão ou dentro de instituições estatais ou que se articulavam politicamente com as estruturas estatais, como as ONGs, beneficiadas pelo momento histórico de uma recente democratização em que o diálogo com a

sociedade civil acontecia com grupos dessa estirpe. Um começo de articulação política que foi moldando os caminhos de como seria a relação REM – sociedade civil até meados de 2005 (RODRIGUEZ, 2010).

As estratégias foram múltiplas para se conseguir o espaço da REM na institucionalidade do bloco e fundamentam a crítica anterior sobre a facilidade de articulação política das organizações sociais mais institucionalizadas comparadas a movimentos sociais mais combativos e de perfil “callejero”, de base, com um trabalho e articulação políticas mais populares ou autônomos. Essas estratégias foram: tentar participar nas reuniões de ministros e nos subgrupos de trabalho do GMC; juntar esforços com as funcionárias dos mecanismos de promoção de políticas para mulheres de cada país, com as diplomatas, legisladoras e representantes do Mercosul que eram parte do “Fórum de Mulheres do Mercosul” e tinham os mesmos objetivos. Susana Orsino, que era coordenadora da área de Relações Internacionais do Consejo Nacional de las Mujeres da Presidência da Nação Argentina e que promoveu a criação da REM no seu tempo, publicou no seu artigo “Los procesos de institucionalización de los mecanismos regionales para la equidad de género: Reunión Especializada de la Mujer del Mercosur (REM)” mais alguns detalhes da articulação política entre o “Fórum de Mulheres do Mercosul – Capítulo Argentina” e os responsáveis diretos pela criação de espaços na institucionalidade do Mercosul:

El Foro, sobre todo en Argentina, que fue la primera en constituir su capítulo nacional, comenzó una intensa labor, tanto de lobby como con los medios de comunicación, para darle visibilidad a esta organización y sus objetivos. Como estrategia amigable surgieron los desayunos de integración, a los que se solía invitar a funcionarios y políticos con responsabilidades dentro del Mercosur y se les entregaba una serie de propuestas para que les dieran curso en las instancias de decisión del bloque. Esta fórmula se replicó en cada uno de los países con resultado dispar, pero en su conjunto alcanzó la meta, que era introducir la cuestión de género en la agenda oficial (ORSINO, 2009, p. 99).

Segundo Orsino, as que compunham o Fórum entenderam que somente se conseguiria penetrar nas estruturas formais do bloco através da organização das mulheres dos quatro países que estivessem no mesmo perfil desta organização. Então, a ideia de constituir o fórum com os capítulos nacionais e de abrangência regional é pautada pelas suas componentes, porque, dessa maneira, teriam competência para convocar ampla e transversalmente todo o território do bloco para as novas demandas a serem levadas ao espaço da REM, com o objetivo de dar voz a muitas mulheres, segundo Orsino, por meio de suas propostas nos seus encontros locais e regionais, já que

La idea era que dichas propuestas se discutirían en el encuentro nacional de cada capítulo para finalmente arribar a un Encuentro Regional Mercosur, paralelo a la Cumbre de Presidentes, donde se trataría de formular una propuesta consensuada entre los cuatro países. (...) (ORSINO, 2009, p. 99).

Como expressa Jelin (2000), o Mercosul funciona como um novo marco para as atividades, diálogos, intercâmbios, encontros e conflitos entre alguns atores e agentes sociais. As reuniões especializadas do bloco podem ser interpretadas como âmbitos nos quais certos setores da sociedade pugnam representação no processo de integração, ainda que sejam somente alguns desses e algumas classes de mulheres, como as empresárias, deputadas, acadêmicas e as militantes de sindicatos que iniciaram esse processo de participação. Atualmente, há uma inserção mais variada de perfis de organizações sociais feministas que levam consigo temas da agenda feminista latino-americana, até então não priorizadas na atividade da RMAAM.

1.3.1 A REM – passos no caminho da institucionalidade

Em 1998, por meio da Resolução nº 20/98 do Grupo Mercado Comum foi criada a Reunião Especializada da Mulher – REM. A REM foi um órgão vinculado ao Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP) e ao Grupo do Mercado Comum (GMC), com o objetivo de analisar a legislação vigente nos Estados Partes do Mercosul, “no que se refere ao conceito de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, visando contribuir com o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades que o integram” (REGULAMENTO INTERNO DA REM, 2005).

No seu funcionamento, do ano de 1998 a 2011, o olhar sobre os direitos da mulher tornou-se amplo e a perspectiva de gênero trouxe às atividades do foro uma ampliação das atribuições e responsabilidades escritas no artigo 4º do seu Regimento Interno, que foi além do objetivo acima citado em analisar a legislação vigente nos países do bloco referente ao conceito de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Essa ampliação se deu no espaço de diálogo e articulação política que foram sendo desenvolvidos sobre os direitos das mulheres dos países do bloco, onde se tentava introduzir a perspectiva de gênero de forma mais veemente para ser tratada, questionada e transformada em ações e políticas públicas regionais.

O objetivo inicial dos vários setores de mulheres que se viram representadas pelo “Fórum de Mulheres do Mercosul” foi alcançado. Ao longo dos anos de existência da REM, hoje transformada em RMAAM, foi normatizada a presença da sociedade civil na estrutura da

reunião especializada e, em pouco tempo do início de funcionamento da REM, foi definido o estilo de participação da sociedade civil. Embora estivessem formalmente incorporados, os movimentos de mulheres do campo popular foram excluídos de fato do processo. Segundo Rodríguez, “somente se legitimou o movimento de mulheres empresárias, com o que foram fechados os canais para uma participação mais democrática, e foi capturada a agenda do movimento social” (2010, p. 34). Ainda nessa linha, Lilián Celiberti assinala que as organizações feministas, sindicalistas e acadêmicas estiveram ausentes da atividade da REM depois de constituída, ainda que houvesse estado na sua idealização, e que participaram de certas reuniões como observadoras e a convite de alguns governos. A agenda do Mercosul e da REM funcionou e desenvolveu-se à margem de uma maior interação entre as organizações de mulheres/feministas e instâncias governamentais dedicadas ao processo do Mercosul e a perspectiva de gênero: “A preocupação pelo processo de integração regional não desapareceu, entretanto, dos trabalhos dos coletivos feministas e das agendas de investigação das acadêmicas (...)” (CELIBERTI, 2010, p. 153).

Porém, para que seja mais efetiva a participação dos setores da sociedade civil no contínuo desenho desta integração, indo além dos movimentos feministas/de mulheres, faz-se necessário mudar a perspectiva *mainstream* em que a Academia, os governos, enfim, os povos destes países têm sobre o Mercosul: um processo delineado somente para estar de acordo com temas econômicos/de mercado. É necessário ir além da interpretação que homogeniza o Mercosul relatando que neste espaço os temas cambiais são os que sempre irão comandar toda a atividade do bloco, ainda que se tenham conquistas sociais importantes.

Para que a integração começasse a lograr êxito desde a sua mais tenra idade, já nos tempos da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, seria interessante que as propostas pensadas tivessem, pelo menos, uma terça parte cumprida. Cogitou-se criar um mercado comum, aprofundar e avançar no processo de integração, embora contraditório com o que mais tarde aconteceria e mais paradoxal quando comparado às políticas nacionais. Dá-se, na verdade, o aprofundamento de uma visão pessimista quanto ao processo que se praticava. Carrau afirma que um erro cabal nesta etapa da integração foi “deixar a integração em mãos de gente que não acreditava nela”, que pelo contrário, “era preciso apropriar-se da ideia para transformá-la verdadeiramente numa bandeira” (2010, p. 52-53). Em longo prazo, o que ocorreu foi a oposição de muitos setores dos Estados Partes ao Mercosul, ou seja, um erro de estratégia política.

Além disso, importante é visualizar esses primeiros erros e, a partir deles, ir repensando o modelo de integração da etapa do Mercosul que se vive hoje em dia e como

refletir esse tema enveredando pelo caminho apontado por Carrau, de utilizar a integração como instrumento e não como fim em si, pelo menos nessa fase do jogo político, em que a democracia, sistema político, direitos humanos, produtividade dos países não são permeados pela justiça social. Defender a integração vai muito além de períodos eleitorais; é um conceito que tem que transversalizar a sociedade e, é claro, ser em longo prazo. Nos anos noventa, a ideia da integração era a ideia de comércio. Tudo se reduzia ao comércio e, segundo este conceito, o que o Mercosul tinha que fazer era abrir o seu mercado interno e gerar uma zona de livre comércio.

É básico e de fundamental importância para que o Mercosul abandone o estigma de “nati-morto”, visualizá-lo como um espaço de política relevante na América Latina e revesti-lo de uma prática política mais democrática e participativa. Para tanto, é relevante considerar as conquistas sociais alcançadas e a inclinação de eixo político que o bloco tem tomado na última década, na tentativa de aprofundar um Mercosul com uma substância política solidária entre os povos.

Portanto, analisadas as correlações de substância internacional entre a visibilização dos feminismos e gênero pelas abordagens feministas das Relações Internacionais, junto à prática política transnacional do movimento de mulheres/feminista a níveis mundial e latino-americano, justifica-se e compreende-se com mais clareza os motivos que fazem com que se dê a inserção do debate da perspectiva de gênero no processo de integração regional Mercosul. Visto que a própria razão de ser da categoria de gênero implica uma democratização das relações políticas, sociais, econômicas, culturais que devem ser aprofundadas.

2 RMAAM – REUNIÃO DE MINISTRAS E ALTAS AUTORIDADES DA MULHER DO MERCOSUL

O capítulo que se inicia tem como objetivo mostrar o estado da arte da transversalização da perspectiva de gênero no bloco Mercosul. Essa apresentação será feita a partir da descrição e análise dos trabalhos da antiga REM. Tratar-se-á de abordar como se deu a transformação desse espaço para que, atualmente, tenha alcançado o *status* de reunião ministerial passando a ser denominada de Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul – RMAAM. Serão consideradas ainda algumas mudanças relevantes na sua maneira de trabalhar e o fortalecimento da sua iniciativa política no bloco.

Igualmente, serão dissertados sobre os grupos de trabalho, espaços importantes dentro da reunião na abordagem das especificidades da construção do gênero no Mercosul, como os GTs sobre “trabalho e integração produtiva” e “violência baseada em gênero”. Serão mostrados também como são arquitetados os diálogos da RMAAM com outros foros do Mercosul para que a transversalização tenha êxito, como o que se faz com a REAF – Reunião Especializada da Agricultura Familiar. Ou seja, será percorrida a construção da perspectiva de gênero no Mercosul por meio de caminhos, propostas, práticas pensados desde a RMAAM, foro esse relevante no debate sobre gênero, integração regional e efetividade dos direitos humanos da mulher no Mercosul.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL: TERMOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

O trabalho desenvolvido nesta dissertação busca demonstrar o interesse de certas organizações do feminismo latino-americano, as bases que o ensejaram, e refletir sobre a necessidade política de participar dos processos de integração que se instalaram na América Latina no fim da década de 1980. A fonte documental, que enseja essa abordagem, foi

percorrida a partir de publicações, primordialmente, de militantes feministas⁵⁵ que viveram as ondas deste movimento social no continente e posteriormente transformaram sua práxis em pesquisa acadêmica, fortalecendo os estudos de gênero dentro da Academia. É possível, então, inferir sobre a nítida sensibilidade expressa nesses estudos pelas ativistas citadas, quando elas visibilizam as relações de poder e dominação sobre a mulher no cenário das políticas mundial e regional e os consequentes impedimentos para aprofundar um debate feminista e uma perspectiva de gênero mais emancipatórios no processo de integração pesquisado.

Por isso, no intuito de unir o teórico à concretude dos feitos feministas e do movimento de mulheres dentro do cenário específico do Mercosul, foram feitas entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações participantes da RMAAM. Ainda, foram contatadas gestoras dos órgãos que promovem a equidade de gênero e os direitos humanos da Mulher nos Estados Parte do bloco, com o propósito de continuar mostrando os motivos que ensejam a importância de ampliar e aprofundar o debate sobre a transversalização de gênero na estrutura do Mercosul e as relações de poder que eventualmente travam a transformação política desta integração relacionada com os temas sobre gênero e Mulher.

Ao longo do fortalecimento da articulação política entre os grupos do movimento de mulheres, das deputadas de cada Estado Parte, ministras, acadêmicas, as empresárias, o poder de ingerência para pautar a igualdade de oportunidades, frente aos governos nacionais, torna-se mais contundente. Frente a isso, é oficializado o espaço da REM em 1998.

Contudo, o sentido de “igualdade de oportunidades” que trouxe uma primeira discussão sobre equidade de gênero para o bloco baseia-se em uma matriz filosófica liberal de “igualdade”, fazendo com que seus sentido e prática sejam limitados (e, por que não, conservador e excludente também?). Fala-se em prática, pois a forma de fazer política para a promoção dos direitos humanos da Mulher dentro do Mercosul apresenta um discurso liberal e institucional, sem um aprofundamento dos questionamentos sobre as formas de opressão que provocam a violência doméstica, o tráfico de mulheres, a feminização da pobreza, temas estes presentes na agenda da RMAAM.

As bases do feminismo liberal, como forma de situar no tempo histórico esta linha de raciocínio, toma emprestados os conceitos do liberalismo clássico estendendo-os às reivindicações das mulheres. Entra, nessa equação, a defesa dos “direitos naturais”, sobretudo

⁵⁵ Como a Virgínia Vargas Valente, Virginia Guzmán Barcos, Lilian Celiberti, Graciela Rodriguez e Marcela Lagarde.

a liberdade do indivíduo. Nessa concepção, se o Estado (a figura estatal representada, neste caso, pelo bloco Mercosul) não promover a igualdade de oportunidades, equiparando direitos e condições aos homens, as mulheres continuarão como grupos oprimidos (SCHOLZ, 2010). Embora essa vertente tenha trazido ganhos indiscutíveis ao movimento de mulheres a nível mundial, é tempo de quem se solidariza com o feminismo ver além dessa perspectiva. Reivindicar a igualdade social ou igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, assim dito, mostra-se como uma pauta incompleta.

Vertentes do feminismo liberal levantam bandeiras exigindo reformas provenientes do Estado, como se vivenciou com os encontros e articulações para ser fundada a REM. As pautas são legítimas, dado o peso da estrutura estatal na vida das pessoas, mas não criticam a fundo as opressões. Pois, ao tomar um conceito de direitos no bojo dos valores democráticos liberais, essas feministas também adotam um conceito particular de Estado e instituições. Para elas, o Estado e seu aparato institucional são o árbitro em essência neutro, garantidor dos direitos e liberdades individuais e mediador dos conflitos de interesse. Se o Estado age de forma enviesada, com postura política definida, mas não perceptível aos olhos rasos que compõem sua sociedade, favorecendo homens e prejudicando mulheres, é porque empiricamente age dessa forma.

Na metáfora de Raewyn Connell (1990), é como se o Estado fosse um juiz subornado, desde sua origem, por um grupo particular de homens brancos e heterossexuais. Esses homens estariam super-representados na estrutura estatal, cabendo ao movimento feminista diluir suas influências. A questão de gênero, em torno das opressões às mulheres, reduz-se ao preconceito, à intolerância e à discriminação proveniente dos homens. Em consequência, a resposta torna-se o combate ao sexismo, a promoção do orgulho da mulher e o discurso da igualdade. Riscos maiores surgem na medida em que o pensamento liberal dá margem a um feminismo pequeno-burguês, no qual as mulheres lutam por uma ascensão social dentro de um sistema desigual, opressor ou ainda tenta-se promover a participação política das mulheres nos parlamentos sem a mínima reflexão sobre toda a correlação de forças que faz com que elas sejam sorvidas pelos ditames patriarcais das políticas nacional, regional e internacional. É uma tentativa de mascarar tal tema, visto que a presença de mulheres nos poderes legislativo, executivo e judiciário não é sinônimo de ações e reflexão políticas em perspectiva de gênero ou um combate direto ao patriarcado.

A intenção da crítica não é desvalorizar as conquistas do feminismo liberal que permearam a primeira onda feminista no século XX, muito menos depreciar a conquista deste espaço criado no Mercosul com a função de estar atento à condição da Mulher, que se bem

pensado, a criação dessa reunião já é uma transgressão à ordem masculina imperante no bloco. Entretanto, defende-se que, se o feminismo quer se revigorar e avançar em sua luta, principalmente com foco nesta integração regional, as militantes e as gestoras desses espaços deveriam começar a superar as limitações simplistas das concepções de liberdade, de direitos e de Estado. Essa primeira análise do cenário da construção da perspectiva de gênero tem a intenção de localizar o leitor quanto às contradições teóricas e de práxis que permeiam o cotidiano da reunião.

O estado da arte da perspectiva de gênero no Mercosul pode ser avaliado a partir de seu começo, que já foi mostrado no capítulo anterior, mas resgatado aqui de maneira resumida. O objetivo que substancia a criação da REM em 1998, elencado na segunda parte do art. 1º da Resolução MERCOSUL/GMC/RES N°20/98, mostra que ao inserir a busca da igualdade de oportunidades e a análise da situação da mulher nesta integração regional, a perspectiva de gênero entraria como mais um campo de contribuição para os desenvolvimentos social e econômico, como também o cultural das comunidades que conformam o Mercosul.

Tendo isso em vista, recapitulam-se e aprofundam-se os motivos pelos quais o gênero, como categoria de análise do processo de integração regional, nas suas facetas culturais, econômicas e políticas, torna-se relevante para continuar construindo um Mercosul democrático. Importante também mencionar é que a agenda da reunião involucra-se ao objetivo acima citado, significando que a perspectiva de gênero deve estar presente para que os caminhos democráticos e de desenvolvimento social e econômico tenham satisfeitos níveis mínimos dos seus objetivos.

Em cada país integrante do Mercosul, com processos de construção histórico semelhantes, porém com uma constituição político-social e econômica assimétricas, as mulheres da região incluem-se na organização dessas sociedades de maneira similar, ou seja, de forma desigual em todas as esferas sociais, quando comparada ao homem. Logo, de acordo com o pensamento de Scott, o gênero neste contexto é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1987).

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um campo de definição, insistindo sobre o caráter inadequado dessas teorias de até o fim do século XX. Porém, para que isso fosse feito, Scott (1987), no seu trabalho, traz ao debate a ideia de como devem ser estudados esses processos sociais em sociedades ocidentais em que as tramas das relações econômicas, políticas, sociais e culturais estão interligadas

beirando uma complexidade de análise sociológica, psicológica, antropológica e histórica. Sociedades assim, podem ser exemplificadas pelas constituintes do bloco Mercosul.

Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em mente. Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram (SCOTT, 1987, p. 20).

Relacionando esse pensamento com o gênero como categoria de análise e não mais com a visão simplista das desigualdades entre masculino e feminino, de acordo com Michelle Rosaldo (1980, p. 400) é necessário procurar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa sobre o gênero: “Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta”.

Para que se tenha o sentido, é necessário tratar tanto do sujeito individual quanto da organização social, articulando, assim, a natureza das suas inter-relações. Ambos são importantes para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança. No seio desses processos e estruturas, tem espaço para um conceito de realização humana como um esforço de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites e com a linguagem conceitual que ao mesmo tempo coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e de imaginação (SCOTT, 1987). Dessa forma, deve-se ter uma visão mais ampla que inclua não só o espaço privado, mas também a educação, o mercado de trabalho, o sistema político, a política internacional. O gênero é construído através das relações que se dão dentro do âmbito privado, mas não exclusivamente nesse campo. Igualmente o é na economia, na organização política e pode operar ora de forma amplamente independente do privado, ora em perfeita sintonia.

Considerando que as sociedades argentina, brasileira, paraguaia, uruguaia, venezuelana estão inseridas neste contexto, a distinção entre o público e o privado foi construída nestes países, e na América Latina, de modo a isolar a mulher do espaço público, conferindo-a o papel de reprodutora e cuidadora da família e do relativo ao privado, doméstico. É o que afirma Roberto Da Matta em várias passagens do seu livro “A Casa & A Rua”, ao analisar, entre outras categorias, “a casa” e “a rua” como categorias sociológicas em que não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas

acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa. São discursos arrematadores de processos ou situações. Sua intensidade emocional é alta. (...) Leituras pelo ângulo da rua são discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais. É o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação. (...) O discurso dominante é muito mais da 'rua' do que da 'casa'. Vindo da 'rua', ele vem sempre dos seus componentes legais e jurídicos. A fala dos subordinados é muito mais o idioma da 'casa' e da família, e em sendo assim é sempre vazado de conotações morais e de um apelo aos limites morais da exploração social. (...) O interior das casas, reservado às mulheres, é sexualmente motivado, (...) O fato de que também nos referimos à 'casa' como local de trabalho ou até mesmo ao país como um todo. Porque se o local de trabalho é uma casa, isso é sinal de que patrões são pais (as palavras têm uma mesma raiz) e seus empregados são seus filhos (ou suas mulheres). Não penso ser de outro modo que se possa explicar a expressão igualmente metafórica que diz serem todas as autoridades os 'homens', senão para indicar complementarmente que seus simétricos inversos são fêmeas ou meninos (DA MATTA, 1987).

Desse modo, pode-se afirmar que existem consequências evidentes na separação binária entre as várias categorias (privado/público, masculino/feminino, casa/rua), quando se estuda gênero, feminismo, luta das mulheres. Ou seja, um dos lados será o que hierarquicamente apresenta mais poder de dominação, seja ele político, legal, cultural, econômico. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder desiguais. Gênero é importante na desconstrução não apenas das relações de poder entre homens e mulheres, mas também na desconstrução dos motivos que condicionam o pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais.

É no intuito de romper com a análise binária que este trabalho se propõe a desvendar o relacional localizado entre os lados separados, opostos. Seguindo o raciocínio de Da Matta (1987, p. 26), "(...) há uma decisiva opção pela relação e pelo relacionar". E nota-se que as mulheres organizadas têm conseguido pautar o invisível situado entre as categorias opostas, e a própria criação de um espaço sobre gênero dentro do processo de integração do Mercosul já é a concretude do invisibilizado.

Quando se procura encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, começa-se a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política

constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica.

As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. É o que se pode ver com a realidade do Mercosul nos últimos dez anos, quando outras classes políticas vem assumindo os governos nacionais dos Estados Partes, fazendo com que isso tenha consequências nessa integração regional. E uma destas é o aprofundamento da transversalização da perspectiva de gênero na institucionalidade do bloco, quando a antiga REM passa a ser a RMAAM, uma reunião com caráter ministerial e com uma consequente maior força política no bloco.

São os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle. A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. (...) Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente. E transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1987, p. 28).

Neste cenário de separação de competências masculinas e femininas e sua reprodução no tempo e através das gerações, mesmo com tantos direitos e liberdades conquistadas, o movimento de mulheres/feminista vê-se na obrigação de continuar esta luta política de mudança de um *status quo* em todos os sentidos de mudança que possam existir: político, cultural, social, comportamental, sexual, entre outros. O processo de integração regional tratado aqui é um dos lugares reprodutores dessa lógica separatista/sexista em seu âmbito. E é nesse sentido que as vertentes desses movimentos, bem como as ministras que conduzem a reunião, vem pautando sua gradual inclusão na participação em todas as áreas do processo.

Consequência disto foi que, em 1998, o Grupo Mercado Comum emite a Resolução nº 20/98 criando a Reunião Especializada da Mulher (REM) na estrutura do bloco. Contudo, a importância da perspectiva de gênero na institucionalidade e práticas do Mercosul passa a ser vista além da igualdade de oportunidades, objetivo primário da REM. O sentido de equidade de gênero começa a perpassar realidades sociais, culturais, políticas. O enfoque de gênero deve provocar transformações decisivas nas concepções socioculturais e políticas ao transcender o plano de interpretação das causas da desigualdade entre homens e mulheres e centrá-la no plano sociocultural. Deve-se promover a perspectiva de gênero na análise dos fenômenos sociais e na construção da subjetividade.

Portanto, os processos de integração regional que não considerem aspectos ligados ao gênero das populações poderão estar aumentando as brechas entre homens e mulheres ao tratarem com falsa igualdade os que são desiguais. Esta é uma primeira constatação que se faz necessária para quem considera que a integração econômica deve ser acompanhada, no mesmo patamar, pela integração dos povos nessa perspectiva democrática (RODRIGUEZ, 2000).

Observa-se, então, que o Mercosul consegue evoluir no sentido do aprofundamento da análise da situação da mulher no bloco. Prova disso é vista nas atas do período de trabalho entre 1998 e 2011, ano da transformação da REM em RMAAM. Na decisão MERCOSUR/CMC/DEC.Nº24/11 que fundamenta essa transformação nota-se, na sua justificativa e consideração de motivos, claramente, a ampliação do âmbito de análise da situação da mulher com relação à legislação vigente nos Estados Partes. Para a consolidação da perspectiva de gênero no Mercosul, passa a ser essencial o aprofundamento da democracia, a eliminação das diferenças e discriminações contra as mulheres nos Estados Partes e, por fim, que o avanço das políticas de gênero no Mercosul leve ao fortalecimento da institucionalidade dos mecanismos⁵⁶ nacionais em cada país do bloco.

MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 24/11

REUNIÓN DE MINISTRAS Y ALTAS AUTORIDADES DE LA MUJER

VISTO:

El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto, las Decisiones Nº 05/91, 18/98, 02/02, 23/03 y 18/04 del Consejo del Mercado Común y las resoluciones Nº 20/98 y 84/00 del Grupo Mercado Común.

CONSIDERANDO:

Que la consolidación de la perspectiva de género en el ámbito del MERCOSUR resulta esencial para profundizar la democracia, eliminar las disparidades y la discriminación contra las mujeres en los Estados Partes. Que el avance de las políticas de género en el MERCOSUR ha llevado al fortalecimiento de la institucionalidad de los mecanismos nacionales en los Estados Partes, muchos de los cuáles ya tienen rango ministerial.

Que resulta conveniente establecer un ámbito de nivel ministerial y de altas autoridades para el análisis de la situación de las mujeres en los Estados Partes⁵⁷.

⁵⁶ Com a REM transformada em RMAAM, os mecanismos nacionais responsáveis pela coordenação das seções nacionais da RMAAM, dependendo de quem exerce a Presidência Pro Tempore, são estes: a Representação para as questões das mulheres a nível internacional do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina; a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Federativa do Brasil; o Ministério da Mulher da Presidência da República do Paraguai e o Instituto Nacional das Mulheres do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai. E mais recentemente, com a incorporação da Venezuela ao bloco, o Ministério do Poder Popular para a Mulher e Igualdade de Gênero da Venezuela.

⁵⁷ Todo o conteúdo da decisão que fundamenta a existência da RMAAM está disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/Documentos/declaracion_CMC_24_2011_RMAAM.pdf>. Acesso em set 2013.

Por essas razões, era necessária a mudança de nível político do âmbito de análise da situação da mulher e da apreciação da perspectiva de gênero no bloco, tratando o tema com responsabilidade ministerial. A partir da decisão do Conselho do Mercado Comum N° 24/02 de dezembro de 2011, é reconhecida a RMAAM como órgão assessor do CMC e os mecanismos nacionais participantes como gestores dos encontros entre as ministras e autoridades em gênero dos Estados Partes a cada seis meses, de forma rotativa e de acordo com a ordem da Presidência Pro Tempore em questão (arts. 8° e 16 da normativa MERCOSUL/RMAAM/ACORDO N°01/13).

Portanto, serão percorridas e pautadas, no próximo tópico, as nuances organizacionais sobre o trabalho desenvolvido na REM e, atualmente, RMAMM, sua mudança de importância política, já que passa a ser um espaço de ministras e altas autoridades em gênero no Mercosul, bem como, os principais temas da agenda 2012-2013 do foro.

2.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA RMAAM

A Reunião Especializada da Mulher (REM) é o antecedente direto da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher – RMAAM. Era subordinada ao Grupo Mercado Comum e, em 2002, foi transferida ao âmbito do Foro de Consulta e Concertação Política, com as demais reuniões de caráter não-econômico, cujas esferas incidem sobre o cidadão do Mercosul em uma dimensão política. A reunião tinha a possibilidade de emitir recomendações, que são normas de escassa incidência no processo normativo do bloco. Tais recomendações passavam pelo FCCP, que é o órgão responsável por elevar os textos provindos do consenso da REM. Se o FCCP não aceitasse a recomendação, esta não poderia seguir ao GMC para sua consideração. Assim, nem todas as recomendações eram elevadas à categoria de resoluções ou decisões, sendo obrigatório incorporá-las aos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes (ORSINO, 2009).

A diferença substancial em relação à elevação de *status* da reunião é sobre a eficácia da normativa da RMAAM e o caminho que leva para ser considerado pelo CMC, órgão superior do Mercosul, responsável pela condução política do processo de integração e pela tomada de decisões para garantir o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos pelo Tratado de Assunção. E assim sendo, supostamente, as resoluções e decisões que saem dos encontros da RMAAM, teriam força prática mais contundente.

Desde sua posição de Reunião de Ministras e Altas Autoridades, esta instância tem a possibilidade de emitir Declarações, assim como projetos de Recomendação e Decisão, que passam pelo Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), estes são

formalizados pelo Conselho Mercado Comum (CMC) por intermédio do Grupo Mercado Comum (GMC) para sua aprovação⁵⁸.

Em referência ao objeto da RMAAM, o art. 1º da normativa MERCOSUL/RMAAM/ACORDO N°01/13⁵⁹ assinala que a reunião passa a ser o órgão assessor e proponente de medidas, políticas e ações em matéria de igualdade de gênero do Conselho Mercado Comum – CMC. Já em relação a quem compõe a RMAAM, o art. 3º da mesma normativa reza que o foro será formado pelas ministras e altas autoridades responsáveis pela política para as mulheres de cada Estado Parte, por meio dos mecanismos nacionais.

Logo após, o art. 4º lista as atribuições e responsabilidades da RMAAM, que se referem diretamente à construção da transversalização da perspectiva de gênero no bloco e que acompanham essa mudança do seu nível hierárquico político para reunião ministerial, não mais “especializada”, fazendo com que as responsabilidades, atribuições e sua forma de organização e funcionamento também acompanhassem o ritmo dessa mudança.

3. DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Artigo 4º - Para dar cumprimento à Decisão 24/11 do Conselho Mercado Comum, a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) terá as atribuições e responsabilidades:

- a) Consolidar a perspectiva de gênero como um eixo fundamental de todo o processo de integração do MERCOSUL.
- b) Intercambiar informações e experiências e propor estratégias comuns para aprofundar a incorporação efetiva da perspectiva de gênero nas políticas públicas dos Estados Partes e Associados, bem como nas políticas do MERCOSUL.
- c) Promover a coordenação de posições comuns do Bloco em fóruns internacionais e regionais sobre as temáticas vinculadas aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.
- d) Formular planos, programas de ações e recomendações técnicas, visando fomentar a aplicação e o cumprimento dos objetivos da RMAAM.
- e) Identificar e encaminhar ao Grupo de Cooperação Internacional (GCI), conforme Decisão CMC N° 10/12, os projetos de cooperação no âmbito do MERCOSUL,

⁵⁸ Informação obtida na página oficial da RMAAM. Disponível em: <<http://www.mercosurmujeres.org/pt/quienes-i1>>. Acesso em set 2013.

⁵⁹ A normativa MERCOSUL/RMAAM/ACORDO N°01/13 reformula o Regulamento Interno dessa reunião para estar em consonância com a ampliação de atribuições do novo nível político em que se encontra esse espaço. Todo o conteúdo do Regulamento Interno está disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM_2013_1/RMAAM_2013_ACTA01_ANE04_ES_Acuerdo_01_2013_ES_Regl_Int_RMAAM.pdf> Acesso em set 2013.

bem como os programas, ações e projetos de cooperação técnica com países de extrazona e Organismos Internacionais, identificados como de interesse da RMAAM.

- f) Realizar gestões junto às autoridades dos Estados Partes com vistas à implementação das resoluções e recomendações aprovada pela RMAAM e ratificadas pelo CMC.
- g) Monitorar e avaliar a implementação das normativas e da política de igualdade de gênero aprovadas no MERCOSUL.

Como dito, a RMAAM tem ampliado o seu espectro de atuação em relação aos temas. Agora, fala-se em consolidar a perspectiva de gênero como eixo central do processo de integração, ou seja, atribui um reconhecimento e importância políticas à temática de gênero e sua respectiva transversalização (inciso “a”, art. 4º). Quando se traz ao debate institucional a perspectiva de gênero, isso perpassa a esfera da “igualdade de oportunidades”, resumida no inciso “g” e vai além deste âmbito, envolvendo-o e permitindo que o gênero contribua com o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades que integram o Mercosul. De maneira que essa perspectiva vai sendo alcançada objetivamente através do consenso das reuniões em projetos, programas e ações para o fortalecimento do gênero, como bem assinalam os incisos “a” e “d” do art. 4º.

Nos incisos “d” e “e” do artigo 4º supramencionado, tem-se a base legal dos trabalhos mais exitosos que a Reunião desempenhou ultimamente, que é a cooperação técnica. Esse tipo de cooperação com agências e/ou organismos internacionais para efetivar os planos de ação nas agendas anuais da RMAAM, é de suma importância no alcance de êxitos regionais, ainda que sejam, por exemplo, publicações como o diagnóstico regional sobre os indicadores de violência doméstica baseada em gênero no Mercosul ou sobre o tráfico de mulheres com fins de exploração sexual no Mercosul. Porém, isso permitirá, posteriormente, avançar no conhecimento das temáticas e na avaliação entre os países do bloco de estratégias conjuntas relacionadas aos temas pesquisados⁶⁰.

Desde antes da criação da REM, nos anos de articulação para o seu advento, a cooperação internacional é uma categoria relevante para a formação e prosseguimento desse

⁶⁰ As publicações “Diagnóstico Regional - Indicadores de Violência Doméstica baseada em Gênero no Mercosul” e “Diagnóstico Regional - O Tráfico de Mulheres com fins de Exploração Sexual no Mercosul” são resultados do trabalho impulsionado e liderado pela RMAAM no marco do Projeto “Fortalecimento da Institucionalidade e perspectiva em gênero no Mercosul”, financiado pelo Programa de Cooperação MERCOSUL – AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento). Em junho de 2008, sob a Presidência Pro Tempore da Argentina, assinou-se em Buenos Aires um Memorando de Entendimento entre a AECID e o Mercosul, nascendo, assim, o Programa de Cooperação Mercosul – AECID (RMAAM – MERCOSUL, 2011).

espaço no Mercosul. A UNIFEM, a FLACSO, a OEA, a AECID são alguns dos organismos regionais/internacionais e agências de cooperação que jogaram um importante papel na estruturação e avanço da transversalização da perspectiva de gênero no bloco. Além disso, os vínculos políticos desenvolvidos entre a RMAAM e esses organismos/agências fazem com que a cooperação seja estratégica na idealização e posta em prática das principais demandas que a RMAAM visualiza nos seus trabalhos. Tendo em vista a relevância desse elemento para a análise do objetivo desta pesquisa, no próximo capítulo, de maneira mais aprofundada, tratar-se-á sobre a relevância da cooperação técnica nos avanços que são apresentados atualmente por meio dessa estratégia política com a cooperação internacional.

Seguindo com a apresentação do art. 4º do Regulamento Interno da reunião, o inciso “b”, assim como o “e”, tem sido de suma importância para os trabalhos do foro e para a conquista da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul. O intercâmbio de informações e experiências e a propositura de estratégias comuns para aprofundar a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas dos Estados Partes e Associados, bem como nas políticas do Mercosul são incentivadas através da cooperação. A troca de experiências é uma metodologia de trabalho e objetivo da reunião que garante o diálogo entre os pares e influencia diretamente na divulgação das políticas feitas em cada Estado Parte. Ademais, essa ferramenta é estratégica na articulação, pelas ministras e gestoras dos mecanismos regionais, do pensar conjunto sobre as práticas, políticas e ações regionais. Como relata Maria Angélica Fontão na sua entrevista concedida a esta pesquisa.

(...) essa proposta de integração nos aproxima mais, o que gera, por exemplo, esse intercâmbio de boas práticas em que temos vários exemplos de políticas/programas/ações de um país que foram inspiradas em outro da região (...) a RMAAM tem trabalhando muito com proposta de ações que tenham caráter regional. (...) um tema, por exemplo, que estamos puxando bastante atualmente é de se trabalhar nas regiões de fronteira, especialmente a questão do enfrentamento à violência contra as mulheres, já que isso é uma prioridade da SPM que já vem sendo trabalhada e está, inclusive, dentro do Programa Mulher: Viver sem Violência (...) *(Dados da entrevista com Maria Angélica Fontão, representando a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República do Brasil)*⁶¹.

Ela mencionou ainda que a própria pauta da SPM dentro da RMAAM, no enfrentamento a violência contra as mulheres nas regiões de fronteira, tem influenciado outras coordenações nacionais a levarem esse tema aos seus respectivos cenários nacionais,

⁶¹ Dados da entrevista semiestruturada realizada com Maria Angélica Fontão em abril de 2013. A estrutura das entrevistas encontra-se no final deste trabalho na seção “Apêndice A”.

conseguindo uma cooperação entre os governos neste tema citado⁶². Outro exemplo é a resposta institucional dos quatro países do Mercosul que criaram mecanismos de regência das políticas públicas de igualdade de gênero e sobre o tráfico de pessoas. Além da influência internacional conduzindo os governos a criarem esses mecanismos, há a influência desenvolvida através do diálogo das coordenações nacionais proporcionada pelos encontros da RMAAM, que também será analisado mais profundamente no próximo capítulo⁶³.

Em relação às estratégias comuns, ainda no inciso “b”, para aprofundar a incorporação efetiva da perspectiva de gênero nas políticas de cada Estado participante do Mercosul e no âmbito do bloco, faz-se uso do diálogo com outras estruturas do Mercosul que lidam com algumas temáticas referentes ao gênero e à Mulher. São elas: a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF e seu grupo temático “Gênero e Agricultura Familiar”; Subgrupo de Trabalho nº10 – assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social; Comissão Intergovernamental sobre Saúde Sexual e Reprodutiva da Reunião de Ministros da Saúde – RMS; a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul – RAADH; Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social – RMADS e o Instituto Social do Mercosul, entre outros espaços.

Antes da formação da REM, o contato anterior com a estrutura do bloco para debater sobre os direitos humanos da mulher era no âmbito do SGT nº 10 e no Foro Consultivo

⁶² O Programa Mulher: Viver sem Violência foi apresentado pela ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), às gestoras estaduais do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no dia 11/04/13 em Brasília. Cerca de 30 gestoras participaram do encontro, organizado pela SPM. É uma proposta que agrega e avança na implementação da Lei Maria da Penha (11.340/2006), dando mais celeridade ao atendimento às vítimas da violência de gênero. Os governos estaduais precisarão entrar no programa com a vontade política e com os recursos humanos necessários para a sua operacionalidade. (...) No encontro de apresentação do programa, as gestoras levantaram necessidades como a de ampliar o número de núcleos de atendimento às mulheres em áreas de fronteira. Eleonora Menicucci afirmou que serão implantados seis novos núcleos: dois no Rio Grande do Sul (Santana do Livramento e Jaguarão), dois em Mato Grosso do Sul (Corumbá e Pontaporã), um no Acre (Brasiléia) e um em Roraima (Bonfim). “Esses serão os primeiros. Depois, vamos ver a possibilidade de ampliar os serviços”, disse. O programa prevê a criação de centros integrados de serviços especializados, humanização do atendimento em saúde, cooperação técnica com o sistema de justiça e campanhas educativas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. A iniciativa também aumentará os núcleos de atendimento às mulheres em áreas de fronteira do Brasil com a Bolívia, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Paraguai, Uruguai e Venezuela, abrangendo migrantes e o combate ao tráfico de pessoas. Disponível em na página oficial da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM: <http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/04/11-04-ministra-eleonora-apresenta018mulher-viver-sem-violencia-as-gestoras-do-pacto>. Acesso em mai de 2013.

⁶³ Considerando a relevância da troca de experiências e sua influência mútua dentro dos cenários nacionais que fazem parte da RMAAM, o intercâmbio de experiências será analisado no próximo capítulo, com o auxílio do conceito de *Transnational Advocacy Networks* Keck e Sikkink (1998), base teórica dessa prática, que é a compreensão da ação coletiva transnacional e sua relação com oportunidades políticas nacionais e globais. Ou seja, uma tática utilizada por atores domésticos (e regionais), que buscam atingir seus objetivos ao contatar aliados internacionais diretamente, para que estes ajudem a pressionar as instituições domésticas de fora das fronteiras nacionais.

Econômico e Social, pois como os sindicatos foram um dos primeiros setores da sociedade civil a pautar demandas no Mercosul, as temáticas conectadas aos direitos trabalhistas na integração regional foram a vanguarda da discussão sobre gênero e a Mulher no Mercosul. Em várias atas da REM, há essa preocupação em cooperar com outros espaços da institucionalidade para a transversalização da perspectiva de gênero. Por exemplo, na MERCOSUR/REM/ACTA N° 02/09⁶⁴, no item 3, discorre-se sobre a proposta de trabalho conjunto articulando a REM com a REAF. Outro exemplo foi a cooperação entre a RAADH e a ex-REM em 2007 para a realização de um seminário sobre Diversidade Sexual e Gênero.

Finalizando o artigo 4º, menciona-se o inciso “c” referente à promoção e coordenação de posições comuns do bloco em fóruns internacionais e regionais sobre as temáticas vinculadas aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero. Em 2012, tratou-se sobre a atuação articulada da RMAAM nos diferentes eventos da agenda internacional sobre gênero, com o intuito de mostrar sua atividade nos âmbitos regional e internacional, para se fortalecer politicamente com as estruturas internacionais e apoiarem-se mutuamente no objetivo de conseguir a equidade de gênero em todos os âmbitos da vida político-social de uma sociedade.

No documento MERCOSUL/RMAAM/ATA N°02/12, há a referência sobre o começo da prática desta adequação de agenda da RMAAM com as agendas regional e a internacional. Participou-se da: “I Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe” com a delegação do Uruguai a frente dos informes do evento; da “XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe” com a delegação brasileira comandando os informes da conferência para a RMAAM; e da “57ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (ONU)”, onde a representante da ONU Mulheres para América Latina e Caribe, que sempre está presente em todos os encontros da RMAAM, apresentou o andamento do processo de construção institucional da entidade.

A importância de se ter um alinhamento de agendas sobre a questão de gênero e das mulheres fortalece politicamente as posições dos países da região nos eventos e acontecimentos mais importantes nos âmbitos regional e internacional. É o que contou também Maria Angélica Fontão na sua entrevista para este trabalho. Questionou-se: para o Estado brasileiro, representado pela SPM, a RMAAM tem status de prioridade no debate da equidade de gênero e direitos humanos da mulher a nível regional? Ou este espaço seria complementar a outras discussões regionais/latino-americanas? Maria Angélica incluiu na sua resposta o tema de alinhamento das agendas e ganhos políticos dessa postura.

⁶⁴ Disponível em : <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/rem%202009%202/REM_2009_ACTA02_ESP.pdf>. Acesso em abril 2013.

Minha impressão pessoal, desconsiderando a SPM nesta resposta, é que, como você deve saber, a SPM participa de diversos fóruns internacionais sobre mulheres a nível regional e internacional, mas eu vejo a RMAAM como um espaço diferenciado de atuação e vejo que a posição da SPM é de reconhecer isso. Quando eu digo diferenciado eu me refiro a que a RMAAM, como parte de um mecanismo de integração, não se restringe só a ser um espaço de criação de consensos e de construção de normativas internacionais que virão a ter efeitos a nível nacional, mas porque eu vejo na RMAAM um espaço de diálogo (...) um esforço de se pensar e pretender promover ações conjuntas regionais. Além de ser um espaço também de articulação de posições políticas, na medida em que vão sendo criados consensos que influenciam a política nacional, ao mesmo tempo em que os países do Mercosul tendem a se colocar em bloco para a atuação em outros espaços internacionais, por exemplo, no ano de 2010 a antiga REM construiu conjuntamente uma declaração que definiu uma posição no bloco e foi levada à Conferência da OIT de onde saiu a convenção sobre trabalho doméstico.

E a partir de 2012, na I reunião da RMAAM foi decidido que a partir de então todas as reuniões vão ter um espaço para se discutir a agenda internacional de gênero e articular posições comuns. E, bom, por experiência própria, te conto que na CSW⁶⁵ deste ano (a 57 CSW), da qual participei, praticamente todas as posições do Brasil estavam alinhadas em bloco com nossos países vizinhos e alguns outros latino-americanos. E isso acontece correntemente. Traduz ganhos incríveis ao debate da agenda de gênero. Comento da CSW, que a discussão foi muito difícil com todo esse processo de fortalecimento dos fundamentalismos e o tema foi violência contra as mulheres, se notava claramente como esses países da América Latina (e não toda a América Latina, mas digamos o Mercosul, México, El Salvador, ...) eram impulsionadores dos principais ganhos progressistas. Mas, como eu dizia, tem esse aspecto positivo relativo à atuação internacional (...) (*Dados da entrevista com Maria Angélica Fontão, representando a Secretária de Política para as Mulheres da Presidência da República do Brasil*).

Fortalecer a agenda de gênero no Mercosul e alinhá-la com as agendas regional e internacional para serem alcançados mais êxitos políticos é o que já está acontecendo nesse cenário, como comentou Maria Angélica no trecho da entrevista citada. Ainda que a RMAAM não tenha força o suficiente para pautar um tema em algum espaço regional ou internacional alinhando a postura dos cinco países constituintes do Mercosul, o próprio lugar da RMAAM é adequado para que os órgãos nacionais, que tratam sobre as questões de gênero e mulher nos Estados Partes e Associados, ensaiem um alinhamento de postura política. Igualmente, a reunião serve para que troquem experiências e dialoguem sobre suas ações e considerem as experiências (ou boas práticas) que cada órgão está realizando em seus respectivos países, pois isso influenciará tanto no êxito das ações regionais conjuntas provindas do Mercosul, quanto em outros espaços regionais e internacionais ao alinhar suas decisões para conseguir seus objetivos políticos por meio dessa cooperação mútua.

Apesar de não estar mencionada no inciso “c” do art. 4º, uma prática muito comum na RMAAM é a aplicação e o cumprimento das convenções internacionais relacionadas com a

⁶⁵ 57ª Comissão on the Status of Women – Elimination and prevention of all forms of violence against women and girls. 4 -15 march, 2013 – UN – WOMEN.

temática de gênero ratificadas pelos Estados Partes do Mercosul⁶⁶. Em âmbito nacional, no caso brasileiro, o cumprimento desse tipo de convenção internacional vai além da sua incorporação jurídica, pois o problema é o financiamento para estruturar mudanças que a nova normativa trará. E no âmbito regional, o cenário é semelhante. Na ata da XVI REM, há uma fala que expõe um pouco desse desafio.

(...) Em seguida, a especialista da Venezuela fez um relato das discussões e apresentou as propostas resultantes da Reunião de Autoridades Técnicas e Governamentais nos temas de violência para discutir a criação de registros homologáveis (comparáveis para toda a região).

Informou que no início da reunião se fez um informe das reuniões realizadas pelo Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará⁶⁷ (...). Se analisou (*sic*) os obstáculos que os países tem para enfrentar este tema, a exemplo da falta de dados estatísticos e falta de recursos específicos. (...)

A especialista do Brasil, e coordenadora do MESECVI, enfatizou a necessidade da construção de um instrumento que possa visibilizar as respostas dos Estados para o enfrentamento da violência contra a mulher e necessidade de se pensar um instrumento básico que permita monitorar a Convenção de Belém do Pará, reafirmando a solicitação que os países fortaleçam o MESECVI, pois ele tem uma potencialidade grande para fazer avançar o enfrentamento a violência contra a mulher na região (MERCOSUR/REM/ACTA N° 02/07, p. 2).

No tema mais específico da violência contra as mulheres, qual seja, o tráfico com fins de exploração sexual, o Mercosul tem tido avanços no seu arcabouço normativo, influenciado também pelo cenário internacional e regional das convenções⁶⁸. Foi aprovada uma série de acordos e resoluções para a colaboração entre os países, dos quais serão destacadas as principais ações, tanto do trabalho da REM quanto da RMAAM no tópico sobre a Mesa Técnica “Violência de Gênero”.

Avançando na substância do Regulamento Interno, fala-se agora sobre os arts. 5º, 6º e 7º que tratam dos “Grupos Assesores”.

4. DOS GRUPOS ASSESORES

Art. 5º - A RMAMM poderá criar e dissolver, por decisão fundamentada, Mesas Técnicas que servirão como órgãos assessores, de acordo com a necessidade e

⁶⁶ Na ata MERCOSUR/I RMAAM/ACTA N° 01/12, o tópico 3 fala do propósito da RMAAM com esta atribuição da reunião: “3. Reconsideración de los métodos de trabajo de la RMAAM conforme las agendas regionales e internacionales de género. Las Ministras y Altas Autoridades de la Mujer decidieron incorporar en las próximas reuniones de la RMAAM, una sección para la discusión y búsqueda de posiciones conjuntas con respecto a los temas de la agenda internacional del género”.

⁶⁷ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral – OEA.

⁶⁸ O tema do tráfico de mulheres e exploração sexual destas foi incluído como uma das formas de discriminação às mulheres na Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979, entra em vigor em 1981), nas quais são Estados Parte os países do MERCOSUL: “Artigo 6 - Os Estados Partes tomarão todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição das mulheres”.

relevância dos temas que deseje trabalhar. Este espaço será integrado por especialistas e elaborará tecnicamente propostas de ações, articulações, declarações ou resoluções a serem submetidas à consideração das Ministras e Altas Autoridades no seguimento ministerial da reunião ordinária.

Art. 6º - A RMAAM poderá constituir Grupos de Trabalho (GT) Ad Hoc, com objetivo e prazo determinado.

Art. 7º - As Mesas Técnicas e Grupos de Trabalho se reunirão no âmbito das reuniões ordinárias da RMAAM. Podem também manter reuniões extraordinárias.

Existem, atualmente, duas Mesas Técnicas (Grupos de Trabalhos) que tratam de dois temas gerais e seus desdobramentos específicos: luta contra a violência de gênero – em particular: a erradicação da violência doméstica e o enfrentamento ao tráfico de mulheres; e a outra mesa sobre trabalho e integração econômica. Essas duas mesas técnicas e sua forma de organização, trabalho e articulação serão abordadas com mais profundidade no tópico seguinte, pois elas são parte da agenda 2012-2013 da RMAAM.

Os artigos do Regulamento Interno ainda não mencionados e que tocam diretamente a organização e funcionamento da RMAAM elencam sobre: a) como dar-se-ão as reuniões ordinárias; b) como serão debatidas as decisões; c) a organização da presidência pro tempore; e d) como se dá a participação social nesse espaço. A maneira como é desenvolvida a RMAAM quanto às reuniões ordinárias não difere do que acontecia na REM. Segundo o art. 8º do Regulamento, a RMAAM pode se reunir de forma ordinária ou extraordinária, sendo que o primeiro tipo será realizado uma vez por semestre no Estado Parte que tem a Presidência Pro Tempore do Mercosul. De forma extraordinária, por sua vez, poderá ser convocada pela Presidência Pro Tempore em qualquer momento quando solicitada pelo Estado Parte.

O art. 9º, então, trata sobre a possibilidade da RMAAM convidar os Estados Associados a participar da reunião, uma realidade que acontece desde a III REM⁶⁹ em junho de 2000, onde estiveram presentes Bolívia e Chile, como Estados Associados; e, ao longo dos anos, Venezuela, antes de tornar-se Estado Parte, também comparecia ao espaço, desde a XII REM⁷⁰, em novembro de 2004. Já o art. 11 expõe a possibilidade da RMAAM de convidar para as reuniões outras autoridades e representantes de instâncias do Mercosul. Bem como observadores, representantes de organismos internacionais e regionais e especialistas nas temáticas vinculadas aos temas debatidos. Por exemplo, o Estado do México tem participado dos encontros da RMAAM, como observador; a OEA já esteve presente na IX REM em maio

⁶⁹ Ata da III REM de junho de 2000. Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202000%201/REM_2000_ACTA01_ES.pdf>. Acesso em nov 2013.

⁷⁰ Ata da XII REM novembro 2004. Disponível em: <<http://www.mercosurmujeres.org/pt/userfilesfilefilesrem%202004%20Ata%20da%20XII%20REM%20-%20espanhol.pdf>>. Acesso em nov 2013.

de 2003, com uma especialista sobre tráfico de pessoas para discutir o assunto na reunião; a representante da UNIFEM sempre presente desde 1999 na ocasião da II REM em junho desse mesmo ano; a OIT e a OIM também já participaram dos encontros da reunião e continuam em constante cooperação.

Sobre as decisões, a RMAAM decidirá por consenso entre os Estados Partes (art. 12 do Regulamento Interno) e é da sua competência aprovar Declarações e Resoluções das Ministras e Altas Autoridades (art. 13). O foro poderá submeter projetos de Resolução à consideração do GMC e projetos de Decisão e Recomendação à consideração do CMC, conforme o caso (art. 14). E, por fim, os Grupos Assessores poderão submeter propostas à consideração da RMAAM (art. 15 do Regulamento Interno).

O art. 17 apresenta como cada Estado Parte exercerá de maneira rotativa a presidência da RMAAM de acordo com a Presidência Pro Tempore do bloco. Compete à Presidência Pro Tempore da RMAAM o trabalho em termos burocráticos e de catalogamento do que aconteceu e foi decidido nos encontros como: convocar e presidir as reuniões que ocorram durante o período do seu mandato; preparar a agenda de trabalho e a documentação a ser analisada nas reuniões e distribuí-las aos Estados Partes e organizações credenciadas; elaborar e encaminhar ao FCCP e à Secretaria do Mercosul as atas, os relatórios, documentos e as recomendações adotadas pela RMAAM, entre outras funções de gestão.

Por fim, sobre a participação social de redes e organizações dos movimentos feministas e de mulheres (arts. 18 e 19 do Regulamento Interno), no próximo capítulo, dar-se-á ênfase a esse tópico, juntamente com os dois anteriormente mencionados (intercâmbio de informações e experiências entre os mecanismos nacionais dos Estados Partes dentro da RMAAM e a cooperação internacional) e que são de extrema relevância para a construção da perspectiva de gênero no Mercosul.

O ponto fulcral dessa reunião, logo, é que as ministras e autoridades que acompanham seus trabalhos são as mesmas funcionárias que estão nos órgãos nacionais de promoção da equidade de gênero de cada Estado Parte. Assim sendo, infere-se que facilita o trabalho de conhecimento dos problemas da região atinentes aos temas de gênero e mulher e isso influencia na atividade diária de cada mecanismo nacional nos respectivos países. É sabido, dessa maneira, que este processo político-social de mudança de paradigma relacionado à visão geral da sociedade sobre a Mulher pode apresentar uma lentidão quanto aos seus efeitos práticos no cotidiano das sociedades envolvidas. Essa dificuldade, primordialmente, é consequência também da cultura patriarcal predominante nas comunidades que integram o Mercosul. Acredita-se que o movimento de mulheres de toda a região tem um papel

fundamental na mudança desse paradigma sexista e opressor que orienta práticas de discriminação e violência milenárias contra as mulheres.

Depois de conhecer a organização legal da RMAAM e alguns dos seus desenvolvimentos práticos, no próximo tópico serão analisados os pontos prioritários da agenda da RMAAM neste momento e os que têm relativo avanço, com ou sem o assessoramento da sociedade civil, com ou sem a cooperação de agências e organismos internacionais. Assim como serão considerados aspectos políticos e de relações de poder que fazem alguns temas serem mais prioritários que outros.

2.3 AGENDA DA RMAAM

Os antecedentes históricos da REM mostram que variadas agendas e eixos de trabalhos já foram pautados no seu âmbito, seguindo o ritmo político global, do Mercosul e como isso influenciou a dinâmica interna do foro. Lilián Celiberti, no seu artigo de título “Participação feminista no MERCOSUL: desafios e perspectivas da Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL” de 2010 apresenta uma análise sobre os temas tratados na REM desde o ano de 1998 até o ano de 2005 (conforme a tabela apresentada a seguir). Logo depois, Celiberti analisa os dois outros momentos que considera relevante na evolução da força política da RMAMM: de 2005 – 2007 e de 2007 até a publicação do artigo, 2009/2010.

TABELA 1 - Temas debatidos na REM 1998 – 2007

	ANO	INICIATIVA	PROCEDIMENTO
Situação da mulher	2000	Base de dados regionais e integração de um banco de dados e harmonização de metodologia e indicadores sobre a situação da mulher	Os países elevam recomendação e o unifem realiza o trabalho técnico
		Enumeração, categorização e descrição de normas, conteúdos e órgãos de procedência e referência à perspectiva de gênero	Os países elevam recomendação e o Foro de Mulheres do MERCOSUL realiza o estudo
	2007	Outorgar às organizações e redes da sociedade civil um caráter de interação e participação com a REM, pelas contribuições que fizeram, mesmo em caráter de assessores	Os países elevam recomendação
Trabalho e emprego	2005	Necessidade de instaurar a igualdade efetiva de oportunidades e de trato entre os trabalhadores de um e outro sexo com responsabilidades familiares, bem como entre estes e os demais trabalhadores	Os países elevam recomendação e declaração da OIT constitui o aporte ao firmar a perspectiva de gênero no MERCOSUL
Violência	1999	Superar o vácuo jurídico de legislação específica para atingir a prevenção e a sanção da violência intrafamiliar	Os países elevam recomendação
	2001	Instar a atender com legislação especial o assédio sexual	Os países elevam recomendação e o Foro de Mulheres do MERCOSUL realiza estudo
	2006	Trabalho conjunto sobre violência de gênero para o desenvolvimento de um registro comum e de um estudo comparativo das políticas adotadas contra a violência	Países pactuam constituir uma comissão técnica
Educação	2001	Incorporar a perspectiva de gênero no setor educacional do MERCOSUL e os sistemas educativos nacionais	Os países elevam recomendação
Participação social e política	2005	Constituição do Parlamento com base na democracia paritária	Os países elevam recomendação
	2006	Projeto de cooperação para agenda institucional de igualdade efetiva entre homens e mulheres nos países do MERCOSUL com participação social e política das mulheres no processo de integração regional Representação equitativa das mulheres no Parlamento	Países pactuam coordenar trabalhos com o Comitê de Cooperação Técnica do MERCOSUL
	2007	Reafirma a necessidade de que o Parlamento do MERCOSUL tenha a paridade como objetivo e inclua a perspectiva de gênero e a igualdade entre homens e mulheres como eixo Central da sua agenda e na estruturação das representações parlamentares dos Estados Partes e associados	Os países elevam recomendação
Perspectiva de gênero / transversalidade	2000	Incorporar a perspectiva de gênero no planejamento, elaboração, implementação e avaliação das suas atividades, políticas e programas com a finalidade de garantir a igualdade e equidade entre os gêneros. Incorporar a perspectiva de gênero nos planos nacionais do MERCOSUL	Os países elevam recomendação
	2001	Ampliar a incorporação da perspectiva de gênero aos foros negociadores e técnicos do MERCOSUL e ao setor educativo	Los países elevan recomendación. Os demais foros acquiescem
	2006	Articular a participação em atividades conjuntas com área temática de gênero de outras instituições do MERCOSUL	Países pactuam. Os demais foros se coordinam
	2007	Avançar em cooperar com outras instituições	Países pactuam

Fonte: Tabela do artigo de Lilián Celiberti “Participação feminista no MERCOSUL: desafios e perspectivas da Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL” de 2010 *apud* Renata Rodríguez da Silva com o artigo de título “Luces y Sombras de la Reunión Especializada de la Mujer, Análisis Institucional 1998 – 2007” de 2008.

Entre 1998 e 2005 as repartições governamentais dos Estados do Mercosul reunidas na REM encomendaram ao Fórum de Mulheres do Mercosul a realização dos eixos de ação que tinham definido. Observa-se uma ampla gama temática, que vai da educação até a participação política e a violência. Neste período, as consecuições da REM foram mais formais que concretas, em termos de políticas efetivas ou de articulações entre os governos. O reconhecimento ou a aprovação das recomendações pelo GMC ou o CMC não pareciam levar a parte alguma. Mas esse panorama não era realidade somente com as declarações da REM. Cabe sublinhar neste ponto o que fora assinalado por Caetano, Vázquez e Ventura:

No seio dos órgãos decisórios do Mercosul, a tomada de decisões é realizada em todos os casos por consenso e com a presença de todos os Estados Partes, o que dá idêntica capacidade de veto a cada um deles. Não se trata somente de um sistema institucional intergovernamental, senão que, além disso, o mesmo concentra a tomada de decisões nos poderes executivos nacionais e, particularmente, em determinadas agências dos governos nacionais (2008).

O que caracteriza esta primeira etapa de trabalho é a busca de uma legitimidade política da temática de gênero no processo de integração, junto com a geração de um discurso próprio sobre integração e gênero. Houve muitas declarações e demandas ao Mercosul, mas escassa incidência institucional e algo perto de políticas públicas. A segunda etapa (2005-2007) está marcada, de um lado, pela ampliação da participação das organizações sociais, e, do outro, pela intencionalidade política dos mecanismos de gênero dos Estados Partes de articular ações e desenvolver alguns eixos de trabalho em outros espaços do Mercosul.

Os esforços, entretanto, não conseguiram ultrapassar o declarativo e, apesar dos apoios internacionais (em particular do UNIFEM) não se pôde concretizar a criação de uma Secretaria Técnica que permitisse articular e coordenar a execução dos planos de trabalho passados. Promoveram-se ações para outros foros do Mercosul e desde outros foros também se começou a ver a REM como um âmbito interessante. Não obstante, esta visibilidade teve escassos resultados práticos, já que, de fato, quando o Mercosul discutiu, por exemplo, uma estratégia para o incremento substantivo do emprego nos países, definida como prioridade na Cúpula de Presidentes de Córdoba (Argentina), a REM não foi convocada pelos próprios governos para analisar ou propor medidas específicas que visassem reduzir as desigualdades entre homens e mulheres no emprego ou reduzir a brecha salarial (CELIBERTI, 2010).

As recomendações e propostas de gênero foram assumidas pela OIT, que elaborou um documento específico de recomendações. Embora o próprio espaço denominado Grupo de Alto Nível Estratégia Mercosul de crescimento do Emprego – GANEMPLE –, tenha aprovado

algumas diretrizes, não expressas em políticas concretas, para a elaboração dos planos nacionais orientados ao incremento do emprego, é prudente sublinhar que a REM, mesmo sendo um espaço governamental, não foi reconhecida como atora legítima para ser convocada para participar de outras instâncias do Mercosul.

Em relação à participação social na REM, as repartições nacionais da mulher promoveram neste período uma ampla participação, inclusive geraram iniciativas públicas para visibilizar o espaço de trabalho regional e a própria REM. Mas a vontade política coexiste com as dificuldades internas de falta de estrutura e pessoal dos mecanismos de gênero nos Estados, que impedem realmente de dar forma e seguimento aos acordos obtidos. Chegam a aprovar planos de trabalho para o ano seguinte, em articulação com as organizações da sociedade civil, que, uns meses depois, na rotação da Presidência Pro Tempore, não são mais considerados (CELIBERTI, 2010). A participação da sociedade civil na REM é, neste sentido, mais declarativa do que efetiva. Em todo o caso, todo o Mercosul mantém, apesar dos esforços realizados, um déficit na participação cidadã.

Para Lilián Celiberti, neste momento, vive-se uma terceira etapa que apresenta somente um aspecto que a diferencia da anterior:

(...) que existem pelo menos dois projetos comuns aprovados no marco da REM que poderiam chegar a marcar um processo de integração real. Eles são: o grupo de trabalho permanente sobre registros unificados em todos os países para recolher a informação sobre a violência de gênero, e o projeto de cooperação aprovado pela AECID, com o aval de todos os governos, para apoiar a linha de participação política e a da luta contra a violência (CELIBERTI, 2010, p. 160).

Tendo em vista a terceira etapa dos trabalhos do foro que Celiberti menciona, pode-se afirmar que, desde a criação da RMAAM, conseguiu-se estampar Decisões e Recomendações na agenda do Mercosul em áreas como: incorporação da perspectiva de gênero no bloco; trabalho e emprego; violência baseada em gênero; educação com perspectiva de gênero e participação política das mulheres. Comparando com o quadro anterior, os assuntos temáticos são os mesmos, porém a realidade atualmente da RMAAM mostra um aprofundamento e um manejo político mais estratégico nesses temas.

Por meio de pesquisa documental (virtual) nos arquivos de atas tanto da REM quanto da RMAAM, fez-se um levantamento das reuniões que caracterizam a terceira etapa compreendida entre o ano de 2010 e a última reunião de 2013⁷¹, por incluir o final do período

⁷¹ Análise feita nas seguintes atas: MERCOSUR/REM/ACTA N° 01/10; MERCOSUL/REM/ATA N° 02/10; MERCOSUR/REM/ACTA N° 01/11; MERCOSUR/REM/ACTA N° 02/11; MERCOSUR/ I RMAAM/ ACTA N° 01/12; MERCOSUL/RMAAM/ATA N° 02/12; MERCOSUL/RMAAM/ATA N° 01/13 e MERCOSUL/RMAAM/ATA N° 02/13. Disponíveis na página oficial da RMAAM: <<http://mercosurmujeres.org/es/actas-d3>>. A última agenda referente ao período de 2012 – 2013 está disponível em:

da REM e toda a produtividade da RMAAM. Em 2010, ainda estava a REM, mas, com a mudança de seu *status*, não se modificou a agenda que tinha sido planejada. Agregaram-se outros pontos relacionados à própria gestão da nova RMAAM, mas os pontos da agenda de gênero propriamente continuaram uma constante com a elevação de hierarquia da reunião.

Na análise das atas, percebeu-se que o ponto “educação em gênero” não constava como parte das ações da reunião desde 2010 até este momento e o ponto “saúde sexual e reprodutiva” entrou no novo plano de trabalho (2012-2013). A prioridade que se tem dado está nos seguintes pontos:

- a) Fortalecimento institucional da RMAAM e a transversalização da perspectiva de gênero;
- b) Mesas Técnicas sobre “Violência de gênero” (em particular o tema do “Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres” no subgrupo sobre “Tráfico de Mulheres com fins de exploração sexual”) e outra Mesa técnica sobre “Trabalho e integração econômica”;
- c) Saúde Sexual e Reprodutiva⁷²;
- d) Participação política das mulheres.

Cada ponto desses apresenta um motivo político de estar presente na agenda da RMAAM e suas formas de gerência e financiamento. Relevante lembrar o que afirma Guzmán que nem todos os problemas considerados assuntos de interesse público ingressam nas agendas, sua incorporação depende da maneira em que são interpretados, do poder, dos recursos e as estratégias dos atores que os mobilizam. Assim como também das especificidades do âmbito institucional ao qual se pretende fazer ingressar o(os) tema(s) (GUZMÁN, 2001). Porém, ainda que separados na sua forma de gestão, os seus resultados dependem mutuamente do que está acontecendo na área do outro.

<http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem2011%202/REM_2011_ACTA02_ANE06_ESPrograma_de_Trabajo_2012_-2013.pdf>.

⁷² Este é um ponto que em 2013 começa a ter mais atividade política. Em atas mais antigas da REM, não existe registro de debate sobre o tema, somente aportes dos cenários nacionais, a partir do intercâmbio de práticas e ideias entre as delegações sobre a efetividade dos direitos sexuais e reprodutivos em cada país. Inclusive, é relevante ressaltar a coincidência entre o despertar para o tema da RMAAM e a aprovação da Lei de Interrupção da Gravidez em dezembro de 2012 no Uruguai. Um balanço oficial do governo uruguaio informou que, no período de um ano de vigência da lei foram realizados 6.676 abortos seguros – nenhuma mulher faleceu. Desde dezembro de 2012, as mulheres uruguaias podem realizar a interrupção da gravidez indesejada em segurança e na legalidade. O tema é discutido no Mercosul pela Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva (CISSR) que, a partir da proposta da RMAAM, reuniram-se em Caracas, em junho de 2013, quando da Presidência Pro Tempore da Venezuela, e conversaram, segundo ata da reunião dessa comissão, sobre a importância de desenvolver possíveis ações e estratégias para fomentar e enriquecer as vinculações intersetoriais que existem entre as instituições regionais relacionadas à Mulher, Direitos Humanos, dentre elas, a RMAAM. Disponível em:<<http://www.ocai.cl/XXXVCCS.pdf>>. Acesso em fev 2014.

2.3.1 Fortalecimento institucional da RMAAM e a transversalização da perspectiva de gênero

Esse primeiro eixo da agenda 2012 – 2013⁷³ da RMAAM congrega dez linhas de trabalho que são fulcrais para alcançar o objetivo final que o tema em si já propõe. São estas as linhas:

- 1) atualizar e aprovar a proposta de resolução relativa à criação da Secretaria Permanente da RMAAM;
- 2) elaborar proposta orçamentária da Secretaria Permanente e submetê-la à aprovação no CMC;
- 3) pôr em prática as estratégias de comunicação desenvolvidas pela consultoria do Projeto REM/AECID;
- 4) capacitar em perspectiva de gênero os funcionários do Mercosul (Secretaria Administrativa do Mercosul);
- 5) construir uma agenda de gênero do Mercosul;
- 6) incidir nas ações para incorporar no Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), incluindo a perspectiva de gênero nos eixos e diretrizes;
- 7) solicitar que a RMAAM participe formalmente da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADDHH) e da Reunião de Alto Nível Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego (GANEMPLE);
- 8) articular-se com outros mecanismos de integração regionais como a REMMA (Red de Mecanismos de la [Mujer](#) Andina), COMMCA (Consejo de las Ministras de la Mujer de Centroamérica) e o CIM (CIM – Comissão Interamericana de Mulheres);
- 9) fomentar maior participação da sociedade civil na RMAAM e nas ações desenvolvidas no âmbito regional;
- 10) articular-se com o Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL.

Os primeiros dois pontos são referentes à criação de uma secretaria permanente para a RMAAM. A ideia surgiu com as primeiras conquistas da REM e pela ausência de consecução dessas conquistas que acabaram não sendo tão exitosas assim. A criação da secretaria, segundo o discurso oficial, objetiva dar continuidade ao que é acordado nas reuniões desse

⁷³

Disponível em: http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem2011%202/REM_2011_ACTA02_ANE06_ES_Programa_de_Trabajo_2012_-2013.pdf. Acesso em jul 2013.

espaço no ínterim entre a rotatividade dos encontros. O tema em torno à criação da secretaria está pautado desde a XIV REM em novembro de 2005, quando se debateu que para o fortalecimento do espaço da reunião seria necessária a criação de uma secretaria permanente. Como dito anteriormente, a segunda etapa do histórico da reunião (2005 – 2007) está marcada por uma gama de atos declarativos sem efetividade prática, ou seja, sem uma articulação mais organizada para a coordenação e execução dos planos de trabalhos desse período. Prova disso, é a contínua repetição dos temas discutidos desde o início da REM até atualmente com a RMAAM.

Com o projeto “Fortalecimento institucional e perspectiva de Gênero no Mercosul”, assinado através do Memorando de Entendimento⁷⁴ entre o Mercosul e a AECID, em 2008, retorna mais forte o objetivo de implementar uma secretaria permanente. É um dos eixos prioritários desse projeto. Antes, havia sido proposto pedir auxílio financeiro a vários órgãos internacionais (UNIFEM, por exemplo) e instâncias do Mercosul para implementar a secretaria. Como não se conseguiu, a proposta lançada em 2011 para remediar (ainda que temporariamente o problema) era: terminado o projeto assinalado acima, dar continuidade a sua “Unidade de Gestão” para que fosse uma espécie de “Secretaria Permanente da RMAAM”. Essa informação não está nas atas disponibilizadas pela RMAAM. Maria Angélica Fontão, que trabalhou no mencionado projeto e concedeu entrevista a esta pesquisa, foi quem repassou tal dado. Mesmo assim, na ata MERCOSUL/ATA/RMAAM Nº 02/12, há referências nesse sentido.

As delegações debateram o tema e manifestaram ampla concordância quanto à necessidade de uma estrutura administrativa que dê continuidade aos trabalhos atualmente assumidos pela unidade de gestão do projeto REM/RMAAM-AECID. Ressaltaram a importância de avançar no equacionamento do assunto antes que termine o referido projeto.

Nesse sentido, decidiram conformar um grupo de trabalho (...) terá como atribuição sistematizar as informações existentes sobre os antecedentes de criação de fundos e instalações de unidades de gestão em reuniões especializadas e outras instâncias do MERCOSUL, analisar as alternativas de financiamento, desenhar um modelo de secretaria que atenda às necessidades da RMAAM, fazer as gestões necessárias para verificar sua viabilidade e apresentar uma proposta concreta à III RMAAM (...).

Acordou-se ainda a importância, inclusive para o fortalecimento da institucionalidade da agenda de gênero do MERCOSUL, de envidar esforços para a constituição de uma estrutura técnico-administrativa vinculada à estrutura do MERCOSUL, que seja sustentável (MERCOSUL/RMAAM/ATA Nº 02/12, 2012, p. 5).

Nas duas últimas reuniões ordinárias da RMAAM (em junho e novembro de 2013), segundo suas respectivas atas, não há referência a esse grupo mencionado na citação acima. A

⁷⁴ Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/4_mde_mercosur_aecid.pdf>. Acesso em mai 2013.

menção ao tema da secretaria foi em relação ao que as delegações decidiram organizar: um levantamento das demandas de estrutura de apoio técnico necessárias para cumprir com o funcionamento efetivo da institucionalidade da agenda de gênero no bloco. A nova estratégia, dessa vez, era solicitar à Secretaria Administrativa do Mercosul, por intermédio do GMC, que disponha de um/uma funcionário/a dedicado/a especificamente às funções da secretaria da RMAAM (MERCOSUR/RMAAM/ACTA N°01/13 e 02/13). Conclui-se, então, que os dois primeiros pontos analisados da agenda 2012-2013 não se concretizaram todavia. Estão em vias de articulação política para tal.

O tema sobre a criação de uma secretaria para a RMAAM e sua importância foi considerada na entrevista feita com Juliana Lazagabaster, ex-assistente técnica da RMAAM e atual Assessora da “Dirección de la Mujer - Cancillería Argentina”. Sobre o caráter “transitório” da RMAAM, por não apresentar, até o momento, uma secretaria que continuasse as atividades do foro no espaço de tempo entre os encontros da Reunião, perguntou-se se era possível afirmar que esse seja o ponto central dos desafios para o fortalecimento da perspectiva de gênero no bloco.

Ese es un tema fundamental. Asegurar recursos permanentes para una secretaría de la RMAAM y que al mismo tiempo funcione cerca de los mecanismos y secciones nacionales ante la RMAAM. Es un tema aún pendiente de solución y que protagoniza gran parte de los debates entre los Estados Miembros en la actualidad. Se relaciona con los debates acerca de la reforma institucional del MERCOSUR en pos de la no creación de grandes burocracias alejadas de las necesidades concretas del MERCOSUR (Dados da entrevista com Juliana Lazagabaster, ex-assistente técnica da RMAAM e atual Assessora da “Dirección de la Mujer - Cancillería Argentina”).

Permanente ou provisória, ou qual seja o adjetivo que se queira agregar ao seu sentido, nota-se a falta de uma articulação mais contundente da RMAAM para lograr esse objetivo. Pensa-se, pois, que essa ausência não se dá pelo motivo de desorganização logística dos mecanismos nacionais que compõem a reunião ou pela ausência de uma articulação política mais contundente em torno do tema, mas sim pela própria importância da existência de uma secretaria para que a reunião saia dessa fase que insiste em ser declaratória. Pois, passados dezesseis anos de atividade REM/RMAAM, juntamente com a análise interna de que sem um grupo técnico que faça o trabalho permanente administrativo que o espaço precisa para ser mais efetivo, por que o GMC ou o CMC, condutores do processo de integração, não priorizam essa demanda relacionada ao Gênero e a Mulher?

A incompletude da RMAAM então pode ser lida como uma concessão de poder por esses órgãos condutores com limites estabelecidos e alcances não tão significativos assim,

como o sentido intrínseco ao Gênero e aos direitos humanos das mulheres. Pode-se ler esse panorama ainda como se o próprio espaço da RMAAM, considerando a sua hierarquia, estivesse enviesado por uma ideia de transversalização da perspectiva de gênero de maneira masculinizada, de acordo com o mesmo sistema político democrático que se vive nos cenários nacionais que não apresentam paridade política no seu seio, e, por isso, também, não são totalmente democráticos. É como afirma Virginia Guzmán:

La legitimación e institucionalización de una nueva problemática no se da en el vacío, sino que tiene lugar en sociedades concretas, con distintos grados de diversidad cultural, de densidad organizativa y de sistema político; con culturas políticas y desarrollo institucional específicos, y con distinto nivel de desarrollo y de modernidad. Las características propias de cada país condicionan e impregnan entonces los procesos estudiados. Las posibilidades de legitimar las desigualdades de género como problema público están condicionadas económica, política, legal e institucionalmente. Por esta razón, el proceso que analizamos está muy imbricado con lo que sucede en los diferentes planos de la sociedad y de la institucionalidad pública sobre todo con el grado de apertura cultural, de democratización e institucionalización y de integración social. (...) La discusión sobre el sentido y funciones de los mecanismos de género en el Estado tiene una larga historia y en los últimos años las modalidades que asume la institucionalidad de género en distintos países han sido objeto de evaluaciones, estudios comparativos y tema de reuniones de expertos. Los estudios, de carácter más bien descriptivo, han priorizado el análisis de sus características y de las estrategias diseñadas para cumplir con sus objetivos, y han evaluado el grado de cumplimiento de las metas propuestas y los resultados alcanzados. Estos estudios suelen contrastar el funcionamiento de la institucionalidad de género con el modelo ideal que emerge de las recomendaciones de las últimas Conferencias Internacionales sobre el tema. Los estudios realizados y las reuniones de expertos coinciden en muchas de sus conclusiones, entre las más importantes destacan: 1. *La contradicción existente entre la magnitud de las tareas asignadas a las oficinas y las atribuciones y recursos que se les asignan. Las oficinas no tienen suficiente autoridad debido a su posición jerárquica, cuentan con escasos recursos profesionales y técnicos y sus presupuestos son limitados.* 2. *La amplia brecha existente entre las concepciones y comprensiones sobre el tema que tienen los/as integrantes de las oficinas y las de las autoridades y funcionarios del resto de los sectores del Estado.* 3. *La distancia e incluso las contradicciones entre los discursos de las autoridades y funcionarios y sus prácticas institucionales.* 4. *El carácter inestable del proceso. Ni la posición jerárquica, ni los logros alcanzados son estables en el tiempo.* Avances evaluados positivamente en un momento pueden ser desmontados por el gobierno siguiente y la aceptación inicial de una política pueden dar lugar a resistencias futuras (GUZMÁN, 2001, p. 5, 7-8) (grifos nossos).

Prosseguindo com a análise sobre o fortalecimento institucional da RMAAM e a transversalização da perspectiva de gênero, o terceiro ponto da agenda toca diretamente a cooperação técnica entre a REM/RMAAM e a AECID com o Projeto Mercosul/AECID, já mencionado acima.

A assinatura do memorando permitiu iniciar um programa conjunto de cooperação técnica em áreas como gênero, integração produtiva e fortalecimento institucional. A REM estava a cargo do projeto na área de gênero e já no primeiro ano de execução (2008-2009) do programa, além da organização interna de contratação de pessoal, formação de unidade de

gestão, foi aprovado pela institucionalidade do Mercosul, em dezembro de 2008, o projeto “Fortalecimento da institucionalidade e a perspectiva de gênero no Mercosul”.

Com a necessidade de aprofundar a inclusão da perspectiva de gênero no processo de integração regional e de atualizar as ações acordadas entre os países quanto às políticas de gênero é que foi constituído o projeto, segundo uma de suas publicações⁷⁵.

O projeto consta de quatro eixos. O primeiro é o fortalecimento da RMAAM, tanto com recursos financeiros quanto humanos, para o qual se prevêem ações em cada um dos países e na institucionalidade do MERCOSUL. O segundo eixo pretende comparar regionalmente indicadores de violência doméstica baseada em gênero. O terceiro inclui a promoção da participação política das mulheres no âmbito do MERCOSUL e de cada país membro, favorecendo a regionalização das políticas. O quarto promove a luta contra o tráfico de mulheres com fins de exploração sexual comercial.

Os eixos ou componentes dão lugar a variedade de ações e atividades de sensibilização, consultorias nacionais e regionais, articulação com outras reuniões especializadas e organismos do MERCOSUL, busca a sistematização de informação, ferramentas de comunicação e outros mecanismos que se propõem impactos concretos.

O projeto conta com 700 mil euros para serem administrados durante o período de 2009 a 2012 (*em 2012 pediu-se ampliação em seis meses do prazo de finalização do projeto, concluído em junho de 2013, com os mesmos recursos previamente estabelecidos*), prazo que se espera ter avançado nos seguintes temas concretos:

- Fortalecimento da REM.
- Sensibilização na perspectiva de gênero do quadro funcional nacional e regional.
- Implementação de indicadores comparáveis a nível regional em violência doméstica baseada em gênero.
- Favorecimento da participação política das mulheres no MERCOSUL.
- Implementação de ações de luta contra o tráfico de mulheres vítimas de exploração sexual (DIAGNÓSTICO REGIONAL, 2012, p. 9) (destaque feito pela autora).

É visível que há uma sincronia entre os principais pontos da agenda 2012-2013 da RMAAM, analisada neste tópico, com os temas de trabalho do projeto de cooperação idealizado em 2008. Isso reafirma o expressado antes sobre a repetição de temas na prática da REM/RMAAM, sua falta de aprofundamento e seu caráter declaratório. O projeto segundo Celiberti, Maria Angélica Fontão e Juliana Lazagabaster, as três assessoras da RMAAM entrevistadas para esta pesquisa, foi eficiente nesse sentido de dar mais praticidade ao debatido nas reuniões ordinárias e concretizar ações e planos regionais. Celiberti refere-se à sinergia do projeto – RMAAM:

um dos desafios mais importantes para a REM (RMAAM) é a concretização de eixos de trabalho em escala regional que impliquem em mudanças substantivas para as mulheres. O atual projeto ‘Fortalecimento da institucionalidade e a perspectiva de gênero no MERCOSUL’ tem entre suas metas o fortalecimento institucional, o avanço nos registros unificados sobre violência de gênero, a temática do tráfico de mulheres e a participação política e a agenda legislativa (CELIBERTI, 2010, p. 164) (destaque feito pela autora).

⁷⁵ “Diagnóstico Regional – Indicadores de violência doméstica baseada em gênero no Mercosul” (p. 9, 2012).

Quanto à efetividade prática do projeto, serão abordados os resultados divulgados pelos informes⁷⁶ dos avanços, ano a ano, do que estava sendo trabalhado no âmbito do projeto, sempre conectado às principais demandas da RMAAM. O informe sobre o primeiro ano (2009) de execução do projeto refere-se, em primeiro lugar, aos principais atores para auxiliar na sua execução “la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, la Corporación Nacional para el Desarrollo de Uruguay, la Secretaría Administrativa del MERCOSUR, los mecanismos nacionales que integran la REM”⁷⁷. Assim como, discutiu-se como seria gerenciado o projeto, quem iria trabalhar em seu âmbito, ou seja, burocracias conectadas à gestão em si.

No seu segundo ano de execução (2010), em seu informe deste período, primeiro semestre do ano de 2010, a avaliação é que “en términos generales es importante destacar que en el semestre precedente se han logrado avances relevantes en diversos sentidos aunque a un ritmo menor al esperado”⁷⁸. Nesse sentido, os avanços alcançados são mais de gestão interna e articulação entre seus membros – nacionais dos países do bloco em cooperação com os mecanismos nacionais dos Estados Partes que trabalham com os temas de gênero e mulher. Foi instalada a unidade de gestão do projeto e contratadas as assistentes técnicas nacionais nos países, que permitiram intercâmbios permanentes entre os países e as equipes técnicas necessários para a tomada de decisões no projeto. Têm sido efetuados também:

avances hacia el logro de los resultados previstos mediante la consecución de tres productos concretos, a saber: creación de un sistema de indicadores en violencia doméstica basada en género, propuesta de un protocolo en trata de mujeres con fines de explotación sexual comercial y estrategia comunicacional para la REM (INFORME PROYECTO MERCOSUL-AECID, 2010, p. 2).

No último relatório⁷⁹ apresentado do projeto que resume os trabalhos do período de 2011 - 2012, os principais avanços obtidos foram:

- Fortalecimento da RMAAM, técnico e financeiro, e de intercâmbio e comunicação, pois o projeto permitiu que a reunião transitasse processos técnicos regionais para operar os

⁷⁶ Todos os informes estão disponíveis em: <<http://mercosurmujeres.org/es/proyectos-d31>>. Acesso em mai 2013.

⁷⁷ Informe PPTU Projeto dezembro 2009. Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/2_informe_pptu_proyecto_diciembre_2009.pdf>. Acesso em mai 2013.

⁷⁸ Informe do projeto disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/3_avances_proyecto_diciembre_2010.pdf>. Acesso em mai 2013.

⁷⁹ Relatório Disponível em: http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/RMAAM%202012%201/2012_ACTA_01_ANEXO_VII_INFORME_AECID_RMAAM_BSAS.pdf>. Acesso em mai 2013.

quatro eixos previstos no âmbito do projeto que se transformaram em avanços concretos. Esse avanço, portanto, é alcançado como prévio à agenda 2012 – 2013 da reunião;

- Apoio à avaliação de indicadores em violência doméstica⁸⁰;
- Promoção do concurso de participação política das mulheres “Paridade é igualdade”⁸¹;

- Publicado e difundido o primeiro “Diagnóstico sobre tráfico de mulheres com fins de exploração sexual por meio da perspectiva de gênero no Mercosul”⁸². Com este diagnóstico, permitiu-se avançar no trabalho interinstitucional das mesas dos órgãos nacionais que trabalham com este tema e a mesa de violência de gênero da RMAAM que serão abordadas nos próximos subtópicos;

- As quatro chancelarias dos Estados Partes têm concretizado atividades de sensibilização relacionadas à perspectiva de gênero com seus funcionários, como a que aconteceu em 2012 no “Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto” da Argentina, com a finalidade de alertar frente a prováveis situações de violência, abuso sexual, tráfico de mulheres, para conseguir estabelecer relações de empatia com as pessoas, principalmente mulheres e crianças, que sofrem ditas situações⁸³.

Não poderia ser diferente o panorama dos avanços. Tampouco se pode afirmar com precisão que esses foram os únicos avanços práticos, pois seguramente existem ganhos políticos e articulações nesse sentido que não podem ser mensuradas em atas ou projetos. A RMAAM é um espaço de diálogo político composto por Ministras que tem voz de decisão final comparadas aos outros membros desse espaço. Então, a função de construir uma base regional no Mercosul de promoção dos direitos humanos da mulher, enfrentamento à violência de gênero e ao tráfico de mulheres, foi de competência das técnicas contratadas no projeto apresentado.

⁸⁰ Foi publicado o “Diagnóstico de indicadores em violência doméstica baseada em gênero no MERCOSUL” no ano de 2012. Este diagnóstico permite visualizar a situação da informação pública sobre a violência de gênero no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, nas seguintes áreas selecionadas: serviços públicos para mulheres em situação de violência doméstica nos âmbitos da justiça, segurança pública, saúde e mecanismos de políticas para as mulheres. A partir deste importante diagnóstico é possível visualizar o “estado da arte”, os avanços e os limites para a comparação de indicadores sobre a temática nos quatro países. A publicação está disponível em: <<http://www.mercosurmujeres.org/pt/userfilesfileAvancesdiagn%C3%B3stico%20regional%20VDBGINDICAORES%20Portugues%20web.pdf>>.

⁸¹ Um dos vídeos do concurso pode ser visualizado nesta página: <<http://www.youtube.com/watch?v=pS8XxnPEGtg>>.

⁸² O Diagnóstico completo pode ser encontrado neste endereço: <<http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/publicaciones/Trata/TRATA%20PORTUGUES%20para%20web.pdf>>.

⁸³ Mais informações sobre esses eventos disponível em: <<http://www.mercosurmujeres.org/pt/capacitaci%C3%B3nysensibilizaci%C3%B3neng%C3%A9neroencanciller%C3%ADaargentina-n89>>. Acesso em abr 2013.

Todavia, foi constatada a ausência da sociedade civil assessorando o desenvolvimento desse projeto de cooperação mencionado. Em todo o material analisado referente a essa iniciativa, somente no que faz sua apresentação e mostra seus objetivos, expressa sobre a participação da sociedade civil no seu funcionamento do projeto. Nota-se que é um trabalho mais técnico, mas a falta do acompanhamento da sociedade civil no desenvolvimento do projeto o torna incompleto, pois a vivência e o conhecimento das mulheres que estão nos movimentos sociais são diferentes da percepção que uma técnica venha a ter sobre a realidade que se está pesquisando. O diálogo no âmbito dessa iniciativa de cooperação encontra-se em um nível: entre as técnicas do projeto, entre as assessoras dos órgãos nacionais de promoção dos direitos da mulher e de gênero e as ministras. O assessoramento da sociedade civil, assim, fica ainda mais restrito. O capítulo posterior apresentará de forma mais aprofundada este impasse da participação política dos movimentos de mulheres nesta integração regional e na RMAAM. Bem como, tratará de explicitar melhor esse ponto relevante da cooperação técnica para a transversalização da perspectiva de gênero no bloco Mercosul.

A sétima linha de trabalho do ponto da agenda 2012 – 2013 “solicitar que a RMAAM participe formalmente da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADDHH) e da Reunião de Alto Nível ‘Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego (GANEMPLE)’” pode ser resgatado com o que foi discutido sobre o Regulamento Interno da RMAAM. Diz respeito ao diálogo sobre gênero com outras instâncias do bloco. Desde a formação da REM existe a prática deste diálogo.

Com a RAADDHH, a ata MERCOSUR/RMAAM/ACTA N°02/13 faz referência sobre a criação de um “Grupo de Trabajo de Género y Derechos Humanos de las mujeres de la Reunión de Altas Autoridades en Derechos Humanos”. É fundamental a articulação dos mecanismos de gênero nos grupos de trabalho e por isso se pensou na conexão entre as duas reuniões, que é de relevância política para não se fazer um duplo esforço em relação à transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul e nos cenários nacionais. A RMAAM entende como fundamental e por isso convida para discutir e elaborar uma agenda articulada de trabalho entre ela e a RAADDHH⁸⁴. Relevante lembrar que a dimensão das políticas regionais, e especialmente a referente à dimensão da transversalidade de gênero nas políticas regionais, passa pela coordenação com as diferentes instâncias do bloco, mas, primeiramente, em nível de Reuniões de Ministros/as, Reuniões Especializadas, como âmbitos consultivos.

⁸⁴ As informações foram obtidas na ata da III reunião do grupo de trabalho Gênero e Direitos Humanos das Mulheres da RAADDH. Disponível em: <http://www.redlamyc.info/images/stories/GT_Gnero_y_derechos_humanos_de_las_Mujeres_.pdf>. Acesso em jan 2014.

Esto tiene por objetivo profundizar en el conocimiento de las diversas aristas de las políticas que llevan adelante los órganos del MERCOSUR, generar insumos técnicos para el desarrollo de políticas que atiendan las relaciones de género en el ámbito regional, incidir en espacios de decisión sobre la aplicación de la normativa y las políticas del bloque, así como contribuir al desarrollo de sistemas de información y monitoreo del avance del MERCOSUR en estos aspectos (LINEAMIENTOS DE POLÍTICA DE IGUALDAD DE GÉNERO EN EL MERCOSUR, 2013, p. 145).

O Subgrupo de Trabalho Nº 10, que lida com “Assuntos trabalhistas, Emprego e Seguridade Social”, foi o primeiro a ser visto pelo setor das mulheres da sociedade civil como uma potencial instância de promoção da equidade de gênero. Nas primeiras atas da REM, há uma preocupação das Ministras de estar em constante diálogo com o SGT Nº 10, a fim de transversalizar a perspectiva de gênero nesse espaço que aborda temas relevantes quando se trata dos direitos econômicos e sociais das mulheres. Apesar de que no ano de 1999 ainda não havia o debate mais aprofundado em termos de transversalização do gênero nessa institucionalidade, era sabido que os temas sobre trabalho e integração econômica de relativa prioridade na REM deveria ser desenvolvido por meio do intercâmbio com essa esfera do Mercosul, que tinha como objeto principal tais temas (MERCOSUR/GMC/REM/ACTA Nº1/99, 1999).

Assim, no ano de 2014, esse trabalho de diálogo entre instâncias vem sendo realizado pela articulação política entre os ministros e demais atores políticos que gerem e participam do Mercosul. Considerando o momento significativo pelo qual está passando o bloco em sua dimensão social, com a criação da Comissão de Coordenação de Ministros de Ação Social (CCMAS) e o início das atividades do Instituto Social do MERCOSUL (ISM), a REM considerou pertinente articular com ambas as instâncias a elaboração do Plano estratégico de Ação Social (PEAS), com o objetivo de que todas as atividades planejadas por estas instâncias contemplem a perspectiva de gênero, ou seja, o sexto ponto da agenda 2012-2013 constata-se nessa articulação. Para tanto, elevou sua solicitação às instâncias correspondentes, de modo a oficializar o trabalho conjunto e coordenado (MERCOSUL/REM/ ATA Nº 02/10, 2010).

Conforme a Decisão CMC Nº 67/10, dessa maneira, foi oficializado que a REM incorpore seus aportes e comentários ao PEAS. A REM ainda solicitou, através do FCCP, participar das reuniões da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul, no intuito de contribuir na geração de ações, estabelecimento de metas, implementação e monitoramento do PEAS.

Outro diálogo importante entre instâncias é tido com a REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, que apresenta em sua estrutura um Grupo de trabalho específico sobre “Gênero”⁸⁵.

Las Reuniones Especializadas como la REM, la REAF o la de Derechos Humanos son espacios que construyen la integración social de los países, por el contenido de sus agendas tanto como por la articulación de políticas significativas para las sociedades. Estos espacios convocan una amplia gama de actores de la sociedad civil y son a pesar de todas las limitaciones que aún tienen los espacios para construir un MERCOSUR ciudadano (CELIBERTI; MESA, 2010, p. 96).

Retomando os pontos analisados da agenda 2012 – 2013, o quarto ponto que trata sobre “capacitar em perspectiva de gênero os funcionários do Mercosul (Secretaria Administrativa do Mercosul)” ainda não apresentou uma articulação exitosa. Está, todavia, no âmbito declaratório da proposta e relacionado ao ponto anteriormente analisado sobre a criação de uma secretaria permanente para a RMAAM.

A quinta linha, por sua vez, fala sobre uma agenda de gênero do Mercosul. Entende-se que já vem sendo construída uma agenda de gênero no bloco. Quando se analisa todo o histórico de debates, ações, normativas, projetos, programas, articulações políticas entre a REM/RMAAM e agências de cooperação, instituições internacionais e com as outras estruturas do bloco, é notável que foi construída (e o continua sendo) uma agenda de gênero do bloco. Prova desse ensaio são os planos de trabalho que direcionam a atividade da RMAAM. Ensaia-se também uma proposta de documento preliminar sobre os “Delineamentos da Política de Igualdade de Gênero do Mercosul”⁸⁶, que afirma a necessidade da integração da dimensão do gênero no conjunto das políticas do Mercosul e sua estrutura institucional, bem como reafirma a RMAAM no papel de propulsora da contínua construção para alcançar uma política de igualdade de gênero no bloco (MERCOSUR/CMC/DEC. Nº14/12), resultado do amadurecimento de uma agenda de gênero desde 1998 nesse processo de integração.

O problema que se encontra na construção dessa agenda são os atores que a estão definindo, que, no caso do Mercosul, a participação da sociedade civil (movimento feminista/de mulheres) ainda está aquém do esperado nessa construção. E isso remonta ao nono ponto da agenda 2012-2013 que trata sobre o fomento à participação da sociedade civil

⁸⁵ Outro contato interessante é com o Mercocidades, que apesar de não ser da estrutura oficial do Mercosul, contempla um grupo de trabalho também sobre gênero e auxilia na promoção da integração regional pelos municípios do bloco baseada no respeito à equidade de gênero.

⁸⁶ Disponível em: <
http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM_2013_1/RMAAM_2013_ACTA01_ANE18_ES_Lin_eamientos_de_politica_de_igualdad_de_genero.pdf>. Acesso em fev 2014.

na RMAAM e no Mercosul em geral. Esse ponto, no entanto, por conta de sua relevância, será debatido no próximo capítulo.

Afirma-se ainda que a agenda da RMAAM caminha de acordo com a agenda de gênero internacional. Em 2012, tratou-se sobre a atuação articulada da RMAAM nos diferentes eventos da agenda internacional sobre gênero, com o intuito de mostrar sua atividade nos âmbitos regional e internacional, para se fortalecer politicamente com as estruturas internacionais e apoiarem-se mutuamente neste objetivo de conseguir a equidade de gênero em todos os âmbitos da vida político-social das sociedades envolvidas. No documento MERCOSUL/RMAAM/ATA N°02/12 há a referência sobre o começo da prática desta adequação de agenda da reunião com as agendas regional e a internacional. A importância de se ter um alinhamento de agendas sobre as questões de gênero e mulheres fortalece politicamente as posições dos países da região nos eventos e acontecimentos mais importantes em âmbito regional e internacional. É o que contou Maria Angélica Fontão na sua entrevista para este trabalho que já foi mencionada.

Por fim, os últimos dois pontos “8) articular com outros mecanismos de integração regionais como a REMMA, COMMCA e o CIM” e o “10) articular com o Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL” estão em fase de debate e construção de diálogo. As únicas referências encontradas foram relacionadas ao primeiro ponto sobre articulação com outras reuniões como a RMAAM nos processos de integração da América Latina⁸⁷.

2.3.2 Mesas técnicas “Violência baseada em gênero” e “Trabalho e integração econômica”

Com a finalidade de potencializar seu trabalho, a RMAAM mantém a estrutura anterior de trabalho da REM em Mesas Técnicas que assessoram as suas autoridades. Atualmente, estão operando mesas sobre: “Violência baseada em gênero” (aborda a temática especialmente de violência doméstica e tráfico de mulheres com fins de exploração sexual e comercial) e “Gênero, trabalho e integração econômica.” Nota-se que essas mesas tem um

⁸⁷ “En el ámbito latinoamericano, la RMAAM realizó durante este período y con el apoyo del Centro de Formación de la Cooperación Española, el Seminario Taller: ‘Institucionalización de la perspectiva de género en los procesos de integración regional’, el que contó con la participación de referentes de otros organismos intergubernamentales de género, 5 al 8 de octubre de 2010, Montevideo. En este Seminario, se efectuó un intercambio entre representantes técnicas de las Secciones Nacionales que integraban la entonces REM, y representantes de los organismos regionales Consejo de Ministras de la Mujer de Centroamérica (COMMCA) y de la Red de Mecanismos de la Mujer de la Región Andina (REMMA), así como analistas expertas/os de la sociedad civil regional, de organismos internacionales y académicos”. **MEMORIA – avanços da RMAAM**. Disponível em: <<http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/BAJA%20RMAAM%20MEMORIA%20MAYO%202013.pdf>>. Acesso em nov 2014.

papel estratégico de pensar as nuances técnicas (recolhimento, levantamento de dados) sobre o tema que se almeja maior conhecimento para basear a viabilidade prática dos objetivos políticos a serem alcançados.

Considerando as fases necessárias para que uma política pública se concretize (formação da agenda; formulação; implementação; monitoramento; e avaliação), nota-se que as mesas técnicas aqui estudadas fazem parte de todo o ciclo para que existam políticas públicas com perspectiva de gênero no bloco Mercosul, principalmente nas fases de formulação e monitoramento.

Apesar de, todavia, não se ter uma política pública regional nos mesmos termos em que são conhecidas nos cenários nacionais, já existem ações regionais, programas, campanhas e projetos nessa linhagem. Contudo, pode-se afirmar que as relações de poder que as fazem não seguir o ritmo comum para a existência de políticas públicas regionais refletem a dimensão da democracia no cenário da integração regional, ensejando o questionamento de quais atores políticos influenciam a proposição de temas na agenda que gerará essas políticas.

Propor políticas públicas de gênero exige estabelecer o sentido das mudanças, se as pretendemos com um caráter emancipatório. Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc (SILVEIRA, 2004, p.66).

A mesa sobre “Violência de gênero” foi criada por resolução na XVI REM em novembro de 2006, para estabelecer um cronograma de trabalho conjunto com base em registros comuns e estudos comparativos das políticas de gênero. Por outro lado, a mesa “Trabalho e Integração Econômica” é criada mais tarde, também por resolução na XXII REM, em dezembro de 2009, para discutir questões relacionadas ao trabalho remunerado e não remunerado em relação às questões do emprego e do comércio do Mercosul. A partir desse panorama, será mostrado como funcionam as duas mesas técnicas e os seus avanços de acordo com o objetivo de transversalizar a perspectiva de gênero no Mercosul, atendendo a uma análise mais particular sobre prioridade por parte da RMAAM em relação aos temas debatidos (violência ou trabalho), sobre os atores participantes desse processo e a dimensão democrática conectada aos seus trabalhos.

2.3.2.1 “Violência baseada em gênero”

Em relação à mesa sobre violência, no começo dos seus trabalhos, suas pesquisas estavam direcionadas à violência doméstica baseada em gênero, e uma das primeiras metas foi priorizar o desenvolvimento de um registro comum de violência⁸⁸. O tema da violência de gênero ganha mais espaço na RMAAM e é ampliado o conceito de violência doméstica para violência baseada no gênero⁸⁹. Mas o enfrentamento à violência contra a mulher continua prioridade da mesa por ser ainda um dos maiores problemas regionais relacionado às questões de gênero e mulher.

Em cada âmbito interno dos países, existe o órgão nacional responsável pela estratégia de enfrentamento a todo tipo de violência contra a mulher. Mas a RMAAM, segundo as atas da mesa sobre violência baseada em gênero de 2010 até 2012, mostra-se como um espaço de pautar tal tema no plano regional, a partir da troca de experiências entre os mecanismos nacionais e da cooperação governamental nas áreas de fronteira. Harmonizar as práticas e as leis desses países no enfrentamento a esta violência é uma das linhas de trabalho da mesa técnica sobre violência baseada em gênero.

Com o programa Mercosul – AECID, houve uma cooperação ampla entre a mesa sobre violência e as que gestionavam o projeto “Fortalecimento da perspectiva de gênero no Mercosul”. Consequência dessa relação foi a publicação dos Diagnósticos Regionais: “Indicadores de Violência Doméstica baseada em Gênero no Mercosul” e “O Tráfico de Mulheres com fins de Exploração Sexual no Mercosul”. Como também, foi recomendado a aprovação desses indicadores de violência doméstica baseada em gênero para impulsionar sua implementação por meio de Projeto de Recomendação (MERCOSUR/I RMAAM/P. REC N° 02/12) para ser elevado ao CMC.

O que se vê quanto ao modo de trabalho dessa mesa técnica e seus avanços é que estão conectados à troca de experiências entre as delegações presentes em seus encontros. O manejo desse espaço reproduz o que acontece nas reuniões ordinárias da RMAAM, no sentido de conceder à participação social a posição de observadores, não sendo atores políticos que realmente aportam na construção de ações ou programas regionais relacionados ao tema da

⁸⁸ “Por otra parte el acoso sexual fue otra de las temáticas debatidas, en 2001 se insto a los países que lanzaran una legislación especial sobre el acoso sexual contando con la participación del Foro de Mujeres del Mercosur ONG que realizó un estudio sobre la temática” (FRANCO, 2011, p. 25).

⁸⁹ “En virtud de que los cuatro países del MERCOSUR han ratificado la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres, Belem do Pará, proponemos recomendar la ampliación del concepto de violencia contra las mujeres de modo que no quede solamente reducido al ámbito doméstico abarcando además todos aquellos en los que las mujeres desarrollan sus relaciones interpersonales”. (Ata da Reunião da Mesa Técnica sobre Violência de Gênero no marco da XXIII REM -2010). Disponível em:http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/REM_2010_Acta01_Documento_I_ConclusionesComisionViolencia%281%29.pdf>. Acesso em mai 2013.

violência de gênero. Nota-se um reprodução também de um sentido democrático declaratório, já que somente técnicas conduzem a direção da mesa. Outro ponto problemático que se analisa no manejo desse espaço é o aprofundamento dos motivos que ensejam essa violência de gênero e o setorialismo para abordar a violência de gênero. Essa análise encontra-se na mesma linha de pensamento que Virginia Guzmán reflete, valendo o seu pensamento também para o seio da RMAAM:

En este sentido, cabe analizar la distancia entre la propuesta ideal de institucionalidad de género y la posibilidad de ser incorporada en estados que funcionan todavía de manera muy centralizada, jerárquica y sectorializada. En efecto, el logro de los objetivos de la agenda de la Plataforma exige transformar las formas de operar y los marcos interpretativos de los estados. Las políticas de género de carácter integral y el tratamiento de nuevos problemas requieren de coordinaciones intersectoriales y abordajes integrales que contradicen la lógica sectorialista que aún prevalece en muchos estados de la Región. Asimismo, las concepciones de género que sustentan las propuestas de políticas emanadas desde las oficinas de la mujer difieren y/o son contradictorias con las que prevalecen en otros sectores. De esta manera, los esfuerzos de la institucionalidad por visibilizar y afianzar el protagonismo de las mujeres como actor social no son compartidos por el resto de los actores institucionales, quienes no ven la importancia de la participación de las mujeres en tanto sujetos autónomos, razón por la cual son escasamente convocadas a los círculos de decisión establecidos en los espacios de interacción entre los distintos sectores y la sociedad (GUZMÁN, 2001, p. 25-26).

Sobre a prioridade do tema da violência de gênero quando comparada a outra mesa técnica (mais projetos pesquisando a temática, mais recursos investidos, o seu desdobramento em um subgrupo para tratar a temática do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual) é um ponto influenciado pelo tratamento prioritário tido nos cenários nacionais e também por ser uma temática em que, por unanimidade, a sociedade não seria contrária ao seu exame, afinal, quem concorda que violentar fisicamente e matar mulheres é uma prática digna?

O pensamento que impera da não aceitação dessa prática no inconsciente coletivo está presente tanto na sociedade como nos quadros políticos que regem os Estados dessa integração. Posto isso, nota-se uma prioridade nas últimas décadas em combater mais a violência física contra as mulheres, priorizando-a igualmente nos espaços estatais. Além disso, é mais fácil conseguir pautar na agenda pública o tema da violência de gênero quando se aborda a imagem de uma mulher submissa (apropriação do espaço público de uma pauta feminista e sua setorialização) que aprofundar os motivos da submissão, da própria violência (física, simbólica, sexual, psicológica) contra a mulher e a ordem política e patriarcal que a (as) mantêm.

Al parecer para las oficinas de la Región habría sido relativamente más fácil legitimar los problemas de género al interior del discurso de la vulnerabilidad y de la reparación

que en los discursos sustentados en el reconocimiento y ejercicio de los derechos de las mujeres. Esto explica que en la mayoría de los países se hayan aprobado leyes contra la violencia e implementado programas que incluyen la asignación de recursos y reformas en el funcionamiento de los servicios para atender a mujeres violentadas. El rechazo a la violencia contra las mujeres es coherente con aquellos esquemas interpretativos que las consideran sujetos de protección. La atención a mujeres jefas de hogar de bajos recursos o la extensión de algunos derechos a grupos de mujeres trabajadoras se orienta en el mismo sentido. También ha sido relativamente más fácil proponer políticas tendientes a facilitar la articulación del trabajo doméstico y productivo que promover políticas orientadas a modificar el reparto de los distintos tipos de trabajo entre hombres y mujeres. En general, ha sido más difícil el diseño de políticas que propician una redistribución significativa de oportunidades y poder entre hombres y mujeres y afirman el protagonismo político y social de las mujeres independientemente del sector social de procedencia. Al parecer, en una mayoría de los países de la Región, la problemática de género en el Estado se construyó inicialmente a partir del reconocimiento de las situaciones de vulnerabilidad que sufren distintos grupos de mujeres (GUZMÁN, 2001, p. 27).

A interpretação desse pensamento não está direcionada para desqualificar a importância do combate a violência de gênero. Mas à maneira, muitas vezes simplista e setorializada, de apropriação da sua importância pelo Estado. Embora existam tais críticas, como produto dos trabalhos dessa mesa técnica, o quadro 3, de forma resumida, mostra os avanços do trabalho da mesa sobre violência baseada em gênero durante o período de 2008 – 2013.

QUADRO 3 - Avanços do trabalho da Mesa Técnica Violência Baseada Em Gênero – Período 2008 - 2013

<ul style="list-style-type: none"> • Passagem de uma mesa caracterizada por uma participação instável e rotativa de delegações, onde participavam principalmente os mecanismos das mulheres dos países, a uma mesa com maior estabilidade e presença de delegações interinstitucionais e intersetoriais, assim como a presença contínua da sociedade civil;
<ul style="list-style-type: none"> • No início, a mesa focava no intercâmbio dos informes dos países, o que permitia aos países com menores avanços em termos de políticas para combater a Violência Baseada em Gênero tomar impulso para novas políticas;
<ul style="list-style-type: none"> • Passagem de uma Comissão Especializada em Violência Doméstica a uma Mesa Técnica de Violência Baseada em Gênero;
<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhou sobre a construção de uma sistema regional unificado de indicadores de violência doméstica, identificando a complexidade do trabalho e sua dificuldade em ser concretizado em curto prazo. Os países compartilharam suas formas de registrar, permitindo que outros países seguisse esses modelos para aplicarem internamente aos seus;
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Mesa com o início do Programa de Cooperação MERCOSUR – AECID, o qual permitiu ter uma agenda mais ordenada e possibilitou a implementação de muitas das ações que vinham sendo trabalhadas. Exemplos: os diagnósticos nacionais e regionais sobre indicadores de Violência Doméstica Baseada em Gênero;
<ul style="list-style-type: none"> • Continuar pautando e praticando a cooperação entre os países, para o intercâmbio de conhecimentos e

boas práticas.

Fonte: elaboração própria com base na Ata nº 01/13 – ANEXO XIV da III RMAAM.

A violência de gênero é expressada em práticas de exclusão e discriminação, na violência no lar ou violência doméstica, no assédio sexual e laboral, na exploração sexual em suas diversas formas, entre elas o tráfico de mulheres para a prostituição forçada. É a expressão mais extrema de um sistema de dominação baseado em uma cultura patriarcal, que estabelece pautas de comportamento tanto para homens quanto para mulheres, hierarquias entre os sexos e que modela os papéis e posicionamentos de adultos e crianças, homens e mulheres. Os homens, as mulheres, os meninos, as meninas e as/os adolescentes são vítimas deste marco cultural de gênero, mas, em sua ampla maioria, a violência de gênero é predominantemente a violência do homem ou violência dos homens contra as mulheres, os meninos, meninas e os/ as adolescentes.

Em relação ao sub-grupo que trata o tráfico de mulheres, a temática ganha importância no seio da mesa e, em 2012, é incorporada em uma linha de trabalho específico. Com base na plena consciência de que o tráfico de mulheres é um fenômeno complexo que prende as mulheres em um círculo vicioso de violência, exclusão e pobreza, a RMAAM priorizou a criação de uma estratégia regional que contenha ferramentas para fortalecer o trabalho conjunto no enfrentamento deste fenômeno, de suas causas e consequências sobre a vida das mulheres. Identifica-se na região uma diversidade de fatores de vulnerabilidade que compõem cenários favoráveis para a expansão das redes de tráfico de pessoas, principalmente mulheres. Os principais fatores são a inequidade e a violência de gênero; a discriminação de grupos sociais determinados – povos originários, afrodescendentes, pessoas trans; exclusão social; pobreza; o impacto de modelos de desenvolvimento existentes na região; as barreiras migratórias nos países de destino; a permeabilidade das passagens de fronteiras em algumas zonas da região e a existência de população não documentada.

O MERCOSUL constitui uma região predominantemente de origem e destino. Existem circuitos e rotas de tráfico que posicionam a região como abastecedora de mulheres para destinos como Europa, Estados Unidos e Ásia. A Espanha é assinalada como o principal país de destino das vítimas do tráfico internacional de pessoas provenientes da região. Ainda, a região do MERCOSUL é considerada destino e trânsito de mulheres de outros países da América Latina e também dos próprios países que integram o bloco. Identificam-se também circuitos de tráfico interno em cada um dos países. Sem desconsiderar as iniciativas que estão se realizando em alguns países da região com relação à sistematização de informação, os dados com que se conta atualmente são parciais: permitem obter uma caracterização do problema, mas ainda não permitem medir sua dimensão. É preciso um esforço em nível regional para desenvolver investigações que permitam quantificar a dimensão do tráfico de pessoas no MERCOSUL. Os caminhos traçados por cada país são diferentes, tanto nas

principais modalidades do tráfico de pessoas a serem enfrentadas, quanto nos mecanismos que são utilizados (DIAGNÓSTICO REGIONAL - O TRÁFICO DE MULHERES COM FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO MERCOSUL, 2011, p. 27).

A importância do enfrentamento ao tráfico de mulheres⁹⁰ é tão relevante e requer uma contraprestação do Estado de forma cooperada, pela natureza transnacional do delito, que vários exemplos mostram como, pelo menos, existe a iniciativa de enfrentar essa forma de violência: cooperação dos poderes judiciais e da polícia federal dos países; criação de espaços para reintegração social das mulheres vítimas de tráfico; campanhas regionais⁹¹ educativas para o enfrentamento do tráfico de mulheres e para alertar as comunidades sobre esse delito; criação de recomendação de protocolo⁹² sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

A última ata (AYUDA MEMORIA – IV RMAAM 2013.2) da reunião da mesa técnica em questão termina com essa recomendação:

1. RECOMENDACIONES DE LA MESA TÉCNICA A LAS MINISTRAS Y ALTAS AUTORIDADES

La Comisión Técnica recomendó a las Ministras y Altas Autoridades realizar una reunión entre los puntos focales que hacen parte del Mecanismo de articulación para la atención a personas en situación de trata de cada país y que sea previa a la próxima reunión ordinaria de la RMAAM. El objetivo de dicho encuentro será intercambiar las experiencias en cuanto al estado de situación de la campaña (2013, p. 5).

⁹⁰ “Um primeiro antecedente de mobilização internacional é a ‘Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição’ adotada em 2 de dezembro de 1949 pelas Nações Unidas. Posteriormente, o tema do tráfico de mulheres e exploração sexual destas, foi incluído como uma das formas de discriminação às mulheres na ‘Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher’ (CEDAW, 1979, entra em vigor em 1981), nas quais são Estados Parte os países do MERCOSUL. A partir de 2000, a normativa internacional realizou revisões e avanços importantes na temática. O principal instrumento é o ‘Protocolo sobre Tráfico de pessoas, em especial Mulheres e Crianças’, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (conhecido como Protocolo de Palermo sobre Tráfico). É uma norma vinculada que em outubro de 2011 foi ratificada por 146 Estados, incluindo os países do MERCOSUL” (DIAGNÓSTICO REGIONAL - O TRÁFICO DE MULHERES COM FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO MERCOSUL, 2011, p. 25).

⁹¹ “El Ministerio de la Mujer del Paraguay, realizó la presentación de la Campaña Regional ‘Mercosur Libre de Trata de Mujeres’, en el marco del proyecto ‘Fortalecimiento de la Institucionalidad y Perspectiva de Género en el Mercosur’, desarrollado a instancias de la Reunión de Ministras y Altas Autoridades del Mercosur (RMAAM) y financiado por la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). La actividad fue llevada a cabo el miércoles, 07 de agosto, en el salón auditorio del Ministerio de la Mujer”. Disponível em: <<http://www.mujer.gov.py/se-lanzo-campana-regional-mercotur-libre-de-trata-de-mujeres-n700>>. Acesso em fev 2014.

⁹² MERCOSUR/ I RMAAM/ ACTA N° 01/12: “5. Protocolo de Trata Las Ministras y Altas Autoridades celebraron la publicación del Diagnóstico sobre Trata realizado en el marco del ‘Proyecto de Fortalecimiento de la Institucionalidad y la Perspectiva de Género en el MERCOSUR. AECID RMAAM’, y acordaron incluir en el Protocolo para la atención de víctimas, la Trata con fines de explotación sexual y laboral. Por último decidieron que la Mesa Técnica de Violencia basada en Género continúe trabajando la Guía Mercotur de Atención a Mujeres víctimas de trata con fines de explotación sexual, y el Proyecto de Protocolo de Trata ampliado y presenten los avances en esta materia en la próxima reunión de la RMAAM”.

O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é um tema que continua sendo considerado com frequência na RMAAM. Com alguns avanços nesse sentido, como a campanha regional mencionada acima, também está o “Diagnóstico regional sobre a situação das mulheres vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no MERCOSUL”. No âmbito do MERCOSUL foi aprovada uma série de acordos e resoluções para a colaboração entre países, tanto no âmbito da prevenção quanto da proteção das vítimas e julgamento dos traficantes, dos quais serão destacadas as principais ações.

Em primeiro lugar, deve-se assinalar o Plano de Ação para a Luta contra o Tráfico de Pessoas entre os Ministérios do Interior dos Estados parte do Mercosul e Estados Associados, aprovado em 2006, no qual designam pontos focais para a ação coordenada na região e entram em acordo para o desenvolvimento de campanhas preventivas em comum. Neste mesmo ano, o CMC decidiu realizar uma campanha conjunta de prevenção e combate ao tráfico de pessoas. No ano de 2007, a Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul (RMJ) aprovou um “Guia de Boas Práticas para a Assistência Jurídica” em relação à assistência jurídica mútua na questão do tráfico de pessoas entre os Estados Partes e Associados.

No ano de 2008, o Centro de Coordenação e Capacitação Policial entre os Estados Parte do Mercosul (CCCP), criado no ano de 2000, realizou um encontro de trabalho entre os países do Mercosul e do Chile, no qual houve intercâmbio de informações, e foram acordadas linhas e recomendações importantes a respeito dos procedimentos e ações policiais para a investigação do crime de tráfico de pessoas. Nesta instância, as Forças de Segurança Pública e Policiais do Mercosul e do Chile assinaram a chamada “Carta da Tríplice Fronteira”, com recomendações para fortalecer as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Destacam-se três Decisões do CMC adotadas no ano de 2010 que dão conta dos avanços importantes na matéria:

- Acordo-Marco de Cooperação entre Estados Partes para a criação de Equipes Conjuntas de Investigação, incluindo abertamente a investigação do contrabando de migrantes, corrupção e lavagem de dinheiro (agosto 2010);
- Acordo sobre Mandado MERCOSUL de captura e procedimentos de entrega entre os Estados Partes e Associados, dentre os quais se incluem as que tenham em virtude da aplicação do Protocolo de Palermo sobre Tráfico (dezembro 2010);
- Aprovação pelo CMC do PEAS em que, entre os objetivos prioritários, assinalam-se: o combate ao tráfico de pessoas, à violência e à exploração sexual (com ênfase em crianças e

adolescentes) e a articulação e implantação de políticas públicas dirigidas à plena integração dos migrantes e proteção de refugiados (dezembro, 2010)⁹³.

2.3.2.2 “Trabalho e integração econômica”

A outra mesa técnica sobre Trabalho e Integração Econômica integra-se à estrutura da RMAAM mais tarde em 2009. Oportuno questionar o motivo pelo qual os temas de gênero e emprego só ganham espaço próprio na RMAAM nesse ano mencionado, já que se trata de uma integração regional e supostamente os temas sobre trabalho e emprego teriam uma prioridade ante outros temas da vertente social. Todavia, como pode ser visto na estrutura do Mercosul, há outros espaços que discutem os temas de emprego, trabalho e seguridade social, mas nenhum deles com uma linha de trabalho específica que considere a perspectiva de gênero. Com isso, a mesa técnica surge na reunião de mulheres com esse propósito de incluir a perspectiva de gênero nos temas de emprego, igualdade de oportunidades, trabalho e seguridade social.

No seu encontro de 2010, a mesa técnica define em termos gerais como suas linhas de trabalho serão abordadas e por quem será abordada: temas abertos que promovam a equidade de gênero nas políticas públicas, em relação ao trabalho produtivo e reprodutivo, no marco das legislações nacionais, instrumentos regionais e internacionais; foram necessárias duas representantes por país, designadas pelos Ministérios do Trabalho e pelos mecanismos nacionais de políticas para as mulheres, para participarem oficialmente das reuniões. Também há a menção de ampliar a participação da sociedade civil como observadora.

Comparado aos outros temas da agenda da RMAAM, “Gênero, Trabalho e Integração Econômica” não é tido como recorrente nas discussões. Nota-se isso nas atas das reuniões da RMAAM. E é o que Lilián Celiberti fala na entrevista concedida a esta pesquisa, quando é perguntada sobre os temas das mesas técnicas, qual seria o mais debatido tanto pelas Autoridades quanto pela sociedade civil:

Creo que en la de violencia ya que es una política de mayor competencia de los mecanismos de género de la RMAAM. Las otras políticas dependen de otras instancias y Ministerios y a veces los mecanismos estatales de género tienen escaso diálogo dentro de los propios estados nacionales para transversalizar las políticas productivas o de empleo etc⁹⁴ (*Dados da entrevista com Lilian Celiberti, representante da Articulación Feminista Mercosur*).

⁹³ Dados obtidos no Diagnóstico Regional - O Tráfico De Mulheres Com Fins De Exploração Sexual No Mercosul (2011).

As pautas dos trabalhos e compartilhamento de experiências ficam em torno destes temas em 2012: promoção e reconhecimento dos direitos trabalhistas; mulheres rurais; autonomia econômica das mulheres; política de cuidados com as mulheres cuidadoras; economia social⁹⁵ e trabalho doméstico. Os trabalhos desta mesa técnica foram concentrados na atenção da situação do trabalho doméstico no que tange à formalização, à valorização e aos direitos, considerando que o maior percentual nesta ocupação é de mulheres, com alto grau de vulnerabilidade sócio-econômica e étnico-racial, em situação de precariedade laboral, informalidade e pobreza.

Considerou-se e trabalhou-se também a proposta de Recomendação e Convenção sobre o Trabalho Doméstico da OIT, com a finalidade de contribuir, através da cooperação, para alcançar uma posição comum na ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas dos países do Mercosul, a 100ª Conferência da OIT, em maio de 2011, em Genebra. E, recentemente, em março de 2013, o Brasil pôde compartilhar com os Estados Partes e Associados do Mercosul a aprovação da Emenda Constitucional da Convenção nº 189 da OIT sobre Trabalho Decente para os/as Trabalhadores/as Domésticos, que garante os mesmos direitos fundamentais que existem para os demais trabalhadores e que inclusive o Uruguai já havia ratificado.

Outras parcerias e ganhos políticos desta mesa foram a elevação à consideração do GMC do projeto de resolução “Projetos Sociais no FOCEM” e à consideração do CMC o projeto de resolução “Gênero, pobreza e desenvolvimento – PEAS”. Em 2013, também houve uma atividade normativa interessante. Foram elevações de projetos de recomendação ao CMC sobre temas que mostram o amadurecimento político da mesa técnica: MERCOSUR/III RMAAM/P.REC N°01/13 sobre Dimensões da pobreza⁹⁶ e o RMAAM/P.REC N°02/13 sobre Mulheres e Trabalho Rural Assalariado⁹⁷. E dois acordos: MERCOSUR/RMAAM/ACUERDO N° 02/13 sobre Sensibilização de gênero nas unidades

⁹⁴ Na entrevista feita com Maria Angélica, foram mencionados os temas que a SPM – Brasil aborda e incide com mais rigor na RMAAM e os referentes a esta mesa sobre Trabalho e Integração Econômica também não são recorrentes.

⁹⁵ “8. Género, Trabajo e Integración Económica - Las Ministras y Altas Autoridades de la Mujer acordaron que la Mesa Técnica de, Género Trabajo e Integración Social continúe implementando su Plan de Trabajo Bianual, incluyendo a partir de esta reunión la línea de trabajo adicional sobre Economía Social y Solidaria” (MERCOSUR/ I RMAAM/ ACTA N° 01/12, 2012, p.4).

⁹⁶ Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM_2013_1/RMAAM_2013_ACTA01_ANE12_P.REC_01_13_Dimedelapobreza_ES.pdf>. Acesso fev 2014.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM_2013_1/RMAAM_2013_ACTA01_ANE12_P.REC_02_13_Trabajorural_ES.pdf>. Acesso fev 2014.

produtivas da Agricultura Familiar (com a intenção de estreitar mais os laços com a REAF)⁹⁸ e o MERCOSUR/III RMAAM/ACUERDO N° 03/13 sobre Trabalho Doméstico.

2.3.3 Participação política das mulheres

Por fim, o último ponto da agenda 2012-2013 a ser abordado será o da participação política das mulheres. É um dos temas que não pode estar ausente quando se fala em igualdade de oportunidades e transversalização da perspectiva de gênero na institucionalidade do Mercosul. Como o modelo de integração regional do bloco estudado é um acordo intergovernamental conduzido pelo corpo diplomático, parlamentares, ministros e políticos de forma geral, é mais do que necessário para o alcance da paridade de cargos políticos, para o manejo de normativas referentes a gênero, representação parlamentar equitativa no Parlasul, a presença de mulheres nestes espaços.

A democracia representativa e com paridade de gênero é de suma importância para o aprofundamento e fortalecimento da perspectiva de gênero na realidade de cada Estado Parte e Associado e na estrutura do Mercosul. Celiberti e Mesa trazem um questionamento importante relacionado ao tema.

El que las mujeres puedan acceder a la representación política es un tema de justicia. Sin embargo el tema ha colocado en el centro del debate el problema de la representación. Las mujeres electas ¿deben representar a las mujeres? ¿Es posible una representación de este tipo? (2010, p. 28).

Acredita-se ser possível mulheres representando mulheres nos cargos de comando do Estado, a nível nacional, regional e/ou internacional. O problema que se nota em todo esse processo de participação formal das mulheres no espaço público é que ainda a organização estatal, social e política nas sociedades ocidentais são regidas por lógicas autoritárias e uma cultura patriarcal que se conectam ao poder político que comanda a política estatal, nacional e a internacional também.

A crítica feminista sobre a exclusão política das mulheres incorpora análises de períodos e contextos distintos para explicitar tanto as formas como as mulheres foram historicamente excluídas da política formal como as suas consequências. Um dos principais alvos é a construção do Estado moderno e sua ordem político-jurídica, que teriam sido fundados no princípio da separação entre a esfera pública e a esfera privada e em valores ditos masculinos. Em seu livro *The Sexual Contract*, Carole Pateman analisa o debate de Locke com os patriarcalistas sobre autoridade política e autoridade patriarcal para argumentar de forma pertinente que o Estado moderno e

98

Disponível em:
<http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM_2013_1/RMAAM_2013_ACTA01_ANE13_Acuerdo_Sensibilizacion_de_Genero.pdf>. Acesso fev 2014.

suas instituições teriam sido idealizados e estruturados a partir da separação da esfera pública da esfera privada. Segundo essa autora, a noção de cidadania, como conceito relacionado à esfera pública e às relações dos indivíduos com Estado, foi construída na imagem masculina e, por conseguinte, a inclusão política das mulheres na atualidade constitui-se em tarefa difícil e efetua-se de forma diferente da inclusão original dos homens. O projeto liberal por direitos universais e abstratos dos indivíduos teria sido espelhado na imagem e na experiência dos homens e, assim, direitos relacionados ao universo feminino, como, por exemplo, o direito reprodutivo, ficariam deslocados da agenda pública, por serem diferentes de qualquer direito tradicionalmente reconhecido e assegurado ao indivíduo masculino (SACCHET, 2012)⁹⁹.

O conceito da participação das mulheres refere-se àquelas atividades que se desenvolvem no âmbito público e tem como fim a incidência nas condições de vida de um coletivo. A participação requer o encontro com os/as outros/as, a identificação de necessidades comuns, o intercâmbio de saberes, o reconhecimento de objetivos compartilhados e o acordo acerca de medidas para alcançar tais objetivos. Devido ao seu caráter público, a participação resulta árdua e muitas vezes inacessível às mulheres. Consequentemente, constitui-se um fenômeno recorrente a falta de consideração das diversas necessidades femininas nos âmbitos de tomada de decisões sobre a distribuição dos recursos materiais e simbólicos (JELIN, 1997).

Para o feminismo, a participação das mulheres possui tanto um valor instrumental como intrínseco. O valor instrumental reside em que é através da participação como as mulheres formulam seus interesses – que não são dados, tampouco evidentes – e elaboram opiniões políticas próprias. Assim mesmo, é necessária a intervenção feminina em diferentes âmbitos a fim de conseguir que necessidades e experiências específicas das mulheres sejam visibilizadas e consideradas. Em relação ao valor intrínseco da participação, o feminismo tem proposto, em suas abordagens teórica e prática, sua importância para o desenvolvimento e o exercício de capacidades que fortalecem a autonomia e a auto-estima das mulheres, já que ambas são necessárias para a alteração das relações de poder entre os gêneros (FRASER, 2000; LAGARDE, 1995; JELIN, 1997).

A participação das mulheres é diferente da masculina, ainda quando a brecha entre ambas não é tão significativa como a encontrada no acesso às posições de tomadas de decisões. A causa dessa disparidade encontra-se na marginalização e invisibilidade da participação das mulheres. Esses fenômenos se vinculam com algumas características particulares de tal participação. A militância das mulheres encontra-se na esfera da política

⁹⁹ SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas.** Rev. Estud. Fem. vol.20 no.2 Florianópolis May/Aug, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200004>. Acesso fev 2014.

informal, significando que as mulheres tendem a comprometerem-se em ações comunitárias ou dos bairros e/ou nos novos movimentos sociais (JELIN, 1997). Exemplo claro disso apresenta-se na criação da REM, que somente um setor do movimento de mulheres (grupos ligados a temas empresariais e parlamentares) conseguiu dialogar com as instâncias de cada país para a criação da reunião. Os movimentos populares de mulheres ou com caráter feminista ficaram de fora da articulação, segundo Graciela Rodríguez (2010). Ou seja, a política formal sobrepôs-se à “informal” e teve mais poder para conseguir no Estado o objetivo de criação da REM.

Assim, a invisibilidade da participação das mulheres deve-se a uma definição curta e simplista de política, que reduz como território masculino a esfera da política formal, aquela dos partidos políticos, instituições governamentais, processos de integração regional. Para efeito de citar outros motivos que fazem essa definição de política simplista e excludente da participação política efetiva das mulheres nessas estruturas, devem ser considerados fatores como: a concepção do espaço público como território masculino; violência contra a mulher quando esta sai do espaço privado e tenta se incluir no público; dupla e tripla jornada de trabalho feminina; frágil cultura política em relação à democracia e equidade de gêneros; desvalorização social do feminino; feminização da pobreza; criminalização dos movimentos sociais (incluindo os feministas/de mulheres).

Depois de explanada uma visão teórica feminista sobre o que seria propriamente o tema da participação políticas das mulheres, a análise das atas das reuniões mostra que desde os primeiros encontros da REM, especificamente a partir da VI REM em novembro de 2001, sempre houve a preocupação em debater estratégias de promoção da participação política das mulheres, através de campanhas regionais, seminários e eventos. O Fórum de Mulheres do Mercosul pauta desde o início o tema da participação política como forma de alcançar a igualdade de oportunidades, objetivo principal da REM naquele momento. Uma das formas atualmente debatidas na reunião para a promoção da participação política das mulheres está consubstanciada no fortalecimento do Parlasul com paridade política.

O projeto “Fortalecimento da perspectiva de gênero no Mercosul” ajudou nesse sentido, já que era uma de suas metas elaborar e chegar a um consenso de uma agenda legislativa de gênero e impulsionar a participação das mulheres na bancada do Parlasul. O produto disto foi o projeto de recomendação ao CMC¹⁰⁰ sobre o incremento da participação política das mulheres no Mercosul através da paridade de gênero no Parlasul. Esse projeto

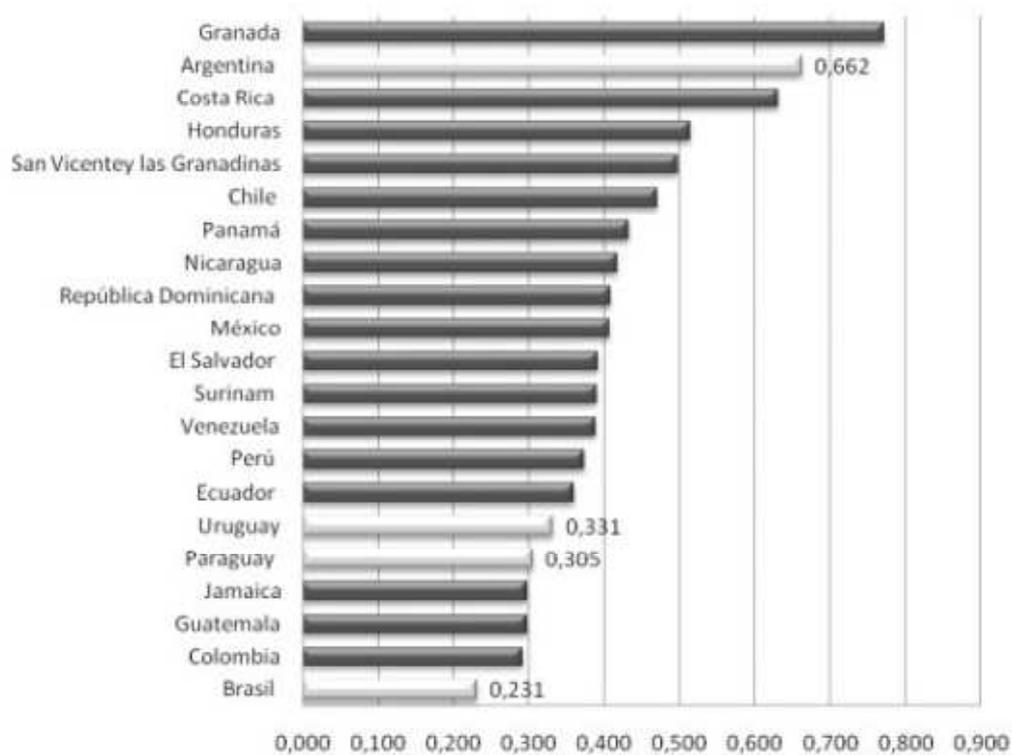
¹⁰⁰ Projeto de Recomendação disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/rem%202010%202/anexo_xv_-_proposta_de_recomendacao_do_CMC.pdf>. Acesso em mai 2013.

surgiu na XXIV REM e foi resgatado pelo projeto de cooperação técnica com a AECID. Em 2012, na I RMAAM, foi elevado ao CMC esse projeto de recomendação. Portanto, nota-se que este tema da participação política das mulheres tem sido retomado para o debate, por conta do provável funcionamento do Parlasul com suas eleições diretas para eleger os representantes de cada Estado Parte no ano de 2014. Foi um dos temas, dentre todos da agenda prioritária da RMAAM, que tem tido expressão nas reuniões e nos projetos.

Para fundamentar essa discussão em termos de números, Celiberti e Mesa apresentam na sua publicação “La equidad de género en Mercosur – 2010” o indicador geral que esclarece a situação regional sobre a paridade de gênero na tomada de decisões, e em outras áreas, chamado ISOQUITO. Essa é uma ferramenta de monitoramento dos avanços dos países da América Latina e Caribe em relação à inclusão sócio-política das mulheres que foi consequência da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe realizada em Quito, Equador, no ano de 2007.

Especificamente, o Índice de Paridade na Tomada de Decisões mede o grau da paridade da participação de mulheres e homens nos três poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), combinando os indicadores de participação no Parlamento, participação nos Gabinetes do Poder Executivo e a participação na mais elevada instância dos Tribunais de Justiça dos países (ou Corte Suprema). A linha base do ISOQUITO 2007 posiciona os países do Mercosul no que se refere ao índice de tomada de decisões, quase nos extremos da escala na figura abaixo, com a Argentina (0,662) liderando o Mercosul, sendo o segundo da América Latina e Caribe, e com o Brasil (0,231) no último lugar. Paraguai e Uruguai estavam posicionados, em 2007, no terço mais baixo dos vinte e um países considerados. A Venezuela ficou localizada em uma melhor posição quando comparada ao Brasil, Paraguai e Uruguai, mas ainda está abaixo da Argentina.

GRÁFICO 1 - Índice de paridade na tomada de decisões – ano 2007 - ISOQUITO



Fonte: (ISOQUITO *apud* CELIBÉRTI; MESA, 2010, p. 29)

Na figura a seguir, pode-se observar a evolução da presença de mulheres parlamentares nos países do Mercosul mostrando ténues avanços.

GRÁFICO 2 - Evolução da presença das mulheres parlamentares nos países do MERCOSUL / 2001 – 2010.



Fonte: (CEPAL/OIG *apud* CELIBÉRTI; MESA, 2010, p. 42)

Talvez por ter uma raiz histórica nacional de não inclusão das mulheres nos temas das *high politics*, quando se chega ao nível regional da integração regional, esse debate de paridade de gênero na democracia e na política formal permanece muito débil. Acredita-se que, as principais ações regionais sobre este tema que tem sido promovidas pela RMAAM, como campanhas educacionais e promocionais sobre a participação política da mulher seja um dos começos estimulantes de uma transformação mais desafiadora em cada cenário nacional dos Estados Partes. Já existe mudança bem progressista como na Argentina (como se vê no quadro acima) através da “Ley de cupo”, que exige um mínimo de 30% de mulheres nas listas de candidatos de todos os partidos políticos. Mesmo com algumas conquistas, todavia, faz-se necessário mais empenho político nacional de cada Estado Parte neste tema. Não somente neste tema, mas em todos os apresentados na agenda da RMAAM.

Com isso, finaliza-se este segundo capítulo depois de apresentado o panorama geral ou o estado da arte da organização, funcionamento e agenda de trabalho da RMAAM. Nota-se um acúmulo de trabalho e articulação política consideráveis nestes dezesseis anos de existência do espaço da reunião. Também é necessário mostrar a relevância da sua atuação para a transversalização da perspectiva de gênero no seio do Mercosul, ainda que às vezes

seja uma atuação contraditória com o próprio sentido contra-hegemônico feminista de gênero e a sua imersão no complexo cenário de correlações de forças que permeia o processo de integração regional Mercosul.

Tendo em vista os avanços analisados e os motivos para a característica “declaratória” da reunião, o próximo capítulo analisará de maneira mais profunda três fenômenos, por meio do conceito de *Transnational Advocacy Networks*, das autoras Keck e Sikkink, que são considerados relevantes para a evolução da força política da RMAAM no cenário do Mercosul e no alcance dos avanços para a transversalização da perspectiva de gênero no bloco. São estes os fenômenos: participação do movimento feminista/de mulheres; cooperação internacional com a RMAAM e suas conexões diretas com o fortalecimento da RMAAM.

3 ALCANCES E LIMITAÇÕES PARA A TRANSVERSALIZAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL

No capítulo anterior, foram analisados o funcionamento da RMAAM, a sua agenda e como vem sendo construída a transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul. O fluxo de atividade político-institucional e normativo da RMAAM tem sido possível graças ao fortalecimento institucional da agenda de gênero nos Estados Partes e da legitimidade social que essas agendas têm conquistado nas sociedades envolvidas nesse processo de integração. Considerando esse panorama apresentado, ao longo da pesquisa, percebeu-se que dois fenômenos interdependentes, que auxiliam o trabalho da RMAAM, sobressaíram-se quanto a sua relevância no processo de transversalização do gênero no Mercosul: a participação do movimento feminista/de mulheres na RMAAM e a cooperação internacional. O capítulo que se inicia, portanto, objetiva enfatizar a transversalidade do gênero nesse cenário, a partir dos alcances vivenciados e obtidos, até então, por meio do contínuo fortalecimento da RMAAM, que permitiu e tornou mais clara a relevância dos fenômenos da participação do movimento de mulheres/feminista e da cooperação internacional para que a RMAAM pudesse alcançar a transversalidade de gênero no Mercosul. Ao mesmo tempo, os alcances serão problematizados, visto que são limitados pelo jogo de poder existente nas relações políticas que abarcam o gênero no cenário do Mercosul.

Dessa forma, o último capítulo deste trabalho estará dividido em: 1) o contínuo fortalecimento da RMAAM e da agenda de gênero dentro do Mercosul, tido como um grande alcance, e os avanços relacionados a normativas, ações e articulações políticas consequentes do intercâmbio de experiências entre os mecanismos de promoção da mulher que conformam a RMAAM; 2) a importância histórica e atual da participação do movimento de mulheres/feminista para a RMAAM e como a sociedade civil tem atuado para incidir diretamente no foro e os impedimentos para tal; 3) e, por fim, será apresentada a importância da cooperação internacional na formação da REM e na sua contínua estruturação.

Tal análise estará fundamentada por autoras e autores já utilizados como marcos teóricos neste trabalho e pelas entrevistas mencionadas. Ainda, será usado o conceito das *Transnational Advocacy Networks*, de Margaret Keck e Kathryn Sikkink¹⁰¹, e sua abordagem teórica para fundamentar as estratégias políticas e de comunicação usadas pela RMAAM, pelo movimento de mulheres/feminista e pela cooperação internacional a fim de alcançar a transversalidade de gênero no cenário do Mercosul.

¹⁰¹ KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: Advocacy Networks in International Politics**. New York: Cornell University Press, 1998.

3.1 BREVE EXPLANAÇÃO DO CONCEITO DA *TRANSNATIONAL ADVOCACY NETWORKS* POR KECK E SIKKINK

Existem variados tipos de interações que ultrapassam fronteiras entre atores estatais, não-estatais, organismos internacionais, corporações econômicas, comunidades epistêmicas. No entanto, as redes de defesa transnacionais apresentam expressão diferente, segundo Keck e Sikkink (1998), pois os atores não-estatais – representados aqui pelas ONGs, movimentos e organizações sociais, coletivos, agrupações, com atuação além do âmbito nacional, são diferenciados dos atores chamados “powerful actores” ou “target actors” pela nova forma de se inter-relacionarem a partir das várias ferramentas de comunicação e articulação políticas e seu formato em redes.

World politics at the end of the twentieth century involves, alongside states, many non-state actors who interact with each other, with states, and with international organizations. Transnational Advocacy Networks considers how these interactions are structured in networks, which are increasingly visible in international politics. Some involve economic actors and firms. Some are networks of scientists and experts whose professional ties and ideas underpin their efforts to influence policy. Others are networks of activists, distinguishable largely by the centrality of principled ideas or values in motivating their information. We call these *transnational advocacy networks*. Advocacy networks are significant transnationally, regionally and domestically. They may be the key contributors to a convergence of social and cultural norms able to support processes of regional and international integration. By building new links among actors in civil societies, states and international organizations, they multiply the opportunities for dialogue and exchange (KECK; SIKKINK, 1998, p. 89).

As autoras definem *transnational advocacy networks* como estruturas comunicativas em que seus membros estão motivados pelo compartilhamento de ideias e valores empenhados no intercâmbio voluntário, recíproco e horizontal de informações e serviços. Esse tipo de organização em torno de ideias e valores compartilhados é uma das características dessas redes de defesa transnacionais. Outra característica é que os seus atores por estarem conectados nesse formato em rede, comunicam-se de forma mais eficiente e alcançam mudanças mais palpáveis na sua correlação com os atores “poderosos”.

At the core of the relationship is information exchange. What is novel in these networks is the ability of non-traditional international actors to mobilize information strategically to help create new issues and categories, and to persuade, pressurize, and gain leverage over much more powerful organizations and governments. Activists in networks try not only to influence policy outcomes, but to transform the terms and the nature of the debate. They are not always successful in their efforts, but they are increasingly important players in policy debates at the regional and international level (KECK; SIKKINK, 1998, p. 89-90)

Por isso, ONGs e vários outros tipos de organizações sociais internacionais ou nacionais jogam papéis centrais em todas as redes de defesa transnacionais que podem também incluir meios de comunicação, intelectuais, partes de organizações intergovernamentais regionais ou internacionais e, ainda, partes governamentais como os poderes executivo e/ou parlamentar. Tais redes conduzem e reordenam ideias, inserem-nas nos debates políticos, pressionam por estruturação de regimes e executam normas e regras internacionais, ao mesmo tempo em que tentam influenciar nos acontecimentos políticos do seu respectivo âmbito doméstico. As redes de defesa não são poderosas no senso tradicional da política internacional, porém desenvolvem estratégias e técnicas inovadoras fazendo a diferença nesse âmbito político. As autoras identificam quatro grupos de estratégias e técnicas:

We have developed a more nuanced typology of the kinds of tactics that networks use. These include:

- a) *information politics*, or the ability to move politically usable information quickly and credibly to where it will have the most impact;
- b) *symbolic politics*, or the ability to call upon symbols, actions or stories that make sense of a situation or claim for an audience that is frequently far away;
- c) *leverage politics*, or the ability to call upon powerful actors to affect a situation where weaker members of a network are unlikely to have influence;
- d) *accountability politics* or the effort to oblige more powerful actors to act on vaguer policies or principles they formally endorsed.

The construction of cognitive frames is an essential component of transnational networks' political strategies (KECK; SIKKINK, 1998, p. 95) (grifos das autoras).

As redes de defesa transnacionais contribuem no aprofundamento da articulação política dos movimentos e organizações sociais nos cenários internacional, regional e doméstico, transpassando as fronteiras nacionais, por meio do uso de comunicação, estratégia, símbolos, pressão política, quando suas pautas não são efetivadas nesses cenários. Também utilizam a estratégia de demandar a responsabilidade proferida nos discursos estatais sobre os temas que são as causas da luta desses(as) ativistas, requerendo apoio político e logístico de entes localizados em outras partes do mundo para auxiliar nessa correlação de forças, podendo ser entes como agências de cooperação internacional, ONGs transnacionais, organizações internacionais e regionais (KECK; SIKKINK, 1998).

Essas redes estão mais motivadas por valores do que por interesses materiais ou normas profissionais, já que rompem com essas categorias comumente demandadas. Além de alcançarem mudanças políticas, as redes de defesa, frequentemente, advogam e instigam mudanças na institucionalidade e nas bases de princípios das interações internacionais: “A transnational advocacy network includes those actors working internationally on an issue,

who are bound together by shared values, a common discourse, and dense exchanges of information and services” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 89).

Em relação às condições em que são possíveis e suscetíveis para que as redes de defesa transnacionais apareçam e a partir de quais inícios emergem, as autoras listam os temas e acontecimentos em torno dos quais há essa emergência:

- 1) channels between domestic groups and their governments are hampered or severed where such channels are ineffective for resolving a conflict, setting into motion the ‘boomerang’ pattern of influence characteristic of these networks;
- 2) activists or ‘political entrepreneurs’ believe that networking will further their missions and campaigns, and actively promote them;
- 3) international conferences and other forms of international contacts create arenas of forming and strengthening networks (KECK; SIKKINK, 1998, p. 93).

Assim, os pontos referentes ao “padrão/efeito bumerangue” e às “conferências internacionais e outras formas de contatos internacionais que criam arenas de formação e fortalecimento de redes” são fundamentais para os fenômenos que serão analisados nos próximos tópicos que possibilitam a construção da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul.

O efeito bumerangue é explicado pelas autoras por motivos relacionados à violação de direitos e ausência de garantia desses direitos através do Estado. Por exemplo, quando um governante viola ou recusa-se a reconhecer direitos, indivíduos e grupos domésticos frequentemente não têm recurso dentro das arenas jurídica e política domésticas. Assim, voltam-se à busca de conexão internacional para expressar suas solicitudes e até para pedir proteção à vida de quem esteja sofrendo tais violações ou arbitrariedades estatais. Esses tipos de conexões provindas do contato transnacional estão planejadas para afetar o comportamento estatal. Então,

when the links between state and domestic actors are severed or hampered, domestic NGOs may directly seek international allies to try to bring pressure on their states from outside. This is the ‘boomerang’ pattern of influence characteristic of transnational networks where the target of their activity is to change a state’s behavior. (...)

Where governments are unresponsive to groups whose claims may none the less resonate elsewhere, international contacts can ‘amplify’ the demands of domestic groups, pry open space for new issues, and then echo these demands back into the domestic arena. (...) they form networks when they believe it will further their organization missions – by sharing information, attaining greater visibility, gaining access to different publics, multiplying channels of institutional access, and so forth. (KECK; SIKKINK, 1998, p.93).

Ainda de acordo com as autoras, os fatores determinantes para o sucesso das *transnational advocacy networks* são a densidade e o poder das redes, a vulnerabilidade dos

atores alvos, como os Estados, estruturas domésticas e a natureza relevante dos acontecimentos causais de tal atuação transnacional. Os casos estudados pelas autoras apresentam que os temas relacionados a danos a indivíduos vulneráveis, violando direitos humanos e a equidade de oportunidades, são os que mais conduzem a mobilizações exitosas.

A partir dos conceitos apresentados, o pensamento de Keck e Sikkink será relacionado com a construção da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul, partindo da análise dos avanços da RMAAM que vem possibilitando a atuação dos dois fenômenos que dialogam e conectam-se nesse processo de construção junto à reunião: a participação do movimento de mulheres/feminista e a cooperação técnica de organizações internacionais e agências de cooperação internacional.

3.2 FORTALECIMENTO DA RMAAM

A importância da participação política do movimento de mulheres/feminista e da cooperação internacional, essenciais para os alcances da transversalidade de gênero no Mercosul, fazem parte do panorama de fortalecimento institucional da reunião. Desde as suas primeiras reuniões ordinárias, o ponto “Fortalecimento Institucional” sempre esteve presente na agenda desse foro, apresentando uma maior importância que outros pontos, pois era necessária uma base institucional para que as outras demandas da agenda fossem sendo atendidas.

Contudo, para que o ponto do fortalecimento institucional da RMAAM fosse sendo alcançado com mais veemência, os mecanismos nacionais de promoção da mulher, que comandam os encontros da RMAAM, também necessitavam apoio e fortalecimento político nos seus respectivos cenários nacionais. Nesse sentido, fortalecidos nos cenários nacionais, no momento de estarem concentrados no âmbito do Mercosul, apresentariam mais força política no seu trabalho dentro do próprio bloco, já que a criação da reunião e o seu desenvolvimento institucional não estão desvinculados do processo de fortalecimento e da inserção institucional da agenda de gênero nos Estados Partes. Para isso, foram fundamentais as contribuições do movimento feminista/de mulheres nesse cenário e o debate que se gerou em torno da elaboração da Plataforma de Ação para a IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher em Beijing, no ano de 1995.

Com efeito, o momento prévio na América Latina e Caribe à IV Conferência Mundial da Mulher contou com a ativa participação feminista no processo e permitiu colocar com

maior força no debate público o problema das desigualdades de gênero. Como sustenta Virginia Guzmán:

A construção de problemas públicos e a elaboração das agendas são o resultado de processos sócio-políticos complexos cuja compreensão remete a outros temas: a constituição de sujeitos sociais, a elaboração de novos marcos de interpretação da realidade social, as relações de poder entre diferentes sujeitos e atores sociais e o estabelecimento de alianças e estratégias políticas (GUZMÁN, 2001, p.11) (tradução nossa).

Foi em torno dos debates governamentais e do movimento de mulheres/feminista, no marco do processo de preparação da IV Conferência, que ficou manifesta a necessidade de fortalecer os mecanismos institucionais dos Estados para poder avançar na elaboração de programas e ações tendentes a superar as desigualdades de gênero nas sociedades. Como afirma Lilian Celiberti:

Las presiones que aparecieron desde los movimientos de las mujeres en los países miembros llevaron a que se diera un espacio a representantes de las demandas de las mujeres en el espacio socio-político regional a través de la Reunión especializada de la mujer(...) Así mismo, con la adquisición de una creciente legitimidad y reconocimiento de las mujeres, incorporándose en el sector público en el proceso de redemocratización, reformas neoliberales y demanda de gobernabilidad (en los países de la región) se multiplicaron esos espacios y mecanismos institucionales expandiendo y dando visibilidad a las especificidades sobre hombres y mujeres que tanto se reflejan sobre la institucionalización (...) (CELIBERTI, 2005, p. 2).

Passada a IV Conferência de Beijing, as Plataformas de Ação, Regional e Mundial, estabeleceram um norte para consolidar a institucionalidade de gênero nos Estados, não só pelas recomendações que formulou, mas também pela aliança gerada entre o movimento de mulheres/feminista e as(os) representantes governamentais. Foi uma aliança não isenta de conflitos e disputas, mas comprometida com o fortalecimento da institucionalidade e a ampliação dos recursos, e fundamentalmente das agendas (CELIBERTI, 2010)¹⁰². Assim, serão apresentados os avanços e as limitações da institucionalidade de gênero RMAAM dentro do Mercosul quanto ao seu processo de fortalecimento. Como também, dar-se-á ênfase à estratégia de comunicação do intercâmbio de experiências, ferramenta esta utilizada pela RMAAM para continuar no seu objetivo de transversalizar a perspectiva de gênero no Mercosul e de fortalecer os mecanismos nacionais de promoção do gênero nos seus respectivos cenários.

¹⁰² Esta aliança não se verificou com a mesma intensidade no espaço regional, já que desde a criação da REM, em 1998, e até o ano de 2005, esta funcionou como espaço formal fechado no qual não poderiam participar as organizações sociais em caráter de assessoras, com exceção do Fórum de Mulheres do Mercosul.

3.2.1 Avanços e desafios no fortalecimento da RMAAM

Em matéria de conquista institucional, indo além da primeira conquista do espaço da reunião no Mercosul, a REM teve seu *status* jurídico-político elevado em dezembro de 2011 de acordo com a Decisão N° 24/11 do Conselho do Mercado Comum (CMC) para RMAAM, deixando de ser uma reunião com caráter de “especializada” e passando a ser uma reunião que congregava ministras e altas autoridades sobre os temas referentes à mulher e gênero. A RMAAM com seu novo *status* apresenta mais poder perante toda a institucionalidade do Mercosul que, por sua vez, influencia na articulação e diálogo políticos com os que compõem o GMC e CMC, já que o novo *status* muda o procedimento das normativas da reunião, que agora tem um caminho mais facilitado para que os órgãos condutores do Mercosul apreciem seus projetos de recomendação.

Ao mesmo tempo em que se vê essa grande conquista de mudança de *status* jurídico-político da RMAAM, uma limitação que insiste em não ser resolvida sempre volta ao debate no seio desse espaço; o tema de conformar uma secretaria permanente que conduzisse e continuasse em atividade nos intervalos entre as reuniões ordinárias da RMAAM para construir e manter a articulação e a comunicação políticas com o bloco, com a sociedade civil, organismos regionais e internacionais, e que desse vazão à efetividade de tudo o que é debatido e decidido nos encontros da RMAAM. Várias tentativas foram feitas para que fosse montada essa secretaria permanente, mas não tiveram sucesso: a) que o Fórum de Mulheres do Mercosul, assessora da RMAAM, ficasse com a função da secretaria¹⁰³; b) que a unidade de gestão do projeto “Fortalecimento da perspectiva de gênero no Mercosul” AECID/MERCOSUL, depois de finalizado tornasse uma secretaria permanente; c) que representantes da Secretaria do Mercosul fossem designados para as reuniões da RMAAM e ficassem nessa função. Como confirma Lilian Celiberti:

Hubo varios proyectos para la creación de una secretaria, en el 2007 yo misma fui contratada para impulsar la secretaria y hacer gestiones y proyectos de resolución. En ese momento el GMC decía que estaban en proceso de reforma (nunca vimos el proyecto de reforma pero se decía que pretendía eliminar las reuniones especializadas). La oposición a la creación de una secretaria tenía que ver con financiamiento. Fue sustituida por un proyecto regional con metas con financiamiento de AECID que durante 3 años tuvo una persona a cargo. También es necesario decir

¹⁰³ ““Avaliação e Sustentabilidade para uma Secretaria Permanente da reunião’: tema este que tem tido reconhecimento por parte das delegações que participam da RMAAM, sobre a necessidade de que esta conte com mecanismos de seguimento e monitoramento permanente para alcançar seus objetivos com maior eficácia. O Fórum de Mulheres do Mercosul, no começo da REM foi encomendado para levar o tema a frente e dar o apoio técnico necessário para tal objetivo” (FRANCO, 2010, p. 54).”

que en el 2007 los gobiernos no tenían en general una estructura de acompañamiento al Mercosur que hoy todos tienen personas que trabajan específicamente para esa instancia (*Dados da entrevista realizada com Lilian Celiberti, representante da Articulação Feminista Mercosur*).

Além do difícil jogo político, a falta de estrutura, de pessoas e de financiamento para montar uma secretaria permanente é um impedimento para a sustentabilidade política da RMAAM. É complexa a trama política e de poder que proporciona tal situação à institucionalidade de gênero no cenário do Mercosul, já que as sociedades que compõem o bloco vivem em democracias muito jovens e o debate dos direitos humanos da mulher também é tema relativamente novo nos cenários políticos nacional e latino-americano. Pode-se conjecturar sobre os motivos que propiciam o não alcance da secretaria dentro da RMAAM. Mas, ao mesmo tempo, seria imprudente somente conjecturar e não provar com uma metodologia mais conveniente os motivos para que tal demanda não seja atendida.

Pode-se pensar que, com o espaço da RMAAM garantido, uma espécie de concessão de poder pelos CMC e GMC, conseguir alcançar o feito de uma secretaria permanente seria fortalecer mais ainda a agenda de gênero no Mercosul, o espaço da RMAAM e, conseqüentemente, as articulações políticas dos mecanismos nacionais que comandam a RMAAM entre eles próprios e com a sociedade civil, os organismos internacionais, regionais, intra-regionais e as agências de cooperação. Mas, por outro lado, é prudente considerar também que os processos históricos vivenciados nos temas que envolvem a democracia no cenário que se estuda, mostram que os avanços na efetivação de tais demandas somente são possíveis (e ainda assim perigam instabilidade), com um forte diálogo entre os vários atores participantes e sua conseqüente articulação política para pressionarem os órgãos condutores do processo de integração do Mercosul. É válido o questionamento de que não é interessante para o CMC e GMC a concessão de mais poder para o fortalecimento da agenda de gênero no Mercosul, já que a sustentabilidade política das institucionalidades de gênero é abordada como um produto de processos sócio-políticos dinâmicos amplos, que estão sujeitos a mudanças nas correlações de força política, não somente no interior do campo do gênero e das temáticas da mulher, mas também em relação deste com outros campos e lógicas de funcionamento econômica, social e política que costumam ser enraizadas de valores patriarcais. Porém, a metodologia científica dessa dissertação não foi capaz de lograr indícios que comprovassem tais conjecturas. Ainda que a demanda de se ter uma secretaria que estructure e fortaleça mais a RMAAM seja muito importante e que há muito tempo é debatida dentro das reuniões ordinárias, notou-se que, por enquanto, para que a RMAAM continue se

fortalecendo no Mercosul e transversalizando a agenda de gênero, uma ferramenta muito relevante para tal atuação é o “intercâmbio de experiências” entre as delegações nacionais partes da RMAAM. Essa ferramenta será analisada no tópico seguinte.

Ao longo da história da RMAAM, a atividade normativa foi outro grande alcance cumulativo na sua trajetória. Foram aprovadas normativas específicas em temas como: tratamento integral da violência baseada em gênero, atenção a mulheres em situação de tráfico internacional com fins de exploração sexual, participação política das mulheres, trabalho doméstico, mulheres rurais, mulheres e trabalho rural assalariado, educação rural e desenvolvimento da economia social para a inclusão das mulheres. Destacam-se algumas dessas normas que marcam o caminho recorrido em torno à temática da transversalização do gênero no bloco:

- A Resolução GMC Nº 84/00 consagra a incorporação da perspectiva de gênero, estabelecendo que esta implique um marco claro e eficaz de supervisão, acompanhamento e avaliação para alcançar o objetivo da igualdade de oportunidades;

- Em relação à representação política das mulheres, com a aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL em 2006, reitera-se o repúdio a todas as formas de discriminação, especialmente as relativas ao gênero, e se insta aos Estados procurar uma adequada representação em termos de gênero, etnias e regiões segundo as realidades nacionais;

- Em matéria de Agricultura Familiar, mediante Recomendação do GMC Nº 06/08, foram aprovadas as Diretrizes para a Igualdade de Gênero em Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, onde se propõe entre outros aspectos, utilizar a transversalidade de gênero como conceito e ferramenta de ação para a integração das diferentes políticas para a Agricultura Familiar implementadas pelos Estados Partes. Destaca-se aqui, o intercâmbio entre a REAF e a RMAAM e a criação do “Grupo Temático: Gênero” no âmbito da REAF. O GT, em articulação com a RMAAM e participação de organizações sociais e ministérios de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, ampliou sua atuação com o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul. Com a colaboração da agência espanhola de Cooperação ao Desenvolvimento Internacional (AECID), o Programa apoia a formulação e a implementação de organismos de promoção de políticas para as mulheres rurais e estimula a coordenação e o planejamento regional de políticas de igualdade de gênero e incentiva sua incorporação à agenda da agricultura familiar¹⁰⁴;

¹⁰⁴ Mais informações disponíveis em: <<http://www.leafmercosul.org/leaf/sobre/genero>>. Acesso em mai de 2014.

- Em relação ao comercial, o GMC emitiu a Recomendação N° 02/2010 que recomenda fomentar a participação das mulheres nos âmbitos decisórios públicos e privados, assim como a incorporação da perspectiva de gênero nos acordos regionais e internacionais assinados pelo Mercosul, o que habilita a possibilidade de gerar propostas do bloco regional na matéria;

- Em 2010, foi criada a figura do Alto Representante Geral do Mercosul mediante a Decisão CMC N°63, entre as suas atribuições está a de apresentar ao CMC e ao GMC, quando seja o caso, propostas vinculadas ao processo de integração, incluindo os Estados Associados, relacionadas com uma ampla lista de temas incluindo medidas e/ou ações dirigidas à igualdade das mulheres;

- Em 2011, a partir da Decisão do CMC N°12, foi aprovado o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), que orienta o processo de prioridade da agenda social dentro do bloco. O PEAS articula dez eixos fundamentais e vinte e seis diretrizes estratégicas dentro das quais se incorpora a perspectiva de gênero como eixo transversal e propõe diretrizes específicas em matéria de direitos humanos das mulheres;

- Em paralelo à aprovação do PEAS, e marcando um compromisso com a temática, o processo da institucionalidade de gênero no Mercosul, vê-se fortalecido a partir da Decisão do Conselho do Mercado Comum N°24/11, que elevou seu *status* de Reunião Especializada da Mulher (REM) à Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM), assumindo um importante papel dentro da estrutura institucional do bloco. Esse aspecto foi um marco substantivo para o desenvolvimento da institucionalidade de gênero, estabelecendo a função de assessorar e propor ao CMC medidas, políticas e ações em matéria de gênero.

De acordo com os avanços já conquistados na incorporação da perspectiva de gênero nos eixos e diretrizes do PEAS, em 2012, o CMC propôs a necessidade de contar com um marco comum para a abordagem dos assuntos de gênero no interior do bloco regional e decidiu estabelecer uma Política de Igualdade de Gênero no Mercosul. Mediante a Decisão MERCOSUR/CMC/DEC N°14/12 foi atribuído à RMAAM a elaboração do documento “Diretrizes de Política de Igualdade de Gênero para o MERCOSUL”¹⁰⁵. Esse documento é o exemplo mais claro de como fluiu o trabalho da RMAAM articulado com representantes da sociedade civil e tendo o auxílio da cooperação internacional através da AECID.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/v/26307/6/innova.front/construccion_conjunta>. Acesso em mai de 2014. Em contato com Lilian Celiberti em abril último, ela repassou a redação final do documento “Diretrizes de Política de Igualdade de Gênero para o MERCOSUL”. Ainda comentou que a reunião de elaboração do documento foi composta por atores diversos: representantes de organizações sociais feministas e de mulheres; técnicas especialistas na temática; membros da Unidade de Apoio à Participação Social do Mercosul; e representantes dos mecanismos nacionais que compõem a RMAAM.

Na III RMAAM, que aconteceu em maio de 2013 no Uruguai, segundo a ata MERCOSUR/RMAAM/ACTA N°01/13, as delegações trocaram informações e comentários sobre o documento que viria tratar os “Delineamentos da Política de Igualdade de gênero no Mercosul” e instruiu o grupo de trabalho formado para realizar tal tarefa. Este trabalho começou a ser feito a partir de um levantamento das normativas do Mercosul para identificar aquelas normas que apresentassem uma perspectiva de gênero. Assim como, o levantamento foi feito em relação à presença de mulheres ocupando cargos na estrutura institucional do bloco. Foram convidados representantes de outras instâncias do Mercosul para contribuir na redação do documento.

Em setembro de 2013, a RMAAM realizou, com o apoio do “Centro de Formación de la Cooperación Española”, o “Encuentro de Lineamientos de Política de Igualdad de Género”¹⁰⁶, onde representantes de doze diferentes órgãos do Mercosul e quatro organizações da sociedade civil que assessoram a RMAAM contribuíram com a proposta da política de igualdade de gênero do Mercosul. Com isso, concretizou-se o documento final “Directrices de la Política de Igualdad de Género del MERCOSUR”¹⁰⁷, apresentado às ministras da RMAAM na IV RMAAM, realizada em Caracas, Venezuela, em novembro de 2013. O documento foi aprovado e elevado ao CMC. Esse primeiro encontro foi uma experiência de coordenação de caráter técnico entre diferentes órgãos do bloco e organizações sociais regionais, inédita, reconhecida e entendida pelas pessoas que participaram como uma oportunidade enriquecedora e fundamental para avançar na elaboração de uma Política de Igualdade de Gênero do bloco regional.

Em abril deste ano, aconteceu um segundo encontro¹⁰⁸ que veio consolidar a forma de trabalho que a RMAAM começou a desenvolver com a construção da “Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL”. Esse segundo encontro centrou-se na área socioprodutiva e objetivou impulsionar e facilitar a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas

¹⁰⁶ Informações sobre o encontro foram obtidas por contato feito com Lilian Celiberti e com Leticia Lazaro, representante do Instituto Nacional das Mulheres do Uruguai. Mais informações disponíveis em: < <http://www.mercosurmujeres.org/pt/lineamientosdeg%C3%A9neroparaelmercosur-n85> >. Acesso em nov 2013.

¹⁰⁷ Todo o teor do documento está disponível em: < http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM_2013_1/RMAAM_2013_ACTA01_ANE18_ES_Lineamientos_de_politica_de_igualdad_de_genero.pdf >. Acesso em nov 2013.

¹⁰⁸ Participaram do encontro representantes dos seguintes órgãos do bloco e organizações da sociedade civil regional: a Reunião Especializada de Agricultura Familiar, a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos, a Reunião Especializada de Cooperativas, a Reunião Especializada de Estatísticas, o Sub-grupo de Trabalho n° 14: Integração Produtiva, o Sub-grupo de Trabalho n° 10: Assuntos Trabalhistas, Emprego e Segurança Social, Unidade de Apoio à Participação Social, Secretaria do Mercosul, Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, Articulación Feminista Marcosur (AFM), Fórum de Mulheres do Mercosul, Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul e a Rede Internacional de Gênero e Comércio, bem como representantes das chancelarias argentina e uruguaia. Mais informações disponíveis em: < http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/v/26307/6/innova.front/construccion_conjunta >. Acesso em mai 2014.

socioprodutivas do bloco no âmbito da normativa do Mercosul vigente em matéria de gênero e das “Diretrizes da Política da Igualdade de Gênero no Mercosul”. Os resultados serão elevados aos respectivos órgãos e foros do Mercosul para seu conhecimento e consideração formal. A RMAAM também estudará e analisará, em sua próxima reunião ordinária (junho/julho 2014), as contribuições para a definição de mecanismos que impulsionem e facilitem a futura implementação da política de igualdade de gênero do Mercosul na área socio-produtiva. Ou seja, evidenciam-se, assim, o panorama da articulação entre os atores presentes na RMAAM e no Mercosul para continuarem a transversalização da perspectiva de gênero nesse cenário.

3.2.1.1 Intercâmbio de experiências

Um outro elemento, sobre os avanços e desafios da RMAAM, relaciona-se com o intercâmbio de experiências e seus impactos para a multiplicação de experiências exitosas, fazendo com que essa estratégia comunicativa influencie no cotidiano de cada realidade nacional em que os mecanismos se encontram. Por exemplo, em 2012 o Parlamento uruguaio aprova a “Ley nº 18.987 – Interrupción Voluntária Del Embarazo”, descriminalizando o aborto e dispendo sobre como a máquina estatal fará o procedimento necessário para as mulheres que escolherem interromper a gravidez com até doze semanas de gestação. As representantes uruguaias levam tal experiência para a RMAAM, compartilham informações, estratégias e ideias de como foi alcançado tal logro e, com isso, a troca de informação e boa prática influenciam no cotidiano dos outros mecanismos nacionais quando estes voltam ao seu labor cotidiano¹⁰⁹. É o que aconteceu também com a “Ley de Cupo Femenino nº 24.012”¹¹⁰ da Argentina, influenciando os outros Estados Partes no sentido de modificar os códigos eleitorais e estabelecer que as listas de candidatos que registrem os partidos políticos frente ao juiz eleitoral tenham um mínimo de porcentagem de mulheres candidatas a cargos para as eleições e em proporções com possibilidades de serem eleitas. O exemplo argentino com essa lei sempre foi lembrado nas discussões sobre o ponto da agenda “participação política das mulheres” na REM e na RMAAM. Outro exemplo interessante de troca de experiências é como cada mecanismo tem tomado as discussões sobre o trabalho assalariado doméstico, as

¹⁰⁹ Tal situação pode ser comprovada na MERCOSUL/RMAAM/ATA Nº 02/2012 da II RMAAM realizada na cidade de Brasília em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rmaam_2012_2/RMAAM_2012_ATA02_PT1.pdf>. Acesso em set 2013.

¹¹⁰ Consejo Nacional de las Mujeres (CNM) – República Argentina. Disponível em: <http://www.cnm.gov.ar/LegNacional/Ley24012_decreto1246.pdf>. Acesso em mar 2014.

leis que combatem a violência de gênero (programas e ações para prevenção desse tipo de violência) e sobre o combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

O intercâmbio de experiências e informações é uma estratégia utilizada frequentemente pelos mecanismos nacionais na RMAAM, pois é uma das ferramentas de ação política mais relevantes no fortalecimento da própria institucionalidade. Como também, é um dos instrumentos utilizados na articulação política dos mecanismos nacionais com o movimento de mulheres/feminista e com as organizações internacionais e agentes de cooperação internacional incentivando a cooperação. Ou seja, é a “política de informação” ou a ligação através da informação entre esses atores para que permaneçam juntos em torno do mesmo objetivo, segundo Keck e Sikkink (1998).

As estratégias implementadas pelos mecanismos em coordenação com o movimento de mulheres/feminista e a cooperação internacional têm tido como consequência novos marcos jurídicos, a elaboração de planos de igualdade de oportunidades assumidos como políticas dos governos, programas nacionais e instâncias de coordenação interministerial em torno de problemas específicos, como violência, saúde sexual e reprodutiva. Também são expressados em mudanças as normativas e procedimentos administrativos para que incluam a perspectiva de gênero no momento de planificar e avaliar suas políticas, que abarcam o emprego de ferramentas tais como indicadores de gênero, os sistemas de capacitação e monitoramento, e os sistemas de produção e difusão de informação.

Sublinha-se que no Mercosul avança-se principalmente na sistematização de informações na RMAAM e no estabelecimento de áreas prioritárias em uma comparação articulada regionalmente entre os Estados Partes. Assim, foca-se desde o princípio dos trabalhos da REM, a consideração sobre as formas de violência contra a mulher e a sua participação social e política, ambas linhas de forte traço cultural inter-relacionado com os mecanismos hierárquicos e de poder penetrados pelo gênero nas sociedades latino-americanas. Ainda nesse período da REM, na sua terceira reunião de junho de 2000, a sua ata respectiva afirma a importância do manejo da informação e do intercâmbio de experiências para a efetividade dos trabalhos:

Para ello, daremos estímulo y afianzaremos la cooperación horizontal a través de la transferencia y el intercambio de experiencias y programas que coloquen a las mujeres como verdaderas actrices sociales en el mundo público y el privado, y continuaremos desarrollando a nivel subregional los mecanismos de consultas periódicas, particularmente la Reunión Especializada de la Mujer en el Mercosur, que nos permitan avanzar para lograr la efectiva equidad de género (MERCOSUR/GMC/REM/ACTA N° 1/00).

Tendo em vista a relevância dessa estratégia comunicativa, alguns exemplos sobre como o uso da informação e do intercâmbio de experiências tem apresentado avanços, já desde o começo dos trabalhos da REM, são apresentados a seguir:

- “Planos de Igualdade de Oportunidades”: que são informes sobre o estágio de cumprimento de respectivos Planos de Igualdade de Oportunidades nos cenários nacionais dos Estados Partes e Associados, com base nos compromissos constantes da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), que começa a ser discutido na I REM em dezembro de 1998;

- Maior debate sobre o tema “Potencialização da Liderança Feminina” foi analisado na V REM, em maio de 2001, a partir da necessidade de continuar fortalecendo a liderança das mulheres nos Estados Partes, através da implementação de planos, programas, projetos, centros ou escolas que trabalhem na formação desse tipo de liderança com perspectiva de gênero e a consideração do intercâmbio de experiências exitosas nos países do Mercosul, além de Chile e Bolívia;

- Mais debate em torno das normativas, recomendações e projetos de resoluções para serem elevados aos órgãos decisório e executivo GMC e CMC. Como a RMAAM funciona a partir do consenso, a troca de experiências através do intercâmbio de informações para legislar as matérias prioritárias da agenda da reunião são momentos de grande relevância para o trabalho dessa instância. O intercâmbio de informações aqui joga um papel principal quando é necessária a correlação de forças entre RMAAM e os órgãos hierarquicamente superiores à reunião na estrutura institucional do bloco;

- As avaliações em cada país dos planos de trabalhos realizados no período posterior à avaliação desde a VIII REM de novembro de 2002. Sempre está posta a necessidade de continuar a troca de experiências em relação à harmonização das legislações nacionais sobre prevenção do assédio sexual, da promoção e difusão do protocolo facultativo da CEDAW e outros instrumentos internacionais de DH, liderança feminina, gênero e macroeconomia, tráfico de mulheres com fins de exploração sexual e violência de gênero;

- A significação que adquiriu a existência de instituições governamentais de gênero com posição de Secretaria de Estado ou ministerial, como ferramenta para a consolidação da equidade de gênero. Este ponto é central na questão de troca de experiências e intercâmbio de informações, pois os cenários nacionais que não apresentam esse mecanismo têm no seio da RMAAM mais força política para justificar tal demanda dentro do seu respectivo Estado. Os cinco países possuem organismos de gênero representados no Executivo Federal/Nacional, os quais possuem como missão institucional trabalhar pelo cumprimento dos acordos

internacionais e a transversalização de gênero nas políticas públicas através de acordos intersetoriais e da elaboração de planos e programas para a promoção da equidade de gênero. O quadro abaixo não faz menção ao mecanismo de gênero venezuelano, mas neste país já existe o “MinMujer – Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de Género” –, tendo como titular uma ministra e o seu instrumento legal de criação, os decretos N° 6.663 e N° 6.665, de 13 de abril de 2009.

QUADRO 4 - Mecanismos Governamentais de Gênero. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Pais	Nível de Hierarquia	Titular	Instrumento Legal de Criação
ARGENTINA	Conselho Nacional das Mulheres - CNM	Subsecretaria Presidencial	Decreto Nacional 1426 de 1992.
BRASIL	Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM	Ministra de Estado	Medida Provisória 103, de 2003 Competência modificada pela Lei 12314 de 2010 ⁴
PARAGUAI	Secretaria da Mulher da Presidência da República ⁵	Secretaria Executiva com status de Ministra	Lei 34/92 de 18 de setiembre de 1992.
URUGUAI	Instituto Nacional das Mulheres - INMUJERES ⁴	Directora do Instituto	Lei 17.930 de 2005

Fonte: Diagnósticos Nacionais sobre Argentina, Paraguai e Uruguai. Brasil: SPM. CEPAL. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/oig/html/niveljerarquico2.html>>. REM, 2011

- A incorporação da abordagem da violência contra as mulheres com limitações físicas na XXI REM, em maio de 2009. Também as delegações mostraram interesse na aprovação da “Ley de protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos interpersonales” da Argentina (Lei nº 26.485), que, por sua vez, foi possível por conta dos dezoito anos de vigência da “Ley de cupos” (Lei nº 24.012), também da Argentina, cuja composição apresenta 40% de senadoras e deputadas no Parlamento Argentino, e da “Campana Argentina por la Equidad de Género y contra la Violencia”.

Assim, a política de informação e o acesso a esta, através de distintos canais, e sua interação com outros atores é uma ferramenta que imprimiu certo grau de efetividade política às ações do mecanismo. Considerando a influência material, entendida como a obtenção de

recursos e financiamento para projetos e campanhas empreendidas, e a influência moral, entendida como todos aqueles comportamentos nacionais criticáveis (KECK; SIKKINK, 1998), alguns dos projetos e propostas da REM, e atualmente da RMAAM, foram exitosos devido a esses dois tipos de influências que conseguiram exercer nos governos dos Estados Partes do bloco.

Em meio às dinâmicas contraditórias, as institucionalidades de gênero encontram um cenário complexo, com uma heterogeneidade de relações, atores e demandas que lhes exigem uma renovada capacidade de proposição e negociação. Observa-se, portanto, a tensão entre a lógica do modelo econômico¹¹¹ e a pressão de demandas sociais heterogêneas que emanam da diversidade de situações, interesses e poder que caracterizam os temas sobre a mulher e o gênero. Porém, para além de efetividade de normativas, o espaço da RMAAM composto pelos mecanismos nacionais como condutores das reuniões conseguem obter de tal lugar o objetivo principal que é a continuidade da articulação política entre eles próprios e com o movimento de mulheres/feministas e os entes de cooperação internacional, para seguirem mais fortificados na correlação de forças com os órgãos decisórios do bloco.

3.2.2 Participação do movimento de mulheres/feministas

A participação social é relevante na correlação de forças que implica a construção da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul desde o âmbito da RMAAM, como também no adensamento democrático do bloco associado à melhoria do desempenho da conformação de políticas públicas regionais. O fenômeno da participação congrega atores de diferentes naturezas políticas como a acadêmica, sindical, parlamentar, empresarial, atores dos movimentos sociais, redes temáticas, organizações sociais e ONGs que conformam o heterogêneo movimento de mulheres/feminista. Ainda assim, o Mercosul institucional, suas reuniões, estrutura, conflitos, negociações, é um campo específico seguido por um conjunto limitado de atores envolvidos atualmente.

111

Em referência, por exemplo, ao acordo entre Mercosul e a União Europeia que voltou ao debate nos últimos meses, que, segundo Samuel Pinheiros Guimarães, não seria uma opção viável ao Mercosul tal acordo de livre comércio. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/economia/acordo-vai-ser-uma-desgraca-134.html> >. Acesso em mai 2014. E, segundo Ivan Ramalho, atual Alto Representante do Mercosul, as condições impostas por ambos os lados podem ser atendidas dependendo do tempo em que se pretender colocar o acordo em prática. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/34498/economista+brasileiro+no+mercosul+escalonamento+n+a+implementacao+de+medidas+e+solucao+para+acordo+sair.shtml>>. Acesso em mai 2014.

Entretanto, como afirma Elizabeth Jelin (2002), o Mercosul começa a funcionar como um novo enquadramento ou marco para as atividades – diálogos, intercâmbios, encontros e conflitos – entre diversos atores e agentes sociais. Esse marco estabelece uma rica gama de produções e análise, e faz com que as mesmas temáticas adquiram um caráter regional indo além de sua possível inserção institucional. Aliás, poder-se-ia dizer que a atribuição de sentido sobre a própria integração vai muito além das dinâmicas concretas e da informação do que acontece no Mercosul institucional. E essa característica foi percebida a partir das entrevistas com as representantes das organizações sociais. Para muitos atores sociais, especialmente sindicais, cooperativistas e ativistas dos direitos humanos, o Mercosul tem, desde a sua fundação, sérios déficits – sociais, democráticos e de participação. Esses déficits não só se referem à participação da sociedade civil nos espaços institucionais do Mercosul, mas ao escasso envolvimento das sociedades e sistemas políticos na definição dos temas e debates substantivos para a integração.

A dificuldade de promover uma cultura democrática nos Estados do Mercosul para que esta possa se arraigar em todos os âmbitos da sociedade é uma problemática que toca diretamente a participação social no processo de integração estudado, já que este é reflexo da forma de se fazer política nos cenários nacionais. Essa dificuldade se vê potencializada quando conceitos como democracia participativa ou cidadania são revistos e repensados ao entrar em cena a formação de blocos regionais como o Mercosul.

Segundo Ventura (et al., 2012), nas reuniões dos órgãos do Mercosul, de modo geral, a sociedade só participa quando é convidada. O convite deve partir das delegações nacionais. Não havendo sistemática pública e geral de participação, o modo de tomar conhecimento da participação não-estatal em reuniões do Mercosul é a verificação da lista de presença das atas de cada reunião. Em estudo de referência sobre o tema, Michelle Ratton Sanchez-Badin constatou que:

Os mecanismos para a participação direta no MERCOSUL têm caráter marginal, concentrando-se no nível executivo e pontual, no nível técnico do processo de decisão do bloco. Fundamentalmente, esses mecanismos são admitidos, de maneira expressa, no Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), nas reuniões preparatórias dos Subgrupos de Trabalho (SGTs) e nas respectivas Comissões, vinculados ao GMC; e, por analogia, nas Reuniões Especializadas e nos Grupos Ad Hoc (SANCHEZ-BADIN, 2009, p. 42).

Ainda segundo Michelle Ratton (2009), o FCES representa os setores econômicos e sociais de cada um dos Estados Partes do Mercosul e pode se manifestar perante o GMC por meio de Recomendações. É o único mecanismo resguardado para a participação direta e exclusiva de outros atores que não aqueles que compõem a burocracia estatal. A participação

no FCES está, contudo, limitada a trinta e seis (36) representantes dos setores econômicos e sociais, sendo reservada a quota de nove (9) integrantes para cada Estado Parte (sem obrigatoriedade de preenchimento das nove cadeiras por cada um). Em um primeiro momento, foram registrados, como representantes dos setores econômicos e sociais no fórum, predominantemente, representantes de associações empresariais de caráter nacional (seja industrial, seja agrícola) e centrais sindicais. As organizações presentes nas reuniões do FCES foram selecionadas pela Seção Nacional de cada um dos Estados membros, “segundo suas particularidades internas” (Artigo 3º, §1º do Regulamento Interno do FCES). Paralisado por suas contradições internas, o FCES tem escassa importância no processo decisório do Mercosul, como afirma Ventura (et al., 2012). O órgão ainda hoje não dispõe de recursos financeiros próprios, sendo os participantes obrigados a custear os trabalhos; suas Recomendações continuam tendo um encaminhamento obscuro, constando somente como anexo em algumas atas (PIÑEIRO & FARIA, 2010).

Esse cenário de déficit da participação cidadã no bloco desde os seus inícios, com o FCES, é um assunto que ao longo do tempo vem sendo debatido e por vezes surgem iniciativas governamentais para promover a participação social, como as Cúpulas Sociais do Mercosul. Os objetivos e procedimentos da participação social no Mercosul estão estabelecidos ainda de forma incompleta. Em nenhum dos âmbitos em que a participação social é permitida existem mecanismos para analisar os efeitos políticos e sociais dessa participação ou se esta tem sido efetivada ou como se dá a escolha dos representantes da sociedade civil. Não existem ainda mecanismos para a prestação de contas sobre a utilização dos resultados pela estrutura institucional do bloco e sua influência no processo de tomada de decisões. A questão da prestação de contas tem o seu ponto central na deficiência de regulamentação e procedimentos para as consultas. Isto quer dizer que o canal é posto à disposição, mas não a sua forma de funcionamento. Além disso, é também importante relacionar tal princípio ao interesse daqueles que não integram o processo de decisão, mas que têm interesse em acompanhar o seu processo.

É importante lembrar que o processo de redemocratização que engloba as sociedades dessa integração é muito recente e que, todavia, estão em formação os canais de diálogo entre sociedade civil e Estado nos cenários nacionais¹¹² e no próprio Mercosul. É notável que o processo de inclusão do movimento de mulheres/feminista no Mercosul, através da REM, posteriormente RMAAM, está mais avançado que o panorama geral da participação social em

¹¹² No caso do Brasil, por exemplo, somente em junho de 2014 foi publicado o decreto nº 8.243 que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS).

canais como o FCES e o Parlamento do Mercosul. É claro que existem limitações e problemas quanto à participação social na RMAAM, porém a articulação entre a reunião e a sociedade civil já tem gerado frutos políticos e normativos importantes para a transversalidade do gênero no bloco. Acredita-se que a experiência de participação da sociedade civil na RMAAM é um exemplo para que outros espaços do Mercosul, abertos à participação social, considerem-no como uma possibilidade de fortalecer a participação social no bloco ainda que esse panorama apresente falhas.

Reitera-se que existe uma ausência de informação disponível para a sociedade em geral sobre como se desenvolvem os mecanismos de participação, ou seja, aquele que não participa, não tem acesso às informações sobre quem participa, como o faz e em que medida influi no processo de decisão. No âmbito da RMAAM, ainda que não existam mecanismos de avaliação da participação social, já existe uma normatização no Regulamento Interno da reunião que dispõe como será dada a participação das organizações sociais de mulheres/feministas. Contudo, essa questão só foi alcançada depois de um longo amadurecimento institucional e normativo dos trabalhos desse foro. Sempre o fortalecimento institucional da RMAAM joga um papel relevante nas conquistas do foro. Isso será visto, a partir de agora, ao longo do recorrido histórico da participação social do movimento feminista/de mulheres na RMAAM. Como também, serão analisadas as conquistas advindas desse processo e como isso foi influenciando na transversalidade do gênero no Mercosul.

3.2.2.1 *A conquista da REM*

Desde as primeiras interações de mulheres organizadas em coletivos, em redes temáticas, frentes de sindicatos, partidos ou de maneira individual, como as intelectuais e acadêmicas, pode-se observar a interação transnacional entre todos esses atores em busca do objetivo central que seria um espaço para debater a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no Mercosul. Teresa Valdés, que participou desse primeiro momento desde uma postura acadêmica, relata:

Ya en 1992, las feministas académicas y de ONGs de Uruguay impulsaron la realización de un proyecto de investigación sobre las mujeres en el MERCOSUR, con la idea de poder establecer las eventuales consecuencias de los procesos de integración comercial sobre las mujeres. Se pretendía realizar diagnósticos para detectar ventajas y desventajas, y a partir de ellos poder hacer propuestas encaminadas a minimizar los costos del proceso y maximizar sus beneficios. Esta preocupación guió en forma consistente una de las líneas de investigación, análisis y propuestas sobre Mujer y MERCOSUR (...) ha tenido ciertos logros: un seminario internacional en Brasil en 1995, un segundo seminario en 1997 y la creación de un Observatorio del

Mercado de Trabajo del MERCOSUR, orientado a monitorear el impacto de los procesos regionales en el empleo femenino. Esta línea de preocupaciones se hizo presente en el Foro de ONGs de América Latina y el Caribe en Mar del Plata (1994), reunión regional preparatoria para la Conferencia de Beijing del año siguiente. (...) El Seminario Internacional ‘Mujer y MERCOSUR’, realizado en Brasil en 1995, contó con ponencias de investigadoras de Uruguay, Argentina, Brasil y Paraguay, centradas en un diagnóstico de la situación de las mujeres en el mercado de trabajo. (...) La/os organizadora/es de esta reunión concibieron el encuentro de manera compleja, con debates y propuestas en diferentes niveles y escenarios de la acción. (...) También fue la ocasión de constituir una Red de información y comunicación sobre ‘Mujer, trabajo y MERCOSUR’, integrada por organismos gubernamentales y no gubernamentales, parlamentarias, investigadoras, organizaciones sindicales, de empresarias y otras mujeres interesadas en el MERCOSUR. Se trataba de unificar los esfuerzos con una óptica de género e incidir en el proceso de integración regional en la perspectiva de equidad de género y contribuir así ‘a la reafirmación de la justicia y la profundización de la democracia’ (VALDÉS, 2003, p. 254-257).

A própria conquista do espaço da antiga REM é consequência da importância da participação social, que ocorreu não de maneira institucionalizada, mas sim a partir da articulação política e fluxo de comunicação¹¹³ entre as organizações sociais participantes do processo de conquista da REM. Como visto, a questão “Mercosul e gênero” foi sendo fortalecida e debatida antes e depois da Conferência de Beijing, em 1995, nos encontros regionais citados. Nesse sentido, também houve uma contribuição de outros entes nesse processo de amadurecimento político de dialogar com os órgãos de decisão do Mercosul para debater o tema das mulheres na integração que recentemente começava seu processo. Foi o caso da UNIFEM, da FLACSO, do Parlatino no papel de incentivadores desses encontros regionais para discutir e reunir esforços, a fim de garantir o espaço do gênero na integração¹¹⁴. Além desses entes, houve também uma abertura de canais de diálogos com as gestoras e parlamentares de cada país que já iniciavam a institucionalização da perspectiva de gênero na máquina estatal de cada cenário nacional. O cenário internacional que, por sua vez, apresentava a força do movimento de mulheres/feministas nas conferências mundiais da ONU também influenciou diretamente no processo de inserção da transversalização do gênero no Mercosul criando a REM.

3.2.2.2 Formação da agenda de gênero

A influência nos processos institucionais (*accountability politics*) foi possível ao articular a REM dentro da estrutura organizacional do bloco e foi necessária uma mudança no organograma institucional do Mercosul. Abordar as dimensões sociais e culturais que o

¹¹³ Exemplo do que seria o *accountability politics*, segundo Keck e Sikkink (1998).

¹¹⁴ Entra em cena a cooperação internacional que será melhor analisada no tópico 3.3.

processo de integração traria consigo, implicou uma reforma institucional e a abertura de novos canais institucionais para atender as demandas que provinham dos atores sociais. Entretanto, a pesar de ganhar um espaço formal, a articulação com outras instâncias para transversalizar a perspectiva de gênero no bloco tem se dado e já apresentam conquistas como visto.

Dessa maneira, conquistado o espaço da REM, é desencadeado o processo de assinalar os temas para uma agenda de trabalho. A REM conseguiu constituir uma agenda que teve variações quanto às temáticas e, em consequência, foram apresentadas diversas abordagens sobre os temas relacionados ao gênero, que foram assinalados de acordo com os interesses institucionais e os objetivos da reunião. Também há aqui uma influência da agenda do movimento de mulheres/feminista latino-americano com uma espécie de apropriação das suas demandas do início da década de 1990.

Desde o ano de 1998 até 2013, houve iniciativas de temas nos quais o movimento de mulheres/feminista que participava da REM/RMAAM cooperou na sua incorporação e na definição de estratégias para tratá-los. A definição de cada um dos temas representou um avanço institucional na medida em que se direcionavam os esforços para ações concretas.

Con una agenda institucional robustecida, los temas debían ser encajados, entendiendo por ‘encajar’ la acomodación de los temas en jurisdicciones institucionales favorables. En este caso la búsqueda por encajar los temas en la agenda pública del Mercosur en un ámbito jurídico fue un trabajo complejo al interior de la REM además de la dinámica institucional y el flujo legislativo que se lleva a cabo para que se insten cambios normativos frente a políticas promovidas por el bloque, la complejidad de este proceso dificultó en ciertas ocasiones ‘encajar’ los temas en la agenda. Esto se dio especialmente en temas como la situación de la mujer y en la incorporación de la perspectiva de género en las mesas de trabajo y en las políticas comerciales y económicas específicamente (FRANCO, 2011, p. 26).

A emissão de decisões do CMC e de resoluções do GMC produtos das recomendações elevadas pela REM é um exemplo de como foram “encaixados” alguns dos temas na agenda regional. A Resolução 84/00 que promove a inclusão da perspectiva de gênero no âmbito do Mercosul, a Resolução 83/2000 que preceitua sobre a necessidade de integração de um banco de dados sobre a harmonização metodológica de indicadores sobre a situação da mulher, a Resolução 79/00 sobre violência contra a mulher e a necessidade de harmonizar as legislações sobre a matéria, a Decisão 14/12 que trata dos delineamentos de política de igualdade de gênero no Mercosul são exemplos de normativas pensadas a partir dos pontos prioritários da agenda e que teve auxílio das organizações sociais na sua produção.

As ações empreendidas pela RMAAM requereram uma série de estratégias para efetivar seus projetos. O uso de ferramentas de caráter político foi fundamental. Dessa

maneira, os atores apropriaram-se da “política de informação” ou *information politics* que as autoras Keck e Sikkink trazem como uma das ferramentas de ação para fortalecer o fluxo de informação dentro de uma rede de defesa transnacional que consiste na capacidade de mobilizar informação por parte dos atores que integram uma determinada rede. Nesse ponto, a colaboração de agentes não estatais, organizações sociais, como o Fórum de Mulheres do Mercosul, e pesquisadoras acadêmicas, foi fundamental para coleta de informação, quando o uso de uma fonte alternativa ajuda a legitimar a informação técnica e estatística.

O Fórum de Mulheres do Mercosul foi um ator protagonista nesse aspecto. Desde seus inícios, além de fazer *lobby* político com os meios de comunicação, participou e continua participando ativamente de todas as sessões da RMAAM, que o encomendou a realização de estudos e diagnósticos, assim como a administração de algumas linhas de trabalho. A coleta da informação devido à articulação com outros tipos de atores é uma posição que a privilegiou e permitiu ao Fórum trabalhar nas linhas temáticas, principalmente a referente à participação política das mulheres. Nas reuniões ordinárias celebradas, o Fórum foi encarregado por questões especiais para cada uma das recomendações que pretendiam ser elevadas ao CMC e ao GMC.

Por un lado en las primeras reuniones se le encomendó la realización de una base de datos común cuyo contenido sería de naturaleza estadística, normativa e institucional, sobre la situación de la mujer en la región. Más adelante se le encomendó la capacitación para la formación de Centros de Formación de Liderazgo para mujeres y hombres (2000), la elaboración de un informe sobre el listado de proyectos que tuvieran incidencia en las mujeres del Mercosur (2001) y un proyecto sobre participación de mujeres en los mecanismos de controversia del bloque regional (2002) entre otros (FRANCO, 2011, p. 22).

Desde a criação da reunião, muitas das recomendações emitidas por esta foram reconhecidas pelo GMC e debatidas nesse órgão, quando, por exemplo, a incorporação de uma perspectiva de gênero no âmbito institucional foi designada como uma questão de interesse na definição da agenda. Sua incorporação nos subgrupos de trabalho implicou a presença e atuação permanente de atores políticos (representantes governamentais), institucionais (organizações internacionais e regionais) e sociais (a sociedade civil), que fortaleceram e legitimaram a agenda de gênero no cenário da integração.

Devido ao ativismo em torno à RMAAM, o posicionamento e a visibilidade dos temas fizeram-se ainda mais evidentes. Os diferentes atores que pressionaram e colaboraram com o desenvolvimento da reunião, como a Rede Internacional de Gênero e Comércio, UNIFEM, o Fórum de Mulheres do Mercosul, entre outros, beneficiaram a inclusão do tema da mulher na agenda política regional a partir da pressão exercida sobre os atores mais poderosos do

Mercosul. Nesse sentido, a importância do envolvimento da sociedade civil dentro da institucionalidade dessa integração regional é que, de alguma forma, consegue romper com a visão hegemônica, vertical e hierárquica, presentes nas relações institucionais dessas esferas estatais. Contribuindo com seu modo de fazer política interna, e externamente com outras organizações, por meio da horizontalidade, dos constantes diálogo e comunicação. E, no momento em que é necessária a relação com atores mais poderosos, como o Estado, essas organizações usam de estratégias de comunicação perspicazes e formas criativas de articulação política que as fazem incidir e persistir na correlação de forças entre sociedade civil – atores poderosos.

Ainda com o Fórum de Mulheres do Mercosul, Emilia T. Xavier Fernandes, presidenta do Capítulo Brasil do fórum e ex-deputada federal pelo Rio Grande do Sul, foi entrevistada para esta pesquisa e contou como é o trabalho da entidade e sua incidência política na RMAAM. Nota-se na sua fala que a ferramenta *information politics* é um recurso bem utilizado pelo Fórum.

No seu propósito de mobilizar, informar e sensibilizar as mulheres para o fortalecimento de seus direitos e conquistas, e do seu empoderamento, o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, desde então vem realizando ampla interlocução entre suas integrantes - entidades feministas e os movimentos de mulheres, membros dos Poderes constituídos, e em especial com parlamentares e diferentes segmentos da sociedade civil, com o propósito de informar e buscar adesão aos temas em debate sobre direitos e avanços da mulher na legislação de cada país e na vida dos povos da região. E, o fato de que o Fórum atua em rede, possibilita a diversidade de olhares e pensamentos. Tendo, como suas ações fundamentais, o apoio à realização de alianças estratégicas para a equidade, a dignidade e a cidadania das mulheres, através de políticas de capacitação e de atuação junto a outros movimentos, a fim de obter avanços nas políticas públicas e nas condições socioeconômicas e culturais das mulheres do Brasil e dos países membros do MERCOSUL. Implementando ações de mobilização e articulação com entidades governamentais, e a sociedade civil no enfrentamento a todas formas de discriminação e violência contra as mulheres, seja por questões de gênero, raça, etnia, situação econômica, escolaridade, opção sexual e idade, entre outras (*Dados da entrevista com Emilia, representante do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL*).

De fato, muitas das ações da RMAAM foram incursionadas pelo Fórum, que implementou os “Encontros Regionais de Mulheres”, realizados em diferentes capitais e cidades dos países do bloco, com o fim de sensibilizar as mulheres participantes de tais encontros para a situação da temática “Mercosul e gênero”. O trabalho do Fórum também legitima, de certo modo, as propostas realizadas em cada reunião da RMAAM. A experiência compartilhada pelas institucionalidades de gênero mostra que existe uma distância entre as concepções e orientações propostas pelo movimento de mulheres/feminista e assumidas em distintos graus pelas instituições de gênero e as outras instituições estatais. É por essa razão

que parte importante das energias das funcionárias desses mecanismos tem estado dirigida à sensibilização e capacitação dos(as) funcionários(as) públicas para poder gerar um canal de comunicação¹¹⁵. Essas atividades abrem espaço para que dentro do Estado vá sendo legitimada a equidade de gênero como objetivo da política. Outra parte importante do trabalho dessas instituições de gênero destina-se a legitimar-se como interlocutor reconhecido e válido frente ao resto do Estado, e a tratar de incorporar os lineamentos das políticas de gênero no conjunto das políticas públicas (GUZMÁN, 2001).

Para efeito de curiosidade, Emilia, na sua entrevista, aponta vários motivos de origens pessoal e política para seu ativismo em torno do tema do Mercosul e gênero.

Minhas origens são a fronteira do Brasil com o Uruguai, denominada Fronteira da Paz, Sant'Ana do Livramento/RS - cidade símbolo de integração do MERCOSUL. E, desde cedo, aprendemos a valorizar a cultura e a história dos diferentes povos, e a importância do trabalho conjunto para o maior alcance dos objetivos de integração e desenvolvimento. E, sabedora dos avanços e desafios comuns às mulheres de todas as raças, do campo e da cidade, nosso engajamento na temática de gênero vem de longo tempo, um processo de amadurecimento levado adiante através do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, que nos permite entender e afirmar que a mulher pode e deve exercer um protagonismo ativo em todos os campos onde se implementam programas cujo objetivo é o desenvolvimento de nossos povos no âmbito da integração regional, que hoje prevalece como estratégia construtiva frente aos desafios de um mundo globalizado (*Dados da entrevista com Emilia, representante do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL*).

E acrescentou que, ao longo dos últimos anos, as mulheres têm conquistado espaços e denunciado as diferentes formas de violência e discriminação. Mas que ainda é necessário “avançar mais, perder o medo de denunciar, assumir o papel da mulher que exige respeito, da cidadã que cobra do Estado e das organizações sociais o apoio legal e institucional”. Emilia lembra ainda que, desde a sua instalação, o bloco criou grupos de trabalho e reuniões temáticas específicas, incluindo a violência de gênero como principal eixo de trabalho, para debater, acompanhar, propor e avaliar o desenvolvimento das ações governamentais e as normativas conjuntas tomadas pelos Estados Parte.

Nada mais justo e correto que esse bloco tivesse também uma Reunião específica para tratar da situação das mulheres em seus países e definir o índice de avanços e desafios ainda existentes para o verdadeiro protagonismo das mulheres da região. As pioneiras do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, acertadamente, quando propuseram aos governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai a criação da REM, vieram além do seu tempo e desejavam um MERCOSUL com cidadania, e que a sociedade se sentisse incluída nos encaminhamentos governamentais. Participamos da mobilização das mulheres frente à nova legislação do MERCOSUL, de sua consolidação

¹¹⁵ Como tem acontecido na Chancelaria Argentina - Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto -, segundo a matéria publicada sobre “Oficinas em sensibilização e capacitação em gênero” em 2013 no site da RMAAM. Disponível em: <<http://www.mercosurmujeres.org/es/capacitaci%C3%B3nysensibilizaci%C3%B3neng%C3%A9neroencanciller%C3%ADaargentina-n89>>. Acesso em abr 2014.

institucional, do convencimento das pessoas e dirigentes políticos e governamentais de que esta era uma alternativa significativa para região. O tema vem se fortalecendo nos Parlamentos e hoje o resultado é a busca da consolidação democrática através de eleição direta nos países membros, para o PARLASUL, com equidade de gênero, que lutamos para que se torne realidade nos Estados-membros. (...) é totalmente cabível e necessário o processo integracionista regional, na medida em que aprofundamos nosso conhecimento em relação à história, à cultura, à formação étnica/racial, às políticas governamentais, à economia e ao potencial regional dos países membros do MERCOSUL. Um dos temas mais comuns nos debates do PARLASUL vem sendo a necessidade de aproximação das sociedades dos países do bloco, daí a importância de ver, olhar, interagir e melhorar a qualidade de vida das pessoas, das cidades, do meio ambiente, da gestão pública e da democracia, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da região (*Dados da entrevista com Emilia, representante do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL*).

Assim, percebe-se o esforço político que o Fórum de Mulheres do Mercosul destina à RMAAM está direcionado ao fortalecimento em si da reunião, como se comprova nas atas da reunião. Além disso, e diante da realidade não paritária nos parlamentos do bloco e da frágil participação política feminina nesses altos cargos, o Fórum decidiu estabelecer, como uma de suas missões principais, o fortalecimento e o aprofundamento da liderança feminina na região. Destarte, periodicamente o Fórum elabora projetos e desenvolve atividades de capacitação visando à promoção de liderança da mulher em cada setor e em todos os níveis de sua vida, entre eles destacam-se os programas de “Liderança Empresarial, Político e para Jovens”, patrocinados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos (CIM-OEA) e UNIFEM da ONU¹¹⁶.

Apesar do protagonismo do Fórum de Mulheres do Mercosul na RMAAM, impõe-se uma questão sobre essa unicidade de assessoramento não condizer com o heterogêneo movimento feminista/de mulheres latino-americano. Esse questionamento foi feito nas reuniões ordinárias tanto pelas representantes governamentais quanto pelas representantes de outras organizações que participavam como observadoras da RMAAM. Isso implica na qualidade da participação social dentro da construção da agenda de gênero e do fortalecimento da RMAAM. Tendo isso em vista, e sem intenção de menosprezar a importante atuação do Fórum de Mulheres do Mercosul no espaço da REM, o novo Regulamento Interno criado depois da mudança de *status* jurídico-político de REM para RMAAM, refletiu essa demanda de abertura à participação social dentro da RMAAM, permitindo que o espaço se tornasse mais plural e democrático com a inserção de outras redes

¹¹⁶ Dados da entrevista realizada com Emilia T. Xavier, representante do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do Mercosul.

e organizações sociais, além do Fórum de Mulheres do Mercosul. É o que será analisado no próximo subtópico.

3.2.2.3 Ampliando a participação social dentro da RMAAM

Desde a sua origem, o Fórum foi idealizado para acompanhar o espaço do Mercosul, estando mais limitado ao espaço da RMAAM. E acredita-se que essa característica pode ser vantajosa, em alguns aspectos, comparada a uma rede transnacional de mulheres que atua em vários outros espaços e não se concentra em somente um. O reconhecimento é inequívoco quanto à atuação do Fórum de Mulheres do Mercosul dentro da RMAAM, porém a abertura da reunião à participação de outras organizações de mulheres/feministas foi um tema bem debatido nas reuniões, já que o Fórum não representa a heterogeneidade do movimento de mulheres/feminista regional.

Pese a que el Foro de Mujeres del Mercosur esté integrado por mujeres ajenas al movimiento de las bases y además, se lo ve institucionalizado por la REM y no representando al amplio y heterogéneo movimiento de mujeres, aunque posea especialización para abordar asuntos específicos, tanto técnicos como políticos y haya logrado visibilidad para las mujeres dentro del proceso de regionalización (SILVA, 2008, p. 5).

O Fórum de Mulheres do Mercosul foi o protagonista na inclusão do tema da mulher no processo de integração e acredita-se que o seu perfil auxiliou nesse sentido, pois quem o integra são altas representantes governamentais e de partidos políticos, empresárias e acadêmicas (que é o caso da entrevistada Emília T. Xavier, acadêmica e ex-deputada federal) ocupando posições de poder e influência nos temas sobre gênero nos seus respectivos cenários nacionais. Segundo Valdés:

Desde las organizaciones sociales, quien promovió el tema fue el Foro de Mujeres del MERCOSUR, una ONG integrada por mujeres de partidos políticos, funcionarias de gobierno y representantes empresariales de los países miembros. A través de la acción de sus integrantes, ubicadas en las burocracias gubernamentales, lograron ser reconocidas como órgano asesor de la REM en la propia resolución que le dio origen, quedando abierta la posibilidad de que otras asociaciones regionales especializadas en temas relacionados con las mujeres, sin fines de lucro y con reconocimiento legal, puedan incorporarse en la misma calidad. (...) una vez instalada la Reunión especializada y realizados varios encuentros, este espacio ha ganado cierta visibilidad y legitimidad en el movimiento de mujeres, cosa que se ve reflejada en el hecho de que distintas organizaciones – ahora sí feministas– han buscado su incorporación y reconocimiento como órganos asesores de la REM (VALDÉS, 2003, p.265).

Com o decorrer dos trabalhos da REM, na XII REM, em novembro de 2004, as delegações brasileira e argentina propuseram com mais veemência a participação de outras organizações sociais nesse espaço, além da presença do Fórum como representante do movimento de mulheres/feminista, que é tão heterogêneo. Na ata da reunião mencionada, está transcrita a fala da Presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul, María Elvira Salles Ferreira, que

afirmó que estaba de acuerdo con la participación de otras organizaciones de la sociedad civil en la REM y destacó que el Foro era una entidad autónoma. Resaltó también la necesidad de discutir el aspecto formal que tendría la participación de la sociedad civil en la REM. Destacó igualmente que el Foro incentivaba la participación de otros grupos de mujeres pero que se debe reconocer que la REM nació del esfuerzo del Foro de Mujeres del Mercosur (...) (MERCOSUR/ XII REM/ ACTA N°1/2004).

Surge um contraponto à fala da representante do Fórum dita por uma das representantes do Uruguai lembrando a heterogeneidade política do movimento de mulheres/feminista:

La representante Profesora Gloria Robaina, sin desconocer la importancia de las mujeres que formaron el Foro de Mujeres del MERCOSUR, afirmó que en Uruguay ese Foro no estaba integrado ni representaba a todas las organizaciones de mujeres, mostrándose favorable a la incorporación de otras organizaciones de la sociedad civil (MERCOSUR/ XII REM/ ACTA N°1/2004).

A reunião “nasceu” do esforço do Fórum, mas não somente, como constata a citação de Teresa Valdés (mencionada no começo deste tópico). Ela, enquanto acadêmica, participou de todo o processo de articulação das organizações sociais e interessadas em conseguir o espaço da REM, que iam além das participantes do Fórum. A fala da representante uruguaia demonstra a necessidade de abertura da REM para outras redes de organizações regionais, com estilo político e demandas de direitos diferentes das do Fórum de Mulheres de Mercosul:

La delegación gubernamental brasileña, por ejemplo, ha reiterado en diversas reuniones su propuesta de que se acepte la participación de otras organizaciones de la sociedad civil de los Estados partes y asociados en la REM, por lo que este tema está incluido en el Programa de Trabajo para el período 2001-2002 (...) (VALDÉS, 2003, p.265).

A partir do ano de 2005, na XIII REM, será aprofundado o tema da participação social. Porém, somente no ano de 2013 o Regulamento Interno da RMAAM é aprovado e a regulamentação de tal tema é realizada, permitindo o espaço de “observadora permanente” da reunião para outras organizações e redes de caráter regional que queiram acompanhar os trabalhos do foro. Abre-se, também, a possibilidade dessas organizações e redes credenciadas

perante à RMAAM de enviarem previamente sugestões e propostas para a agenda das reuniões ordinárias que fica a cargo de cada Presidência Pro Tempore (REGULAMENTO INTERNO RMAAM, Art. 18, incisos *a* e *c*).

Não significa, contudo, que antes da aprovação do Regulamento Interno, outras redes regionais de mulheres/feministas não participavam da reunião. Com o novo Regulamento Interno deferido, o tema da participação social é regularizado preceituando que todas as redes regionais de organizações sociais que participem da reunião tenham caráter observador¹¹⁷ permanente. Contudo, o Fórum conta com um privilégio do acúmulo de trabalho junto a essa reunião desde 1998 e uma relação de confiança mais forte desenvolvida desde esse ano entre as que participam dessa rede e as gestoras dos mecanismos nacionais que coordenam a reunião da RMAAM. Privilégio esse que é difícil de medir através desta pesquisa. Contudo essa hipótese que se levanta tem o intuito de mostrar os vários caminhos que o jogo político estudado pode trilhar; trata-se de uma problemática válida para futuros trabalhos no mesmo tema.

Essa é a maneira como participam as organizações sociais e redes na RMAAM, que é limitada, segundo Silva (2008), considerando a impossibilidade de serem parte ativa nas decisões.

Las organizaciones de la Sociedad Civil tampoco pueden tomar parte activa en las decisiones, de estricta responsabilidad de los estados partes, por consenso, *ad referendum* de los miembros ausentes. El consenso es un aspecto importante de la Reunión Especializada de la Mujer pese a la característica intergubernamental del MERCOSUR. El cometido de la REM en lo que se refiere al concepto de igualdad de oportunidades es debatido entre todos los actores que aportan a las temáticas, con vistas a contribuir a lo que se demandaba al bloque desde los movimientos organizados de mujeres. Pero, es lo que los estados partes prioricen y consensúen lo que va a orientar la construcción de la institucionalidad sobre la mujer en el MERCOSUR (SILVA, 2008, p.7).

Seguindo a análise de Lilian Celiberti (apresentada no segundo capítulo), a abertura à participação social na REM faz parte da sua segunda etapa (2005-2007). Etapa marcada, de um lado, pela ampliação da participação das organizações sociais, e, do outro, pela intencionalidade política dos mecanismos de gênero dos Estados Partes de articular ações e desenvolver alguns eixos de trabalho em outros espaços do Mercosul.

¹¹⁷ A condição de participação das organizações sociais na RMAAM para assessoramento está de acordo com sua respectiva inscrição através de uma nota à correspondente Presidência Pro Tempore do bloco solicitando o seu ingresso, que será revista pela RMAAM na próxima reunião que ocorra. Essa pequena burocracia não interfere na simples presença de organizações e movimentos sociais na RMAAM. Todavia, o direito a propor algum ponto para a agenda da RMAAM restringe-se às organizações sociais que solicitaram inscrição e que foram aceitas. Isso pode ser visto nas atas da reunião, quando menciona, por exemplo, que a “Marcha Mundial das Mulheres – MMM” esteve presente na reunião, mas esta rede não está inscrita como organização social assessora da RMAAM.

As repartições nacionais da mulher promoveram neste período uma ampla participação. Inclusive geraram iniciativas públicas para visibilizar o espaço de trabalho regional e a própria REM/RMAAM, mas esta vontade política coexiste com as dificuldades internas de estrutura e pessoal dos mecanismos de gênero nos Estados, que impedem realmente de dar forma e seguimento aos acordos obtidos. A participação da sociedade civil na RMAAM redundava, via de regra, em âmbito mais declarativo do que decisório, mas este aspecto obedece mais à fraqueza institucional do que à vontade política, segundo Lilian Celiberti (2010).

Apesar das limitações, como já visto, a participação social na RMAAM é um dos lócus dentro do Mercosul onde se tem vivenciado mais articulação política entre movimento de mulheres/feminista com as representantes das institucionalidades estatais presentes. Há muitos caminhos a serem percorridos para que a participação seja bem mais efetiva em âmbito Mercosul e conseqüentemente na RMAAM, mas com o cenário existente já se afirma que o gênero é uma categoria relevante na configuração desse processo de integração feito com democracia.

Atualmente, segundo a página oficial da RMAAM, as redes regionais de organizações e movimentos sociais de mulheres que estão na reunião na condição de observadoras permanentes, que solicitaram seu ingresso e foram atendidas, são: Fórum de Mulheres do MERCOSUL¹¹⁸; Articulación Feminista Marcosur – AFM¹¹⁹; Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM¹²⁰; Comissão de Mulheres da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul¹²¹; e a Red Internacional de Género y Comercio¹²².

Na ocasião da entrevista com Lilian Celiberti em abril de 2013, ela apresentou o histórico de formação da Articulación Feminista Marcosur – AFM. O trabalho conjunto das organizações que a integram tem suas origens na preparação da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, no ano de 1995. A Articulación tem como eixo central de sua estratégia:

promover o desenvolvimento de um campo político feminista a níveis regional e global. Por isso, muitas das iniciativas implementadas durante os últimos dez anos de trabalho, tem sido dirigidas a gerar e incentivar o debate feminista e os diálogos entre diferentes redes, assim como desenvolver campanhas de comunicação.¹²³

¹¹⁸ Site Oficial do Fórum de Mulheres do MERCOSUL: <<http://www.forodemujeresdelmercosur.org/>>.

¹¹⁹ Site Oficial da Articulación Feminista Marcosur: <<http://www.mujeresdelsur-afm.org.uy/>>.

¹²⁰ Site Oficial do Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher: <<http://www.cladem.org/>>.

¹²¹ Site Oficial da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul: <<http://www.cscs.org/>>.

¹²² Site Oficial da Red Internacional de Género y Comercio: <<http://www.generoycomercio.org/>>.

¹²³ Informações obtidas na página da Articulación Feminista Marcosur. Site: <http://www.mujeresdelsur-afm.org.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=112>. Acesso em: 18 abr 2013.

As pessoas e organizações que criaram a AFM formam parte do movimento feminista de cada um dos países que a conformam. Está integrada por articulações e organizações nacionais, tais como: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)¹²⁴, Coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP), Rede Nacional de Mulheres da Colômbia, Coordenação da Mulher de Bolívia¹²⁵, SOS Corpo¹²⁶, Coletivo Leila Diniz, CFEMEA¹²⁷, REDHE no Brasil, CDE e a Equipe de comunicação feminista do Paraguai, CISCOSA na Argentina, Flora Tristán¹²⁸, no Peru, e CIDEM¹²⁹, na Bolívia. A sede e a Secretaria Executiva da AFM encontram-se no Centro de Comunicación Virginia Woolf (Cotidiano Mujer), Montevideu - Uruguai. Além do fortalecimento da perspectiva de gênero nesta institucionalidade, a AFM está conectada a outros *lócus* de promoção da equidade de gênero, tanto em nível regional quanto internacional. Integra: o Comitê Internacional do Fórum Social Mundial; a Mesa de Articulación de Asociaciones Nacionales y Redes de ONGs de América Latina y el Caribe; a Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e a Campanha 28 de setembro pela despenalização do aborto na América Latina e Caribe.

A ocupação de outros espaços e a manutenção da sua presença estratégica no Mercosul move a AFM. Como é constituída por muitas organizações e movimentos sociais e por outras redes transnacionais, acredita-se que acompanhar estes espaços é mais uma forma para permanecerem unidas e fortalecidas em uma posição política comum relacionada a qualquer tema de gênero que venha a aparecer nos encontros dessas instituições oficiais. Igualmente, a AFM demonstra que entende o desafio da equidade de gênero muito além do cenário do Mercosul e a importância de estarem sempre articuladas regional e internacionalmente.

Dentre os seus objetivos, três deles são os que transparecem o motivo da Articulación participar de um espaço como a RMAAM:

- 1) Incidir políticamente en los debates democráticos y la construcción de una integración que amplíe las ciudadanías y profundice la democracia.
- 2) Fortalecer los espacios de articulación entre los movimientos sociales y, particularmente, reforzar e incidir desde la presencia feminista en estos ámbitos.

¹²⁴ Site Oficial da Articulação de Mulheres Brasileiras: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/>>.

¹²⁵ Site Oficial da Coordenação da Mulher de Bolívia: <<http://www.coordinadoradelamujer.org.bo/web/>>.

¹²⁶ Site Oficial da Sos Corpo: <<http://www.soscorpo.org.br/>>.

¹²⁷ Site Oficial da CFEMEA: <<http://www.cfemea.org.br/>>.

¹²⁸ Site Oficial da Flora Tristan: <<http://www.flora.org.pe/web2/>>.

¹²⁹ Site Oficial da CIDEM – Bolívia: <<http://www.cidem.org.bo/>>.

3) Consolidar a la Articulación Feminista MARCOSUR como una corriente de pensamiento activo para potenciar la incidencia política de las mujeres en los procesos de integración y en la defensa de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales¹³⁰.

Sobre a participação da AFM na RMAAM, Lilián comenta, em entrevista, que “en la RMAAM hemos participado activamente a partir del 2005 cuando se generaron condiciones reales en los gobiernos para un diálogo más fructífero con la sociedad civil”. Ela continua explicando os motivos pelos quais a AFM atua na RMAAM e o porquê deste lugar ser propício para pautar suas demandas.

(...) creo que las organizaciones feministas nos hemos involucrado en la institucionalidad del Mercosur principalmente con el objetivo de impulsar una perspectiva regional de las políticas y los problemas. La articulación de políticas en clave regional es un desafío para los estados nacionales en particular en lo que refiere a derechos (...). Se ha avanzado en el protocolo de Trata con fines de explotación comercial, se ha colocado el combate a la violencia de género y en la necesidad de potenciar el espacio de participación política de las mujeres. Pero aún estos logros tienen diferencia por países y todavía pueden ser considerado más declarativos que efectivos (*Dados da entrevista realizada com Lilian Celiberti, representante da Articulación Feminista Marcosur*).

A análise feita até este ponto indica que as limitações prevalecem quando comparadas com as conquistas sobre a temática da participação do movimento de mulheres/feminista na RMAAM. Acredita-se que a metodologia aplicada por este trabalho (pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas através da internet e telefonemas) ficou aquém para descobrir mais fielmente a trama invisível do jogo político que abarca a participação social na RMAAM. Mas, é relevante lembrar também que, como dito anteriormente, não existem mecanismos mais fortalecidos que auxiliem a aprofundar a participação social do bloco e dentro da reunião. Mesmo com toda a complexidade da participação dos movimentos de mulheres/feminista na RMAAM, há avanços concretos que devem ser mantidos, como o papel que atuam na construção da agenda e sua assessoria em atividades como a conformação do documento das “Diretrizes para as políticas de gênero no Mercosul”, que contou com a participação do Cotidiano Mujer, representando a Articulación Feminista Marcosur, do Fórum de Mulheres do Mercosul e da Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul.

Depois de passado em revista o tema da participação, a seguir, será abordada a cooperação internacional e seu papel importante no fortalecimento da RMAAM e na construção da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul.

¹³⁰ Informações obtidas na página da Articulación Feminista Marcosur. Site: <http://www.mujeresdelsur-afm.org.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=112>. Acesso em abr 2013.

3.3 A Cooperação Internacional

A cooperação internacional é outro fenômeno marcante para que os avanços da RMAAM fossem percebidos e para que o tema do gênero no Mercosul fosse articulado e continuasse se fortalecendo. No Regulamento Interno da reunião está preceituado no seu art. 4º, inciso “e”, que uma das responsabilidades da RMAAM é identificar e remeter ao Grupo de Cooperação Internacional (GCI) os projetos de cooperação no âmbito do Mercosul, assim como os programas, ações e projetos de cooperação técnica com países extrazona e Organismos Internacionais, identificados como de seu interesse. Desde o início dos trabalhos da REM, sempre esteve presente essa relação com organismos internacionais e regionais, através da UNIFEM e da FLACSO. Esse contato foi derivado dos movimentos de mulheres/feminista, sabendo que com apoio internacional seria mais acessível a articulação política para conseguir o espaço da REM dentro do Mercosul.

Nos momentos prévios ao surgimento da REM, estiveram presentes além da FLACSO e da UNIFEM, outros entes da cooperação internacional como o The British Council, a Fundação Fulbright, o BID, a UNIDO, a OIT, o CIEDUR e a NGONET. Ao longo dos trabalhos da reunião, segundo as atas, a UNIFEM e outros organismos de cooperação como a CEPAL, a AECID, a OEA, a OIT, a OIM, a OPS, a UNFPA foram os entes que acompanharam os debates, auxiliando de forma técnico-financeira geralmente. A relevância da intervenção desses atores radicou em suas contribuições no sentido de convergir em relação às normativas sociais, políticas e culturais conectadas à importância do papel e o empoderamento da mulher em diversos campos, sendo capazes não somente de apoiar de forma logística a REM/RMAAM, mas também de apoiar o processo de integração nas suas facetas político-sociais.

Baseada no estudo de Keck e Sikkink, a chave para entender as primeiras cooperações técnicas e os vínculos que ficaram estabelecidos com alguns desses atores e não outros, e o interesse de novos entes que se juntam à REM/RMAAM para colaborar, é que

(...) the social and political contexts within which networks operate contain contested understandings as well as stable and share ones. Network activists can operate strategically within the more stable universe of shared understandings at the same time as they try to reshape certain contested meanings (KECK; SIKKINK, 1998, p. 91).

Ou seja, o cenário internacional e seu contexto político na década de 1990 estavam, em parte, direcionados aos grandes debates sobre os temas da Mulher nas Conferências da

ONU influenciando os entes de cooperação internacional imbuídos no mesmo compartilhamento de ideias a estarem presentes junto às sindicalistas, parlamentares, acadêmicas e movimentos de mulheres que faziam públicas suas demandas em relação ao processo de integração Mercosul.

A cooperação, em diferentes aspectos e temas polêmicos presentes na reunião, direciona à transformação do exercício da soberania ampliando o marco de ação e o espectro além das fronteiras nacionais. Assim, a inclusão da perspectiva de gênero na agenda política regional implicou, ademais de uma mudança institucional nas estruturas do bloco, o fortalecimento da posição da RMAAM no interior deste, com o objetivo de convergir os múltiplos interesses e a participação de diferentes classes de atores.

Em relação à ferramenta de ação *information politics*, a cooperação com outras organizações, algumas de caráter internacional, regional ou ainda nacional, legitimou a informação coletada para as ações empreendidas pela reunião. Alguns exemplos da cooperação são: a colaboração da UNIFEM e seu projeto para o bloco de um “Sistema Integrado y Sistema de Estadísticas e indicadores sociodemográficos sobre trabajo y educación”, além do financiamento de diferentes campanhas e programas; a CEPAL e sua proposta de indicadores de gênero na II REM em 1999, que serviu de base para a elaboração de diagnósticos comparativos e informes regionais e nacionais apresentados por cada um dos governos, bem como, a construção dos “Planes de Igualdad de Oportunidades”; e as bases de dados sobre o mercado trabalhista, educação, participação social e política que foram estudos e pesquisas coordenados com a OIT na XVI REM, em 2006.

Quanto à natureza dos temas debatidos nas várias agendas de trabalho da reunião, a cooperação técnica esteve presente nas reuniões ordinárias, em caráter de “observadoras”, com a função de apoiar técnica e financeiramente. Com o tema sobre a situação da mulher na região – um dos primeiros a serem discutidos no âmbito da REM –, foi elevada uma recomendação para construir uma base de dados regional e uma harmonização da metodologia e dos indicadores sobre a situação da mulher, que apresentou o Fórum de Mulheres do Mercosul como realizador da pesquisa por meio do financiamento da UNIFEM. Esse estudo¹³¹ serviu de precedente para os futuros indicadores de violência doméstica e sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual que foram realizados pela AECID através

¹³¹ O informe do estudo apresenta a sistematização de mais de 2000 normas emitidas pelo Mercosul frente à perspectiva de gênero. Determinou-se a ausência dessa questão para o decreto de normas no bloco e igualmente contrastava os países e a ausência de normativas de gênero dentro de seus cenários. Dados disponíveis na ata MERCOSUR/GMC/REM/ACTA N° 1/00. Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202000%201/REM_2000_ACTA01_ES.pdf> Acesso em jan 2014.

do projeto “Fortalecimento da institucionalidade e a perspectiva de gênero no MERCOSUL” que permaneceu ativo do ano de 2009 até 2013.

A elevação de algumas recomendações foi feita também com base no Convenio nº 156 da OIT que trata sobre a igualdade de oportunidades e o tratamento entre trabalhadoras e trabalhadores. Por outra parte, a cooperação internacional incentivou a celebração de seminários, como o de 2006 em Brasília, “Gênero e Integração regional: políticas de emprego para as mulheres do Mercosul”, atividade produto de uma aliança entre a Comissão de mulheres da Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul, a Rede Internacional de Gênero e Comércio, a Articulación Feminista Marcosur, UNIFEM e a OIT, onde foram analisados os avanços e os desafios pendentes nos países da região imersos no tema. Em relação ao “Tráfico de Mulheres” sua incorporação à agenda da reunião deu-se na IX REM, em maio de 2003, com o apoio da Comissão Interamericana da Mulher (CIM/OEA).

No decorrer dos trabalhos do espaço da REM/RMAAM, mais recentemente, um agente de cooperação internacional foi fundamental para progredir em temas relevantes da agenda do período de 2012-2013. Trata-se da cooperação feita com a AECID¹³², já comentada nos capítulos anteriores, porém retomada pela sua importância no auxílio da transversalização de gênero no Mercosul. O Plano Operativo Anual (POA) do projeto “Fortalecimento da institucionalidade e a perspectiva de gênero no MERCOSUL” contou com quatro eixos que retratam os temas relevantes na agenda de gênero da RMAAM: fortalecimento da institucionalidade da RMAAM (tanto através de recursos financeiros como humanos); alcance de um “Sistema de Informação Regional em Violência Doméstica baseada em Gênero”; participação política das mulheres e o combate ao tráfico de mulheres com fins de exploração sexual-comercial. Junto a todos os temas, algumas entrelinhas políticas sobre a temática de gênero também foram postas como metas para serem cumpridas: visibilizar a RMAAM e o projeto de cooperação; sensibilizar o Mercosul desde uma perspectiva de gênero; instalar a equidade de gênero no debate público; visibilizar o tema do tráfico de mulheres e colocá-lo no debate público.

Os eixos mencionados deram lugar a uma variedade de ações e atividades de sensibilização, consultorias nacionais e regionais, articulação com outras reuniões especializadas, busca e sistematização de informação acerca do tráfico e da violência de

¹³² A cooperação da AECID com a RMAAM deu-se a partir da assinatura do “Memorando de Entendimento entre AECID e o MERCOSUL” em junho de 2008. Representou uma oportunidade concreta para estreitar a colaboração em temas de interesse comum, incluindo a execução de projetos de cooperação, entre outros, na área de Gênero. Foi o projeto “Fortalecimento da institucionalidade e a perspectiva de gênero no MERCOSUL”, que teve início ainda no ano de 2008 na REM e término no ano de 2013, quando esse espaço mudou seu caráter político para RMAAM.

gênero e fomento à participação política. No processo de implementação do projeto, a intenção dos benefícios, segundo relatórios da sua coordenação¹³³, estavam direcionados às mulheres da região e, posteriormente, aos países membros do Mercosul, assinantes do projeto, como também direcionados à região em seu conjunto. Observou-se a importância de tal cooperação por meio das entrevistas feitas com gestoras dos mecanismos nacionais que participaram diretamente nos trabalhos do projeto, como também a interconexão entre os atores que conformam os trabalhos da RMAAM. É o que pensa Maria Angélica Fontão em entrevista feita para esta pesquisa, enquanto representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM do Brasil e ex-assistente técnica nacional do projeto “Fortalecimento da Institucionalidade e perspectiva em gênero no Mercosul”, financiado pelo Programa de Cooperação MERCOSUL – AECID.

(...) a RMAAM, antiga REM, tem trabalhado muito com proposta de ações que tenham caráter regional. Isso ficou bem claro no processo do projeto. (...) Não que a RMAAM seja restrita a ele, porque trabalhou também outros temas, mas inegavelmente os principais avanços foram impulsionados pelo projeto, tanto os que estavam previstos no seu plano de ações e foram executados, como outros avanços não previstos, mas que se deram. (...) Até, por exemplo, a mudança de status pra reunião de ministras ou a aprovação da decisão do CMC que encomenda a elaboração de uma política de gênero que não foram resultados diretos previstos do projeto, mas foram indiretamente.

(...) na minha avaliação, a questão é que a RMAAM se propõe a ser mais que um espaço intergovernamental de diálogo/troca de experiências, mas a estrutura institucional do bloco não é pra isso. Nisso, na verdade, entra esse projeto que eu trabalho e que está se encerrando: ele é um esforço de poder concretizar (técnico e financeiramente) ações que vinham sido pensadas pela REM, mas que não tinham continuidade no período entre as reuniões (*Dados da entrevista com Maria Angélica Fontão, representando a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República do Brasil*).

O objetivo geral do projeto foi o de contribuir para que a institucionalidade do Mercosul incorporasse a perspectiva de gênero em todas as suas ações, ou seja, meta pretenciosa dentro de um cenário com correlações de forças bem presentes e complexas de serem manejadas. No último relatório¹³⁴ sobre avaliação de todas as conquistas do projeto dentro da RMAAM e do Mercosul, são apresentados quatro quadros-resumo sobre os avanços em matéria de cooperação de acordo com o que ditava o acúmulo de trabalho da reunião do panorama da sua agenda em 2008 até 2013 (início e final respectivamente do projeto em referência).

¹³³ Todos os relatórios do projeto estão disponíveis em: <<http://www.mercosurmujeres.org/pt/projetos-d31>>. Acesso em abr 2013.

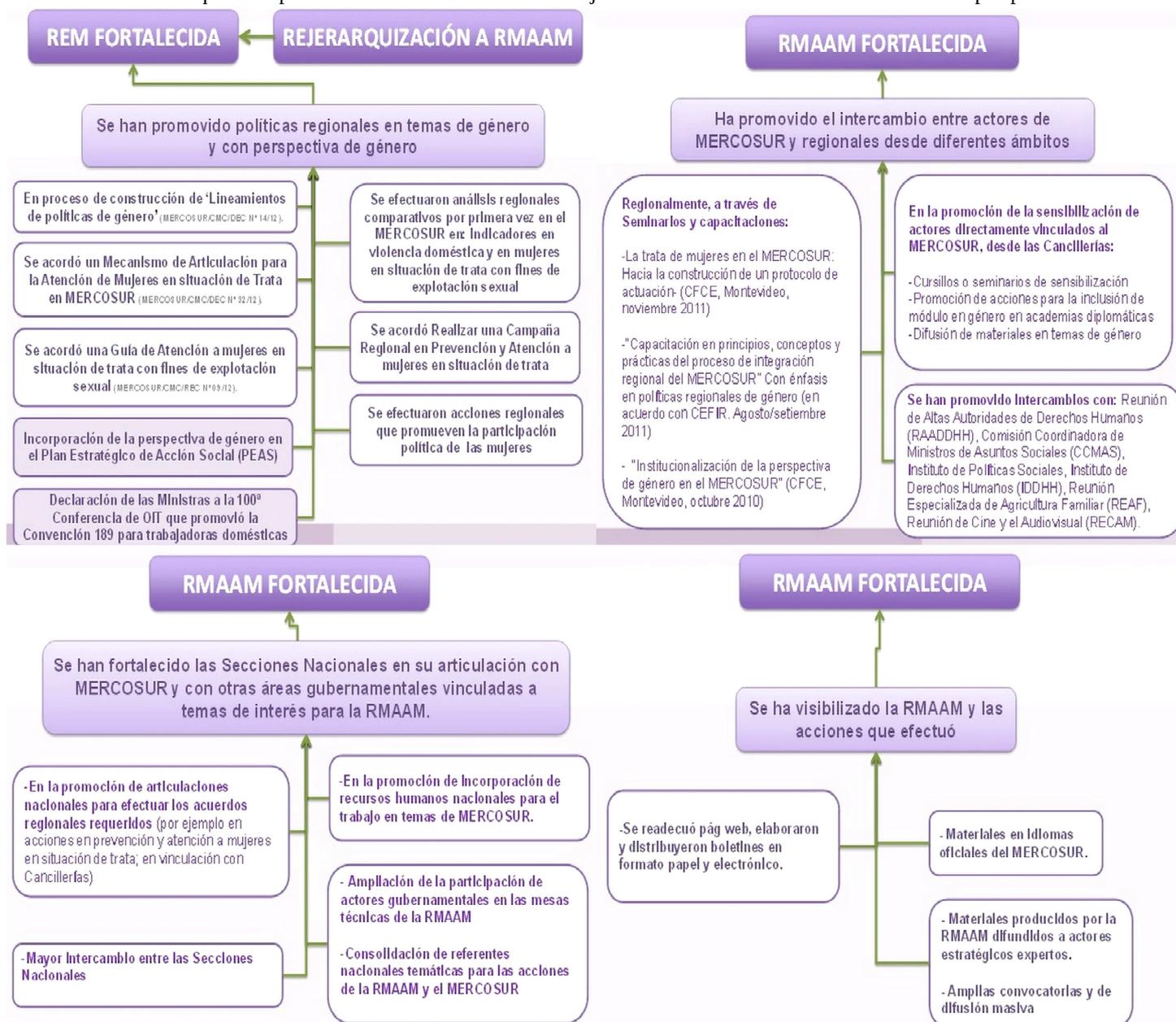
¹³⁴

Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/Avances%20al%20cierre%20de%20proyecto_presentaci%C3%B3n.pdf> Acesso em nov 2013.

QUADRO 5 - Alcances por meio da Cooperação Técnica AECID - RMAAM¹³⁵

¹³⁵ Disponível em: < http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/Avances%20al%20cierre%20de%20proyecto_presentaci%C3%B3n.pdf>. Acesso em jan 2014.

Fonte: quadros apresentados no relatório final do Projeto Fortalecimento da institucionalidade e a perspectiva de



gênero no MERCOSUL” e agrupados pela autora.

Razoável é lembrar que todos os alcances apresentados no quadro não necessariamente estão conectados com o desenvolvimento do projeto de cooperação em questão, porém, muitos êxitos que a RMAAM apresenta atualmente vêm da prática cooperativa, como bem afirmam

Juliana Lazagabaster, ex- Asistente Técnica RMAAM, atual Assessora da “Dirección de la Mujer - Cancillería Argentina”.

La campaña regional “MERCOSUR libre de trata de mujeres” es un avance significativo y que está a punto de ser puesto en marcha a través de la implementación de la misma (*Dados da entrevista realizada com Juliana Lazagabaster representante da Dirección de la Mujer, Cancillería Argentina*).

Além dos resultados esperados, o processo de execução do projeto foi pensado para trazer benefícios em longo prazo: elevação do *status* da perspectiva de gênero na região; superação da REM/RMAAM como espaço de diálogo para passar à realização de ações conjuntas; posicionamento da REM/RMAAM tanto ao interior da estrutura do bloco quanto para o exterior; coordenação e visibilidade das ações conjuntas desenvolvidas regionalmente nos diferentes foros do âmbito internacional. O projeto deveria, ainda, ser uma ferramenta útil a fim de reduzir as assimetrias existentes entre os Estados Partes, que implicaria colocar em jogo determinadas doses de solidariedade.

Conta-se, nesse caso também, com o conceito do “efeito bumerangue” das autoras Keck e Sikkink, já que muitas redes de defesa transnacionais conectam seus ativistas a partir de países desenvolvidos com outros militantes em países menos desenvolvidos. Esse tipo de conexão é mais frequentemente utilizado com o fim de afetar o comportamento estatal ineficiente para com as demandas das organizações sociais, dos próprios mecanismos de promoção de equidade de gênero, resumindo-se, na RMAAM, um mecanismo de gênero hierarquicamente inferior aos órgãos de condução do Mercosul, ou seja, os atores poderosos (KECK; SIKKINK, 1998).

Essas conexões entre entes cooperacionais e a RMAAM são importantes para os dois lados. Para os menos poderosos, atores do Terceiro Mundo, as redes proporcionam acesso, “leverage¹³⁶ and information (and often money)”, algo que não tem como esperar de maneira mais rápida por parte dos entes estatais que são demandados e são a causa para tal cooperação ou conexão. Para os grupos de cooperação dos países desenvolvidos, “they make credible the assertion that they are struggling with, and not only ‘for’, their southern partners” (KECK; SIKKINK, 1998, p.93).

¹³⁶“Activists in advocacy networks are concerned with political effectiveness. Their definition of effectiveness often involves some policy change by ‘target actors’ which might be governments, but might also be private actors. In order to bring about policy change, networks need to both persuade and pressurize more powerful actors. To gain influence the networks seek *leverage* – a word that appears often in the discourse of advocacy organizations – over more powerful actors. By exerting leverage over more powerful institutions, weak groups gain influence far beyond their ability to influence state practices directly. Identifying points of leverage is a crucial strategic step in network campaigns: material leverage and moral leverage” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 97).

Linkages with northern require high levels of trust, because arguments justifying intervention on ethical grounds often sound too much like the 'civilizing' discourse of colonial powers, and can work against the goals the espouse by producing a nationalist backlash (KECK; SIKKINK, 1998, p. 94)

Embora tais relações possam produzir tensões, não é incomum ver reproduzido internamente as relações de poder que essas mesmas redes estão tentando combater ou transformar. O diálogo sempre será, então, a melhor saída, já que os atores que pedem auxílio à cooperação internacional ficariam menos fortes na correlação de forças com os atores poderosos, no caso com os órgãos de condução do Mercosul.

Portanto, conclui-se que o fenômeno da cooperação internacional, analisado nesse último tópico do trabalho, foi de extrema relevância enquanto base logística e financeira para que a atividade da RMAAM e o seu objetivo de transversalizar a perspectiva de gênero no bloco apresentasse alcances mais visíveis. Como é sabido, o processo de incorporar o gênero na política dos Estados Partes do Mercosul e no interior da institucionalidade do bloco é um fato relativamente recente e que, não por acaso, enfrentaria vários obstáculos para sua concretização. E é por ter essa característica política e de poder em mente, que se afirma que, muito provavelmente, a cooperação técnica, que tem sido desenvolvida desde os inícios da REM, continue sendo fundamental para a contínua transversalidade do gênero nesse cenário, enquanto nossa cultura democrática nos âmbitos regional e nacionais, ao mesmo tempo, continua se fortalecendo, até o momento em que não seja mais tão estritamente necessário o apoio técnico-financeiro da cooperação internacional como visto.

Em termos gerais, por fim, acredita-se que o ideal de uma sociedade democrática, onde o respeito e a solidariedade nas relações de todos os tipos entre seus atores, é o que buscam as ativistas que atuam no cenário do Mercosul em torno aos temas da mulher e gênero, que, já pelo fato de persistirem no seu labor desde 1998, estão oxigenando e construindo um desenho de equidade para a tão buscada democracia tanto no âmbito do Mercosul quanto nos âmbitos nacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema referente à transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul é amplo devido ao seu acúmulo de atividade normativa, político-institucional e de articulações políticas; é complexo, por se tratar de uma via de reparação e combate à cultura patriarcal entranhada nas sociedades que compõem os Estados Partes do Mercosul; e é, além disso, inovador, por ter entrado em cena no panorama do bloco há pouco mais de uma década. Outra característica também relevante é que os atores que continuam imbuídos no objetivo de transversalizar a perspectiva de gênero no bloco mostram coerência na sua atuação frente à dinâmica institucional-política do Mercosul e frente ao manejo com o que significam os cenários democráticos multifacetários dos Estados Partes.

A abrangência que a categoria de gênero apresenta na sua análise, exatamente por ter a capacidade de ser questionada em qualquer área da vida em sociedade, foi sentida a partir do que as abordagens feministas das Relações Internacionais trouxeram ao debate acadêmico da política internacional. O interessante que se vê nessas abordagens é que além de conseguirem questionar as opressões ocultas ao que se refere à mulher/ao feminino no sistema internacional, essas correntes teóricas constroem suas ferramentas metodológicas e epistemológicas a partir de outros marcos científicos dos que utilizavam as teorias clássicas das RI. Trazendo, dessa forma, “conceitos” abertos à construção, ao debate e por isso humanizantes e horizontais. Ou seja, existe uma consistência quanto à maneira de conduzir o debate científico-político dessas abordagens e como isso se materializa na prática, através das pesquisas que se conectam às práticas feministas e de mulheres ao redor do mundo para visibilizar na Academia e no entendimento do próprio sistema internacional a opressão patriarcal constituída por várias facetas.

A inovadora metodologia e epistemologia feministas das RI, que considera a atuação dos novos atores e a força dos novos temas na complexa correlação de força-poder no plano internacional, juntamente com a produção bibliográfica das militantes feministas latino-americanas e as entrevistas concedidas para esta pesquisa trazem um aporte relevante para compreender o início do debate do gênero no Mercosul e o trabalho que se seguiu a partir de conformada a REM. E nos auxiliam a revelar os obstáculos que fazem com que o trabalho para essa transversalização às vezes não flua tanto quanto o esperado e planejado pelos atores imbuídos dessa função.

A complexidade observada nesse cenário é direcionada à análise das articulações políticas entre os atores envolvidos no processo da transversalização, que, ademais de estarem compenetrados no Mercosul, ainda atuam nos âmbitos nacionais e internacional. Esse é um dos motivos pelos quais se afirma que os alcances da transversalização no Mercosul já são

relativamente palpáveis, pois não se pode esquecer de que a RMAAM convive com dois lados de correlação de forças no seu cerne: o cenário internacional que faz com que o Mercosul seja pragmático e realista na sua política de condução, e, assim, influencia no segundo lado que é a mudança ou valorização da área político-social do bloco, estrutura que na sua hierarquia não dá autonomia à RMAAM. E é por isso que a característica declaratória do seu trabalho ainda é tão persistente. Mesmo com todos esses desafios, nota-se que se continua na luta da transversalização do gênero no bloco, com o apoio dos atores do movimento de mulheres e da cooperação internacional conformando redes e auxiliando no fortalecimento da RMAAM para a contínua transversalização do gênero.

Entre as características da reunião, encontra-se por um lado a importância que adquiriu no momento de posicionar-se em um cenário limitado pelos aspectos econômicos e comerciais que tratava com prioridade o processo. Por outra parte, logrou se localizar no debate político dentro das altas instâncias do Mercosul (GMC-CMC), imprimindo importância a temas que antes eram ignorados na agenda regional. De outro lado, a REM/RMAAM, através de suas recomendações que são suas expressões normativas, promoveu a harmonização de normas sociais essenciais para aspectos sociais e culturais da integração como a situação da mulher na região e sua participação nos espaços oferecidos pelo processo. Por último, como espaço político foi considerado um veículo fulcral (mas não único) nas negociações formais de temas culturais e sociais referentes à mulher que subjaz no Mercosul.

Ao considerar o cenário regional da atuação inicial dos movimentos das mulheres, os ganhos democráticos de participação cidadã e direito a pautar suas demandas nas institucionalidades do Estado é um ganho primordial que influenciará no contexto da RMAAM. Os avanços que o movimento feminista têm obtido com os temas sobre gênero e direitos da mulher no Mercosul são enormes comparados a outras reuniões especializadas e espaços que debatem os demais temas sociais nessa integração. O próprio fato de, em plena década de 90, o bloco ter se aberto a aceitar a constituição da REM na sua institucionalidade que nem tinha ainda consolidado o Fórum Consultivo Econômico-Social (única instância de participação da sociedade civil no Mercosul até então), é um exitoso ganho político para o setor das mulheres. E com o funcionamento da reunião, a certeza da participação de organizações sociais na sua estrutura, ainda que de forma muito assessoria ou em caráter “observador”, é outro ganho político para o movimento de mulheres, visto que o momento histórico da ocasião era o modo pelo qual iria se dar a consolidação da democracia na região

juntamente com o pensar em novos marcos culturais de equidade de gênero na trama democrática vivida naquela década.

O trabalho do movimento de mulheres/feminista é um longo e gradual caminho de mudanças e tomadas de posturas políticas que dialogam a fim de obter uma postura comum de pensamento entre os grupos que compõem o movimento e, assim, obter mais força política. A continuidade da inequidade de gênero é um obstáculo para toda a democracia, pois é como Marcela Lagarde assinalou em uma palestra dentro da RMAAM, em junho de 2013, ao afirmar que o capital tem gênero e a pobreza também tem gênero. E a função do movimento feminista é enfrentar com cada vez mais força e legitimidade política todas essas questões. O feminismo não é uma religião, e sim uma ferramenta de transformação do mundo. Independente de qual feminismo seja, o importante é continuar na incidência política em busca de igualdade de direitos, autonomia e liberdade no cenário do Mercosul.

Dessa forma, surge outro desafio, o de aprofundar os mecanismos de participação das mulheres na RMAAM. É algo que vai contrário à substância desse espaço, já que é mais um espaço de diálogo político. Mas, mesmo assim, é notável a pouca atenção (beirando o ilustrativo) em relação à participação que se tem da sociedade civil neste marco. O diálogo político contundente que existe é entre o setor das mulheres de um Estado Parte com o seu respectivo órgão nacional promotor dos direitos humanos da mulher e da perspectiva de gênero, relação essa que independe da existência da RMAAM. Aproveita-se essa oportunidade de diálogo político e assim os órgãos nacionais levam as demandas da sociedade civil nacional para a RMAAM. Por isso é necessário repensar os mecanismos de participação direta do movimento das mulheres na reunião.

É importante frisar o modo como a RMAAM juntamente com o movimento de mulheres e os entes da cooperação internacional tem se conectado transnacionalmente em busca do objetivo principal da existência da reunião (a transversalidade do gênero no Mercosul), utilizando as estratégias de comunicação e articulação política de uma rede de defesa transnacional, segundo os conceitos de Keck e Sikkink, para atuação nesse cenário e alcançando seus objetivos por meio dessa metodologia dialógica entre a RMAAM/seus atores e os representantes dos órgãos condutores do bloco. Desse modo, as características da RMAAM a definiram como um espaço no que convergiram múltiplos atores com um interesse comum e onde a colaboração de organizações, grupos, redes entre outros que trabalharam em áreas especializadas foi fundamental, e ainda o será, no seu processo de desenvolvimento.

Por tudo isso, a transversalização tem sido alçada em passos lentos. Foram alcançados muitos avanços, como a nova política pública regional consubstanciada no documento “Delineamentos da Política de Igualdade de Gênero do Mercosul” que se sobressai como o exemplo mais visível da confluência do trabalho entre RMAAM, movimento de mulheres/feminista e cooperação internacional. Os avanços, por certo, têm sido mais em termos substanciais de articulação e entendimento entre os atores que estão presentes nesse espaço que alcances práticos, pois como visto, a atividade da reunião tem sido mais normativo-declaratória que efetivo-prática.

Com isso, as normativas de caráter regional que advem da atividade da REM/RMAAM, que além de ter o seu intrínseco poder legal, também disputam silenciosamente sentidos político-culturais sobre a equidade de gênero. Assim como, mostram e reafirmam as violações dos direitos humanos a que muitas mulheres são submetidas e unem os órgãos nacionais dos Estados Partes que trabalham com gênero a estarem em uma constante troca de experiências e informações com a intenção primeira de saírem mais fortalecidos.

Por fim, analisar o tema da transversalização do gênero é um tema que pode não acabar rapidamente, visto que o cenário político da região da América Latina e a própria política internacional não são muito propícios para o aprofundamento de práticas políticas mais cooperativas, solidárias e que respeite as diferenças dos que não seguem os padrões políticos, econômicos e sociais do *mainstream*. Com tudo isso, a análise feita é de ser satisfatório o cenário que se tem com a RMAAM, com a sociedade civil presente nas reuniões, com os avanços obtidos no fortalecimento da perspectiva de gênero em vários âmbitos da institucionalidade do bloco e que influenciarão de forma positiva o alcance de uma cultura democrática com equidade de gênero mais plena em nível regional, Mercosul.

REFERÊNCIAS

ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui (Eds.). **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ACKERLY, Brooke A.; TRUE, Jacqui. Reflexividade em prática: poder e ética na pesquisa feminista das Relações Internacionais. 2008. In: **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Org: Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 227- 258.

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração. Página oficial: <http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/quienes_somos>.

ALBUQUERQUE, Carolina; GOMENSORO, Federico; MARTINS, José Renato Vieira. **MERCOSUL social e participativo: a ampliação da esfera pública regional**. Mercosur 20 años. CEFIR. CAETANO, Gerardo (Coord.). p.137 – 159. Montevideo, 2011.

ALMA, Amanda; LORENZO, Paula. **Mujeres que se encuentran: una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)**. Yegua Ediciones: Buenos Aires, República Argentina. 2013.

ALVAREZ, Sonia E.; CHUCHRYK, Patricia; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; STERNBACH, Nancy Saporta. **Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo**. In: Estudos Feministas N2/94, p. 255-295, 1994.

Articulación Feminista Marcosur. Página oficial: <<http://mujeresdelsur-afm.org.uy/>>.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil – Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Convênio CEPAL e SPM. Brasília, janeiro 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_public_lourdes_bandeira.pdf >.

BOTTO, Mercedes. **Los nuevos regionalismos y la acción colectiva trasnacional**. Latinoamericanos – Revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Académica de México. Vol.: 25, n. 25, p. 9 – 41, Diciembre, México, 2004.

CAETANO, Gerardo; VAILLANT, Marcel: **¿Qué mercosur necesita Uruguay? ¿Qué Uruguay necesita el mercosur? Apuntes para entender requerimientos recíprocos**, Montevidéo: Fundación Friedrich Ebert Uruguay (fesur), série Análisis y Propuestas, 2004.

CAETANO, Gerardo; VÁZQUEZ, Mariana; VENTURA, Deisy. **La reforma institucional del mercosur**. Análisis de un reto, Montevidéo: cefir, documento de trabalho, 2008.

CAETANO, Gerardo. Breve historia del MERCOSUR en sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011). In: **Mercosur 20 años**. CEFIR. CAETANO, Gerardo (Coord.). p. 21– 69. Montevideo, 2011.

CAMPOS, Carmen Hein de; MARRA, Carolina; PASINATO, Wânia. **Diagnóstico Regional – Indicadores sobre Violência Doméstica baseada em Gênero no Mercosul**. Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul – RMAAM. Projeto de Fortalecimento

da Institucionalidade e a perspectiva de gênero no MERCOSUL (REM-AECID). MERCOSUL, 2011.

CARRAU, Álvaro Padrón. O desafio de uma agenda supranacional. In: **Institucionalização da perspectiva de gênero nos processos de integração regional** – Publicação organizada pela REM e Programa de Cooperação Mercosul-AECID. Centro de Formação da Cooperação Espanhola em Montevideu. 2010. p. 49 – 64.

CASTAÑEDA, Eugenia Cecilia Gómez; TORRES, Luiz Cristiano Naclerio. **Mujer Y Mercosur: Una Mirada Retrospectiva Y Analítica Sobre La Incorporacion De La Agenda De Género Al Proceso De Integracion Regional**. Revista Temas de Mujeres. Número 7. Año 2, nº 7, 2011. Disponível em: <http://www.filo.unt.edu.ar/rev/temas/t7/t7_web_art_gomez_mujer_mercosur.pdf>. Acesso em fev 2014.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p.

CELIBERTI, Lilian. **La Agenda de Género en el Mercosur**. Documento realizado para la Comisión Sectorial para el Mercosur – COMISEC, 2005.

CELIBERTI, Lilián; MESA, Serrana. **La equidad de Género en los países Del MERCOSUR**. 2010. 101 p. Artigo feito pela Articulación Feminista Marcosur.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, 297 p.

COMITÉ LATINO-AMERICANO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. Disponível em: <<http://www.cladem.org/>>.

CONNELL, Raewyn W. An iron man: The body and some contradictions of hegemonic masculinity. In: **Sport, men and the gender order, edited by M. Messner and D. Sabo**. Champaign, IL: Human Kinetics Books. 1990

COORDENADORA DAS CENTRAIS SINDICAIS DO CONE SUL. Página oficial: <<http://www.cccs.org/>>.

COTIDIANO MUJER. Disponível em: <<http://www.cotidianomujer.org.uy/>>.

COX, Robert W. **Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order**. Review of International Studies 25, 1999, p. 3-28.

COX, Robert W. **Social Forces, states and world orders: beyond international relations theory**. 1981. In: Cox, R. e Sinclair, T. Approaches to World Order. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 85 - 123.

DA SILVA, Roberta Iara Rodrigues. **Luces y sombras de la Reunión Especializada de la Mujer en el MERCOSUR** – análisis institucional 1998-2007. Documento de trabajo Articulación Feminista Marcosur - AFM, 2008.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DE SIERRA, Gerónimo. **Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal**, Buenos Aires: Clacso, 2001.

DI MARCO, Graciela. Apontamentos. In: **Diccionario de estudios de gênero y feminismos**. GAMBA, Susana Beatriz (Coord.), colaboración de DINIZ, Tania; BARRANCOS, Dora; GIBERTI, Eva; MAFFÍA, Diana. Editorial Biblos: lexicón. 1ª ed. – Buenos Aires, 2007.

DOS SANTOS Júnior, Raimundo Batista; SANDES, Vítor de. Gênero e Política: trajetórias de utopias possíveis. In: **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Org: Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 123- 172.

DUNNE, Tim. Liberalism. In: **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Second Edition. Edited by: BAYLIS, John; SMITH, Steve. Oxford University Press, 2001, p. 162 – 181.

ENLOE, Cynthia. Margens, Silêncios e Degraus Inferiores: como superar a subestimação do poder no Estudo das Relações Internacionais. 2004. In: **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Org: Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 259- 284.

EPELDE, Jone Bengoetxea. **¿A Las Puertas de la Tercera Ola Feminista?: Debates, discursos y prácticas de feministas jóvenes hondureñas**. TESINA DEL VIII MAGÍSTER EN GÉNERO Y DESARROLLO (2007-2008). Universidad Complutense de Madrid (UCM) - Instituto Complutense de Estudios Internacionales (ICEI). Instituto de la Mujer; Fundación Carolina.

FARIA, Luiz Estrella; PIÑERO, Felipe. **“Participação democrática no MERCOSUL: análise do papel da comissão parlamentar conjunta e do fórum consultivo econômico-social”**. Textos para discussão FEE n.82, Porto Alegre, 2010.

FONTÃO, Maria Angélica Breda. **As conferências da ONU e o movimento de mulheres: construção de uma agenda internacional**. 2011. 68 p. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília – Instituto de Relações Internacionais. Brasília – DF.

FORO DE MUJERES DEL MERCOSUR. Página Oficial: <
<http://www.forodemujeresdelmercotur.org/>>.

FRANCO, María Camila Franco. **Análisis de la Reunión Especializada de la Mujer del MERCOSUR a la luz de la Plataforma de Acción de Beijing en la esfera de Mecanismos Institucionales para el Adelanto de la Mujer (1998-2008)**. Monografía de Grado. Facultad de Relaciones Internacionales. Universidad Colegio Mayor Nuestra Señora del Rosario. 2011.

FRASER, Nancy. Después del salario familiar. Un experimento conceptual posindustrial. 2000. In: **Iustitia Interrupta**. Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”. Bogotá: Siglo del Hombre. Universidad de Los Andes.

GAMBA, Susana Beatriz (Coord.). **Diccionario de estudios de género y feminismos**. colaboración de DINIZ, Tania; BARRANCOS, Dora; GIBERTI, Eva; MAFFÍA, Diana. Editorial Biblos: lexicón. 1ª ed. – Buenos Aires, 2007.

GIDDENS, Anthony. **The Transformation of Intimacy**. Sexuality, love and eroticism in modern societies, Standford University Press, 1992.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. CEDEP: Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata. IFCH: UFRGS. Artigo disponível em:<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf>. Acesso em dez 2013.

GRIFFITHS, Martin. **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An introduction**. Taylor & Francis e-Library, 2007. 195 p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GUZMÁN, Virginia. **La institucionalidad de género en el estado**: Nuevas perspectivas de análisis. Serie Mujer y Desarrollo, nº 32, 2001. Disponível em:<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/6323/lcl1511e.pdf>>. Acesso em fev 2014.

GUZMÁN, Virginia. La influencia de los referentes teóricos y de los contextos sociales en la fijación de las agendas de investigación sobre las relaciones de género. In: **El conocimiento como un hecho político**. Virginia Guzmán y Eugenia Hola (eds.), Centro de Estudios de la Mujer, Santiago de Chile, 1996.

GUZMÁN, Virginia. **Sostenibilidad Social Y Política De Los Mecanismos Para El Adelanto De Las Mujeres**. Naciones Unidas - Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe – CEPAL. Trigésima novena reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. México, D.F., 11 y 12 de mayo de 2006.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

HALLIDAY, Fred; LIGHT, Margot. Gender and International Relations. In: GROOM, A. J. R.; LIGHT, Margot (Eds.). **Contemporary International Relations: A Guide of Theory**. London: Pinter Publishers, 1994. p. 45-55.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1986.

HOBDEN, Stephen; JONES, Richard Wyn. Marxist Theories of International Relations. In: **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Second Edition. Edited by: BAYLIS, John; SMITH, Steve. Oxford University Press, 2001, p. 200 – 223.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**: teorias e abordagens. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

JELIN, Elizabeth. **Igualdade e diferença**: dilemas da cidadania das mulheres na América Latina. 1997. Ágora: Cadernos de Estudos Políticos. Nº3. Buenos Aires.

JELIN, Elizabeth. **Los movimientos sociales e los actores culturales en el escenario regional**. El caso del MERCOSUR, en: Los rostros del MERCOSUR, De Sierra, Gerónimo (ed.), CLACSO, Buenos Aires, 2000.

JELIN, Elizabeth: **Ciudadanía, movimientos sociales e mercosur**, Buenos Aires: co-nicet, uba e ides, 2002.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders**: Advocacy Networks in International Politics. New York: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, Robert O.. Teoria das Relações Internacionais: Contribuições a partir de uma visão feminista. In: **Relações Internacionais**: a questão de gênero. Org: Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 175-191.

LAGARDE, Marcela. **El Feminismo en mi vida**: hitos, claves e topías. Ed: Inmujeres DF: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal. México, D.F, 2012.

LAGARDE, Marcela. **Identidade de gênero e derechos humanos**. La construcción de las humanas. 1995. In: Instituto Interamericano de Derechos Humanos (comp.), Estudios básicos de derechos humanos IV, San José de Costa Rica, IIDH – Comisión de la Unión Europea.

LAPID, Yosef. **The Third Debate**: on the prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. International Studies Quarterly, 1989, p. 235 – 254. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2600457?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103973937317>>. Acesso em dez 2013.

MARCA MUNDIAL DAS MULHERES – MMM. Página oficial: <<http://marchamulheres.wordpress.com/>>.

MARTINS, José Renato Vieira. **Mercosul**: o futuro da integração regional. In: Operamundi. Matéria publicada em 18/10/2013 às 11h00. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/31875/Mercosul+o+futuro+da+integracao+regional.shtml&SyAxxOu==>>>. Acesso em out 2013.

MENDES, Marina Macêdo. **Gênero e Relações Internacionais** – a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. 2011. 45 p. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília – Instituto de Relações Internacionais. Brasília – DF.

MERCOSUL: Página Brasileira do MERCOSUL. Página oficial: <<http://www.mercosul.gov.br/>>.

Millennium Development Goals Indicators. The official United Nations site for the MDG Indicators. Página oficial: <<http://unstats.un.org/UNSD/MDG/Default.aspx>>.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. Página oficial: <<http://www.mre.gov.br/>>.

Ministerio de la Mujer de Paraguay. Página oficial: < <http://www.mujer.gov.py/>>.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debates e os debates:** abordagens feministas para as relações internacionais. Plataforma Scielo Brasil: Rev. Estud. Fem. vol.21 nº.1 Florianópolis Jan./Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000100004&script=sci_arttext>. Acesso em out 2013.

Mujeres en Red: el periódico feminista. Página oficial: <<http://mujeresenred.net/>>.

NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e Resistência:** Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. 2005. 196 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia. 2005.

NICODEMOS, Marcela M. Conselheira. **As Nações Unidas e a proteção do direito da mulher:** retórica ou realidade? 2005. 174p. IRBR – XLVIII CAE. Brasília, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais:** correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem.** Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1988.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais:** a questão de gênero. Org: Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. – 342p.

ONU-BRASIL. Página Oficial: < <http://www.onu.org.br/>>.

ORSINO, Susana. **Los procesos de institucionalización de los mecanismos regionales para la equidad de género:** Reunión Especializada de la Mujer Del MERCOSUR (REM). 2009. Disponível em: <www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/Orsino.pdf>. Acesso em 13 abr 2013.

ORTNER, Sherry B. 1974. **Is female to male as nature is to culture?** In M. Z. Rosaldo and L. Lamphere (eds), *Woman, culture and society*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 68-87.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Gênero e Realismo Político:** uma análise. In: **Relações Internacionais:** a questão de gênero. Org: Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 83- 122.

PATEMAN, Carole. Equity, difference, subordination: The politics of motherhood and women's citizenship. In: G. Bock y S. James (1992), **Beyond equality and Difference.** Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity, Londres, Routledge.

PETERSON, Spike V., and RUNYAN, Anne S. **Global Gender Issues - Dilemmas in World Politics.** Colorado: Westview Press, 1999.

PRETT, Diana González; NÄGEL, Andrea Tuana. **Diagnóstico Regional - O Tráfico de Mulheres com fins de Exploração Sexual no Mercosul.** Reunião de Ministras e Altas

Autoridades da Mulher do Mercosul – RMAAM. Projeto de Fortalecimento da Institucionalidade e a perspectiva de gênero no MERCOSUL (REM-AECID). MERCOSUL, 2011.

RED INTERNACIONAL DE GÉNERO Y COMERCIO. Disponível em: < <http://www.generoycomercio.org/>>.

Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul – RMAAM. Página oficial: < <http://www.mercosurmujeres.org/pt/> >.

RODRIGUEZ, Graciela. **A integração tem gênero.** Proposta, nº 87, dez-fev, 2000-2001. Disponível em: < http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta87/Graciela_Rodriguez.PDF>. Acesso em 20 mai 2013.

RODRIGUEZ, Graciela. O MERCOSUL no contexto internacional. In: **Institucionalização da perspectiva de gênero nos processos de integração regional** – Publicação organizada pela REM e Programa de Cooperação Mercosul-AECID. Centro de Formação da Cooperação Espanhola em Montevideú. 2010. p. 25 – 47.

RODRIGUEZ, Graciela; TAVARES, Vivian. **Entendendo o MERCOSUL na perspectiva das mulheres.** Publicação organizada pelo Instituto EQÜIT – Gênero, Economia e Cidadania Global. Apoio: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 1 – 34.

ROSALDO, Michelle. **The Uses and Abuses of Anthropology:** Reflections on Feminism and Cross-cultural Understanding. *Signs* 5 (1980): 389—417.

SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas:** perspectivas e contendas feministas. *Rev. Estud. Fem.* vol.20 no.2 Florianópolis May/Aug, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200004>. Acesso fev 2014.

SANCHEZ-BADIN, Michelle Ratton. “**É possível pensar em sociedade civil no MERCOSUL?**”, *Cena Internacional* 2007, vol. 9, nº 1, p. 37-56.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. **TRADUÇÃO:** Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history.* New York, Columbia University Press. 1989.

Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Página oficial: < <http://www.spm.gov.br/>>.

Secretaria Técnica do Mercosul. Página oficial: < <http://www.mercosur.int/>>.

SERBIN, Andrés. **Globalización y sociedade civil en los procesos de integración.** Nueva Sociedad., Vol.:147, p. 44 – 55, Enero/Febrero, Caracas, 1997.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SYLVESTER, Christine. **Gendering World Politics - Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009.

TICKNER, J. Ann. **Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation**. Millennium Journal of International Studies. V.17, n. 3, winter, 1988.

TONG, Rosemarie. **Feminist Thought: A More Comprehensive Introduction**. 3ª Ed. Westview press, 2009.

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Página oficial: <<http://www.unifem.org.br/>>.

VALDÉS, Teresa. El MERCOSUR y el movimiento de mujeres: ¿un espacio para la ampliación de ciudadanía?. In: **Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales**. JELIN, Elizabeth (compiladora). Libros del zordal: Buenos Aires, Argentina. 2003. p. 245 – 277.

VALENTE, Virginia Vargas. **Feminismos en América Latina - Su aporte a la política y a la democracia**. 2008. 374 p. Programa Democracia y Transformación Global; Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán; Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales – Unidad de Post-Grado – UNMSM. Lima - Perú.

VENTURA, Deisy. ONUKI, Janina. MEDEIROS, Marcelo et alli. **Internalização das normas do MERCOSUL**. Série Pensando o Direito, vol. 45. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

WEBER, Cynthia. **International relations theory: a critical introduction**. Third Edition. Routledge, Taylor & Francis Group: London and New York. 2001.

XXVIII Encuentro Nacional de Mujeres San Juan 2013. Página oficial: <<http://28encuentronacionaldemujeres.es.tl/>>.

APÊNDICE A – Roteiros das entrevistas semiestruturadas

1) Entrevista nº 1

ENTIDADE: FÓRUM DE MULHERES DO MERCOSUL

Entrevistada: Emilia Therezinha Xavier Fernandes

Cargo: Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL – Capítulo Brasil

1. Identificação/Perfil do ator chave: Fórum de Mulheres do MERCOSUL

O Fórum de Mulheres do MERCOSUL é uma organização não governamental, suprapartidária e sem fins lucrativos, criada em novembro de 1995, em reunião realizada em Buenos Aires/Argentina, a partir da articulação e jornadas de trabalho que contaram com a participação de representantes de setores políticos, empresariais, sindicais e da área da educação e da cultura dos Estados Parte do MERCOSUL.

Na oportunidade, foi analisado intensamente o processo de integração do MERCOSUL a partir da visão das mulheres, com o objetivo de desenvolver além de atividades com a perspectiva de gênero, raça/etnia, nos países da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, estabelecer um espaço de discussão, participação e de propostas de todos os setores sobre a base de nossa necessária presença no MERCOSUL.

Nesse contexto, e com a finalidade de garantir um espaço com maior destaque dentro do Bloco Regional para debater Políticas de Gênero, o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, alcançou um de seus maiores êxitos ao conquistar que o Grupo Mercado Comum (CMC), Órgão Executivo do MERCOSUL, em sua XXX Reunião celebrada no dia 22 de julho de 1998, criasse por Resolução Mercosul/GMC/RES Nº 20/98, a Reunião Especializada da Mulher – REM.

Desde então o Fórum, entidade proponente da REM, participa da reunião de Ministras desde a sua fundação, como órgão assessor. Entre as pioneiras, fundadoras da entidade, do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, destacamos: Maria Elvira Salles Ferreira, Angela Prata; Laura Velasquez, Julita Maristany; Nelly Morganty, Electra De las Carretas; Francisca Ruiz De Echeverria, Alba Navarro, entre outras.

No seu propósito de mobilizar, informar e sensibilizar as mulheres para o fortalecimento de seus direitos e conquistas, e do seu empoderamento, o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, desde então vem realizando ampla interlocução entre suas integrantes - entidades feministas e os movimentos de mulheres, membros dos Poderes constituídos, e em especial com parlamentares e diferentes segmentos da sociedade civil, com o propósito de informar e

buscar adesão aos temas em debate sobre direitos e avanços da mulher na legislação de cada país e na vida dos povos da região. E, o fato de que o Fórum atua em rede, possibilita a diversidade de olhares e pensamentos.

Tendo, como suas ações fundamentais, o apoio à realização de alianças estratégicas para a equidade, a dignidade e a cidadania das mulheres, através de políticas de capacitação e de atuação junto a outros movimentos, a fim de obter avanços nas políticas públicas e nas condições socioeconômicas e culturais das mulheres do Brasil e dos países membros do MERCOSUL. Implementando ações de mobilização e articulação com entidades governamentais, e a sociedade civil no enfrentamento a todas formas de discriminação e violência contra as mulheres, seja por questões de gênero, raça, etnia, situação econômica, escolaridade, opção sexual e idade, entre outras.

O Fórum de Mulheres do MERCOSUL – Capítulo Brasil

No Brasil, nossa entidade incide sua relação às seguintes áreas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: educação; trabalho e autonomia econômica; saúde e sexualidade; violência; meio ambiente; direitos humanos; poder e participação política e empreendedorismo e, ainda na formação de lideranças e legislação relacionada com os direitos das mulheres. Tendo participado das três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres já realizadas no país, vem ativamente, participando ativamente das atividades de mobilização e elaboração de propostas em diferentes Estados brasileiros.

O Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, integrou de 2003 a 2010, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Desenvolvendo intensa atuação conjunta nas Campanhas dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e interlocução com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher, e as entidades de mulheres e movimentos sociais e populares.

Estimuladas pelos princípios democráticos e integradores que norteiam o governo brasileiro nas últimas décadas - *“É preciso levar o Mercosul ao povo e enraizá-lo em nossas sociedades”*, (Presidente Lula, na Reunião da Cúpula do MERCOSUL, Uruguai/2005), temos buscado a efetiva integração e a valorização das mulheres dos países do MERCOSUL, bem como, participando da organização e realização de atividades nacionais e regionais, que visem o fortalecimento da internacionalização do combate a todas as formas de violência contra as mulheres.

Em julho de 2007, o Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, deu mais um passo significativo no seu compromisso de fortalecer e ampliar sua atuação local, nos Estados e Regiões do Brasil, assinando, um Termo de Cooperação Técnica e Institucional com a Associação Brasileira de Municípios – ABM, com os seguintes propósitos:

- A efetivação de ações relacionadas ao aperfeiçoamento da Gestão Pública Municipal, no que se refere à Promoção da Igualdade de Gênero, com o recorte raça/etnia;
- A inclusão e/ou fortalecimento de políticas públicas para as mulheres nas administrações municipais, visando à melhoria da qualidade de vida, o combate à discriminação no mercado de trabalho, a inclusão digital e educacional, a maior inserção das mulheres nos cargos públicos e de poder, bem como a sua ativa participação política;
- A qualificação dos(as) gestores(as) municipais, técnicos(as) e profissionais da educação, da saúde e da segurança, para a implementação de políticas públicas com equidade.

Estados e Regiões do Brasil em que temos integrantes do Capítulo Brasil do Fórum de Mulheres do MERCOSUL:

Região Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

Região Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Região Centro – Oeste: Distrito Federal e Mato Grosso.

Região Nordeste: Bahia e Pernambuco.

Região Norte: Rondônia

Obs. Estados de Goiás, Roraima e Maranhão (em processo de organização)

Emilia Fernandes é oriunda da fronteira do Brasil com o Uruguai. Nasceu na cidade de Dom Pedrito/RS, mas iniciou sua vida pessoal, profissional, sindical e política na cidade de Sant’Ana do Livramento na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil, com o Departamento de Rivera/Uruguai.

Área Profissional e Sindical

Emilia é Especialista em Educação e Pedagoga. Exerceu o Magistério, em Escolas Públicas de Livramento, onde ocupou os cargos de Diretora, Supervisora Escolar e Docente, por vários anos. Foi Membro do Conselho Estadual do Sindicato dos Professores, e fundadora do CPERS-Sindicato na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Ainda na Área Educacional, desenvolveu atividades de Consultoria junto a OEI – Organização Iberoamericana para Educação, a Ciência e a Cultura e a UNESCO, em Brasília/Capital do Brasil, de 2005 a 2008.

Área Política:

- ✓ Atualmente, Emilia Fernandes é Deputada Federal Suplente do PT/RS;
- ✓ Em 2009 e 2010, Emilia assumiu o mandato de Deputada Federal, integrando a Bancada Feminina do Congresso Nacional, foi Procuradora Adjunta da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados.
 - ✓ Em 2003, foi Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. (primeira a exercer o referido cargo no Brasil), tendo sido também Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, naquele mesmo ano;
 - ✓ Em 1998, concorreu a Governadora do Rio Grande do Sul/Brasil;

- ✓ Em 1994 se elegeu Senadora da República do Brasil, tornando-se a primeira mulher do Rio Grande Sul a exercer o referido cargo. Em 2002, concorreu novamente ao Senado e obteve mais de dois milhões de votos;
- ✓ Foi Vereadora em Sant’Ana do Livramento/RS, por doze anos; (1982 a 1994).

Leis de sua autoria, entre outras:

- O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz que determina que anualmente mulheres do Brasil, sejam homenageadas pelo Senado Federal, pelo trabalho realizado nas questões de gênero.
- A Lei Federal 10.714/2003, que propôs a criação de um Número Telefônico Nacional Gratuito, para denúncias de violência contra as mulheres.
- A Lei Federal 12.006/09, sobre Educação para o Trânsito, que determina a inclusão de mensagem Educativa, em todas as peças publicitárias de produtos oriundos da indústria automobilística, apresentadas em rádios, jornais e TVs do Brasil.

Ações desenvolvidas por Emilia à frente da SPM da Presidência da República:

Em 2003, representando o governo brasileiro, apresentou em Nova Iorque – Estados Unidos, o primeiro Relatório sobre a Situação das Mulheres no Brasil, junto ao CEDAW - Comitê da Mulher da ONU.

Destaca-se, também a elaboração do Plano Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra as Mulheres, lançado pelo Presidente da República em 2003. E, ainda, a proposta apresentada e aprovada para a realização das Conferências de Políticas para as Mulheres no Brasil; a criação da Ouvidoria na SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e a instalação de número telefônico nacional para denúncia de violência contra as mulheres. (hoje Ligue 180)

Militância Feminista

Seu engajamento feminista inicia, na década de 70, através de um Grupo Binacional, denominado “Mulheres Livres e Conscientes”, existente nas cidades de Sant’Ana do Livramento/RS-Brasil e Rivera/Uruguai. Participando durante vários anos, mulheres brasileiras e uruguaias, trabalhavam pelo maior empoderamento, participação e autonomia das mulheres fronteiriças. A partir de 1994, amplia sua militância feminista para o país, com a eleição para Senadora da República e Coordenadora da Bancada Feminina no Senado Federal do Brasil.

Sua participação na temática integração dos povos identifica-se com a sua própria vida, como mulher fronteira. De 1995 a 2002 integrou a Comissão do MERCOSUL do Congresso Nacional, como Senadora da República. E, ainda em 2003 participou da REM, como Ministra de Políticas para as Mulheres do Brasil. Portanto, participa desde a criação da REM (1998) e da RMAAM (2011), ora como parlamentar, ora no cargo de ministra e atualmente pela sociedade civil, na qualidade de membro do Fórum de Mulheres do MERCOSUL.

Na presidência do Capítulo Brasil do Fórum, trabalha pela maior valorização e participação das mulheres na construção de políticas públicas, ações e decisões do Bloco e nas gestões públicas; por mais mulheres na política e no PARLASUL – Parlamento do MERCOSUL; e

pelo fim da violência e o tráfico de mulheres e meninas. Sendo, ainda uma das missões principais do Fórum, o fortalecimento e o aprofundamento da liderança feminina na região.

Em 2011, representando o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, proferiu palestra em Lisboa, sobre Tráfico de Mulheres nos Países do MERCOSUL, em evento organizado pela Federação Democrática de Mulheres de Portugal, com a participação de representantes de aproximadamente 30 países.

Cargos que a professora Emilia Fernandes, exerce atualmente:

- Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL – Capítulo Brasil.
- Secretária do CODESUL-BRDE - Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Membro do Conselho da Federação Indígena Brasileira - FIB;
- Suplente de Deputada Federal do PT/RS.

2. Como se deu a aproximação da organização com o bloco Mercosul? (especificamente com a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul – RMAAM)

É importante reafirmar que o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, entidade da sociedade civil, criada em 1995, que reúne mulheres da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, foi proponente da criação da REM – Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL, instituída em 1998, pelos governos dos quatro países fundadores do Bloco.

O Fórum de Mulheres do MERCOSUL participou através de representação de cada país, em todas as Reuniões da REM – Reunião Especializada das Mulheres do Mercosul, como órgão assessor, desde a sua instituição. (Mercosul/GMC/RES 20/98- REM – Decisão 04/91 e 09/91 do Conselho do Mercado Comum, art 2). E mantém também sua participação na RMAAM, como entidade regional de mulheres. Reuniões da REM e hoje RMAAM, são de responsabilidade dos governos, através da Presidência Pró-Tempore do País que preside o MERCOSUL, acontecendo a cada seis (6) meses, no País que exerce a Presidência.

Desde a criação do MERCOSUL, em 26 de março de 1991, feministas, parlamentares e integrantes de movimentos populares e sociais, defendem que a verdadeira integração dos povos da América Latina, além das questões econômicas e aduaneiras, deve contemplar sem dúvida, a efetiva participação de mulheres e de homens, na construção e no fortalecimento do desenvolvimento, com cidadania e justiça social.

No processo de integração entre os Países da América Latina, temos que promover maior poder regional para maior interação. Daí a importância de realizarmos estas atividades, priorizando a interlocução da sociedade civil e do governo, com o protagonismo das mulheres dos países membros, na agenda individual de cidadania e na vida em sociedade.

O fortalecimento da institucionalidade do espaço onde as máximas autoridades de gênero do MERCOSUL, países associados e a sociedade civil, através de entidades de caráter regional

se reúnem semestralmente, marca um passo a mais na história e dá exemplo de resultados. Através do diálogo e a coordenação de políticas públicas busca-se o fortalecimento e o avanço dos direitos das mulheres da região.

Desde 1998, foram realizadas XXVI REM. A RMAAM realizou duas reuniões, a primeira em maio de 2012, na cidade de Buenos Aires/Argentina e a segunda em dezembro de 2012, sendo que a III RMAAM, está prevista para o mês de maio de 2013, em Montevideú/Uruguai.

A Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criada em dezembro de 2011, mediante Decisão nº 24/2011 do Conselho do Mercado Comum (CMC). Esta é a instância de diálogo entre as máximas autoridades de gênero dentro da estrutura institucional do MERCOSUL, a qual substituiu a anterior Reunião Especializada da Mulher (REM), criada em 1998.

A RMAAM surgiu como consequência do reconhecimento institucional ao trabalho desempenhado, assim como a importância atribuída aos temas de gênero na região. Possui entre suas principais funções assessorar e propor ao CMC medidas, políticas e ações em matéria de gênero.

Está integrada por representantes governamentais para as questões de gênero das Seções Nacionais designadas para tal efeito pelos hoje cinco Estados Partes do MERCOSUL/CMC/DEC Nº28/12 (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela); e organismos dos Estados Associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

Com o ingresso da Venezuela ao MERCOSUL, a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher, incluiu um novo organismo ministerial, o Ministério do Poder Popular para a Mulher e Igualdade de Gênero – MinMujer. O Paraguai, atualmente está suspenso do MERCOSUL, não participando seus órgãos governamentais das reuniões, mas a sociedade civil mantém sua participação nas atividades relacionadas à integração regional.

A partir de sua posição de Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher, a RMAAM tem a possibilidade de emitir Declarações, assim como apresentar Projetos de Recomendações e Decisão, que passam pelo Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), e são formalizados pelo CMC, ou ainda projetos de Resolução para serem elevados ao Grupo Mercado Comum (GMC) para sua avaliação.

3. Por que escolher um espaço como o Mercosul para debater equidade de gênero/direitos humanos da mulher?

Minhas origens são a fronteira do Brasil com o Uruguai, denominada Fronteira da Paz, Sant’Ana do Livramento/RS - cidade símbolo de integração do MERCOSUL. E, desde cedo, aprendemos a valorizar a cultura e a história dos diferentes povos, e a importância do trabalho conjunto para o maior alcance dos objetivos de integração e desenvolvimento.

E, sabedora dos avanços e desafios comuns às mulheres de todas as raças, do campo e da cidade, nosso engajamento na temática de gênero vem de longo tempo, um processo de amadurecimento levado adiante através do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, que nos

permite entender e afirmar que a mulher pode e deve exercer um protagonismo ativo em todos os campos onde se implementam programas cujo objetivo é o desenvolvimento de nosso povos no âmbito da integração regional, que hoje prevalece como estratégia construtiva frente aos desafios de um mundo globalizado.

Ao longo destes últimos anos, mulheres têm conquistado espaços e denunciado as diferentes formas de violência e discriminação. Mas é preciso avançar mais, perder o medo de denunciar, assumir o papel da mulher que exige respeito, da cidadã que cobra do Estado e das organizações sociais o apoio legal e institucional.

As mulheres sempre foram objeto de preconceito, seja racial, religioso, cultural ou econômico. Os exemplos são incontáveis, todos resultando na cruel síntese de que a discriminação às mulheres se manifesta nas mais variadas formas de violência que nos ferem de forma profunda física, social, psicológica, cultural ou economicamente.

Quase a metade das mulheres latino-americanas, portanto 45% passa por situações de agressão, ameaças, insultos e danos a bens pessoais. Daí afirmarmos que a discriminação e as formas de violência não têm fronteiras, não têm classe social, não têm diferenças nas variadas e cruéis formas de exteriorização. O combate à violência contra as mulheres é uma responsabilidade de todos e de todas, mas deve ter nas mulheres a iniciativa principal.

Este cenário deprimente demanda acompanhamento e combate constante por parte de todas as mulheres conscientes, principalmente de nós as que militamos na política, no mercado de trabalho, na universidade – e aí chamamos os homens à parceria conosco, no combate à violência contra as mulheres. Entre todas as formas de violência de que somos alvo, uma das quais mais nos atinge é a violência doméstica, imposta historicamente ante o silêncio das nossas antepassadas, e que só nos últimos tempos, vem sendo descortinada e dimensionada pela nossa sociedade.

O MERCOSUL desde a sua instalação, criou grupos de trabalho e reuniões temáticas específicas para debater, acompanhar, propor e avaliar o desenvolvimento das ações governamentais e as tratativas conjuntas tomadas pelos Estados Parte. Nada mais justo e correto que esse bloco tivesse também uma Reunião específica para tratar da situação das mulheres em seus países e definir o índice de avanços e desafios ainda existentes para o verdadeiro protagonismo das mulheres da região.

As pioneiras do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, acertadamente, quando propuseram aos governos dos Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai a criação da REM, viam além do seu tempo e desejavam um MERCOSUL com cidadania, e que a sociedade se sentisse incluída nos encaminhamentos governamentais. Participamos da mobilização das mulheres frente à nova legislação do MERCOSUL, de sua consolidação institucional, do convencimento das pessoas e dirigentes políticos e governamentais de que esta era uma alternativa significativa para região.

O tema vem se fortalecendo nos Paramentos e hoje o resultado é a busca da consolidação democrática através de eleição direta nos países membros, para o PARLASUL, com equidade de gênero, que lutamos para que se torne realidade nos Estados-membros.

4. Pode-se dizer que é anacrônica a aposta por um Mercosul preocupado com a garantia dos direitos da mulher em um âmbito regional? Tendo em vista a natureza que funda o Bloco e a lentidão de ganhos aos aspectos sociais desta integração...

“É verdade que, se visto como simples bloco comercial, a lentidão do MERCOSUL em alcançar o estágio de união aduaneira, conforme previra o Tratado de Assunção, a persistência de exceções à área de Livre Comércio e a insistência deste ou daquele Estado Parte em aplicar medidas protecionista contra os sócios desencantam os defensores da integração. Mas é na sua dimensão geopolítica que se pode dizer que a constituição do bloco do Cone Sul, naquele longínquo 26 de março de 1991, representou um marco e um divisor de águas da história da região”. (2011 - Claudia Drummond, assessora da Comissão do Mercosul, Congresso Nacional)

Porém, é totalmente cabível e necessário o processo integracionista regional, na medida em que aprofundamos nosso conhecimento em relação à história, à cultura, à formação étnica/racial, às políticas governamentais, à economia e ao potencial regional dos países membros do MERCOSUL. Um dos temas mais comuns nos debates do PARLASUL vem sendo a necessidade de aproximação das sociedades dos países do bloco, daí a importância de ver, olhar, interagir e melhorar a qualidade de vida das pessoas, das cidades, do meio ambiente, da gestão pública e da democracia, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da região.

“Os países do MERCOSUL reúnem uma população de 275 milhões de pessoas e alcançaram, em 2011, um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões. As exportações entre eles passaram de US\$ 39,6 bilhões, em 2007, para US\$ 62,7 bilhões em 2011. Em 2011, as exportações brasileiras para os quatro outros países que formam o Bloco foram de US\$ 32,4 bilhões. O intercâmbio comercial do Bloco com o mundo aumentou de US\$ 508,64 bilhões, em 2007, para US\$ 782,41 bilhões no ano passado. Com a entrada da Venezuela, o MERCOSUL ganhou nova dimensão na área de energia, pois o Bloco passou a responder por 19,6% das reservas mundiais comprovadas de petróleo” (Fórum Empresarial do MERCOSUL – 2012).

Foi criado o FOCEM - Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, de combate às assimetrias econômicas e sociais no bloco. Hoje viajamos sem passaporte, só com documento de identidade entre os países do MERCOSUL, isso aproxima, identifica e fortalece a solidariedade. Portanto, todos os temas que estão mais relacionados com a vida das pessoas dão um sentido mais visível, lógico e de credibilidade ao povo. Nesse sentido as mulheres saíram à frente desde a criação do MERCOSUL, e suas vozes são ouvidas e muitas ações e propostas vêm sendo implementadas.

5. Quais os avanços/conquistas obtidos pela incidência política da sociedade civil na RMAAM/Mercosul em relação ao fortalecimento da transversalização da perspectiva de gênero neste processo integracionista?

Inicialmente, como já disse a aceitação dos governos dos países, de uma proposta da sociedade civil, para a criação de uma Reunião Especializada da Mulher, na década de 90, que persiste e se fortalece, já é um marco muito significativo de conquista.

O Fórum de Mulheres do MERCOSUL, como entidade da sociedade civil, que reúne mulheres de vários partidos e profissões vem desenvolvendo seus princípios e objetivos através da mobilização, informação e sensibilização das mulheres dos países do MERCOSUL, visando a implementação das legislações e ações governamentais, na perspectiva de gênero com o recorte raça/etnia, a partir do protagonismo das mulheres e dos homens.

Diante da realidade de que a mulher se encontra substancialmente ausente dos altos cargos em todos os países do MERCOSUL, decidimos estabelecer, como uma das missões principais do Fórum, o fortalecimento e a aprofundamento da liderança feminina na região. Desse modo periodicamente elaboramos projetos e desenvolvemos atividades de capacitação visando a promoção de liderança da mulher em cada setor e em todos os níveis de sua vida, entre eles destacamos os programas de Liderança Empresarial, Político e para Jovens, patrocinados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos (CIM-OEA) e UNIFEM da ONU.

Desde a criação da REM, muitos temas conjuntos foram implementados entre os governos e a sociedade civil, principalmente para o combate à violência contra as mulheres; valorização da mulher no mercado de trabalho; empoderamento econômico e político das mulheres; avanço da legislação existente em cada país sobre temática de gênero, saúde da mulher, entre outros.

Na última RMAAM, por exemplo, ocorrida sob a coordenação do Brasil em dezembro de 2012, que o Fórum mais uma vez participou, foram efetuados importantes avanços para efetuar ações coordenadas conjuntamente contra o tráfico de mulheres. Nesse sentido, o CMC decidiu autorizar a criação de um “Mecanismo de articulação para a atenção das mulheres em situação de tráfico internacional” (MERCOSUL/CMC/DEC N°32/12), que tem como objetivos principais:

- I. Dispensar atenção com enfoque de Gênero às mulheres em situação de tráfico provenientes dos estados Partes ou detectadas na região;
- II. Garantir que as respectivas mulheres recebam apoio imediato e sejam incluídas em programas de restituição de direitos e;
- III. Estabelecer canais de comunicação, intercâmbio e articulação de ações de atenção a mulheres em situação de tráfico internacional e para o desenvolvimento de ações de prevenção na região.

Esta decisão foi acompanhada de uma Recomendação para que os países adotem e apliquem o “Guia MERCOSUL para a atenção das mulheres em situação de tráfico de pessoas com fins de exploração sexual” (MERCOSUL/CMC/REC. N°09/12).

6. Quais são os desafios para a fortalecimento da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul?

A partir da segunda década desde a criação do bloco, torna-se evidente um movimento de seus governantes em direção a um novo patamar institucional, visando o fortalecimento da capacidade de produção de propostas de políticas conjuntas, de desenvolvimento social e de cidadania regional.

A abordagem dos temas hoje se dá não apenas de forma nacional, mas com o olhar de conjunto do bloco e a necessidade de aprofundamento cada vez maior da integração entre governos dos países, dos estados e até mesmo de municípios. Iniciativas como reuniões das MERCOCIDADES, o Programa de Trabalho do MERCOSUL e a criação do PARLASUL – Parlamento do Mercosul, apontam para isso. Os cursos técnicos as universidades binacionais hoje se tornam realidade.

Na abertura da II RMAAM (dez/2012), a Ministra Eleonora Menicucci, do Brasil, que presidiu os trabalhos, salientou: “desde as primeiras articulações da extinta Reunião de Ministras do Mercosul (REM) até a constituição da RMAAM, os organismos de mulheres da região se ampliaram e conquistaram mais força nos governos. Quanto mais status nos governos, mais fortes seremos e mais conquistas teremos”. Dizendo-se alegre e emocionada em receber Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul no Palácio Itamaraty (Brasília/DF), convocou as delegações ao “nosso maior desafio que é em gênero e raça para que a igualdade seja, de fato, uma realidade”.

Ainda existem muitos desafios, pois a compatibilização da legislação, das políticas públicas e iniciativas de governo só podem ser possíveis de forma gradativa. O importante é o diálogo, o respeito mútuo, a garantia da soberania nacional, fundamentos indispensáveis para o fortalecimento da relação e valorização dos países membros do Bloco.

Desde o Fórum, desejamos conquistar um MERCOSUL democrático, consolidado em todos os seus aspectos, e que permita a todos – mulheres e homens, integrantes da sociedade civil participar equitativamente do seu desenvolvimento.

No Brasil, os principais desafios das mulheres sem dúvida são: maior participação na política; conquistar a autonomia econômica e financeira; receber salários equivalentes aos dos homens nas mesmas funções, e garantir o direito sexual e o reprodutivo. No país a discriminação e a pobreza, apesar dos grandes avanços conquistados nestes últimos anos, ainda tem a cara feminina.

Porém, cabe um destaque especial, sem dúvida à Lei Federal nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, uma construção coletiva, que tipifica as formas de violência – física, psicológica,

sexual, patrimonial e moral, e pune os atos de violência doméstica, representando um marco histórico na luta das mulheres brasileiras. A Lei vem retirando milhares de mulheres da invisibilidade e do silêncio, contribuindo para a construção de um país mais justo e igual.

7. Pode-se afirmar que, mesmo com todos os desafios e contradições da inclusão e do fortalecimento da perspectiva de gênero no Mercosul, é uma estratégia política das organizações ocuparem estes espaços do bloco?

Com certeza, nós que militamos nos movimentos feministas e de mulheres, há mais de quatro décadas, sabemos o quanto a luta organizada das mulheres têm contribuído para a interlocução com os governantes para uma mudança de mentalidade, de compromissos e de avanços nas políticas públicas e no fortalecimento da democracia, com inclusão, combate ao preconceito e à discriminação, e à maior valorização das mulheres no Brasil, no MERCOSUL, na América Latina e no mundo.

Cada ano que passa, acompanhando de perto os avanços, os esforços e a persistência das mulheres e dos homens comprometidos com a integração dos povos, e que contribuem para que as fronteiras de nossos países sejam espaços de união e de paz e não de divisão e conflitos, podemos afirmar que o fortalecimento da perspectiva de gênero é uma estratégia política bem sucedida das organizações que realmente vem ocupando espaços importantes e desafiadores nas decisões e encaminhamentos do Bloco.

A ascendência da mulher nos governos e nos parlamentos dos países do MERCOSUL, embora aquém do desejado, realmente comprometidas com a maior participação e valorização das mulheres nos espaços de decisão e de poder, tem contribuído significativamente para isso. E, os desafios que o novo mundo enfrenta dão conta da importância da consolidação do MERCOSUL, como um espaço estratégico de desenvolvimento conjunto para a América Latina. A decadência do capitalismo dá conta de que não há mais espaço de ações individualistas das nações.

E, como disse, em 2011, Marta Suplicy, uma das fundadoras do Fórum de Mulheres do MERCOSUL: “os vinte anos do Tratado de Assunção devem nos servir de inspiração para guiar nossos esforços: devem servir para juntos buscarmos a energia necessária para um vigoroso relançamento do MERCOSUL, que viabilize a nossa união aduaneira e que aprofunde a discussão para além dela”.

Os depoimentos, registrados na II RMAAM (dez/2012) pelas representantes governamentais dos países do MERCOSUL, fortalecem nosso entendimento e nos inspiram a seguir em frente na luta pela integração de nossos povos:

“Falar em democracia é falar em direitos das mulheres. Esses são parâmetros centrais e nosso desafio na região”. Cairo + 20 é “um momento de inflexão importante” e já traz a necessidade de uma agenda articulada entre as altas autoridades da mulher do Mercosul. “Temos de investir na construção da democracia, para que a América Latina deixe de ser o continente

mais desigual do mundo. Para isso, autonomia econômica e física e tomada de decisões continuam a ser agendas e desafios para o nosso trabalho”. (Batriz Ramirez - Diretora do Instituto Nacional das Mulheres do Uruguai). Já a vice-presidenta do Instituto, Judith López Guevara, conclamou a RMAAM para a urgência do enfrentamento à violência contra as mulheres nas áreas de fronteira.

Já a diretora da Representação Especial para Assuntos da Mulher da Chancelaria Argentina, María Julia Rodríguez, enfatizou o papel estratégico da RMAAM e o trabalho a ser feito para eliminar o tráfico de mulheres na região: “para a Argentina, esse espaço do Mercosul é importante para elaborar políticas que tenham grande efetividade na ampliação e aprofundamento dos direitos das mulheres”.

A embaixadora Glaucia Gauch, do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, falou na oportunidade, sobre a realidade de violência e exploração sexual de mulheres e meninas que deve ser combatida pelo conjunto dos países da região. Conforme Gauch, com a RMAAM “o bloco reafirma que não pode haver desenvolvimento econômico e social, se não houver a participação das mulheres em todos os processos decisórios”.

Portanto, para o organismo fortalecer a perspectiva de gênero no processo de integração regional é necessário combinar o trabalho regional, com o nacional e fortalecer a capacidade de articulação dos mecanismos estatais para a equidade de gênero, a agenda governamental, as redes e organizações da sociedade civil, assim como com os outros espaços institucionais do MERCOSUL. Isso é desafiador, mas não impossível...

Porto Alegre/RS, maio de 2013.

Emilia Fernandes

Presidenta

Fórum de Mulheres do MERCOSUL – Brasil

2) Entrevista nº 2

Entidade: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Entrevistada: Maria Angélica Brenda Fontão

Cargo: Ex-assistente técnica do projeto AECID-MERCOSUL “Fortalecimento da institucionalidade e da perspectiva de gênero no Mercosul”

1. Para o Estado brasileiro, no caso representado pela SPM, a RMAAM tem status de prioridade no debate da equidade de gênero e direitos humanos da mulher a nível regional? Ou seria um espaço complementar a outras discussões regionais/latino-americanas?

Bom, eu vou te responder qual a minha impressão dentro deste processo e não oficialmente como SPM. Sim, como você deve saber a SPM participa de diversos fóruns internacionais sobre mulheres a nível regional e internacional, mas eu vejo a RMAAM como um espaço diferenciado de atuação e vejo que a posição da SPM é de reconhecer isso. Quando eu digo diferenciado eu me refiro a que a RMAAM, como parte de um mecanismo de integração, não se restringe só a ser um espaço de criação de consensos e de construção de normativas internacionais que virão a ter efeitos a nível nacional, mas porque eu vejo na RMAAM um espaço de diálogo, mas também um esforço de se pensar e pretender promover ações conjuntas regionais. Além de ser um espaço também de articulação de posições políticas, na medida em que vão sendo criados consensos que vem a influenciar na política nacional, ao mesmo tempo em que os países do Mercosul tendem a se colocar em bloco para a atuação em outros espaços internacionais. Por exemplo, no ano de 2010 a antiga REM construiu conjuntamente uma declaração que definiu uma posição no bloco e foi levada à Conferência da OIT de onde saiu a convenção sobre trabalho doméstico (esses documentos estão na ata da reunião). E a partir de 2012, na I reunião da RMAAM foi decidido que a partir de então todas as reuniões vão ter um espaço para se discutir a agenda internacional de gênero e articular posições comuns. E, bom, por experiência própria, te conto que na CSW deste ano (a 57ª CSW), da qual participei, praticamente todas as posições do Brasil estavam alinhadas em bloco com nossos países vizinhos e alguns outros latino-americanos. E isso acontece correntemente.

2. Isso traz ganhos incriveis ao debate da agenda de gênero?

Com certeza. Comento da CSW, que a discussão foi muito difícil com todo esse processo de fortalecimento dos fundamentalismos e o tema foi violência contra as mulheres, se notava claramente como esses países da América Latina (e não toda a América Latina, mas digamos o Mercosul, México, El Salvador) eram impulsionadores dos principais ganhos progressistas. Mas, como eu dizia, por um lado tem esse aspecto positivo relativo à atuação internacional, mas por outro lado essa proposta de integração nos aproxima mais, o que gera, por exemplo, esse intercâmbio de boas práticas em que temos vários exemplos de políticas/programas/ações de um país que foram inspiradas em outro da região e por outro, ainda, a RMAAM tem trabalhando muito com proposta de ações que tenham caráter regional. Isso ficou bem claro no processo do projeto.

3. As ações regionais que você mencionou que vem da RMAAM seriam postas em prática em cada cenário nacional pelas “Secretarias das Mulheres” de cada Estado parte, entendi bem?

Sim, a questão é que isso realmente é difícil... Por isso, se você acompanhou as atas da REM/RMAAM, sempre houve a preocupação em se ter uma secretaria permanente ou alguma unidade de gestão que desse continuidade às decisões acordadas, porque na prática a RMAAM, como todas as reuniões de ministros e reuniões especializadas do Mercosul são espaços de articulação intergovernamental onde participam os ministérios ou áreas temáticas de cada Estado parte. A única estrutura técnica que o Mercosul tinha até então era a Secretaria do Mercosul (no Uruguai) e agora o ISM e o IPPDH (se não me engano). Algumas reuniões tem secretarias técnicas, mas isso não é algo previsto na estrutura e, logo, não há estrutura de financiamento, e por isso a grande dificuldade da RMAAM nesse esforço. Na minha avaliação, a questão é que a RMAAM se propõe a ser mais que um espaço intergovernamental de diálogo/troca de experiências, mas a estrutura institucional do bloco não é pra isso. Nisso, na verdade, entra esse projeto que eu trabalho e que está se encerrando: ele é um esforço de poder concretizar (técnica e financeiramente) ações que vinham sido pensadas pela REM, mas que não tinham continuidade no período entre as reuniões.

4. Existem vários temas que são discutidos na Reunião, existem as mesas técnicas, por exemplo, mas qual o tema de maior propositura de debate pela SPM na RMAAM? Ainda é o da violência contra as mulheres?

Bom, na verdade a SPM participa ativamente em todos os temas que se trabalha. Realmente nos últimos anos a SPM foi proponente de iniciativas no enfrentamento ao tráfico de mulheres, mas também de outros temas e participa bastante ativamente da mesa técnica sobre gênero, trabalho e integração econômica desde que essa foi criada.

Então, há um equilíbrio de proposituras de temas...

Digamos que claro que puxamos alguns temas mais que outros (como todos os países fazem), mas não a um tema único. Um tema, por exemplo, que estamos puxando bastante atualmente é de se trabalhar nas regiões de fronteira, especialmente a questão do enfrentamento à violência contra as mulheres, já que isso é uma prioridade da SPM que já vem sendo trabalhada e está, inclusive, dentro do programa “Mulher viver sem violência”.

5. Quando se fala em conquistas (sejam estas normativas ou práticas), quais são os avanços mais contundentes até o momento? E qual o papel das organizações e movimentos sociais nestes êxitos?

Olha, talvez eu possa estar sendo parcial (já que é de onde eu estou), mas para mim é impossível dissociar as ações da RMAAM nos últimos anos da execução do projeto. Não que a RMAAM seja restrita a ele, porque trabalhou também outros temas, mas inegavelmente os

principais avanços foram impulsionados pelo projeto, tanto os que estavam previstos no seu plano de ações e foram executados, como outros avanços não previstos, mas que se deram. Até, por exemplo, a mudança de status pra reunião de ministras ou a aprovação da decisão do CMC que encomenda a elaboração de uma política de gênero que não foram resultados diretos previstos do projeto, mas foram indiretamente. Neste momento estamos em processo de avaliação do projeto e provavelmente vamos fazer alguma publicação com a avaliação. Em todas as reuniões houve também na ata um anexo com um informe das ações do projeto, assim como os boletins, que dá pra ter mais claro o que foi ele.

3) Entrevista nº 3

Entidade: Articulación Feminista Marcosur – Cotidiano Mujer – Montevideú, Uruguay.

Entrevistada: Lilian Celiberti

1. La AFM es considerada como una red transnacional que está conformada por varias otras redes o ustedes serían una corriente del pensamiento feminista de organizaciones, tipo un enlace entre las varias organizaciones sociales que componen la articulación?

No la AFM es una corriente que agrupa organizaciones feministas de los países de América del Sur que generaron su relación de confianza política durante el proceso de Beijing y posterior.

2. En el marco del Mercosur, cual es la presión o incidencia política más importante de la AFM que se puede decir que es un logro del tema DDHH - Genero - Mujeres?

Me resulta difícil medir la acción política en términos solo de logros, creo que las organizaciones feministas nos hemos involucrado en la institucionalidad del Mercosur principalmente con el objetivo de impulsar una perspectiva regional de las políticas y los problemas. La articulación de políticas en clave regional es un desafío para los estados nacionales en particular en lo que refiere a derechos ya que el mercosur surge precisamente para crear un mercado regional de comercio y no ha logrado aun articular una política de complementariedad productiva. Se ha avanzado en el protocolo de Trata con fines de explotación comercial, se ha colocado el combate a la violencia de género y en la necesidad de potenciar el espacio de participación política de las mujeres. Pero aun estos logros tienen diferencia por países y todavía pueden ser considerado mas declarativos que efectivos.

3. Me gustaría saber también como se dá la participación de AFM en la REM. Tipo un histórico: cuando comenzó esa participación; en cual espacio de la REM inciden ustedes; el mayor logro de la REM dentro de la integración que haya una presión directa de ustedes; y más lo que quieras comentar.

En la REM hemos participado activamente a partir del 2005 cuando se generaron condiciones reales en los gobiernos para un diálogo mas fructífero con la sociedad civil. En el ultimo capitulo de este trabajo que te mando cuento un poco la historia, despues que lo leas si te quedan dudas puedes hacerme mas preguntas.

4. En los temas de las mesas técnicas de la REM, violencia de género y trabajo, integración productiva, cual tema de esos es más debatido tanto por las Autoridades cuanto por la sociedad civil y que a largo plazo te parece que se puede avanzar más?

Creo que en la de violencia ya que es una política de mayor competencia de los mecanismos de género de la REM las otras políticas dependen de otras instancias y ministerios y a veces los mecanismos estatales de género tienen escaso diálogo dentro de los propios estados nacionales para transversalizar las políticas productivas o de empleo etc.

Entrevista nº 4

Identificação do ator chave:

Juliana Lazagabaster, ex- Asistente Técnica RMAAM, actual Asesora de la Dirección de la Mujer, Cancillería Argentina

1. A RMAAM – Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul, para o Estado argentino, tem status de prioridade no debate da equidade de gênero e direitos humanos da mulher a nível regional? Ou seria um espaço complementar a outras discussões regionais/latino-americanas?

RMAAM es prioritaria en la medida que es una institucionalidad de casi 15 años de existencia y que refleja la coincidencia en el abordaje en varias de las materias de género entre los países miembros del MERCOSUR. Sin embargo, también se busca sea un espacio complementario a otros intentos de coordinación regional, especialmente los foros recientemente creados de CELAC y UNASUR, por ejemplo. La OEA es otro ámbito más tradicional de actuación y en el que también los Estados comparten sus mejores prácticas y desafíos aún por delante para la consecución de conquistas en materia de igualdad y equidad de género.

2. Qual o tema de maior propositura que a *Dirección de la Mujer - Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* lleva e aporta nos encontros da RMAAM? Coincide com as proposituras dos órgãos equivalentes às Secretarias dos outros países?

Em cada reunión semestral de la RMAAM se va trabajando en los temas de mayor coincidencia y donde se plantean desafíos concretos para los países del MERCOSUR. Em

general tienen que ver con la agenda de género más amplia, entre estos temas se destacan: violencia de género, y dentro de ella, trata de mujeres.

3. A elevação do status político da antiga Reunião Especializada da Mulher para Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher demonstra a importância relativa que o tema da Mulher ganha tanto nas agendas nacionais quanto na do bloco em si. Quando se fala em conquistas, quais as mais importantes e que estão avançando bem até o momento?

La campaña regional “MERCOSUR libre de trata de mujeres” es un avance significativo y que está a punto de ser puesto en marcha a través de la implementación de la misma. Ver más em:

<http://www.mercosurmujeres.org/es/cumbredejefesyjefasdeestadopresentaninstrumentoscontralatrademujeres-n78>

4. É possível dizer que a sociedade civil tem um papel fundamental no alcance destas conquistas? É possível medir, de alguma forma, a importância de cada ator nesta incidência política?

La sociedad civil fue clave em el surgimiento de la REM (ahora RMAAM), aunque hoy día no se miden em forma regular desde el MERCOSUR los procesos de incidência. Sí sería posible, pero para ello hay que idear um sistema de monitoreo y continuar el trabajo com sociedad civil, donde hay capacidad académica pero muchas veces escasean los recursos financieros

5. Sobre o caráter “transitório” da RMAAM, por não apresentar, até o momento, uma secretaria que dê continuidade às atividades do foro no espaço de tempo entre os encontros da Reunião, pode-se afirmar que esse é o ponto central dos desafios para o fortalecimento da perspectiva de gênero no bloco?

Ese es um tema fundamental. Asegurar recursos permanentes para uma secretaría de la RMAAM y que al mismo tiempo funcione cerca de los mecanismos y secciones nacionales ante la RMAAM. Es um tema aún pendiente de solución y que protagoniza gran parte de los

debates entre los Estados Miembros em la actualidad. Se relaciona com los debates acerca de la reforma institucional del MERCOSUR em pos de la no creación de grandes burocracias alejadas de las necesidades concretas del MERCOSUR.

APÊNDICE B – QUADRO 2 - Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe

ENCONTROS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS E DO CARIBE		
ANO – LUGAR	ENCONTRO	DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS
1981 – Bogotá, Colômbia	I Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Notória tensão entre as feministas de esquerda e as que reivindicavam a plena autonomia frente às organizações políticas masculinas e ao pensamento androcêntrico; • Criação do dia 25 de novembro como o “Dia latino-americano da não violência contra as Mulheres”; • O tema da violência doméstica/privada começa a ser abordada e discutida no movimento.
1983 – Lima, Peru	II Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Foi um evento rico em experiências de intercâmbio e na reflexão coletiva; categoria “patriarcado” como eixo de reflexão central;

		<ul style="list-style-type: none"> • Participação inaugural das lésbicas, enquanto vertente feminista, visibilizando suas demandas.
1985 – Bertioga, Brasil	III Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho profundo pelo rechaço às estruturas masculinas e verticais; • Evidência aos conflitos relacionados com as problemáticas sociais e classistas. Foram desencadeados quando mulheres das favelas e dos setores mais populares chegam ao encontro com intenção de participar; • Reconhecido o vínculo entre o feminismo e o ant imperialismo na América Latina.
1987 – Taxco, Guerrero, México	IV Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Tema central: “La política feminista en América Latina, Hoy”¹³⁷.
1990 – San Bernardo, Argentina	V Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do dia 28 de setembro como o “Dia de Luta pela despenalização do Aborto na América Latina e Caribe”.
1993 – Costa Del Sol, El Salvador	VI Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Manifesta-se o “Movimiento Feminista Autónomo” e explicita-se a crítica à institucionalização do movimento feminista. Margarita Pisano critica as ONGs de mulheres e as feministas em cargos de governo.
1996 – Cartagena, Chile	VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Tensão entre as correntes do feminismo autônomo e as feministas de ONGs; o diálogo com os governos e as instituições supranacionais cresce.
1999 - Juan Dolio, Rep. Dominicana	VIII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Balanço dos últimos anos do feminismo na região identificando os acertos e desacertos, as fortalezas e as debilidades do movimento.
2002 – Playa Tambor, Costa Rica	IX Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Forma-se a “Red de Escritoras Feministas”. As feministas que reivindicam autonomia das instituições reclamam a falta de critério ecológico por o EFLAC ter sido organizado em um hotel depredador dos manguezais da costa pacífica costarricense.
2005 – São Paulo, Brasil	X Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Debate-se: o que é a autonomia feminista; a coexistência da heterogeneidade dos feminismos; apoio aos programas estatais de melhoria nas condições de vida das mulheres; o anti-racismo no feminismo e as políticas direcionadas às mulheres negras.
2009 – Ciudad de México, México	XI Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio do governo para realizar o encontro, por isso o movimento autônomo de mulheres divide-se em participar ou não. Discussão sobre a existência de “fundamentalismo” no feminismo; participação das transexuais no encontro.

137

Todo o programa desse encontro está disponível em: <http://www.cimac.org.mx/cedoc/encuentros_feministas_internacionales/10_iv_encuentrofeministalatinamericanoydelcaribe_taxcoguerrero1987/10_1_programa.PDF> Acesso em abr 2014.

2011 – Bogotá, Colômbia	XII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Pasados treinta años do primeiro EFLAC, o 12º encontro foi um encontro de “memória”, com o seguinte lema: “30 años de feminismo Latinoamericano y del Caribe: desatar, desnudar y reanudar”.
2014 – Lima, Perú.	XIII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe	<ul style="list-style-type: none"> • Debido à pouca informação em relação aos eixos de debate do 14º encontro que ainda acontecerá, o dado relevante que se conseguiu sobre o evento foi a motivação expedida no primeiro boletim da comissão organizadora do encontro sobre o porquê contemporâneo de se continuar com a existência dos EFLAC: “(...) frente a la actual crisis civilizatoria mundial que ha puesto en tela de juicio los fundamentos de la hegemonía capitalista – neoliberal, colonial, patriarcal, heteronormativa y racista, desarrollamos una profunda crítica a este sistema y su dominio cultural, cuyos valores llevan a la exacerbación de la militarización y la violencia contra los territorios, la lógica de acumulación y la mercantilización de los cuerpos. (...) ponemos en valor la explosión de la diversidad en América Latina y del Caribe, sus cruces y el reconocimiento al derecho de ser igualmente diferentes, diversidad que ha enriquecido nuestros feminismos con nuevas perspectivas y causas de lucha emancipadora”¹³⁸.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da seguinte página web <<http://ideasfem.wordpress.com/cronologia/>>. Outras informações foram recolhidas em: (ALMA; LORENZO, 2013) e “Desatar, Desnudar, Reanudar. Memorias 12 Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe”, 2012. Disponível em: < <http://www.cladem.org/campanas-y-publicaciones/materiales>> Acesso em abr 2014.

¹³⁸ Disponível em: < <http://rednacionaldemujeres.org/images/documents/boletinaxiiieflac.pdf>>. Acesso abr 2014.